UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA LINGUAGEM E SOCIEDADE

LUCIANA CANÁRIO MENDES

HISTÓRIA E MEMÓRIA DA INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA BAHIA: A FACULDADE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE VITÓRIA DA CONQUISTA / FSPVC

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
MAIO DE 2018

LUCIANA CANÁRIO MENDES

HISTÓRIA E MEMÓRIA DA INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA BAHIA: A FACULDADE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE VITÓRIA DA CONQUISTA / FSPVC

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória, Cultura e Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro.

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
MAIO DE 2018

Mendes, Luciana Canário.

M492h História e memória da interiorização do ensino superior na Bahia**:** a Faculdade de Sociologia e Política de Vitória da Conquista / FSPVC. / Luciana Canário Mendes – Vitória da Conquista, 2018.
199 f.

Orientadora: Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro.
Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2018.

Inclui referência F. 171 - 182.

1. História da Educação Superior - Memória. 2. Faculdade de Sociologia e Política de Vitória da Conquista - BA. 3. Ciências Sociais no Brasil. I Casimiro, Ana Palmira Bittencourt Santos. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. III. T.

CDD: 378.981

Catalogação na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: History and memory of the interiorization of higher education in Bahia: the Faculty of Sociology and Politics of Vitória da Conquista / FSPVC

Palavras-chaves em inglês: Higher education. History. Memory. Faculty of Sociology and Politics of Vitória da Conquista.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Titulação: Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Profa. Dra. Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro (presidente); Profa. Dra. Lívia Diana Rocha Magalhães (titular); Prof. Dr. Ruy Hermann Araújo Medeiros (titular); Profa. Dra. Jaci Maria Ferraz Menezes (titular); Profa. Dra. Moema Maria Badaró Cartibani Midlej (titular).

Data da Defesa: 30 de maio de 2018.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

LUCIANA CANÁRIO MENDES

HISTÓRIA E MEMÓRIA DA INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA BAHIA: A FACULDADE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE VITÓRIA DA CONQUISTA / FSPVC

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade.

Vitória da Conquista – Bahia, 30 de maio de 2018.

Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro (Presidente)	Assinatura
Livia Diana Rocha Magalhães	Assinatura
Ruy Hermann Araújo Medeiros	Assinatura
Jaci Maria Ferraz de Menezes	Assinatura
Moema Maria Badaró Cartibani Midlej	Assinatura

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida, saúde, bênçãos e por ter me permitido chegar até aqui. Agradeço a Ele também por manter o meu pai com a saúde que ele está hoje.

Agradeço igualmente à minha melhor amiga, minha mãe Marinalva, pelo amor incondicional e a Clauber, meu esposo, companheiro de todos os momentos significativos de minha vida, pelo apoio, compreensão e incentivo nesta trajetória permeada de cansaços, angústias, incertezas e desânimos, oferecendo o porto seguro tão esperado.

Às minhas irmãs, Fernanda e Elizabeth, cunhados e sobrinhas (o), pelo impagável acolhimento durante todo esse tempo.

Gostaria de agradecer especialmente à minha orientadora, a professora Dra. Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro, por seu acompanhamento responsável e competente, sempre permeado de uma sensibilidade que confia, incentiva e transborda amizade.

À professora Dra. Lívia Diana Rocha Magalhães, quem primeiro abriu-me as portas para o mundo da pesquisa, dando-me a oportunidade de ter a sua orientação na especialização e no grupo de pesquisa. No doutorado, agradeço pelo cuidado na leitura e pelas sugestões preciosas concernentes a pesquisa.

À professora Dra. Moema Maria Badaró Cartibani Midlej pela disponibilidade em participar das bancas de defesa do mestrado e do doutorado. Além disso, sempre esteve disponível para esclarecimentos acerca das Faculdades de Sociologia e Política.

À professora Dra. Jaci Maria Ferraz de Menezes pela gentileza em aceitar o convite para fazer parte de minha defesa, cujas contribuições foram muito valiosas.

E, em especial, ao professor Ruy Medeiros que, além de participar da banca de qualificação e da defesa, me concedeu fontes riquíssimas e me proporcionou diálogos produtivos.

Ao professor Dr. José Alves Dias, membro da banca de qualificação, pelo cuidado na leitura e pelas questões pertinentes a pesquisa.

Agradeço a Durval Lemos Menezes, Janete Melo, Osvaldo Ribeiro, Ubirajara Brito, Fernando Eleodoro, Elzir Villas Boas, e aos outros sujeitos entrevistados, pela disponibilidade de acesso aos arquivos particulares, e por suscitarem em mim o desejo de aprofundar mais e mais os conhecimentos sobre a cidade.

À amiga Daniela Moura agradeço pela amizade, carinho e generosidade em compartilhar comigo muitas fontes e referências bibliográficas.

Agradeço a todas as colegas de doutorado, algumas desde o mestrado, que vivenciaram momentos de estudo, de escrita e de tensão. Em especial cito: Camila, Gilneide, Maria Cleidiana, Daniella Miranda e Edileusa, representando todas.

Às minhas amigas dos Grupos de Pesquisa em Fundamentos da Educação (coordenado pela Profa. Dra. Ana Palmira) e História e Memória das Políticas Educacionais e Trajetórias Sócio-Geracionais (coordenado pela Profa. Dra. Lívia) nos quais tenho a oportunidade de conviver com pessoas especiais e o aprendizado é constante.

Agradeço aos depoentes, que compartilharam comigo as suas lembranças e seus momentos de intimidade com o passado.

À Coordenação do Programa em Memória: Linguagem e Sociedade, em nome das professoras Dra. Edvania Gomes da Silva e Dra. Milene Silveira Gusmão, bem como aos docentes e funcionárias.

À equipe do Museu Pedagógico, por ter articulado oportunidades significativas de pesquisa, bem como aos eventos que os sucederam.

Agradeço também aos funcionários da Biblioteca dos Barris e do Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista

À CAPES, que me possibilitou continuar com o projeto de doutorado por meio do financiamento a partir da bolsa recebida que muito me auxiliou no percurso e sem a qual não teria conseguido dar continuidade ao doutorado e finalizar esta tese.

Enfim, a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização dessa pesquisa, expresso aqui o meu agradecimento.

[...], a instituição apresenta-se como uma estrutura material que é constituída para atender a determinada necessidade humana, mas não qualquer necessidade. Trata-se de necessidade de caráter permanente. Por isso a instituição é criada para permanecer. Se observarmos mais atentamente o processo de produção de instituições, notaremos que nenhuma delas é posta em função de alguma necessidade transitória, como uma coisa passageira que, satisfeita a necessidade que a justificou, é desfeita. Para necessidades transitórias não se faz mister criar instituições. Essas necessidades são resolvidas na conjuntura não deixando marcas dignas de nota na estrutura. Isto, obviamente, não obstante o fato reconhecido e reiterado à exaustão de que as instituições, **como todos os produtos humanos, por serem históricos, não deixam de ser, em última instância, também elas, transitórias. Mas sua transitoriedade se define pelo tempo histórico e não, propriamente, pelo tempo cronológico** e, muito menos, pelo tempo psicológico.

(SAVIANI, 2007, p. 04-05, grifo nosso)

RESUMO

O problema principal posto nessa discussão remete a 1965, com a criação da Faculdade de Sociologia e Política de Vitória da Conquista, instituída por intelectuais conquistenses, capitaneados pelo Padre José Luiz Soares Palmeira, então, Secretário de Educação e Cultura do Estado da Bahia. A Faculdade foi inspirada em um grupo de escolas geopoliticamente instaladas, cuja origem foi a Faculdade Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Na Bahia, a fundação desse modelo de instituição aconteceu em Salvador, Ilhéus e Vitória da Conquista. Tais instituições objetivavam a formação de quadros intelectuais e técnicos qualificados em ciências sociais para investigar e propor soluções racionais aos problemas sociais. Seus fundadores mostravam-se particularmente preocupados em dimensionar o impacto dos problemas de gestão urbana decorrentes da urbanização e industrialização, e viam na sociologia uma ferramenta privilegiada para a formulação das políticas sociais. Entretanto, dois anos e seis meses depois ela foi fechada em condições adversas e completamente diferentes das iniciais. Aconteceu uma ruptura política abissal, na qual sua existência já não era aceita. O fechamento desse modelo de instituição, de objetivos semelhantes que eram os de se formar uma elite destinada a enriquecer o quadro de intelectuais pensantes nos anos seguintes à Era Vargas, aconteceu com o advento do Golpe Militar desfechado em 1964. Para a realização deste trabalho, analisamos documentos, legislações, bibliografias locais e relatos de memória (realizamos entrevistas semiestruturadas com sujeitos que direta e indiretamente foram partícipes desse processo, especialmente os ex-alunos). Com base nas fontes descritas, podemos concluir que em Vitória da Conquista, em nível mais modesto, e pela conjuntura em que foi implantada, já na iminência da Ditadura Militar, a tendência esquerdizante foi fator decisivo para o fechamento. Além desses conteúdos de esquerda ministrados, por parte dos discentes, havia a oportunidade de cursar uma escola superior, a dificuldade de sair, largar o emprego, ou outras tantas razões. Para os fundadores, a vontade de trazer um curso superior, a possibilidade de uma futura universidade, a intenção de formar líderes políticos e, especialmente, o sonho de trazer mais uma instituição pioneira no avanço vertical da educação. Por fim, a correlação entre os diferentes olhares lançados sobre a Instituição, em seu interior e fora dele, garantiu a perspectiva de articulação do objeto com o contexto, bem como sua dinâmica histórica, o que permitiu o movimento do particular ao geral. Este estudo foi, pois, um recorte do Projeto Educação, Memória e História da Bahia: Processos Autoritários e Ditadura Militar (1964-1985), do Museu Pedagógico/UESB.

Palavras-chave: Educação superior. História. Memória. Faculdade de Sociologia e Política de Vitória da Conquista.

ABSTRACT

The main problem posed in this discussion dates back to 1965 with the creation of the Faculty of Sociology and Politics of Vitória da Conquista, instituted by conquering intellectuals, headed by Father José Luiz Soares Palmeira, then Secretary of Education and Culture of the State of Bahia. The Faculty was inspired by a group of geopolitically installed schools, whose origin was the Free School of Sociology and Politics of São Paulo. In Bahia, the founding of this model of institution happened in Salvador, Ilhéus and Vitória da Conquista. These institutions aimed at the formation of qualified intellectual and technical cadres in social sciences to investigate and propose rational solutions to social problems. Its founders were particularly concerned with scaling up the impact of urban management problems arising from urbanization and industrialization, and saw sociology as a privileged tool for the formulation of social policies. However, two years and six months later it was closed under adverse conditions and completely different from the initials. An abyssal political rupture occurred, in which its existence was no longer accepted. The closing of this model of institution, with similar objectives that were to form an elite destined to enrich the group of thinking intellectuals in the years following the Vargas Era, happened with the advent of the Military Strike delivered in 1964. For the accomplishment of this work, we analyze documents, legislations, local bibliographies and reports of memory (we conduct semi-structured interviews with subjects directly and indirectly participants in this process, especially the students). Based on the sources described, we can conclude that in Vitoria da Conquista, at a more modest level, and because of the conjuncture in which it was implanted, already at the imminence of the Military Dictatorship, the left tendency was a decisive factor for the closure. In addition to these leftist content taught by the students, there was the opportunity to attend a higher school, the difficulty of leaving, dropping the job, or other reasons. For the founders, the desire to bring a higher education, the possibility of a future university, the intention to form political leaders and especially the dream of bringing another pioneering institution in the vertical advancement of education. Finally, the correlation between the different perspectives on the Institution, inside and outside of it, guaranteed the perspective of articulation of the object with the context, as well as its historical dynamics, which allowed the movement of the particular to the general. This study was, therefore, a cut from the Education, Memory and History of Bahia Project: Authoritarian Processes and Military Dictatorship (1964-1985), from the Pedagogical Museum / UESB

Keywords: Higher education. History. Memory. Faculty of Sociology and Politics of Vitória da Conquista.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Primeira sede da ELSP/SP, no edifício da Escola de Comércio Álvares Penteado (largo do São Francisco).....63
Figura 2 - Sede oficial da ELSP/SP.....66
Figura 3 - Considera de utilidade pública a Fundação Desembargador Álvaro Clemente de Oliveira.....97
Figura 4 - Novo projeto para a regulamentação da profissão de sociólogo.....99
Figura 5 - Justificativas para o veto presidencial da regulamentação de algumas profissões.....101
Figura 6 - Escola de Sociologia fechada e ocupada pelos militares.....112
Figura 7 - Extinta a Escola de Sociologia e Política da Bahia.....114
Figura 8 - Considera de utilidade pública a Faculdade de Sociologia e Política de Ilhéus.....120
Figura 09 - Autorizado o funcionamento da Faculdade de Filosofia de Itabuna.....121
Figura 10 – Empossamento de Orlando da Silva Leite.....138
Figura 11 - Primeira sede da Faculdade de Sociologia e Política de Vitória da Conquista.....144
Figura 12 - Curso de Expansão Cultural.....151
Figura 13 - Membros do Diretório Acadêmico da Faculdade de Sociologia e Política . 152
Figura 14 - Palestrantes/professores da Escola de Sociologia e Política de Vitória da Conquista, BA.....153
Figura 15 - Concluintes do Curso de Expansão Cultural..... 154

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Expansão do ensino superior no Brasil: 1808-1945.....38

Tabela 2 - Matrícula inicial do ensino superior do Estado da Bahia – 1960.....84

Tabela 3 - Aspectos demográficos de Vitória da Conquista (1940-1970).....132

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ABES	Associação Baiana dos Estudantes Secundaristas
AI	Ato Institucional
APEB	Arquivo Público do Estado da Bahia
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BA	Bahia
CAPES	Capacitação Pessoal Docente do Ensino Superior
CBPE	Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEDEC	Centro de Estudos de Cultura Contemporânea
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CESIT	Centro de Estudos de Sociologia Industrial e do trabalho
CFE	Conselho Federal de Educação
CIA	Central de Inteligência dos Estados Unidos
CIESP	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CLAPCS	Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
CONCLAP	Conselho das Classes Produtoras
CRB	Confederação Rural Brasileira
CV	Comissão da Verdade
DA’s	Diretórios Acadêmicos
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
EAPES	Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior
ELSP	Escola Livre de Sociologia e Política
EPES	Equipe de Planejamento do Ensino Superior
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FAFI	Faculdade de Filosofia de Itabuna
FASPI	Faculdade de Sociologia e Política de Ilhéus

FESPSP	Fundação da Escola de Sociologia e Política de São Paulo
FFCL	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
FFPJ	Faculdade de Formação de Professores de Jequié
FFPVC	Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIAR	Frente Itabunense de Ação Renovadora
FIESP	Associação Comercial do Estado de São Paulo
FNFi	Faculdade Nacional de Filosofia
FSPVC	Faculdade de Sociologia e Política de Vitória da Conquista
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBESP	Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDORT	Instituto de Organização Racional do Trabalho
IES	Instituições de Ensino Superior
IFCS	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
IGHB	Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
INDIPO	Instituto de Direito Público e Ciência Política
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPMs	Inquéritos Policiais Militares
ISEB	Instituto Superior de Estudos Sociais Brasileiros
ITA	Instituto Tecnológico da Aeronáutica
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
OEA	União Pan-Americana
ONU	Organização das Nações Unidas
OSPB	Organização Social e Política Brasileira

PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDC	Partido Democrata Cristão
PED	Programa Estratégico de Desenvolvimento
PIEC	Plano Integral de Educação e Cultura
PL	Partido Liberal
PLANDEB	Plano de Desenvolvimento da Bahia
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PRP	Partido Republicano Progressista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social-Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PST	Partido Social Trabalhista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SNI	Serviço Nacional de Informação
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UBA	Universidade da Bahia
UCSAL	Universidade Católica de Salvador
UDF	Universidade do Distrito Federal
UDN	União Democrática Nacional
UEB	União dos Estudantes da Bahia
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas

UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UMG	Universidade de Minas Gerais
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura
URGS	Universidade do Rio Grande do Sul
USAID	Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional United (States Agency for International Development)
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 17
1.1 PERCURSOS METODOLÓGICOS 21
1.2 HISTÓRIA E A MEMÓRIA: UM DEBATE NECESSÁRIO 23
1.3 ROTEIRO DA EXPOSIÇÃO 27

2 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS, SOCIOECONÔMICAS E INSTITUCIONAIS 29
2.1 O PERCURSO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL 44
2.2 POLARIDADE EXISTENTE ENTRE O ISEB E O IPES 52
2.3 INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS (ISEB) 53
2.4 INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS (IPES) 57

3 INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL 59
3.1 A ESCOLA LIVRE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA EM SÃO PAULO (ELSP) – A FORMAÇÃO DE DIRIGENTES E A LUTA PELO PODER 59
3.2 A FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS (USP) COMO PROJETO DA ELITE CULTURAL E POLÍTICA PAULISTA 71

4 AS CIÊNCIAS SOCIAIS NA BAHIA: O PROJETO COLÚMBIA 80
4.1 A FACULDADE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SALVADOR/BAHIA 89
4.2 A FACULDADE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE ILHÉUS (FASPI) 118
4.3 A INSTALAÇÃO DA “OPERAÇÃO LIMPEZA” EM ALGUMAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR 126

5 FACULDADE LIVRE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE VITÓRIA DA CONQUISTA: HISTÓRIA E MEMÓRIA DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR 134
5.1 CARACTERIZANDO A CIDADE 134
5.2 NOTAS SOBRE VITÓRIA DA CONQUISTA NA DÉCADA DE 1960 140
5.3 A IMPLANTAÇÃO DA FACULDADE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA EM VITÓRIA DA CONQUISTA 143
5.4 A COMPOSIÇÃO DO CORPO DISCENTE 148

5.5 O OBJETIVO DA FACULDADE E OS SEUS PROFESSORES.....151
5.6 EVENTOS PROMOVIDOS.....155
5.7 O FECHAMENTO DA FSPVC.....158

6 CONCLUSÕES.....168

REFERÊNCIAS.....171

APÊNDICES.....183

ANEXOS.....185

1. INTRODUÇÃO

O interesse em analisar o ensino superior se origina na pesquisa da graduação à qual demos prosseguimento no grupo de pesquisa "História e Memória das Políticas Educacionais e Trajetórias Sócio Geracionais"[1], do Museu Pedagógico, no curso de especialização em Fundamentos Sociais e Políticos da Educação e no Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade/ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Na continuidade do estudo, observamos que a interiorização do ensino superior em Vitória da Conquista precedeu a Faculdade de Formação de Professores em Vitória da Conquista (FFPVC), atual UESB implantada nos primórdios da década de 1970.[2]

Ela remete a 1965, com a criação da Faculdade de Sociologia e Política, constituída na gestão do prefeito José Fernandes Pedral Sampaio (10/1962 a 05/1964), e capitaneada pelo Padre José Luiz Soares Palmeira[3], então, Secretário de Educação e Cultura do Estado da Bahia. Essa instituição foi implantada no mesmo período das existentes em Ilhéus e Salvador.

Temos que levar em consideração que, naquele contexto histórico, ocorreram mudanças na Mesorregião Centro-Sul da Bahia (na qual se encontra inserido o nosso objeto), caracterizadas, prevalentemente: pelo incremento das atividades agropecuárias, pelo crescimento populacional, pela urbanização, consequente aumento das atividades comerciais no atacado e no varejo e pela criação de novos municípios.

Mudanças essas que viriam a definir a busca de soluções para os problemas educacionais mais abrangentes. Para a compreensão científica da realidade baiana, tais instituições visavam à formação de quadros intelectuais e técnicos qualificados em ciências sociais para investigar e propor soluções racionais aos problemas sociais. Seus fundadores mostravam-se particularmente preocupados em dimensionar o impacto dos problemas de gestão urbana decorrentes da urbanização e industrialização, e viam na sociologia uma ferramenta privilegiada para a formulação das políticas sociais.

---

[1] Grupo de pesquisa coordenado pela professora Dra. Lívia Diana Rocha Magalhães com o objetivo de estudar um conjunto de experiências vividas no campo educacional antes, após ou até mesmo durante a ditadura civil-militar que ainda permanecem no "presente histórico" e interferem no desenvolvimento político e social da educação.

[2] Objeto de estudo do nosso mestrado.

[3] Padre Palmeira mudou para Vitória da Conquista nos últimos anos da década de 1940. Ao chegar, ele instituiu o Ginásio de Conquista, participou da fundação da União Democrática Nacional em Vitória da Conquista. Nesta mesma cidade foi eleito vereador em 1950 e 1954; deputado estadual pelo Partido Social Trabalhista (PST, partido do qual era presidente) entre 1959 e 1963; Secretário da Educação do Estado da Bahia, entre 1963 e 1967, no governo de Lomanto Júnior (OLIVEIRA, 2009).

A sociologia era utilizada não apenas como forma de compreensão dos problemas socioeconômicos e culturais brasileiros, mas, também, como forma de intervenção da realidade, uma vez que proporcionava formas de abordagem e refinamento teórico para dar inteligibilidade às questões sociais brasileiras.

É oportuno assinalar que as origens de diferentes formas de constituição dos saberes associados ao campo das ciências sociais, especialmente da sociologia, remontam, como em outros países da América Latina, à implantação dos cursos de "ciências jurídicas e sociais". Porém, as ciências sociais no Brasil – com os padrões modernos dos principais centros produtores europeus e americanos – iniciaram sua implantação com a fundação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), em 1933, que serviu como exemplo fundador das demais instituições desta natureza[4]. A escola foi pioneira no ensino das ciências sociais no Brasil[5].

Nas décadas seguintes outras instituições que anteviram a importância acerca das ciências sociais foram implantadas[6]. No âmbito regional, merece destaque a criação da Fundação para Desenvolvimento da Ciência na Bahia (que teve um Departamento de Ciências Sociais)[7]. E em escala nacional, o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), de 1953, transformado em 1955 no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). O grupo de intelectuais deste Instituto tinha como objetivo o estudo e a divulgação das ciências sociais[8].

---

[4] Essa Escola foi idealizada por Fernando de Azevedo, em 1926, entretanto, sua repercussão só aconteceu em 1933, no governo de Washington Luís, no qual Azevedo ocupou a Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal e função similar no governo paulista (MICELI, 1989).

[5] Um exemplo desses estabelecimentos é o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, órgão do Ministério da Educação e Cultura, criado em 1949, na cidade do Recife. O Instituto Católico de Estudos Superiores (1932), a Universidade do Distrito Federal (1935), o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP/MEC), em 1937, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1938; a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (posteriormente Faculdade Nacional de Filosofia) da Universidade do Brasil, em 1939; a Fundação Getúlio Vargas, em 1944. Em Salvador, o curso de Ciências Sociais, aberto em 1945, na Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia não se mantém, mas disciplinas como Antropologia são ministradas nos cursos de Geografia e História (ALMEIDA, 1989).

[6] São exemplos de instituições criadas ao longo dos anos 1950 e início dos anos 1960: o Instituto de Direito Público e Ciência Política da FGV, criado em 1950; a Fundação para Desenvolvimento da Ciência, em Salvador, 1951; o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política, de 1953, transformado em 1955 no Instituto Superior de Estudos Brasileiros; as Faculdades de Ciências Sociais e Política, em Fortaleza, 1954; o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1955; o Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, 1957; a Campanha de Defesa do Folclore e o Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil, 1958; o Instituto de Ciências Sociais da Universidade da Bahia e a Universidade de Brasília em 1961 (ALMEIDA, 1989).

[7] Criada pela Lei nº 347, de 13 de dezembro de 1950, no governo de Otávio Mangabeira (1947-1951) e na gestão de Anísio Teixeira, como Secretário de Educação da Bahia.

[8] Neste período foram criadas: a CAPES, o Instituto de Direito Público e Ciência Política, da FGV e a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), criados em 1950; as Faculdades de Ciências Sociais e Políticas, em Fortaleza, 1954; o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), 1955[8]; o Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, 1957; a Campanha de Defesa do Folclore e o Instituto de Ciências Sociais, da Universidade do Brasil, 1958; o Instituto de Ciências Sociais da Universidade da Bahia e a Universidade de

Esses centros de pesquisa serviam a um incremento no aspecto racional do funcionamento do aparato institucional e jurídico montado pelo poder central para lidar com as questões relativas à educação pública. Eram, portanto, órgãos que – em meio a tantos outros que também foram sendo criados em diferentes esferas da administração pública – procuravam proporcionar um incremento à sua racionalização, ou seja, ao que se entendia como modernização do Estado brasileiro. Estado que, por sua vez, se utilizava da educação como instrumento de constituição da nacionalidade brasileira e de organização social ante as aceleradas mudanças culturais, políticas e econômicas que estavam em curso na sociedade.

Portanto, a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, em especial da Sociologia, esteve vinculada a um projeto de formação de novas elites, que dariam conta de assumir a construção política, econômica e social da nação moderna. Nesse sentido, a particularidade das experiências paulista e carioca foram determinantes nesse processo.

Nesse contexto de proeminência das ciências sociais, foi implantada a Faculdade de Sociologia e Política, em Vitória da Conquista[9]. No ano de sua fundação, a cidade se destacava como um dos polos de modernização econômica e cultural local e/ou regional, na Bahia. Tudo indica que essa Escola foi uma das expressões, talvez a mais orgânica, de um momento histórico onde a cidade estava pronta para se situar perante as necessidades de criação de escolas superiores.

A Faculdade foi instalada no contexto da ditadura militar, mas, no governo do general Artur da Costa e Silva, algumas instituições de ensino superior, a exemplo das Faculdades do Rio de Janeiro e de São Paulo e determinadas faculdades ofertantes dos cursos de filosofia e sociologia foram suprimidas ou reestruturadas[10]. Tais medidas também foram adotadas em alguns países do Cone Sul, como foi o caso da Argentina, do Uruguai e do Chile, claro que com diferentes intensidades[11].

Embora a FSPVC tenha sido extinta, consideramos que ficou brotado, na comunidade, o gérmen de aspiração por uma escola superior em Vitória da Conquista. Mesmo que, como tantas outras instituições, essa Faculdade, gestada durante os primeiros

---

Brasília em 1961.

[9] Em alguns documentos aparece o termo Faculdade e, em outros, Escola de Sociologia e Política – termos comuns no período em foco. No presente texto optamos pelo termo Faculdade, mais significativo do que Escola, quando se trata de ensino superior.

[10] Merece destaque o texto "*Dilemas da institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro*", no qual a autora Maria Hermínia T. de Almeida assegura que a mudança política provocada pelo golpe civil-militar teve o efeito de um dilúvio, do qual nenhuma dessas instituições escapou ilesa.

[11] No Chile, por exemplo, houve mais corte de verbas do que uma proibição tão direta (MOTTA, 2014).

anos do regime militar, buscou o atendimento dos interesses da camada média.

Diante do exposto, partimos da hipótese de que a configuração e a desconfiguração de um projeto intelectivo por outro para o ensino superior, que priorizou, sobretudo, a formação de quadros foi produto de uma nova política educacional que, na verdade, acabou suplantando, de certo modo, as políticas das décadas de 1930 a 1960, da busca pelo planejamento com a participação de intelectuais.

A implantação de um processo autoritário e, ao mesmo tempo a configuração de uma nova política educacional tecnicista operacionalizada pelas Leis nº 5.540/1968 (Reforma do Ensino Superior) e nº 5.692/1971 (1º e 2º graus), é redirecionada para a formação de quadros destinados ao mercado de trabalho[12]. Tais políticas configuraram-se, principalmente, por baixos investimentos demandados pelas licenciaturas curtas e pela necessidade de formação de recursos humanos para o projeto desenvolvimentista nacional, com o qual o Estado da Bahia estava vinculado[13].

Em vista disso, a nossa problemática se condicionou a responder às seguintes questões, norteadoras da pesquisa, no contexto em foco, além de outras que surgiram no decorrer do estudo: O que motivou a implantação da Faculdade de Sociologia e Política em Vitória da Conquista? Quais as justificativas para o fechamento desta Instituição? Há uma memória social constituída acerca dessa instituição por seus alunos?

O recorte temporal deste trabalho foi delimitado pelos dois primeiros mandatos militares, que correspondem ao período de implantação e extinção da Faculdade Livre de Sociologia de Vitória da Conquista. Contudo, não nos prendemos à delimitação do período com uma rigidez que nos impedisse, quando necessário, de fazer algumas incursões para antes ou adiante deste recorte.

Por considerar que a educação não é um fator isolado do todo social, mas, pelo contrário, só pode ser compreendida como um processo que se caracteriza por uma atividade mediadora no seio da prática social global. Em vista disso, temos a premissa de que a educação está sempre referida a uma sociedade concreta, historicamente situada, bem

---

[12] Por política educacional entendemos o conjunto de medidas tomadas (ou formuladas) pelo Estado e que dizem respeito ao aparelho de ensino (CUNHA, 1983).

[13] Silva e Pina (2009, p. 68) asseguram que o período 1940-1970 foi marcado pela perspectiva de "educar para enriquecer", ensejada pelas visões liberal/desenvolvimentista, então dominante no período. Nessa compreensão, o Estado é quem controla e demarca as políticas públicas, inclusive educacionais, antenado ao processo geral de desenvolvimento mundial do capitalismo. As referidas autoras destacam que a série de eventos que circunstanciaram as dinâmicas educacionais do período não foram suficientes para produzirem intervenções de espectros mais profundos e capazes de conduzir o estado a patamares educacionais condizentes com as guinadas econômicas sofridas no processo de industrialização. Dentre as mudanças, foram implementados os colégios polivalentes, o ensino médio profissionalizante, etc.

como é fruto do tipo de ação que sofre das demais forças sociais. É preciso examinar as manifestações fundamentais e derivadas, as contradições principais e secundárias, então optamos, por discutir as experiências coletivas, herdadas socialmente, bem como os acordos, as tensões e os conflitos que decorreram desse processo. Essa discussão foi fundamentada pelas teorias da memória, no que diz respeito aos sujeitos envolvidos, bem como mediante documentos, fontes primárias impressas e fontes secundárias analisados, no que diz respeito ao ambiente contextual em questão.

1.1. PERCURSOS METODOLÓGICOS

Inicialmente, o objeto de nossa pesquisa "Faculdade de Sociologia e Política em Vitória da Conquista" aparecia disperso no contexto da instalação do ensino superior na Bahia, particularmente em Vitória da Conquista. Por isso, recorremos à análise histórica e documental, tanto oral quanto escrita e/ou iconográfica, buscada em jornais, arquivos públicos e particulares.

O nosso *corpus* foi constituído pelo *Relatório da Escola de Sociologia e Política da Bahia, referente aos anos 1964-1965* (incompleto) e pelo o *Relatório de Orientação das Atividades da Educação Superior da Bahia*, ano 1966, com informações diversas, tais como a relação das instituições de ensino superior existentes, cursos com maiores demandas, financiamento, etc.[14].

Recuperamos alguns exemplares da *Revista Documenta*, uma publicação do antigo Conselho Federal de Educação (CFE), iniciada em 1962 com edições mensais. Suas edições continham resoluções e pareceres do referido Conselho sobre criação, estruturação, reconhecimentos e extinção de instituições de ensino e cursos, além de alguns textos mais gerais sobre temas educacionais. Nossa busca correspondeu às edições de março de 1962 (primeiro volume da Revista) a julho de 1973.

Coletamos e analisamos notícias do jornal *O Estado de São Paulo* referente ao contexto educacional, de forma geral e, sobre a Escola de Sociologia e Política daquele estado, especificadamente. A coleta compreendeu os anos de 1930 até a década de 1970.

Investigamos e analisamos, também, notícias do jornal *A Tarde*, das décadas de 1960 e 1970, referentes a esse contexto educacional, no âmbito baiano. Devido à maior disponibilidade e condições de manipulação do seu arquivo, este jornal (na pessoa do seu redator chefe Jorge Calmon) esteve envolvido no movimento pela "interiorização do ensino

[14] Localizado no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

superior", no início dos anos de 1960[15].

Coletamos notícias pontuais no jornal *Estado da Bahia*, que serviram de contraponto ou esclarecimento de informações incompletas obtidas em *A Tarde*, especialmente relacionadas à situação do ensino superior neste Estado, como também sobre o fechamento das Escolas de Sociologia e Política[16].

Encontramos o Plano Integral de Educação e Cultura (PIEC) (1968-1971), documento importante para este estudo, uma vez que se estabeleceu como meta a interiorização do ensino superior, os cursos superiores de curta duração, o financiamento da educação, dentre outros aspectos[17].

Recuperamos o *Extrato do Estatuto da Associação de Escolas Superiores de Vitória da Conquista*, documento que determinava a fundação e manutenção de cursos superiores, dentre eles, a Fundação de Sociologia de Política[18], cujo objetivo foi "preparar cientistas e técnicos que concorram para o desenvolvimento do país".

Localizamos os livros de registro de matrículas dos alunos da Escola de Sociologia e Política. Ao lado disso, o projeto de pesquisa *Educação, Memória e História da Bahia:* Processos autoritários e Ditadura Militar possibilitaram que levantássemos fontes que relacionassem educação e ditadura militar[19].

Em arquivo particular, selecionamos jornais que circulavam tanto no município, como no âmbito estadual e nacional, sobre o nosso tema. Coletamos referências nos jornais: *O Combate* (1959-1961), *Tribuna do Café* (1977), *O Fifó* (1977) e *O Jornal* (1958-1975)[20].

Num outro arquivo particular, tivemos acesso a documentos escolares e fotografias dos professores, alunos e funcionários da Faculdade de Sociologia e Política de Vitória da Conquista, instituição da qual o referido professor foi aluno, sendo um dos mais combativos na preservação da memória daquela instituição[21].

---

[15] O Jornal foi lançado em Salvador no dia 15 de outubro de 1912, fundado por Ernesto Simões e atualmente é propriedade de seus descendentes. É o maior e o mais importante jornal do Estado da Bahia (ABREU, 2009). Tais fontes foram coletadas na Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

[16] A consulta aos jornais permitiu mapear diversos acontecimentos ocorridos durante o período estudado. É sabido que não há cobertura jornalística neutra, pois os jornais são resultado de opções político-ideológicas de determinadas forças sociais, destarte, utilizamos tal material, sem abrir mão da crítica ao documento.

[17] Documento elaborado na gestão do governador Luiz Viana Filho e contou com o apoio dos secretários de educação Luiz Augusto Fraga Navarro de Brito (1967-1969) e, no final do governo, Edivaldo Machado Boaventura (1970-1971).

[18] Registrado sob nº 96 do livro A-4, datado de 28/10/1966, localizado no Fórum João Mangabeira, especificamente no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas.

[19] Juntamente com a doutoranda Daniela Moura Rocha de Souza e as bolsistas de iniciação científica Mércia Caroline Sousa de Oliveira e Taís Oliveira Santos e Santos.

[20] Arquivo do professor Dr. Ruy Hermann Araújo Medeiros.

[21] Arquivo do professor e memorialista Durval Lemos Menezes.

Recorremos, também, ao segundo volume da obra *Revista Histórica de Conquista*, de Aníbal Viana Lopes e *História de Conquista*: crônica de uma cidade, de Mozart Tanajura. Esses memorialistas apresentam o contexto econômico, político e educacional desta cidade, dentro de uma perspectiva já aceita pela história regional e local, porém, ficamos atentas às possibilidades e limitações que tal gênero nos oferece.

Além do caráter histórico-documental, a nossa pesquisa também contou com depoimentos de pessoas que foram partícipes desse processo e que revelam as singularidades e temporalidades da trama constituída nestas narrativas, tendo em vista as percepções e apreciações, as correlações e tensões materializadas em seus discursos e, ao mesmo tempo, aos materiais escritos que dão legitimidade legal a Instituição. É oportuno informar que entrevistamos dez ex-alunos da Escola de Sociologia de Vitória da Conquista, dois ex- professores, dois ex-alunos da Escola de Sociologia e Política de Salvador e alguns representantes da comunidade conquistense.

Optamos pela não identificação nominal dos entrevistados, por isso, os depoentes foram referenciados segundo o seu grupo de pertencimento ao objeto de estudo (ex-aluno ou pessoa de "notório saber"[22]).

1.2. HISTÓRIA E A MEMÓRIA: UM DEBATE NECESSÁRIO

O campo de estudo relacional entre história e memória constitui-se em desafio instigante e extremamente rico de possibilidades sobre o conhecimento do passado. No entanto, longe de definir seus limites, essa discussão, ela abre um longo debate sobre o significado desses termos.

No percurso dinâmico da pesquisa observamos que não poderíamos prescindir da concepção dialógica da história e memória, da relação todo e partes, em sua dialética com o histórico, o social e o coletivo. Especialmente porque compreendemos a memória como uma das fontes de compreensão da educação e da apreensão da história, especificadamente, da história da educação.

Tais estudos evidenciam elementos (a implantação, percurso e fechamento da FSPVC) na História da Educação Brasileira, "despercebidos" pela sociedade globalizante, porque clarificam o entendimento das estruturas econômicas, mentais, culturais e

[22] Segundo Neves (2002), no livro "História regional e local: fragmentos e recomposição da história na crise da modernidade", pessoas de notório saber são aquelas que conhecem a história da região ou do local pesquisado, e que são intelectualmente capazes de refletir sobre o objeto. Assim, tais sujeitos conhecem profundamente, bem como, são intelectuais que emitem juízos sobre (conhecimento científico). Diferentemente dos depoentes que possuem um conhecimento baseado no senso comum, empírico, por terem vivenciado o fenômeno (o objeto).

ideológicas que, inevitavelmente, entrelaçam realidade presente e passada, dentro das razões históricas em que foram produzidas e para as quais estão sendo mantidas (MAGALHÃES, 2016).

Para esse estudo, consideramos imprescindíveis os estudos realizados especialmente por Halbwachs (2006), que assegurou que a memória é social e se ancora em marcos que são as estruturas que unificam o pensamento de um grupo ou de uma classe social, ou seja, são representações de valores e necessidades fundamentais.

O autor foi o primeiro teórico a analisar o caráter social da memória, com influência marcadamente durkheimiana, pois se contrapôs a ideia de que a memória é um fenômeno eminentemente individual, biológico, dominante nas pesquisas até então. No livro "*A memória coletiva*", Halbwachs (2006) evidenciou o caráter social da memória, especialmente pelo fato de que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ocupo e com as relações que mantenho.

A partir de uma concepção positivista, o autor considera que a memória se apoia na história vivida e não na aprendida, pois quando termina a tradição e se decompõe a memória social, começa a história, que utiliza uma sucessão cronológica de eventos e datas, através dos quais, os livros e as narrativas em geral nos apresentam.

O autor considera que a memória coletiva tem como um dos suportes a linguagem, considerada como o marco social mais elementar e estável, pois ela possibilita a construção, transmissão e recordação dos conteúdos. E é ela que permite a formulação de uma narrativa do "passado vivido".

Halbwachs (2006) analisa o caráter social e coletivo da memória e ressalta que para confirmar uma recordação não são necessários testemunhos literais, mas sim uma base comum de contato entre aqueles que compartilharam dadas vivências comuns. Portanto, cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que os indivíduos ocupa nas relações que mantem.

O autor concebe a memória como algo que foi vivido, as tradições e costumes de um determinado grupo social. Para ele, quando a memória social se decompõe, começa a história, que utiliza uma sucessão cronológica de eventos e datas, através dos quais os livros e as narrativas em geral nos apresentam um quadro esquemático como mecanismo de preservação e lembranças.

Por sua vez, Nora (1993), no texto "*Entre memória e história: a problemática dos*

lugares" estabelece uma relação de oposição de conceitos entre a memória e a história. Para o autor, a história estaria associada à reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais, fazendo uso das narrativas lógicas e lineares, se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. Já a memória se baseia no vivido, se enraíza na imagem, no objeto e é assegurada por grupos sociais e, neste sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A memória é por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada (NORA, 1993).

Do ponto de vista da hermenêutica, Ricouer (2007) no livro "*Memória, história, esquecimento*", estabelece uma aproximação entre a memória e a história, apresentando-as como discursos de representação do passado: enquanto a representação da memória tem uma ligação com o que aconteceu e é incapaz de garantir sua adequação, a história não tem esse vínculo, mas tem elementos que podem garantir a verdade dos representados. O que distingue esses dois campos então, para o autor é a temporalidade, uma vez que, a história estaria negada a pequena alegria do reconhecimento preservada à memória, pois aquele que evoca, chega à identificação da lembrança com o acontecido, objeto da rememoração: foi ele, foi lá, isso aconteceu assim. É por causa disso que a memória atinge a veracidade da evocação. Já a história, as experiências as ações não correspondem ao vivido, e, portanto, do não-verificável, a narrativa opera-se por critérios de verossimilhança.

É por conta disso que Ricouer (2007) destaca o papel das fontes testemunhais, pois "não temos nada melhor que o testemunho, em última análise, para assegurar-nos de que algo aconteceu, a que alguém atesta ter assistido pessoalmente, e que o principal, se não às vezes o único recurso, além de outros tipos de documentação, continua a ser o confronto entre testemunhos" (RICOUER, 2007, p. 156). O autor supracitado afirma que o testemunho se inscreve na relação entre o passado e o presente, no movimento de compreensão de um pelo outro.

Pollak, no texto "*Memória, Esquecimento, Silêncio*", também discute sobre as memórias contidas em testemunhos, os quais se estabelecem por meio de lembranças individuais, mas que apresentam experiências sentidas coletivamente. Memórias que são formadas por narrativas negligenciadas e suprimidas. Inseridas em contextos que apresentam lembranças que passam despercebidas pela sociedade englobante (POLLAK, 1989).

Naturalmente, outras abordagens mais recentes são imprescindíveis, como as de Magalhães e Almeida (2011) quando ressaltam que algumas memórias são constantemente ressaltadas, priorizadas, e outras relegadas, esquecidas. Este fato implica afirmar a existência de um controle do uso da memória valendo-se da necessidade de manutenção e/ou reprodução de determinadas relações sociais

Complementarmente, no texto "*História, Memória e a Educação: relações consensuais e contraditórias*", Magalhães (2016), assegura que a memória é construída por grupos de pertencimentos, marcados por lugares, espaços, valores, instituições que, por sua vez, é moldada por uma dada sociedade. Para a autora, a memória deve ser analisada também pelo uso ideológico e das experiências, das situações e relações constituídas socialmente em determinados lugar e tempo, o que supõe realidades consensuais e contraditórias, dentro da dialética entre passado e presente. Nas suas palavras: "Um passado que permanece vivo, agregado a novas informações e experiências, que não se dilui, simplesmente, com o passar do tempo" (MAGALHÃES, 2016, p. 169).

Utilizar a memória coletiva ou social como fonte ou objeto de estudo, implica em adotar a mesma acuidade teórica e metodológica adotada na pesquisa científica. Isso implica contextualização temporal e construção de um discurso fundamentado (ARÓSTEGUI, 2004).

Do exposto, compreendemos que a memória é o vivido, o experimentado, não individualmente, mas como produto da interação social, acreditamos que, mesmo com suas próprias especificidades, as categorias história e memória estão em constante interação, tem especificações distintas, mas sãocorrelatas. E, diante da constituição da memória social – que objetiva refletir sobre os fenômenos e práticas relacionadas à memória coletiva frente a uma estrutura historiográfica estruturada, torna-se imprescindível refletir sobre as diferenças e aproximações entre esses campos (MENDES, CASTANHO & CASIMIRO, 2013).

Assim, uma história se torna mais visível quando se descortina sua memória social, de representação do ensino superior como marco de classe, de garantia de alcance ou manutenção de acesso social. Observamos ainda que existem os interesses políticos e ideológicos que sustentam e dão construção singular a história. História essa escrita e interpretada por documentos oficiais, porém, muitas vezes essencialmente sentida ou ressentida pelos sujeitos que vivenciaram sua realidade direta ou indiretamente, em suas

contradições.

No nosso estudo, a convergência e dialogicidade entre história e memória do ensino superior, sua interiorização no Brasil, na Bahia e em Vitória da Conquista, envolve transmissão de necessidades de classe, conflitos, ou seja, a história pode se revisitada por meio da memória coletiva e/ou social, evidentemente, a luz da sua relação com a totalidade.

1.3. ROTEIRO DA EXPOSIÇÃO

No que se refere à estrutura do trabalho, na segunda seção (pós-introdução) inserimos o objeto no plano contextual e optamos por focar na discussão sobre o ensino superior no Brasil, bem como a trajetória da sociologia e a polaridade existente entre o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES).

Na terceira seção, tratamos da fundação e institucionalização das primeiras faculdades ofertantes de cursos das Ciências Sociais no Brasil: a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP) e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo (USP). Observamos que a implantação dessas instituições paulista e carioca foi fruto de um movimento de modernização do País que influenciou os rumos da compreensão sociológica e o interesse político em constituir uma elite que dessa conta das explicações dos problemas brasileiros.

Na quarta seção, situamos nosso objeto no âmbito baiano, ou seja, tratamos do Projeto Colúmbia e da implantação das primeiras instituições de Sociologia e Política na Bahia, a saber: Salvador e Ilhéus. Nesse interregno, o golpe militar foi implantado e, por isso, falamos dos principais dispositivos legais para “adequação” do ensino superior a novas demandas autoritárias. Já no contexto repressivo, situamos a “operação limpeza” em algumas faculdades ofertantes dos cursos de filosofia.

Como consequência dessas primeiras reflexões, apresentamos, na última seção deste trabalho, a memória de uma instituição silenciada pela ditadura: a Faculdade de Sociologia e Política de Vitória da Conquista (FSPVC). Pensar essa instituição por meio dos processos de memória permitiu-nos posicioná-la a partir da dimensão social da história de vida cotidiana dos atores institucionais que lhe deram origem e sentido. Além disso, articulamos as singularidades e temporalidades da trama das relações sociais constituída

pelos documentos e narrativas de memória(s)[23], tendo em vista as percepções e apreciações, as correlações e tensões, materializadas pelas práticas e discursos dos seus sujeitos vivos ou dos materiais escritos.

Os documentos oficiais, jornais e legislação analisados complementaram essa memória, guardando as verdadeiras dimensões quanto ao poder de cada personagem envolvido. Conforme tais considerações, chegamos até aqui, ainda com essas lacunas a serem respondidas e pesquisadas e com forte intenção de dar continuidade a essa temática, correspondente à memória e à história do ensino superior em Vitória da Conquista.

Ciente dos limites deste trabalho que ora se apresenta, tecemos algumas considerações resultantes das análises realizadas. Não tivemos a intenção de esgotar a discussão sobre a problemática levantada e sim contribuir para a explicação das contradições inerentes ao processo de implantação do ensino superior em Vitória da Conquista, por meio da recuperação, compilação, organização e análise de um importante patrimônio histórico. Bem como presentificar a memória da determinada instituição, mediante os documentos e os sujeitos partícipes.

Com esse trabalho tentamos investigar as múltiplas determinações da realidade estudada. Nesse percurso, outras questões surgiram, tais como descobrir a predominância das linhas teóricas dos professores da Faculdade, a relação existente entre Anísio Teixeira e Padre Palmeira na implantação dessas faculdades[24] e o envolvimento da Igreja Católica na implantação dessa instituição. Mas as respostas que podem estar no horizonte de preocupações, não foram objeto deste estudo.

---

[23] Segundo Thompson (1992) as narrativas de memória depois de gravadas e registradas por escrito, tornam-se documento.

[24] Esse questionamento se deve porque temos registros de Anísio Teixeira participando de eventos e reuniões sobre as Faculdades de Sociologia e Política.

2. O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS, SOCIOECONÔMICAS E INSTITUCIONAIS

Como em outros países da América Latina, o campo das ciências sociais, especialmente da sociologia, remonta à implantação dos cursos de ciências jurídicas e sociais. Sabemos que durante o período colonial, a Faculdade de Direito de Coimbra desempenhou papel estratégico na formação das elites políticas, jurídicas e intelectuais da América Portuguesa. Com a transferência da família real para a colônia, em 1808, iniciou-se, no Brasil, a implantação do ensino superior, inspirado no modelo napoleônico das faculdades profissionais.

Diferentes concepções de ensino superior são apresentadas no livro "*A Universidade Necessária*", de Ribeiro (1978). O autor afirma que as estruturas das instituições latino- americanas foram cópias – em grande parte – da matriz francesa do século XIX, e que este transplante resultou num aglomerado de instituições isoladas, profissionalizantes, fragmentado e que serviu, na verdade, para perpetuar os interesses da classe dominante,

> [...] A matriz francesa, reduzida a tal marco colonial, resultaria numa universidade patrícia, preparadora dos filhos dos fazendeiros, dos comerciantes, dos funcionários, para exercício de papéis enobrecedores ou para o desempenho de cargos político-burocráticos, de regulação e manutenção da ordem social ou para o desempenho das funções altamente prestigiadas de profissões liberais, postas a serviço da classe dominante (RIBEIRO, 1978, p. 106).

Submetida ao Estado e responsável pela construção e legitimação da unidade do pensamento nacional, a universidade tinha como meta a preparação profissional de servidores do Estado. Esta concepção tinha características diferentes daquelas que marcaram tanto o modelo alemão como o inglês[25].

Conforme foi mencionado anteriormente, o ensino superior apresentava-se desprovido de caráter nacional, influenciado por um espírito colonialista. Herdamos não

[25] O modelo alemão foi estruturado em 1810, por Humboldt, que introduziu a pesquisa científica como função inerente à universidade. Esta ideia representou, enquanto movimento, um salto de qualidade na concepção de universidade, constituindo-se como um dos grandes marcos da ciência moderna. Já a concepção inglesa, das universidades de Oxford e de Cambridge, fundamenta-se no princípio de que à instituição universitária compete à conservação e a transmissão do saber acumulado pela humanidade e tem como premissas a neutralidade da ciência e a dissociação entre o ensino e a pesquisa, tidas como atividades incompatíveis entre si e, por consequência, com as funções da universidade (MAZZILLI, 2011).

apenas uma herança cultural, mas, também, uma herança econômica e social. Mantinha-se o privilégio de se fazer um curso superior, pela simples razão de persistir o privilégio de riqueza e de classe. De acordo Fávero (1980), de modo geral, poucos eram os que orientavam seus cursos para os problemas de nossa realidade.

Entretanto, conforme Cunha a formação em nível superior passou a ser cada vez mais requisitada, sobretudo, para o atendimento das necessidades da Corte, pois, "foram criados cursos e academias destinados a formar, sobretudo, profissionais para o Estado, assim como especialistas na produção de bens simbólicos, e num plano, talvez, secundário, profissionais de nível médio" (CUNHA, 2007, p. 138).

Para atender às demandas da corte, foram criadas diversas escolas superiores isoladas para a preparação de profissionais liberais nas áreas de direito (a exemplo da Faculdade de Direito de Olinda/Recife e de São Paulo), medicina e engenharias. Tais cursos serviam de instrumento para a ascensão social, manutenção e consolidação do regime, de uma sociedade essencialmente agrária e dependente (FÁVERO, 1980).

Tavares (1985) considera que buscar a origem da universidade brasileira no período colonial é forjar uma vontade que jamais houve por parte dos colonizadores:

> O período colonial brasileiro foi educacionalmente nulo. Com efeito, o colonizador português sempre preferiu construir igrejas e prédios para a administração. Jamais escolas. Nos prédios das Câmaras Municipais, reservou área para cadeia. Nunca, porém, para escolas. Não obstante, uma verdade histórica, todos os historiadores brasileiros, do Visconde de Porto Seguro (Francisco Adolfo Varnhagen) a Pedro Calmon, concederam destaque às atividades educacionais das ordens religiosas de confissão católica, como se elas tivessem suprido o que faltou da parte da administração colonial. É assim que apresentam as iniciativas dos jesuítas, dos beneditinos, das carmelitas, e dos franciscanos, numa dimensão que transforma os seus delineamentos catequistas em formas de escolaridade e educação (TAVARES, 1985, p. 07).

As ordens religiosas, principalmente a dos jesuítas, cumpriram um papel que seria da Coroa, mas, se o fizeram, foi em comunhão de propósitos com ela[26]. Para o autor, eram questionáveis os interesses do governo português em relação à criação de Universidade, uma vez que, na colônia brasileira não houve sequer ensino elementar garantido. Tais afirmações coincidem com as de Cunha (2007b, p. 39), o qual também assegura que o ensino superior era ministrado nos colégios jesuítas, que ofereciam os cursos de Filosofia e Teologia, sendo que "a Igreja Católica era, então, uma instituição privada que se mesclava ao Estado pelo regime

[26] Os religiosos no Brasil colonial eram funcionários do Estado Português e recebiam pagamento pelos serviços prestados à Coroa.

do padroado”.

Até o século XVIII, de modo explícito, o governo português procurou impedir a criação de instituições de ensino superior e de imprensa, prevendo que no futuro pudessem constituir-se como focos ou instrumentos de libertação dos colonos. Com a preocupação de reforçar os laços de dependência com a Metrópole, em 1605, negou aos jesuítas o reconhecimento de *status* de universidade ao Colégio da Bahia (FÁVERO, 1980).

Da Colônia à República, houve grande resistência à ideia de criação de instituições universitárias oficiais: mais de duas dezenas de projetos de criação de universidades foram apresentadas e não lograram êxito. Mesmo após a Proclamação da República, as primeiras tentativas também se frustraram. Neste período, os intelectuais começaram a tomar posições coletivas reivindicando a liderança moral da Nação, coincidindo com o acesso de filhos de uma nova burguesia urbana as faculdades profissionais (TRINDADE, 2007).

Com a República, permanece sem grandes alterações esse quadro. Mantém-se o ensino superior como atribuição, embora não privativa, do poder central. É em virtude da autorização outorgada pela Reforma Benjamin Constant, em 1890, que surgem várias escolas superiores, de iniciativa particular, como: as Faculdades de Direito da Bahia, do Rio e de Minas Gerais; as Escolas de Engenharia do Recife e do Mackenzie (São Paulo); as Politécnicas de São Paulo e da Bahia; e a Faculdade de Medicina de Porto Alegre (FÁVERO, 1980).

É também como o advento da República que se inicia, na Igreja Católica, a discussão da necessidade de ser criada, no país, uma universidade ou faculdade católica. O assunto é debatido a partir do I Congresso Católico, realizado em 1900, na Bahia, e retomado no II Congresso, em 1901, no Rio de Janeiro. Como preparo para se atingir este objetivo dever-se- ia começar pela fundação de faculdades especiais, dando-se preferência às de filosofia, de letras e de ciências jurídicas. É interessante observar que em 1908 é fundada no Mosteiro Beneditino de São Paulo, a primeira Faculdade de Filosofia do Brasil, agregada à Universidade de Louvain (FÁVERO, 1980).

Sob os princípios liberais de descentralização surgiram as duas primeiras instituições denominadas universidades: a Universidade de Manaus, em 1909, e a do Paraná, em 1912. Ambas apareceram como instituições livres e tiveram duração efêmera. Embora tenham existido de fato, os autores, em geral, consideram a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920, como a primeira universidade brasileira, por ter sido instituída

por força de um decreto do governo federal[27].

Neste interregno, houve um movimento ocorrido na Universidade de Córdoba, na Argentina, em 1918, constituindo-se no embrião de um novo paradigma de universidade.

O movimento de Córdoba foi deflagrado pelo movimento estudantil e constituiu-se como um canal de expressão dos reclamos por reformas de base, por parte de uma sociedade que experimentava profundas mudanças na sua composição.

> O ideário deste movimento, proclamado no Manifesto de Córdoba, apresenta um conjunto de pleitos que se configuram como definição de uma nova identidade para a universidade, ao redefinir para que e para quem deve servir a universidade e como se realiza. Dentre as propostas apresentadas neste manifesto e dele decorrentes, destaca-se a incorporação da extensão universitária como meio que possibilita concretizar o compromisso da universidade com o povo e fazer dela um centro por excelência para o estudo dos grandes problemas nacionais. Assim, sob a inspiração de algumas experiências anteriormente realizadas na Bélgica e na França e com base nesta concepção de extensão, cujos programas se realizavam não na universidade, mas nas fábricas, nos escritórios e nos sindicatos, foram criadas as universidades populares, cujo corpo docente era composto pelos estudantes e o corpo discente, pelos trabalhadores (MAZILLI, 2011, p. 208).

A Carta de Córdoba foi evocada durante décadas pelo movimento estudantil latino-americano, pois definia princípios gerais "contra um regime administrativo, contra um método docente, contra um conceito de autoridade" (CUNHA, 2007c, p.171) vigente na universidade oligárquica e clerical. Os principais pontos da reforma universitária laicizante:

> [...] participação dos estudantes e dos formados na direção da universidade (o princípio do co-gobierno); autonomia universitária; assistência livre, como meio de forçar professores a melhor prepararem as aulas; seleção dos mais capazes e não dos mais favorecidos economicamente; instituição de livre-docência com valor igual ao do curso oficial; periodicidades das cátedras; publicidade dos atos universitários; extensão universitária; ajuda social aos estudantes; diferenciação das universidades conforme as peculiaridades regionais; orientação social dos estudos universitários, abordando os grandes problemas nacionais (CUNHA, 2007c, p. 171-172).

Ribeiro (1982) destaca outros postulados, tais como: gratuidade do ensino superior, liberdade docente, implantação de cátedras livres, livre ingresso, livre frequência às aulas,

[27] Para Fávero (1980), a Universidade do Rio de Janeiro não foi senão a superposição de uma reitoria a três escolas superiores já existentes, de caráter profissional, tal como um século atrás tinham sido organizados os liceus, pela mera justaposição de aulas-régias. Segundo a autora, "havia apenas o rótulo que soava bem aos ouvidos provincianos da década de 20" (FÁVERO, 1980, p. 36). Entretanto, apesar das incongruências ocorridas na criação desta Instituição, ela teve o mérito de suscitar o debate em torno do problema universitário brasileiro.

elevação do nível de qualificação do professorado e a melhora de suas condições de vida e de estudos, autonomia política, docente e administrativa, dentre outras. Dentre as repercussões mais visíveis desse Movimento reformista é que a extensão, como função da universidade, a partir dos anos 1920 e 1930, foi consagrada na legislação universitária de praticamente todos os países do mundo (MAZZILLI, 2011).

Vinte anos depois da Carta de Córdoba, encontramos o conteúdo desta no "Plano de Sugestões para uma Reforma Educacional Brasileira", de onde saiu a União Nacional dos Estudantes (UNE)[28]. Mesmo que de forma remota, muitos anos depois, os ideais desse Movimento influenciaram as Cartas da Bahia e do Paraná, eventos nacionais da reforma universitária promovidos pela UNE, no início da década de 1960.

A Revolução de 1930 e o golpe do Estado Novo, em 1937, foram sustentados pelo discurso da modernização e do progresso[29]. Este cenário suscitou o desafio de empreender uma transformação nas suas instituições, para os grupos dominantes, ou seja, a ideia de que uma instituição universitária tinha sua razão de ser, desde que preparasse uma nova elite ilustrada e modernizadora, capaz de garantir a continuidade da estrutura de poder. E, nesse contexto, em 11 de abril de 1931, foi aprovado Decreto nº 19.851 estabelecendo que tipo de ensino o país deveria obedecer, de preferencia, ao sistema universitário (Estatuto das Universidades Brasileiras), que pode ser considerado o marco estrutural da concepção de universidade em nosso país (FÁVERO, 1980).

Dentre outros dispositivos estruturais, o Estatuto afirmava que as universidades deveriam congregar pelo menos três faculdades: as tradicionais escolas de Direito, Medicina e Engenharia, ou duas delas mais a recém-instituída Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Reforçava, assim, de certa forma, a continuação do modelo de 20, com a justaposição de escolas tradicionais.

Apesar de todas as críticas que se possa fazer, alguns pontos merecem destaque: primeiro, a União é quem deve dispor sobre o ensino superior em todo o país; segundo, é equiparada as universidades estaduais ou livres às universidades federais para a concessão de títulos e, por fim, foi definido um modelo de governo e de administração universitária; as universidades federais tinham um reitor e um Conselho Universitário e as faculdades, escolas

---

[28] A organização inicial do movimento estudantil brasileiro foi temporã, em relação a outros países latino-americanos. A UNE é de 1937, mas a Federação dos Estudantes do Peru é de 1916 e a Federação Universitária da Argentina de 1918 (FÁVERO, 1994).

[29] É curioso observar, de passagem, como se tornou lugar-comum chamar a ditadura do Estado Novo apenas de "Estado Novo". Na literatura acadêmica e, principalmente, nas obras de divulgação, é raro encontrar o governo de Getúlio Vargas, entre 1937 a 1945, caracterizado como "ditadura".

ou institutos tinham diretor etc.

Em síntese percebemos que a posição assumida por Francisco Campos reflete bem a sua orientação sobre a importância da educação, como instrumento ideológico para os que estão no poder: “a função da ideologia dominante na formação social do homem é, principalmente, ocultar, mais do que negar, as relações antagônicas entre as classes” (FÁVERO, 1980, p. 46). Para a autora, a ambiguidade nas posições de Campos reflete, de certo modo, os traços do comportamento brasileiro no período em estudo: intelectual associado ao poder. E, apesar das críticas, somente a partir deste Estatuto é que a ideia de universidade começa a tomar forma no Brasil. Ainda segundo essa autora, as preocupações da intelectualidade não partiam de estudos da realidade brasileira e de suas reais necessidades, pois espelhavam, muitas vezes, preocupações do ensino visto na Europa e nos Estados Unidos.

Ainda em 1931, um novo decreto nº 20.179 é aprovado pelo governo central, dispondo sobre a equiparação de institutos de ensino superior mantidos pelos governos estaduais; dispõe também sobre a inspeção de institutos livres, para efeito de reconhecimento oficial dos diplomas por eles expedidos,

> Art. 8º São requisitos essenciais do instituto livre para a obtenção das prerrogativas a que se refere o artigo anterior:
> I, ter tido funcionamento regular e efetivo, pelo menos, nos dois anos imediatamente anteriores ao pedido de inspeção;
> II, observar regime didático e escolar idêntico ao de instituto oficial congênere;
> III, dispor de edifícios e instalações apropriados ao ensino a ser ministrado; IV, possuir corpo docente idôneo no ponto de vista moral e científico;
> V, instituir o provimento por concurso das vagas que ocorrerem no corpo docente, a partir da data do reconhecimento;
> VI, dispor de fontes de renda própria para a garantia de regular funcionamento pelo prazo mínimo de três anos;
> VII, possuir administração e escrita financeira regularmente organizada (BRASIL, 1931, s.p., grifo nosso).

Sobre o financiamento e reconhecimento dos cursos livres, o decreto regulamenta que:

> § 1º A inspeção preliminar será feita por inspetor nomeado pelo ministro da Educação e Saude Pública e durará dois anos, podendo ser prorrogado esse prazo se assim o decidir o Conselho Nacional de Educação.
> § 2º Para a inspeção preliminar o instituto livre depositará no Departamento Nacional do Ensino, por quotas semestrais adiantadas, a importância de 12:000$0 anuais.

> Art. 10. Finda a inspeção preliminar, será submetido ao Conselho Nacional de Educação o relatório do inspetor, que deverá conter informação minuciosa sobre a vida do instituto livre no biênio de inspeção.
> Art. 11. A concessão do reconhecimento ou da inspeção permanente se fará por decreto do Governo Federal, mediante proposta do Conselho Nacional de Educação, aprovada por dois terços da totalidade dos seus membros.
> Art. 12. Concedido o reconhecimento, o instituto livre depositará no Departamento Nacional do Ensino a quantia de 12:000$0, para o serviço de inspeção permanente, e renovará o mesmo depósito anualmente, por quotas semestrais adiantadas, enquanto vigorar regalia do reconhecimento.
> Art. 13. O regimento interno do instituto livre, a que for concedida inspeção permanente, será imediatamente submetido à aprovação do Conselho Nacional de Educação.
> Art. 14. Perderá temporária ou definitivamente a regalia do reconhecimento o instituto livre que não fizer o depósito anual para o serviço de inspeção, ou deixar de cumprir as disposições legais, ou cometer quaisquer outras irregularidades graves, verificadas as duas últimas hipóteses pelo inspetor do instituto ou por inspetor especial, cabendo ao Conselho Nacional de Educação decidir, em cada caso, se a perda do reconhecimento deverá ser temporária ou definitiva (BRASIL, 1931, s.p., grifo nosso).

Como se vê, o Decreto expressa o controle e a centralização do ensino superior por parte do Governo Central e apresenta-se marcado por um caráter uniformizador, nivelador e, de certo modo, autoritário.

Ao mesmo tempo em que as Ciências Sociais ganharam território próprio nas novas universidades, a Sociologia tornou-se disciplina obrigatória na escola secundária, por força da Reforma Francisco Campos, de 1931, como destaca Maria Hermínia Tavares de Almeida (1989). Essa Reforma proporcionou a Sociologia um *status* semelhante àquelas disciplinas consolidadas, a exemplo da Geografia e da Matemática:

> Art. 4º. O curso complementar, obrigatorio para os candidatos á matricula em determinados institutos de ensino superior, será feito em dous annos de estudo intensivo, com exercicios e trabalhos praticos individuaes, e comprehenderá as seguintes materias: praticos individuaes, e comprehenderá as seguintes materias: Allemão ou Inglez, Latim, Litteratura, Geographia, Geophysyca e Cosmographia, Historia da Civilização, Mathetatica, Physica, Chimica, historia natural, Biologia geral, Hygiene, Phychologia e Logica, Sociologia, Noções de Economia e Estatistica, Historia da Philosophia e Desenho (BRASIL, 1931, s.p., grifo nosso).

Além do ensino secundário, a sociologia tornou-se obrigatória nos cursos jurídicos e nos cursos de medicina, farmácia, odontologia, engenharia e arquitetura. A propósito, Villas

Bôas destaca que a disciplina sociologia estava inscrita na tradição de pensamento sobre o Brasil e dizia respeito à identidade da sociedade brasileira, "interessava investigar os problemas concretos do país, principalmente, conhecer suas peculiaridades para saber de suas possibilidades de integrar-se ao concerto das nações modernas" (VILLAS BÔAS, 2006, p. 70).

Com o golpe de 1937, as pressões políticas sobre as instituições universitárias não apenas haviam alterado os rumos da USP, ao esvaziar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras[30], e fechar a Universidade do Distrito Federal (UDF), mas, todas as instituições de ensino superior do país passaram a ser ordenadas por meio de uma legislação de cima para baixo, cuja tônica era a inibição de novas formulações ou de diferentes propostas que fugissem ao modelo consagrado pelo então Ministério de Educação e Saúde.

Sabemos que, o caso da Universidade do Distrito Federal apontava para uma proposta singular de universidade, num contexto de reformas, no ensino primário e secundário, empreendidas por Anísio Teixeira quando ocupava a diretoria do Departamento Municipal de Educação, no Rio de Janeiro, em 1935.

Instalada pelo Decreto Municipal nº 5.513, em 1935, a UDF tinha cinco setores: uma Escola de Ciências, uma Faculdade de Economia e Direito, uma Faculdade de Filosofia e Letras, um Instituto de Artes e um Instituto de Educação. A ideia fundamental era ter uma universidade que cultivasse o espírito criador, dando ênfase à pesquisa em todos os ramos, as atividades não devendo ser limitadas ao ensino. Para Salmeron (1999), a fim de criar essa atitude de espírito, manteve desde o inicio cursos de graduação e de pós-graduação, estes constituindo novidade naquela época, não somente no Brasil, mas também em países culturalmente mais avançados da Europa e dos Estados Unidos[31]. Segundo este autor, a Universidade não chegou a ter prédios próprios, era dispersa em várias instituições, as aulas sendo ministradas nos lugares de trabalho dos professores, o que possibilitava aos estudantes frequentar os laboratórios: a Escola Politécnica, o Instituto Oswaldo Cruz, o Instituto Nacional de Tecnologia, dentre outros. Na perspectiva de Fávero (2006a, p. 62), a dimensão científica da UDF poderia ser observada na sua organização acadêmica que apresentaria "algumas exigências que favoreciam a formação de pesquisadores, em comparação ao que existia em termos de ensino superior nos anos de 1930".

---

[30] Trajetórias intelectuais: professoras do Curso de Ciências Sociais da FFCL-USP (1934-1968).

[31] O primeiro reitor foi Afrânio Peixoto, professor de medicina e escritor, e o corpo docente contava com personalidades de prestígio, como, por exemplo, em Ciências Humanas e Letras, Jorge de Lima, Gilberto Freyre, Artur Ramos, Hermes Lima, Sérgio Buarque de Holanda, Prudente de Moraes Neto, dentre outros (SALMERON, 1999, p. 48).

Assim, a UDF incorporou uma proposta moderna de educação superior, em que novos cursos são criados, até aquela época, inexistentes no Brasil, pondo em prática uma proposta de estrutura organizativa mais autônoma, dinâmica e participativa. Isto significou o rompimento com antigo modelo de agregação de escolas profissionalizantes, visível na própria denominação das escolas[32].

Num cenário político conturbado, a Intentona Comunista de 1935 deu pretexto ao governo para fazer intervenção nas instituições vigentes durante muito tempo, atingindo as pessoas mais visadas por não seguirem ideias oficiais ou por desenvolverem atividades fora dos quadros considerados oficiais. Naquela vaga de perseguições, o prefeito Pedro Ernesto foi destituído do cargo da prefeitura, Anísio Teixeira, da direção do Departamento de Educação e Afrânio Peixoto, da reitoria da universidade (SALMERON, 1999).

Anísio e seus colaboradores previram uma universidade dinâmica preocupada com a promoção e estimulo à cultura, em que as suas principais escolas e institutos estavam "voltados principalmente para as ciências humanas, tendo uma linha de pesquisa e de confronto com a realidade e não com o objetivo de ser mera agência de ensino" (FÁVERO, 2000, p. 77). Segundo a autora, a criação da UDF baseava-se nos princípios de "autonomia e liberdade, e os de integração e cooperação entre os diferentes órgãos da universidade" (FÁVERO, 2000, p. 76). Entre as finalidades dessa Instituição:

> Encorajar a pesquisa científica, literária e artística;
> Propagar a aquisição da ciência e das artes, pelo ensino regular de suas escolas e pelos cursos de extensão popular;
> Formar profissionais e técnicos nos vários ramos da atividade que as suas escolas e institutos comportarem;
> Promover a formação do magistério em todos os seus graus (FÁVERO, 2000, p. 72).

O alcance dessa proposta pode ser medido através da influência na organização dessa Instituição teriam posteriormente, tanto abraçadas pelo movimento estudantil, quanto seriam retomadas e atualizadas no projeto de implantação da Universidade de Brasília, em 1961 – da qual Anísio Teixeira, ao lado de Darcy Ribeiro, foi um dos principais idealizadores.

O ministro da Educação, Gustavo Capanema iniciava seus estudos para uma reforma do ensino superior. Fundou no Rio de Janeiro a Universidade do Brasil, que assim

[32] O Instituto de Educação, as Escolas de Ciências, de Economia e Direito, de Filosofia e Letras, e o Instituto de Artes, compunham essa universidade (cf. Decreto 5.513 de 4 de abril de 1935).

denominou porque seu objetivo era torná-la o padrão para as demais. Em conluio com outros intelectuais católicos, liderados por Alceu Amoroso Lima, combateu intensamente o espírito aberto da UDF. A propósito, Fávero destaca que:

> A partir do Golpe de 1937, as pressões políticas sobre as instituições universitárias não apenas haviam alterado os rumos da USP, esvaziando a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e fechando a Universidade do Distrito Federal, mas todas as instituições de ensino superior no país passaram a ser ordenadas por meio de uma legislação de cima para baixo, legislação esta, cuja tônica era a inibição de novas formulações ou de diferentes propostas que fugissem ao modelo consagrado pelo Ministério de Educação e Saúde (FÁVERO, 1980, p. 101, grifo nosso).

Capanema organizava a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, pelo Decreto-Lei nº 1.190 de 4 de abril de 1939, com estrutura idêntica a que tinha sido adotada pela USP, inclusive, com a participação de professores estrangeiros. Mas, como a direção estava sob a guarda de Alceu Amoroso Lima, foi difícil encontrar professores com tendências teóricas próximas as da Igreja, para ministrar disciplinas como, por exemplo, Psicologia e Sociologia. Não foi à toa, que Alceu Amoroso Lima tornou-se o primeiro reitor da Universidade do Distrito Federal. No entanto, essa instituição teve vida efêmera, de três anos e meio. Os argumentos utilizados para sua extinção foi à manutenção da ordem e da disciplina, os mesmos usados contra a Universidade de Brasília, 27 anos depois, por um regime político que também instaurava a ditadura no país (SALMERON, 1999).

Ainda na vigência do Estado Novo, foi implementado o Decreto-lei nº 421, de 11 de maio de 1938, que regulava o funcionamento e o reconhecimento dos estabelecimentos de ensino superior. No referido Decreto, era livre a abertura de escolas superiores criadas e mantidas tanto pelos poderes públicos como por particulares. Esse aparato coadunava com os pressupostos da Constituição de 1937, que afirmava “ser aceita a liberdade de ensino em todos os graus e ramos, desde que respeitadas às prescrições da legislação” (BRASIL, 1937, art. 150, letra c), contudo, quase dois anos depois esse mesmo dispositivo sofreu algumas modificações introduzidas pelos Decretos-lei nº 2.076, de 08 de março de 1940 e nº 3.617, de 11 de setembro de 1941.

Fávero (1980) assegura que a autorização de caráter condicional não implicava o reconhecimento do curso, pois a instituição era obrigada, após dois anos, a requerer ao Ministério da Educação e Saúde o respectivo reconhecimento e, caso não o obtivesse, ser-lhe- ia retirada a autorização de funcionamento. Para uma visão quantitativa da expansão

do ensino superior desde 1808 (quando foi criada a primeira escola superior brasileira – escola de Cirurgia e Medicina da Bahia) até o período do Estado Novo, a tabela 1 apresenta os dados:

Tabela 1 - Expansão do ensino superior no Brasil: 1808-1945

Período	Número de instituições
1808-1890	14
1890-1930	86
1930-1945	181

Fonte: Teixeira (1968).

De acordo com os dados apresentados acima, verificamos que até a promulgação da República, foram fundadas mais de 13 instituições; no período seguinte foram criados mais 72 estabelecimentos desse nível; e até 1945, fundou-se mais de 95 escolas de ensino superior.

A expansão dessas instituições ocorreu simultaneamente com a preocupação com problemas de desenvolvimento econômico, especialmente a partir dos anos 1940. Sintomas dessa preocupação foram às missões patrocinadas pelos governos dos Estados Unidos e do Brasil, dentre elas a Missão Cooke (1942-1943) e a Missão Abbink (1948), que produziram sugestões e relatórios sobre as possibilidades da economia brasileira (ABREU, 2009).

Na área educacional, as orientações influenciaram a implantação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), criado, em 1947, no Rio de Janeiro, que congregou inovações acadêmicas modernizadoras, articuladas com o projeto político em voga, ou seja, instituiu uma nova estrutura para a carreira docente, priorizando a pós-graduação e tendo como fator para progressão o merecimento comprovado; substituiu o regime de cátedras pelos departamentos, como unidades básicas para o ensino superior; e propôs uma maior flexibilidade curricular que comportava um núcleo comum e outro núcleo de disciplinas profissionalizantes, dentre outras mudanças (CUNHA, 1983).

Essa nova estrutura do ensino superior começou a vigorar a partir da segunda metade da década de 1940, em substituição ao modelo francês de cátedras profissionalizantes para o modelo flexível dos departamentos da universidade estadunidense, isto é, acompanhou a inserção do poder político dos Estados Unidos na América Latina e o seu avanço tecnológico, principalmente a partir do fim da Segunda Guerra Mundial.

Há que se lembrar que, em 1948, no contexto da chamada Guerra Fria, foi criada a Escola Superior de Guerra (ESG) que daria cunho definitivo à Ideologia da Segurança Nacional, cujas bases conceituais visava justificar o controle das Forças Armadas sobre o Estado, cuja intenção era a de combater o comunismo, o "subversivismo".

Pensamento dominante entre setores militares desde a revolta comunista de 1935, o anticomunismo era um dos aspectos centrais da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Em vista disso, "Segurança para o Desenvolvimento" era a essência da mensagem e, a segurança virou condição fundamental para qualquer possibilidade de desenvolvimento, o que implicou na implementação da "ordem" e na eliminação do conflito mediante o emprego da força. O Estado, por sua vez, foi instrumentalizado para irradiar "valores" (como disciplina, hierarquia, ordem) para a sociedade (PADRÓS, 2012). Valores estes que se constituíram como ideologia e se reproduziram como discurso, influenciando a imprensa e setores civis da sociedade brasileira (obviamente, com grande repercussão na reestruturação do sistema educativo).

No livro "*As universidades e o regime militar*", Motta (2014) destaca que a intenção era concentrar esforços na educação elementar e nos cursos técnicos, no início dos anos 1950 e que não havia planos de atuar na educação superior, "eles queriam reformular a educação brasileira desde os níveis primários, para que ela não se voltasse tanto para preocupações teóricas e conteúdos clássico-humanistas, e se dirigisse mais para a solução de questões práticas" (MOTTA, 2014, p. 116).

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) foi marcado pela política do nacional desenvolvimentismo, seu lema oi de fazer o país crescer 50 anos em 05, através das ações constantes do Plano de Metas, voltadas para as áreas da energia, transportes, indústrias de base, educação e alimentos, acelerou as transformações estruturais do setor econômico, mas também resultou em grande endividamento do setor público.

A educação que, inicialmente, não estava em nenhum dos setores do Conselho de Desenvolvimento, passou a ser considerada na Política de Metas; isso porque, a produção econômica gerava a necessidade de formação de técnicos para atender a produção econômica em ascensão. Os motivos anunciados pelos mentores do Programa apresentaram uma justificativa "humanística" da proposta que não causasse um impacto negativo entre os educadores e pesquisadores da educação:

> A educação para o desenvolvimento não é, como a referência às transformações econômicas da sociedade pode deixar parecer, uma educação puramente técnica, sem objetivo ético e conteúdo humanístico.

> No que diz respeito ao objetivo ético, cumpre notar que a educação para o desenvolvimento requer, tanto o preparo intelectual do indivíduo, como a sua formação moral, o domínio de si próprio, o senso do bem-estar coletivo; a austeridade do consumir, a formação da gama de virtudes do realizador, que não é outra senão a das virtudes cristãs, a que a educação de hoje, completamente intelectualizada, voltou as costas inteiramente. No que diz respeito ao humanismo, cabe lembrar que o verdadeiro humanismo pressupõe integração do homem nas condições circunstanciais do seu meio e do seu tempo e procura a equação dessas condições e do que há de perene no próprio homem. Na educação para o desenvolvimento, concebida como um novo humanismo pedagógico, cada indivíduo é visto como protagonista da sua época, como veículo de soluções comuns reclamadas pela coletividade, soluções em que se harmonizam o permanente e o circunstancial (BRASIL, 1957 *apud* HORTA, 1982, p. 31-32).

Nota-se, nessa exposição de motivos, que a educação condicionou-se, com uma estrutura de dispositivos e de ações no Programa de Metas, aos requerimentos de uma economia em rápida expansão. Esse fato evidencia uma discussão sobre a função da educação no processo de desenvolvimento. De um lado, havia posicionamentos que defendiam o desenvolvimento educacional como decorrência do crescimento econômico. De outro, a educação seria uma exigência já estabelecida antes do desenvolvimento econômico (ABREU, 1963; HORTA, 1982).

Em 31 de janeiro de 1961, Juscelino Kubitscheck foi sucedido por Jânio Quadros, seu opositor apoiado pela União Democrática Nacional (UDN), que teve como vice-presidente foi João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Embora tenha feito um governo curtíssimo - que só durou sete meses – Jânio Quadros pôde, nesse período, traçar novos rumos à política externa e orientar, de maneira singular, os negócios internos.

Com a renúncia do presidente em exercício, por causa do regime parlamentarista, João Goulart ficou com força política restrita, acabou sendo empossado presidente em 07 de setembro de 1961. O ano seguinte, 1962, foi marcado pela realização das eleições para os Estados e para o Congresso e, junto a elas, a acentuação das divergências politicas, que se concentravam tanto nos principais partidos, PSD, PTB e UDN, quanto em outras organizações, como a Escola Superior de Guerra (ESG) e a UNE.

Nesse ano, ocorreu a Conferencia sobre Educação e Desenvolvimento Econômico e Social na América Latina, realizada em Santiago do Chile, onde foram reafirmados os objetivos do “Plano Decenal da Aliança para o Progresso” e propôs um conjunto de princípios que visavam à “modernização” do aparelho escolar, dentre eles, a ampliação das oportunidades de escolarização pela multiplicação das escolas, articulação entre graus e ramos do ensino médio e superior, gratuidade do ensino primário e médio, alfabetização

obrigatória dos maiores de 15 anos, o uso de recursos das empresas para a escolarização dos filhos dos trabalhadores; as outras medidas dessa ordem, muitas delas incorporadas aos textos legais no Brasil ou já presentes nas concepções de reformadores educacionais (CUNHA, 2007c).

Para esse autor, esse conjunto de medidas tinha um lugar muito preciso na estratégia imperialista, que via no nacionalismo e/ou na subversão o resultado das reinvindicações legítimas de educação frustradas por um aparelho escolar arcaico, insuficiente para formar os recursos humanos demandados pelas empresas e pela administração pública, incapazes de promover o desenvolvimento econômico, o qual atenuaria o "ímpeto revolucionário".

No que se refere diretamente ao ensino superior, o texto aprovado em Santiago reforçava o movimento de modernização desse ensino e recomendava medidas pareciam diretamente endereçadas ao controle político-ideológico no contexto brasileiro. Os estudantes e professores deveriam receber incentivos dos governos latino-americanos, na forma da organização da carreira docente e de incentivos técnicos e financeiros; e na forma de bolsas, residências universitárias e empréstimos de dinheiro. Ao mesmo tempo, os candidatos ao magistério superior deveriam sofrer "cuidados na seleção", para evitar, talvez, a prática, na universidade das "propagandas enganadoras" a que o texto se referia no item sobre o ensino primário. Recomendava, também, que as universidades incluíssem em suas atividades "o ensino dos princípios e objetivos que inspiram a cooperação internacional e os organismos que a dirigem e a orientam, assim como as formas e modalidades de tal cooperação e o estudo da organização e funcionamento das referidas instituições" (CUNHA, 2007c, p. 162).

O texto da reunião de Santiago dedicou grande espaço às questões ligadas ao planejamento da educação escolar, numa orientação que ganhava força no Brasil, resultando daí, possivelmente o "Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965)". Plano publicado em 30 de dezembro de 1962 foi elaborado por uma equipe liderada por Celso Furtado durante os momentos finais da híbrida presidência "parlamentar" de João Goulart.

Após a queda da taxa de crescimento aliada à instabilidade política, exigiam algum tipo de solução. Assim, logo após a "restauração do presidencialismo", o Plano Trienal tornou-se a proposta de continuidade do nacional-desenvolvimentismo. Dentre os objetivos do Plano estava a intensificação da ação do governo nos campos da educação, pesquisa, tecnologia e saúde pública. Desse modo, o planejamento da educação deveria ser integrado

com o planejamento econômico e social, assim como os órgãos encarregados de um e outro deveriam estar vinculados entre si com os “setores representativos das atividades nacionais, tanto públicas como privadas” (BRASIL, 1965, p. 143).

Dentre as causas da inviabilidade deste Plano tivemos a instabilidade do quadro político institucional, a desaceleração da taxa de crescimento econômico, uma crise profunda no processo de cumulação capitalista que tornou obsoleto o pacto estabelecido durante o governo de Kubitschek, entre os diversos blocos do capital. Ao lado disso, foi deflagrada uma crise de dominação do Estado capitalista brasileiro. A interação desses acontecimentos foi responsável pela grande instabilidade das instituições políticas que se assistiu naqueles anos.

Todavia, conforme Abreu (2009), apesar do peso importante das questões internas, o cenário externo foi também decisivo para os resultados obtidos pelo Plano Trienal. Ele foi formulado num contexto de estrangulamento externo, de modo que o reescalonamento da divida externa era uma questão crucial. O governo Goulart encontrou enormes resistências dos norte-americanos, obtendo uma ajuda inexpressiva por parte deles. O fracasso da missão que foi a Washington em março de 1963 criou uma situação de asfixia nas contas externas que eliminava qualquer possibilidade de a economia voltar a crescer e, igualmente, de as pressões inflacionárias serem contidas. Tais acontecimentos inviabilizaram a consecução do Plano.

Esse contexto impulsionou um novo papel para as instituições: o de formador de recursos humanos, carreando a transformação das “escolas” em “universidades”, que deveriam responder a uma necessidade econômica, ou seja, a demanda de recursos humanos especializados e a formação de um mercado interno sofisticado para satisfazer a uma exigência política: a montagem de um aparato institucional.

De acordo com a tese de Midlej (2004), as instituições de ensino superior tornaram-se alvo de inovações no esforço de adaptar-se às necessidades do novo contexto. Ao longo desse processo, a função formadora do ensino superior foi se modificando progressivamente, devido à necessidade de mão-de-obra especializada para a indústria e para o Estado e também pela necessidade de responder à crescente demanda pelo nível superior de ensino por parte das classes médias, como meio de promoção social.

A transformação do ensino superior tradicional em tecnocrático se impôs pelo próprio desenvolvimento econômico. Assim, essas instituições tornaram-se, a partir dos anos 60, palco de profundas transformações estruturais, tanto sobre seus aspectos de organização interna, como sobre suas relações com a sociedade.

2.1. O PERCURSO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL

O pensamento filosófico do início do século XIX compreende um conjunto de contribuições para as ciências sociais em geral e para a sociologia, em particular. Liberalismo, iluminismo, conservantismo, evolucionismo são algumas das principais correntes do pensamento europeu nesse tempo (IANNI, 2011). Para esse autor, essa multiplicidade de correntes, assim como suas divergências, constituem algumas condições epistemológicas do desenvolvimento não apenas da sociologia, mas das ciências sociais, no geral. Esses paradigmas ou os "princípios explicativos"[33] dão conta dos movimentos e impasses, das épocas e das transformações características das sociedades formadas com o mundo moderno.

Segundo o autor supracitado, à medida que se desenvolve e consolida a ordem burguesa, multiplicam-se as lutas sociais, a exemplo da Revolução Francesa, iniciada em 1789. É por isso que Ianni (2011) assegura que o século XIX nasceu sob o signo dos movimentos de protesto, greve e revolução e estes são os traços da sociedade burguesa.

Época em que se revelam mais explicitamente os impasses da sociedade civil, urbano- industrial, burguesa ou capitalista. Para o autor, esse foi o momento em que os personagens mais característicos determinam seus conceitos, tais como: mercadoria, força de trabalho, lucro, tecnologia, sociedade, Estado e nação, dentre outros.

Essa é a realidade que alimentou boa parte dos escritos de Saint-Simon, Tocqueville, Comte, Spencer, Feuerbach, Marx e outros. Claro que eles tiveram como base os ensinamentos filosóficos de Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, Kant, Hegel e outros. Todos queriam compreender, explicar e responder as transformações estruturais da sociedade (IANNI, 2011). Tanto na América Latina, quanto na África ou na Ásia ressoam essas ideias e teorias, evidentemente que existem outras explicações.

A respeito do florescimento da sociologia, Fernandes (1977) destaca que este foi ocasionado por um duplo condicionamento social: de um lado pressupõe certa intensidade e coordenação dos efeitos produzidos por processos sociais, na esfera da secularização das atitudes e na racionalização dos modos de compreender a existência humana ou o curso dos eventos histórico-sociais. Por outro lado, o ensino e a pesquisa da sociologia exigiram um suporte institucional e estrutural, que se formou e se desenvolveu nas sociedades europeias

[33] Expressão utilizada por Ianni (2011).

e nos Estados Unidos, em conexão com o desenvolvimento da ordem capitalista.

Especificadamente na América Latina, segundo Ianni (1976), a Sociologia expressou as profundas transformações das sociedades: acompanhou o processo de construção do Estado e da Nação, problematizou as questões sociais, e sempre manteve em diálogo internacional, o que possibilitou a pluralidade de interlocução, multiplicando as perspectivas de reflexão e criação.

O autor aponta que a sociologia desenvolvida neste continente quase sempre acompanhou as preocupações surgidas nos centros acadêmicos e governamentais dos países dominantes: determinismo geográfico, europeização étnica, cultural e das instituições políticas, estudos de comunidade[34], indigenismo, relações raciais e miscigenação, mudanças sociais, estratificação e mobilidade social, urbanização, formação das elites – especialmente empresariais e militares, modernização, explosão demográfica e planejamento familiar, dentre outros.

Para Ianni (1976), na maioria das vezes, a adoção desses assuntos está relacionada aos recursos financeiros e institucionais, bem como ao prestígio acadêmico nos países dependentes. Os estudos sobre mudanças sociais, por exemplo, foram fortemente estimulados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Cultura e a Ciência (UNESCO). Da mesma forma, as pesquisas sobre a explosão demográfica receberam recursos institucionais e contribuição de especialistas norte-americanos. Assim, "a cooperação científica implica geralmente na adoção, por parte dos sociólogos da América Latina, da problemática empírica sugerida ou em moda nos centros dominantes" (IANNI, 1976, p. 47)[35]. O autor adverte que, quando a investigação científica se insere no contexto das relações políticas, econômicas e militares é pouco provável que a sociologia, tanto quanto as outras ciências sociais, se libertem dessa limitação.

Martins (1994) também compreende que a sociologia passou a ser empregada, em boa medida, como técnica de manutenção das relações dominantes. Muitas pesquisas produzidas pelos sociólogos foram incorporadas à cultura e à prática das grandes empresas, do Estado moderno, dos partidos políticos, à luta cotidiana da preservação das estruturas

---

[34] Este método de estudos consiste em selecionar uma cultura de uma pequena sociedade, considerada representativa dos modos de vida de uma sociedade regional ou nacional, é analisada por meio de instrumentos teóricos da Antropologia Social. No caso, o planejamento da investigação, a abordagem metodológica dos problemas e as técnicas de campo foram basicamente etnográficos, mas combinados com a Sociologia (AGUIAR, 2013).

[35] Esse foi o caso dos estudos sobre as relações entre negros e brancos no Brasil, os quais foram estimulados pela UNESCO. Segundo os técnicos e cientistas da organização estavam interessados em demonstrar ao mundo que o Brasil era um exemplo notável de "democracia racial", entretanto, os resultados da pesquisa desmentiram essa hipótese e a própria UNESCO desinteressou-se do "exemplo" brasileiro (IANNI, 1976, p. 48).

econômicas, políticas e culturais do capitalismo moderno.

No Brasil, foram muitas as elaborações intelectuais que constituíram um pensamento social e político sobre a constituição das Ciências Sociais, especialmente da sociologia. Dentre as inúmeras tentativas de sistematização dessa ciência, consideramos de fundamental importância à periodização realizada por Florestan Fernandes. Para esse autor, a sociologia foi recebida como "novidade" intelectual, concomitantemente a sua criação na Europa.

Essa "novidade" tornou-se rapidamente conhecida, e foi regulada pelos padrões de vida literária, como consequência, a "sociologia reponta nos escritos brasileiros quase que paralelamente a divulgação da obra de Comte e de outros pioneiros do pensamento sociológico" (FERNANDES, 1980, p. 27). Em vista disso, houve a simultaneidade da importação dos positivismos europeus e do desenvolvimento do "ensaísmo" como estilo dominante das análises políticas, sociais, jurídicas, literárias e na implantação de cursos de "ciências jurídicas e sociais", conforme afirma Trindade (2007).

O autor supracitado enfatiza que, a partir do século XIX, é possível reconhecer três fases do desenvolvimento da reflexão sociológica na sociedade brasileira. A primeira fase, do autodidatismo, inicia-se já no terceiro quartel do século XIX, correspondendo à fase de desagregação da ordem social escravocrata, e é caracterizado pela exploração de conhecimentos sociológicos como recurso parcial de interpretação. A intenção principal não era fazer investigação sociológica propriamente dita, mas, considerar fatores sociais na análise de certas relações como, por exemplo, as conexões entre o Direito e a Sociologia, a literatura e o contexto social, o Estado e a organização social.

Complementarmente, Azevedo (1960) considera que os autodidatas, eruditos ou diletantes que cederam a várias influências, determinaram a acentuação do pensamento sociológico e político, a princípio tênue e difuso, tendo por referências o positivismo, o evolucionismo e as influências da escola antropológica italiana, as teorias antropogeográficas e, finalmente, da ecologia humana e da antropologia cultural anglo-americana.

O segundo período se frutificou nas primeiras décadas do século XX e se caracterizou pelo pensamento racional como forma de consciência e explicação da sociedade brasileira. As obras pioneiras destacam a intenção de fazer obra sistemática de investigação sociológica. Esse período é marcado pela expansão urbana e industrialização que se refletiram na composição das camadas dominantes e na forma de seleção de suas elites, que deram relevo a preocupações práticas, mas de cunho intelectual.

Na esfera da estrutura social, essa fase é marcada por algumas transformações paralelas:

> De um lado, a transformação do sistema escolar inseriu a pesquisa e o ensino da sociologia no corpo das atividades institucionalizadas. De outro, sob a influência de interesses variados, a sociologia foi incorporada ao funcionamento regular de vários serviços, departamentos e instituições, oficiais e particulares (FERNANDES, 1980, p. 38).

Este autor recorre à cidade de São Paulo para exemplificar a utilização da pesquisa sociológica nas instituições oficiais, com fins estritamente científicos (como no Departamento de Cultura da Prefeitura ou no Museu Paulista), a exploração da pesquisa sociológica em fins comerciais, na iniciativa privada (no IPES, por exemplo), o ensino e a divulgação de conhecimentos sociológicos em diversas organizações etc.

Almeida (1989) chama a atenção para o fato de que, nas duas primeiras décadas de sua institucionalização, as Ciências Sociais revelam uma intimidade, de diversas formas, com a política. Essa aproximação explica tanto a sua força quanto as suas instabilidades, uma vez que, muitas instituições que abrigavam as ciências sociais faziam parte do aparelho governamental, tal como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Mas, por vezes, elas também conseguiram a materialização de projetos culturais e ideológicos de forças que se definiam e disputavam o poder na arena políticas. Os embates políticos repercutiam nas instituições, com efeito potencializado nas universidades públicas, consagrando a ingerência do Poder Executivo no interior da vida acadêmica. Por outro lado, as conexões do sistema político com as agências governamentais tornaram-se uma estratégia dos grupos atuantes no cenário acadêmico[36].

Em meados da década de 1930, começaram a ser manifestar os primeiros indícios de uma articulação de interesses entre as novas categorias de produtores intelectuais, no caso os cientistas sociais, através da abertura de sociedades científicas, revistas acadêmicas e mandatos de representação em colegiados dentre e fora das instituições de ensino superior (MICELI, 1989).

Assim, as Ciências Sociais – e, de forma particular, a Sociologia – deveriam constituir o ingrediente principal da formação das novas elites, habilitadas a assumir a tarefa da construção

[36] Essa característica é evidente na década de 1950.

política de uma "nação moderna". É necessário destacar que, os formandos de ciências sociais podiam dar aula de filosofia, sociologia, história, antropologia e geografia (MEDEIROS, 2014a).

Sabemos que em 1932 ocorreu a Revolução Constitucionalista e, apesar da tendência de homogeneização, reflexo de uma política autoritária, aconteceram iniciativas que expressam posições contrárias (FÁVERO, 1980). Sob a liderança de Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo e orientadas pelos ideais humboldtianos que inspiraram a criação da Universidade de Berlim, foram criadas (em 1933), a Faculdade de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP)[37] (em 1934), a USP e a UDF (1935), no Rio de Janeiro, depois transformada em Faculdade Nacional de Filosofia, na Universidade do Brasil, em 1939[38].

Fernandes (1980) assegura que a institucionalização das atividades de ensino e de pesquisa provocou a organização em novas bases das tarefas da produção sociológica e a constituição de um público consumidor *orgânico*. Assim, "o ensino universitário deu à atividade profissional dos sociólogos o caráter de uma carreira, regulada academicamente" (FERNANDES, 1980, p. 39).

Azevedo (1951) sugere que esse período é compreendido pela associação do ensino e da pesquisa nas atividades universitárias e tem sua origem não em uma única causa determinante, pois decorre da multiplicidade de fatores, dentre eles, os conflitos e acomodações de povos e culturas diversas; o contraste entre as sociedades em mudança e as culturas remanescentes em toda a vasta extensão territorial; a variedade de paisagens culturais e a contemporaneidade ou justaposição nas realidades concretas,

> [...] o que nos compeliu a essa revolução intelectual, que nos iniciou no espírito crítico e experimental, em todos os domínios, e nos abriu o caminho aos estudos e as pesquisas sociológicas, foi, no entanto, o desenvolvimento da indústria e do comércio nos grandes centros do país e, particularmente em São Paulo e no Rio de Janeiro (AZEVEDO, 1962, p. 125).

---

[37] Esta Escola, a partir de 1938, é reconhecida como instituição complementar da USP. Mais tarde, serve de modelo para a regulamentação federal do ensino de Sociologia e Política no País: Decreto-lei n 9.786, de 06 de setembro de 1946, cf. nos anexos deste trabalho.

[38] O movimento de institucionalização dos cursos de Sociologia espraiava-se na América Latina: na Argentina, surgiu o Instituto de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires foi criado em 1940; no México, Lúcio Mendieta y Nuñez organizaram o Instituto de Investigaciones Sociales e editaram a Revista Mexicana de Sociologia; no Uruguai, em 1951, foi fundada a Cátedra de Sociologia na "Facultad de Derecho y Ciencias Sociales"; no Chile, a "Facultad de Filosofía y Educación de la Universidad de Chile", foi organizada em 1931, sendo Astolfo Taipa um dos mais importantes sociólogos chilenos do período. As primeiras cátedras de Sociologia, na Venezuela, foram fundadas na "Universidad Central", em 1902, e posteriormente na "Universidad de Los Andes". Posteriormente houve a criação do Departamento de Sociologia e Antropologia da "Universidad Central de Venezuela", no ano de 1953 (TAVARES-DOS-SANTOS; BAUMGARTEN, 2005, p. 182-184).

Sob o influxo da transformação da sociologia, surge um novo estilo de aplicação do ponto de vista sociológico, para padrões de interpretação propriamente científicos. Esse processo teve como precursores: Francisco José de Oliveira Viana (*Evolução do Povo Brasileiro*, 1933); Gilberto Freyre (*Casa Grande & Senzala*, 1933; *Sobrados e Mucambos*, 1936; *Ingleses no Brasil*, 1948); Caio Prado Júnior (*Formação do Brasil Contemporâneo*, 1942), Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*, 1936), Nelson Werneck Sodré *(Formação da Sociedade Brasileira*, 1944), dentre outros.

Fernandes destaca a influencia dos especialistas estrangeiros, na introdução da investigação de campo, na direção de padrões e ideais do trabalho científico, através do ensino superior. A principal figura deste período foi Emílio Willems, que combinou a pesquisa de campo com a reconstrução histórica[39]. Além desta, vários outros especialistas se destacaram (Donald Pierson, Jacques Lambert, Claude Lévi-Strauss, Roger Bastide, Herbert Baldus, Charles Wagley, dentre outros).

Florestan não discutiu a originalidade dessa produção, mas verificou que, do ponto de vista sociológico, foi evidenciada a crescente precisão científica. Além disso, os focos de interesse se ampliaram, ou seja, os temas estavam cada vez mais voltados aos problemas sociais emergentes nas diversas regiões do país.

Ianni (1989) também reconhece a contribuição dos pensadores do século XIX, mas adverte que, até 1930, a sociologia estava comprometida com preocupações morais, filosóficas, jurídicas e pouco comprometida com as exigências lógicas e metodológicas da análise científica. Mas, quando a sociologia se tornou disciplina propriamente científica, surgiram as primeiras tentativas de sistematização dos conhecimentos científicos: *Sociologia Educacional* (1940), *Princípios da Sociologia* (1940) de Fernando de Azevedo; *Teoria e Pesquisa em Sociologia*, 1945 de Donald Pierson; *Sociologia* – 02 volumes, de Gilberto Freyre etc. Neste período começou a circular a revista *Sociologia*, organizada por Romano Barreto e Emílio Willems, com objetivos predominantemente didáticos. Essas pesquisas oferecem um quadro rico de hábitos, maneiras de pensar e trajetórias de vida de diferentes atores sociais.

Mas, por meio da Reforma Capanema – Decreto-lei n.º 4.244, de nove de abril de 1942 – o ensino secundário foi reestruturado e, dentre as alterações, a Sociologia foi excluída do currículo como disciplina obrigatória. Uma nova disciplina foi incluída para o

[39] O autor destaca que no livro *Os Sertões*, Euclides da Cunha já havia explorado, mesmo que de forma informal, a investigação de campo.

ensino secundário: a educação moral e cívica. Com vistas à regulamentação desta disciplina, a lei reservou o capítulo quatro, composto dos seguintes artigos:

> Art. 23. Deverão ser desenvolvidos nos adolescentes os elementos essenciais da moralidade: o espírito de disciplina, a dedicação aos ideais e a consciência da responsabilidade. Os responsáveis pela educação moral e cívica da adolescência terão ainda em mira que é finalidade do ensino secundário formar ás individualidades condutoras, pelo que força é desenvolver nos alunos a capacidade de iniciativa e de decisão e todos os atributos fortes da vontade.
> Art. 24. A educação moral e cívica não será dada em tempo limitado, mediante a execução de um programa específico, mas resultará a cada momento da forma de execução de todos os programas que deem ensejo a esse objetivo, e de um modo geral do próprio processo da vida escolar, que, em todas as atividades e circunstâncias, deverá transcorrer em termos de elevada dignidade e fervor patriótico (BRASIL, 1942, s.p.).

Três anos depois da implementação desse decreto, na gestão do presidente Eurico Gaspar Dutra, foi aprovada a Constituição de 1946 que, dentre outras coisas, definiu que a educação pública é um direito de todos, o ensino primário é obrigatório e gratuito, liberdade de cátedra e concurso de provas e títulos no ensino secundário e superior – seja ele oficial ou livre, para assim garantir a vitaliciedade. Merece destaque a previsão de criação de institutos de pesquisa, de preferência junto aos estabelecimentos de ensino superior.

A sociologia, a partir da década de 1950, foi arrastada e envolvida na luta pela contenção da expansão do socialismo, pela neutralização dos movimentos de libertação das nações subjugadas pelas potências imperialistas e pela manutenção da dependência econômica e financeira destes países em face dos centros metropolitanos. Por conta disso, existe uma crítica avassaladora à sociologia, vista, no seu conjunto, como uma sociologia desenvolvimentista e economicista, por vezes funcionalista e marxista (VILLAS BÔAS, 2007).

Esse período corresponde à terceira fase do desenvolvimento da reflexão sociológica na sociedade brasileira. Caracterizada pela preocupação com o labor intelectual no estudo dos fenômenos sociais aos padrões de trabalho científico sistemático, configurava-se um novo período da Sociologia no Brasil, o qual, embora com raízes no segundo quartel deste século, só se configura plenamente no pós-guerra. Nas palavras de Fernandes (1977), era dominante a preocupação:

> [...] de subordinar o labor intelectual, no estudo dos fenômenos sociais,

> aos padrões de trabalho científico sistemático. Esta intenção se revela tanto nas obras de investigação empírico-indutivas (de reconstrução histórica ou de campo), quanto nos ensaios de sistematização teórica (FERNANDES, 1977, p. 28).

Foi intensificado o discurso no qual mundo rural era identificado como atrasado, velho, passado, enquanto o mundo urbano seria visto como adiantado, novo, moderno. Esse contexto vai ao encontro com o slogan "50 anos em 5" do presidente Kubitschek, pela ideia de que era possível recuperar o tempo perdido, por meio da incorporação do novo e moderno: o desenvolvimento, as estradas, as hidroelétricas, a arquitetura moderna, a música etc., é o que assegura Lúcia Lippi Oliveira (2005).

Essa fase de acelerado crescimento industrial do país, promove uma mudança sensível na configuração da sociologia. A questão da modernidade se impõe a essa disciplina. Assim, não apenas o leque temático da sociologia é ampliado, como também suas diretrizes teóricas. Os pesquisadores passam a tratam de temas rurais e urbanos, tendo agora como quando de referencia o processo de transformação da sociedade de base agrária em sociedade industrial (VILLAS BÔAS, 2006).

São muitas as obras desse período, entra as quais destaco as de Florestan Fernandes, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Guerreiro Ramos, Fernando Henrique Cardoso, Marialice Forachi, Octavio Ianni, Luiz Aguiar Costa Pinto, dentre outros.

Os horizontes teóricos são alargados no que concerne às temáticas da produção sociológica desse período, por exemplo, a diferenciação das coletividades deixou de se basear nas origens étnicas, na cor da pele, para encontrar na categoria trabalho um critério válido, mas "não era por isso uma sociologia marxista; nem realizou estudos das classes sociais de forma dogmática" (VILLAS BÔAS, 2006, p. 73). Entretanto, para a autora, em grande medida, havia o engajamento político e intelectual dos sociólogos que serviu para legitimar a sociologia como um conhecimento científico válido.

Oliveira (2005) assegura que, a partir daí, não se falaria mais em atraso, mas em subdesenvolvimento. Conceito este elaborado pelos membros da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão das Nações Unidas, criado em 1948, com sede em Santiago do Chile. A oposição entre tradição e modernidade fez com que a sociologia voltasse para a pesquisa sobre os condicionantes sociais do desenvolvimento; sobre a dicotomia entre arcaico *versus* moderno. Os economistas Raul Prebish e Celso Furtado foram seus mais importantes formuladores da aliança entre economistas e sociólogos, preocupados com as questões sociais vinculadas ao desenvolvimento econômico.

Apesar da diversidade de temáticas, a sociologia fornecia um paradigma dominante e era percebida como matriz integradora do conhecimento produzido em outros campos, no entanto, nesse período, já existia uma diferenciação disciplinar nas Ciências Sociais. Como exemplo, podemos citar o Instituto de Direito Público e Ciência Política (INDIPO) que surgiu com o objetivo de fertilizar a reflexão na área do Direito Público, conforme nos assegura Almeida (1989). Para ela, a multiplicação de instituições não significa apenas um sinal do vigor das Ciências Sociais, mas também um desabrochar de vários grupos com perfis diversos. Por isso, "uma serie de intelectuais parece ter sido responsável por quase todas as criações do período" (ALMEIDA, 1989, p. 202). A exceção, segundo a autora, é feita ao grupo que deu vida ao Instituto Brasileiro de Estudos Políticos (IBESP)/Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

2.2. POLARIDADE EXISTENTE ENTRE O ISEB E O IPES

Na disputa ideológica pela hegemonia entre os finais da década de 1950, e durante as décadas de 1960 e 1970, de um lado estava: o bloco oligárquico/industrial nacionalista reformista, tendo nos intelectuais do ISEB sua maior referência) e, do outro lado estava: o bloco financeiro-industrial multinacional e associado (composto pelo complexo IPES, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), a Escola Superior de Guerra (ESG) e as Forças Armadas, compreendendo que o IPES em associação com a ESG foram decisivos para a organização do golpe, que mesclou a Doutrina de Segurança Nacional com atuações civis, como por exemplo, as empresas multinacionais e institutos de pesquisa.

Recorremos ao percurso desses institutos para chegar às ideologias, ou nas palavras de Dreifuss, as *estufas ideológicas*[40] que nortearam as ações políticas do país, sendo a educação um de seus canais, para o discurso de modernização industrial que continuava vigorando desde os tempos de Vargas.

[40] Expressão utilizada por Armand Dreifuss no livro "*1964: a conquista do Estado"*, para referir ao complexo político-militar (composto pelos intelectuais orgânicos de interesses econômicos multinacionais e associados) cujo objetivo era agir contra o governo nacional-reformista de João Goulart e contra o alinhamento de forças sociais que apoiavam a sua administração.

2.3. INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS (ISEB)

O ISEB originou-se do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), criado em 1953, pelo Grupo de Itatiaia, assim chamado porque seus membros se reuniam no Parque Nacional de Itatiaia em acomodações cedidas pelo Ministério da Agricultura, sob a liderança de Hélio Jaguaribe. De acordo Toledo (1977), esse grupo era formado por intelectuais do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Criado em 1954, o ISEB tinha como foco a investigação da realidade brasileira, fundamentada, epistemologicamente, nas Ciências Sociais e, passou a ser peça essencial da nova administração, com a atribuição de formar uma mentalidade nacional para o desenvolvimento:

> Art. 1º É instituído, no Ministério da Educação e Cultura, diretamente subordinado ao Ministro de Estado, um curso permanente de altos estudos políticos e sociais, de nível pós-universitário, sob a denominação de Instituto Superior Brasileiro (ISEB), dotado, para a realização de seus fins, e na forma dêste decreto, de autonomia administrativa e de plena liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra.
> Art. 2º O ISEB tem por finalidade o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, notadamente da sociologia, da história, da economia e da política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão critica da realidade brasileira, visando à elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional (BRASIL, 1955, s.p., grifo nosso).

Aglutinando intelectuais como Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré, Guerreiro Ramos e Costa Pinto, o Instituto apareceu como uma das alternativas de pesquisa e produção intelectual independente na área das ciências sociais, até então controlada.

A partir do ISEB, e dentro dele, no início da década de 1960, acirraram-se as lutas ideológicas entre marxistas, liberais, conservadores, reacionários, pela hegemonia do processo:

> Para isebianos “à direita”, o capitalismo se constituía na modalidade suprema da ordem civilizada, para os isebianos “à esquerda”, o socialismo somente poderia raiar no horizonte, depois que o capitalismo se consolidasse na periferia. A transição entre sociedade tradicional e moderna, rural e urbano- industrial ocupou as atenções de diferentes intelectuais, que sentiram necessidade não só de explicar os males do Brasil, mas também de atuar na vida política para vencê-los (OLIVEIRA, 2005, p. 118).

Segundo Toledo (1978), apesar das diferenças observáveis nas várias correntes de pensamento visíveis no interior do ISEB, se reconhece claramente o fio condutor de uma ideologia de classe, atrelado aos interesses dos grupos dominantes dos quais os intelectuais foram os porta-vozes,

> O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) [...] é um centro permanente de altos estudos políticos e sociais de nível pós-universitário que tem por finalidade o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais notadamente da Sociologia, da História, da Economia e da Política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira visando à elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional (TOLEDO, 1978, p. 32, grifo nosso).

Para os criadores do IBESP-ISEB, a Sociologia havia de ser a autoconsciência da nação,

> Essa característica, que conferia especial vitalidade e tensão criadora a produção do período, talvez tenha contribuído, juntamente com a dificuldade de institucionalização da pesquisa acadêmica, para o prolongamento da tradição do grande ensaio e pelo precário desenvolvimento de modalidades de organização do conhecimento, que as Ciências Sociais já haviam institucionalizado em outros países (ALMEIDA, 1989, p. 216).

O ISEB destinava-se ao estudo, ao ensino e à divulgação das ciências sociais, cujos dados e categorias seriam aplicados à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira e, ainda, à elaboração e instrumentos teóricos que permitissem o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional (ABREU, 2009).

Era intensa e estreita a relação ISEB e estudantes no período imediatamente anterior ao golpe de 1964, quando jovens intelectuais e líderes estudantis já faziam parte das fileiras da entidade (TOLEDO, 1982). Por isso, o Instituto constituiu um caso exemplar e limite de vulnerabilidade aos avatares da política. Segundo Almeida (1989, p. 215), "à polarização política que sacudiu a cena pública brasileira, projetou-se o conflito interno que cindiu a instituição"[41].

[41] O ISEB foi extinto em 13 de abril de 1964, por força do decreto nº 53.884, assinado por Paschoal Ranieri Mazzili, presidente provisório da República, após a deposição de João Goulart. Em seguida, foi instaurado um Inquérito Policial-Militar na instituição. Foram arrolados nesse processo os presidentes Kubistchek, Jânio

Em 1961 foi aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), n° 4.024, sancionada pelo presidente da República, João Goulart. A lei voltou-se para a base curricular dos três graus de ensino por ela consignados: primeiro grau (constituído por escolas maternais, jardins de infância e ensino primário de quatro anos), grau médio, compreendendo dois ciclos, o ginasial de quatro anos que abrangia o secundário e os cursos técnico-industrial, agrícola e comercial, vindo depois o ciclo colegial de três anos, com as modalidades de clássico e científico que complementavam o secundário, bem como as formações que finalizavam o primeiro ciclo de natureza técnica, além do curso normal voltado para a formação de professores; e grau superior (compreendendo os cursos de graduação, pós-graduação, especialização, aperfeiçoamento e extensão).

Embora a concepção de uma estrutura curricular fosse latente nos dispositivos voltados para o ensino secundário da LDB, o uso da expressão currículo mínimo somente aparece nas prescrições para o grau superior, quando são definidas as competências do Conselho Federal de Educação (CFE) criado por essa mesma lei, ao qual entre outras atribuições compete: "indicar disciplinas obrigatórias para os sistemas de ensino médio [...] e estabelecer a duração e o currículo mínimo dos cursos de ensino superior [...]" (BRASIL, 1961, Art. 9, item e).

> O currículo mínimo dos cursos superiores e a duração dos mesmos foram introduzidos como base legal para assegurar os privilégios conferidos pelos diplomas que habilitavam ao exercício das profissões liberais (Art. 70) e o CFE estava também incumbido de: "indicar, para todos os sistemas de ensino médio, até cinco disciplinas obrigatórias, cabendo aos conselhos estaduais de educação completar o seu número e relacionar as de caráter optativo [...]" (BRASIL, 1961, Art. 35, § 1º).

O capítulo quatro foi reservado para tratar da "formação do magistério para o ensino primário e médio" e, especificadamente para o ensino primário a lei determina que a "formação deverá ser feita em escola normal de grau ginasial no mínimo de quatro séries anuais onde além das disciplinas obrigatórias do curso secundário ginasial será ministrada preparação pedagógica" ou em "escola normal de grau colegial, de três séries anuais, no mínimo, em prosseguimento ao vetado curso ginasial".

Para o ensino médio a lei destinou às faculdades de filosofia, ciências e letras:

Quadros e João Goulart e os ministros da Educação Clóvis Salgado, Paulo de Tarso e Oliveira Brito, além de vários deputados e todos os professores do Instituto (ABREU, 2009). Logo em seguida, alguns de seus principais integrantes, como Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos e Álvaro Vieira Pinto foram lecionar no exterior.

> Art. 59. A formação de professôres [sic] para o ensino médio será feita nas faculdades de filosofia, ciências e letras e a de professôres [sic] de disciplinas específicas de ensino médio técnico em cursos especiais de educação técnica.
> *Parágrafo único.* Nos institutos de educação poderão funcionar cursos de formação de professôres [sic] para o ensino normal, dentro das normas estabelecidas para os cursos pedagógicos das faculdades de filosofia, ciências e letras (BRASIL, 1961, s.p.).

O artigo subsequente traz uma ressalva: "Enquanto não houver número bastante de professôres licenciados em faculdades de filosofia, e sempre que se registre essa falta, a habilitação a exercício do magistério será feita por meio de exame de suficiência" (BRASIL, 1961, Art. 117).

Sobre a função do ensino superior, o artigo 66 do título IX, determina que: "O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes, e a formação de profissionais de nível universitário" (BRASIL, 1961, s.p.).

A Lei manteve as linhas mestras da Reforma Francisco Campos, que atribuía às faculdades de Filosofia, Ciências e Letras o papel central na objetivação da ideia universitária. A faculdade de Filosofia, conforme justificativa de Almeida Júnior era considerada o centro da universidade.

Com o objetivo de controlar os estabelecimentos isolados, a LDB incubiu ao CFE a competência para autorizar o funcionamento dessas instituições, mas apenas daqueles que tivessem "elevados padrões de ensino e pesquisa", conforme "as necessidades técnicas e culturais da região". Devendo ser negada a autorização aos que não tivessem "capacidade de pesquisa e treinamento profissional" ou "conexão com entidades capazes de ministrá-las a todos os seus estudantes".

A referida Lei também sofreu influência do IPES, um dos mais importantes centros irradiadores do pensamento privatista para o ensino superior[42]. Esse Instituto fez um contraponto aos ideais do ISEB, se configurou como uma "organização de classe que reunia a elite orgânica do novo bloco de poder e expressava, integralmente, a ideologia subjacente aos interesses financeiro-industriais multinacionais e associados" (DREIFUSS, 1981, p. 482).

[42] Dentre suas inúmeras posições francamente anti-ensino público, encontravam-se: o fim da gratuidade nos estabelecimentos oficiais de ensino; a concepção utilitarista do ensino superior, a ser viabilizada pela integração universidade-empresa; combate à expansão da escola pública; entre outras bandeiras que marcaram o período dos militares no poder, como veremos nos itens seguintes.

2.4. INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS (IPES)

O IPES foi organizado por um grupo de empresários do Rio-São Paulo, passou a existir oficialmente no dia 29 de novembro de 1961, desempenhando suas funções até junho de 1971. Apesar de seus grupos de ação possuírem diferentes vertentes ideológicas, o que os unia eram as relações econômicas multinacionais e associadas, o posicionamento anticomunista e a readequação e reformulação do Estado (DREIFUSS, 1981).

Segundo esse autor, as classes dominantes (intelectuais e organizadores políticos e, ao mesmo tempo, diretores de empresas, grandes proprietários de terras ou administradores de grandes propriedades, empresários comerciais e industriais, militares) empreenderam uma campanha ideológica e político-militar em frentes diversas através de uma série de instituições, liderada pelo IPES[43].

A partir de 1962, o "complexo IPES e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)[44]" patrocinaram e coordenaram uma maciça campanha televisiva, incluindo trinta semanas de programas em Salvador, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília e Recife, com filmes de apelo às Forças Armadas na construção nacional sobre a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, mostrados nas universidades, por meio da penetração do IPES nas agremiações estudantis (DREIFUSS, 1981, p. 443).

Tais institutos defendiam que a educação brasileira deveria consolidar a "Teoria do Capital Humano" para acelerar o processo de desenvolvimento econômico. A educação passou a ser vista como um instrumento para o trabalho, não é mais um processo de transmissão da cultura geral da humanidade, do conhecimento universal (DREIFUSS, 1981, p. 443). Essa teoria mostra que o nível educacional representa uma taxa de retorno na produtividade, assim, quem tivesse mais educação formal teria um melhor salário, de forma que "o homem é considerado coo parte do capital e, portanto, convertido em recurso humano para a produção" (XAVIER; RIBEIRO; NORONHA, 1994, p. 219).

Esse tipo de argumento foi largamente utilizado para reforçar os argumentos

---

[43] Entre os representantes das "classes produtoras", figuras do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), da Associação Comercial do Estado de São Paulo (FIESP), do Conselho das Classes Produtoras (CONCLAP), da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da Confederação Rural Brasileira (CRB), do Sindicato de Companhias de Seguros, do Clube de Lojistas do Rio de Janeiro e da *Federation of American Chambers of Commerce* (PAULO NETTO, 2014).

[44] O IBAD agia como uma unidade tática. Foi fundado em maio de 1959, por Ivan Hasslocher, que se dizia agente da Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA), órgão de espionagem do governo americano. Foi à primeira organização especificamente voltada para a ação política, ou seja, sua finalidade explícita era combater a propagação do comunismo no Brasil, por isso, suas ações caracterizavam-se por intensa propaganda e pela interferência nos bastidores da política. Ao passo que, o IPES operava como um centro estratégico (DREIFUSS, 1981).

desenvolvimentistas e manter, sob controle, a luta por emprego e melhores salários, que passam a ser explicados como resultado direito do maior grau de qualificação dos "recursos humanos", via processo escolar.

Sob o mesmo ponto de vista, Arapiraca (1982) destaca que o capital humano é algo deliberadamente produzido pelo investimento que se faz no indivíduo a partir da educação formal e do treinamento; que a produtividade do indivíduo resulta na maior ou menor quantidade de capital humano que este venha a possuir.

Foi esta a concepção pedagógica articulada pelos membros do IPES, que foi incorporada nas reformas educativas instituídas pela lei da reforma universitária (Lei nº 5.540/1968), pela Lei nº 5.692/1971 e pela criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)[45].

Especificamente no campo das ciências sociais, o Instituto tinha ligações com várias instituições inclusive para oferta de cursos, a exemplo da Universidade Católica de Campinas, onde estabeleceram, em 1963, o Curso de Ciências Políticas e Sociais, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Segundo Dreifuss (1981) o curso se empenhava em auxiliar o preparo e a organização de professores em ciências sociais e políticas, que tomariam parte nas atividades políticas e "cívicas".

Observamos que o IPES conseguiu mobilizar quadros expressivos do aparelho governamental cuja posição ficou reforçada pelo apoio de fora do Estado como, também, pela convergência de suas posições com as expressas nas resoluções interamericanas de educação. Assim, em 1964 não foi preciso criar uma nova burocracia educacional.

No âmbito baiano, Dreifuss (1981) destaca que Aloísio de Castro (PSD), Antônio Carlos Magalhães (UDN), João Mendes (UDN), Luís Viana Filho (PL), Miguel Calmon (PSD), Rubem Nogueira (PSD), Rui Santos (UDN), João Mendes da Costa filho (UDN), Régis Pacheco (PSD) foram algumas das figuras políticas baianas mais influentes adeptas a essa doutrinação[46]. Daniela Moura Rocha de Souza (2016) acrescenta também a participação de intelectuais: Luís Augusto Fraga Navarro de Britto e Edgard Santos[47]. 3. 3.

---

[45] O Mobral foi instituído sob a égide de Mário Henrique Simonsen, destinava-se a cooptar e conter o trabalhador urbano, visando à faixa etária de 15 a 35 anos. Através dele, atitudes cívicas e morais foram inculcadas, a nível político, como educação e bom senso. O governo impôs uma campanha de alfabetização de caráter ideológica, destinada a instilar nas classes trabalhadoras urbanas os valores do capitalismo autoritário. Inclusive utilizou muitas das técnicas de alfabetização de Paulo Freire, mas retirou delas o seu conteúdo filosófico e político (DREIFUSS, 1981, p. 443-444).

[46] Dreifuss (1981) assegura que esses políticos tiveram que solucionar antigos conflitos regionais e pessoais e até mesmo rixas familiares. De forma geral eram membros tradicionais, conservadores e modernizante-conservadores, em sua maioria, do PSD e UDN.

[47] A campanha política para as eleições de 1962 contou com financiamento e patrocínio do complexo IPES/IBAD/*Promotion*, mobilizando seus recursos para apoiar seus candidatos e combater os esquerdistas de

3. INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL

3.1. A ESCOLA LIVRE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA EM SÃO PAULO (ELSP) – A FORMAÇÃO DE DIRIGENTES E A LUTA PELO PODER

As dinâmicas da institucionalização as ciências sociais foram diferentes em São Paulo e no Rio de Janeiro. Contextualmente, a sociedade brasileira viveu profundas mudanças durante as décadas de 1930 e 1940, transitando entre o autoritarismo do governo de Getúlio Vargas até a expansão de direitos sociais, em um contexto de crescente industrialização e urbanização das cidades. À época, a educação era enunciada como um instrumento privilegiado para planejar a transformação do país e a formação de professores transparecia como uma das preocupações centrais.

Sabemos que a Revolução Constitucionalista de 1932 contribuiu de forma muito clara para uma tomada de consciência por parte de representantes das elites paulistas da falta de quadros políticos com formação científica. Para fazer face a esse problema, alguns líderes da Insurreição de 1932, "[...] reuniram-se e trabalharam a ideia de criar uma instituição de ensino que, de algum modo, contribuísse para a formação de elites culturais e políticas" (FÁVERO, 1980, p. 57).

Nesta década, também houve um fator importante a se considerar na institucionalização da Sociologia, que foi sua emergência no ensino básico e superior. As reformas capitaneadas por Fernando de Azevedo, no Distrito Federal e em São Paulo (1927; 1933) – incluindo a Sociologia no currículo das escolas normais e cursos de aperfeiçoamento e a reforma federal de Francisco Luís da Silva Campos (1931), nos cursos complementares – contribuíram para a consolidação da explicação sociológica no imaginário brasileiro.

Importante destacar que essa fase de convulsões políticas foi marcada pelo incentivo ao ensino das ciências sociais, tendo em vista: educar as novas gerações para as tarefas de liderança (econômica, política e administrativa) e criar recursos para a solução racional e pacífica dos problemas sociais brasileiros. Devido à importância teórica e prática para os educadores, a sociologia encontrou nessas reformas um reconhecimento de sua utilidade na

---

extrema. Por intermédio dessas instituições foram financiados: 250 candidatos a deputado federal, 600 a deputado estadual, 08 a governos estaduais e vários senadores, prefeitos e vereadores (DREIFUSS, 1981, p. 329-331).

formação intelectual do professor. Por isso, em 1925 ela foi introduzida nos currículos das escolas de nível médio e superior.

Portanto, o momento era favorável ao conhecimento da realidade social brasileira, que estava se modernizando, e dos problemas decorrentes desse processo. Segundo Cândido (1976), a condição em que se encontrava o País foi, também, um momento oportuno e decisivo para a constituição da primeira equipe, no Brasil, de estudiosos preparados para as análises sociológicas e antropológicas.

Segundo Miceli (1989), não houve qualquer iniciativa institucional (empreendimentos educacionais ou centros de pesquisa) no campo das Ciências Sociais, antes desse período, dissociada das demandas do sistema político ou dos grupos empresariais atuantes nos mercados do ensino e da produção cultural. Para o autor, "tal padrão de desenvolvimento institucional expressa, portanto uma dissociação virtualmente completa entre os cientistas sociais e os interesses mais prementes dos setores populares" (MICELI, 1989, p. 73). Por conta disso,

> As orientações doutrinárias (metodológicas, teóricas, político-partidárias), o perfil dos objetos selecionados para investigação, os conteúdos substantivos da produção acadêmica, como no que concerne às carreiras intelectuais e profissionais dos cientistas sociais, embora alguns desses pioneiros possam resistir e até mesmo recusar ou minimizar essas determinações através de representações imaginárias acerca do relacionamento que acreditam manter com as classes populares (MICELI, 1989, p. 73).

Para o autor, todos os empreendimentos pertinentes ao desenvolvimento das Ciências Sociais vinham atender aos principais grupos de interesse em operação na indústria editorial, nas instituições de ensino secundário e superior, nos órgãos da imprensa, nos partidos políticos, nas organizações religiosas etc.

Assim, o início da institucionalização das Ciências Sociais e, particularmente da Sociologia, no país está associado às grandes transformações políticas e institucionais desencadeadas pela Revolução de 1930. Essas mudanças provocaram reestruturações importantes no sistema educacional do país.

Os primeiros cursos de graduação em Ciências Sociais no Brasil foram em São Paulo, na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) (1933)[48] e na Faculdade de

[48] "Escola Livre de Sociologia e Política", "Escola de Sociologia e Política de São Paulo" e "Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo" foram três designações diferentes que a mesma instituição recebeu ao longo de sua história. Neste trabalho, procura-se manter certa fidelidade à designação da instituição em cada um dos períodos de sua história, mas, por vezes, para simplificar e não dar margem a interpretações equivocadas, alude-

Filosofia, Ciências e Letras da USP (1934)[49]; no Rio de Janeiro, na Universidade do Distrito Federal (1935)[50], que interrompeu suas atividades em 1939; no Paraná, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1938)[51]. Esses eram os primeiros experimentos universitários das Ciências Sociais no Brasil, salvo sua presença, desde o final do século XIX, nos cursos que formavam bacharéis em Direito[52].

A ELSP foi criada em 27 de maio de 1933, por iniciativa de pouco mais de uma centena de figuras eminentes da sociedade paulistana, dentre as quais se destacam os dirigentes das principais entidades de ensino de São Paulo, como da Faculdade de Direito, da Escola Politécnica, da Faculdade de Medicina, da Escola de Comércio Álvares Penteado e da Escola de Belas Artes, além de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, do Instituto de Engenharia, da Federação das Indústrias, dentre outros.

No discurso de inauguração da ELSP, proferido por Roberto Simonsen, dirigente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), ficou muito clara a prática de largos horizontes com o qual essa Escola deveria estar comprometida: a instituição de verdades científicas sobre a realidade brasileira – segundo a vontade da grande indústria – capazes de proporcionar os instrumentos necessários para uma normatização social[53]. Esse foi um dos objetivos da Escola:

> [...] proporcionar conhecimentos objetivos sobre a origem, funções e necessidades do meio e formar uma elite numerosa que pudesse não só colaborar eficaz e conscientemente na solução dos magnos problemas da administração pública e particular, como também orientar o povo e a nação ao reajustamento indispensável ao moderno equilíbrio social (ELSP, 1933/1934, p. 01).

---

se a ela simplesmente como Escola de Sociologia e Política e à sigla ELSP. Para mas informações sobre a instituição, ver: Limongi (2001a) e Berlinck (1958, 1964).

[49] Berlinck (2009) assegura que, naquela época, não havia separação entre as profissões de ciências humanas e sociais. A exceção eram os cursos de medicina, engenharia e direito, que eram profissões que exigiam um saber especializado, nas demais havia uma enorme liberdade. Psicologia, filosofia, sociologia, economia, tudo isso era praticado por pessoas que se interessavam por esses assuntos (BERLINCK, 2009). E, relata que, "estudar numa escola de Sociologia era moda: quem era médico, quem era advogado também queria fazer alguma coisa relacionada com as ciências sociais ou com política" (BERLINCK, 2009, p. 192).

[50] Criada em 1920 sob a denominação Universidade do Rio de Janeiro, passou a ser designada Universidade do Brasil, em 1937, e Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1965.

[51] Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (organizada em três departamentos – Filosofia, Ciências e Letras – e o Instituto de Educação), criada em 1938, passou para a administração dos irmãos maristas em 1939. Em 1949, foi integrada à Universidade do Paraná, a qual, dois anos depois, tornou-se uma instituição pública e gratuita de ensino superior denominada Universidade Federal do Paraná. Quando da sua criação, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná ofereceu o curso de Ciências Sociais e Políticas, transformado em Ciências Sociais, em 1940. Sobre o assunto, ver o artigo "A institucionalização da Sociologia no ensino superior paranaense" (TOMAZI et al., 2001).

[52] A relevância do papel dos professores das faculdades de Direito (de Recife, São Paulo, Rio de Janeiro, Ouro Preto, Belo Horizonte, Fortaleza e Porto Alegre) no advento das Ciências Sociais no Brasil é citado por vários autores, entre os quais Chacon (1977) e Meucci (2011).

[53] Roberto Simonsen, discurso proferido em 27/05/1933.

A Escola surgia para difundir os avanços já conseguidos no campo das Ciências Sociais[54], como garantia para o eficiente funcionamento de uma sociedade moderna. Para ele, a Antropologia, Sociologia, Psicologia, Estatística e até mesmo a Filosofia constituíam-se em avanços do conhecimento da vida humana.

> Falta em nosso aparelhamento de estudos superiores, além de organizações universitárias sólidas, um centro de cultura político-social apto a inspirar interesse pelo bem coletivo, a estabelecer a ligação do homem como o meio, a incentivar pesquisas sobre as condições de existência e os problemas vitais das nossas populações, a formar personalidades capazes de colaborar, eficaz e conscientemente, na direção da vida social (SIMONSEN, 1933, p. 06).

A institucionalização da ELSP constitui-se, pois, num dos principais momentos de uma prática particular – da grande indústria – que, incorporando o ideário político paulista da época, pretendia de certa forma incutir a sua vontade à sociedade brasileira. Nas suas palavras finais, Simonsen (1933, p. 13) não deixa dúvidas quanto às pretensões políticas do grupo que ele representava: "É preciso, portanto, que não só os paulistas, como todos os brasileiros, compreendam o alcance e os intuitos desta escola e não lhe regateiam o seu aplauso, a sua cooperação e o seu apoio".

Foi criado um *Manifesto de Fundação* da Escola assinado por professores, industriais e intelectuais, lamentando a "falta de uma elite numerosa e organizada, instruída sob métodos científicos" e mostrando a falta de centros de estudos de cultura político-social, onde se desenvolvessem pesquisas sobre as condições de existência e os problemas vitais de nossas populações e se formassem pessoas capazes de colaborar consciente e eficazmente na direção dos problemas sociais[55].

Os signatários do Manifesto proclamaram que a Escola deveria preencher lacunas nas instituições superiores existentes, "adotando para seus cursos uma orientação eminentemente científica, a altura das exigências do meio social contemporâneo e oferecendo aos estudiosos um campo de cultura e de preparo indispensável para eficiente atuação na vida social" (MANIFESTO..., 1933, p 01). A Escola surge, portanto, marcada por um caráter liberal, mas, profundamente elitista:

---

[54] Manoel Tosta Berlinck (2009) assegura que o seu pai, Ciro Berlinck, pensou em criar um centro de estudos voltados para a compreensão do Brasil. Ciro era secretário particular de Simonsen, que sabendo do interesse, entregou a Ciro um catálogo de cursos da Sorbonne, lá constava a "sociologia". Mesmo desconhecendo o curso (Ciro era engenheiro químico) se convenceu de que a Escola obteria êxito.

[55] Manifesto de Fundação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Este documento está publicado na integra nos anexos deste estudo.

> Entre os signatários do manifesto, podemos destacar Roberto Simonsen, presidente do Instituto de Engenharia de São Paulo, aluno matriculado na primeira turma, futuro professor da Escola e autor da primeira História Econômica do Brasil; Cantídio de Moura Campos, na época líder da medicina em São Paulo e diretor da Faculdade de Medicina; Armando Salles de Oliveira, interventor do Estado presidente do Instituto de Organização Racional do Trabalho de São Paulo, em cujo entender esta Escola deveria oferecer condições a São Paulo para pensar o seu projeto; Antônio Picarrolo, professor da Universidade de Roma, e que lecionou na Escola de Sociologia a cadeira de Introdução a Economia, onde são analisados problemas de macroeconomia e discutidas as ideias de Marx e o materialismo histórico; Raul Briquet, da Faculdade de Medicina de São Paulo, que pela primeira vez no país ministrou em nível superior a cadeira de Psicologia Social; Roberto Mange, da Escola Politécnica de São Paulo, responsável pela cadeira de Psicotécnica do 1º ano da recém-criada Escola; Cyro Berlink e Sérgio Milliet da Costa e Silva, respectivamente tesoureiro e secretário da escola (FÀVERO, 1980, p. 59).

Vaz Silva aponta as diversas relações desta instituição com movimentos culturais, partidos políticos e outras instituições. Essa informação pode ser confirmada nas assinaturas do Manifesto de fundação da escola, onde constam os nomes de Mário de Andrade, Sérgio Milliet, Alcântara Machado, Paulo Prado, dentre outros. A referida autora sugere a existência de um vínculo forte entre a escola e o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT)[56]. Dos 104 assinantes do documento, 50 deles eram engenheiros e os demais médicos, advogados, representantes do comércio e da indústria, das artes e instituições técnicas (especialmente, das engenharias).

Fávero (1980) ratifica e complementa esta informação, ao afirmar que o corpo docente foi constituído por professores da Faculdade de Medicina e Engenharia. Além dos nomes anteriormente citados destacamos a colaboração de três estrangeiros: Samuel H. Lowrie, Horace B. Davis (ambos formados na Universidade de Columbia) e Bruno Rudolfer,

> Lowrie ministrou o primeiro curso de Sociologia Geral em nível superior no Brasil e, como professor da Escola de Sociologia e Política, realizou a primeira pesquisa no país sobre padrões de vida das camadas mais pobres da população. Esta pesquisa servirá mais tarde para os estudos conducentes ao salário mínimo. Quanto ao professor Davis, este foi responsável pela cadeira de Economia Social e desenvolveu seu curso

[56] Instituto responsável, direta ou indiretamente, pela criação de inúmeras agencias garantidoras da orientação política, cujos representantes mais importantes estavam aglutinados em torno do FIESP. As empresas constituintes do “sistema S” são algumas das instituições desenhadas pelos idortianos ao longo dos anos 30 e 40.

> apoiado em pesquisas econômicas. Este curso foi seguido por Alexandre Kaffka, que, posteriormente, realizou as primeiras avaliações brasileiras do produto nacional bruto e da renda *per capita*. O terceiro colaborador estrangeiro, que exerceu influência importante no início da Escola, foi Bruno Rudolfer, vindo da Europa Central, e que deu um curso de Estatística de alto nível (FÁVERO, 1980, p. 59-60).

Confirma-se, assim, a característica marcante da ELSP, qual seja, a sua preocupação com a pesquisa empírica com finalidades econômico-intervencionistas. Para atingir estas finalidades, além dos cursos regulares, seus fundadores propunham organizar conferências sobre assuntos de atualidade social, publicações para divulgação de trabalhos científicos, bibliotecas e arquivos especializados sobre Ciências Sociais e conexas e intercâmbio com organizações análogas estrangeiras. Davam grande ênfase também à impossibilidade de dissociar ensino e pesquisa, cabendo aos professores e alunos promover pesquisas ou sondagens sociais, organizando barômetros econômicos, estudos sobre os padrões de vida de nossas populações etc. (FÁVERO, 1980).

Inicialmente, a Instituição ocupou algumas salas da Escola de Comércio Álvaro Penteado, Largo São Francisco, no centro da cidade de São Paulo[57],

Figura 1 - Primeira sede da ELSP/SP, no edifício da Escola de Comércio Álvares Penteado (largo do São Francisco)

Fonte: Kantor, Maciel e Simões (2009).

Com características muito próprias, o curso de Sociologia e Política possuía uma estrutura livre, os alunos se inscreviam nas disciplinas de maior interesse e vinham das mais

[57] Moraes (2009, p. 201) afirma que essa era a única escola que tinha "salas disponíveis e que se ofereceu para nos abrigar".

diversas áreas. Enfim, a Escola parecia cumprir a intenção de estabelecer um espaço de debates e de formar em Ciências Sociais os profissionais já atuantes.

Cunha (2007) assegura que os cursos da nova Escola eram destinados não só aos indivíduos desejosos de aperfeiçoar estudos já realizados e aprofundar conhecimentos, mas aos que quisessem preparar-se para "ocupar posições de relevo na administração das grandes empresas particulares", tais como bancos, companhias de transporte, de serviços públicos, de indústrias, de sindicatos, de cooperativas etc.; ou para os que buscassem "colaborar na direção dos negócios públicos", como técnicos ou como "depositários de mandatos eleitorais". Sob esse mesmo ponto de vista, Fernando Limongi (1989, p. 221) diagnosticou como "sua característica básica: as preocupações práticas e atreladas a políticas públicas específicas".

Quanto ao financiamento da ELSP, chama atenção o fato de, desde o início, a produção de conhecimento na cidade de São Paulo ter a particularidade de não se manter na dependência de recursos do Estado. Miceli (1987) explica que tanto a Escola Livre de Sociologia e Política como a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP eram subsidiadas por recursos financeiros do setor privado. "[...] se destinavam, em princípio, à formação de pessoal técnico altamente qualificado, ambas amparadas por recursos mobilizados pelo setor privado" (MICELI, 1987, p. 12).

Cunha (2007) assegura que os recursos provinham de doações de pessoas físicas e jurídicas, dentre as quais Roberto Simonsen, o conde Sílvio Álvares Penteado, a Companhia Docas de Santos (Guilherme Guinle), os Diários Associados (Assis Chateaubriand) e o jornal *O Estado de São Paulo* (de Júlio Mesquita Filho). O Conselho Superior da fundação estava originalmente composto do próprio interventor federal do Estado, Armando Salles de Oliveira, e de Roberto Simonsen (era grande industrial, senador da República e ministro), entre outros.

Este autor observa que a lista de alunos do primeiro ano do curso revela um fato incomum na história do ensino superior brasileiro: diversos signatários do Manifesto estavam entre seus primeiros alunos, como foi o caso do próprio Simonsen, mais tarde professor da Escola. Para o autor, isso leva a pensar que certos setores das classes dominantes pretendiam "formar não uma elite intelectual completamente nova e diferente, mas sim reforçar a existente, aparelhando-a para novas arremetidas na tomada do poder público do qual se achavam destituídos" (CUNHA, 2007, p. 238).

Segundo os dados apresentados por Miceli (1989), entre os anos de 1937 a 1955, 61% do corpo docente era composto por homens e 39% de mulheres, sendo que 35% desses

licenciados eram provenientes de famílias imigrantes[58]. Merece destaque a presença feminina respondendo a algumas características do mercado acadêmico em constituição. O autor supracitado destaca que se trata de um padrão bastante distinto daquele até então vigente nas escolas tradicionais do ensino superior (direito, medicina e engenharia).

> [...] Mesmo que muitas delas terem deixado as ciências sociais para se dedicarem a Pedagogia, a Psicologia ou ao casamento de tempo integral, não podemos esquecer que muitas outras se profissionalizaram como cientistas sociais, alcançando níveis de reconhecimento acadêmico e intelectual comparável àqueles logrados pelos homens seus colegas e contemporâneos (MICELI, 1989, p. 79).

Segundo Cunha (2007), a ELSP era mantida por uma Fundação[59] com o mesmo nome, de direito privado, com a oferta de cursos na área das Ciências Sociais (cujos cursos, inicialmente, não pretendiam reconhecimento de privilégio ocupacional pelo Estado). É por isso que, dois meses após sua institucionalização, a Escola passou a chamar-se Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, com a finalidade de manter, administrar e resguardar os objetivos da instituição.

A Escola foi considerada de utilidade pública e reconhecida pelo Governo Estadual, em 1935. Em 1939, a instituição ganhou um novo impulso com a chegada do pesquisador Donald Pierson, que buscou não só desenvolver o ensino da sociologia e da antropologia, incentivando a tradução e divulgação de bibliografia internacional e nacional, como fomentar o trabalho da pesquisa em ciências sociais através de investigações feitas pelos alunos sob sua orientação. Institucionalmente, assumiu o cargo de diretor acadêmico e foi responsável pela introdução dos estudos de comunidade e da aculturação sobre os negros da Bahia na década de 1930[60]:

> [...] a formação e o conhecimento produzidos pela Escola passam a se inscrever no interior do mundo acadêmico e deixam de se referir ao Estado. A preocupação em formar elites técnicas cede lugar à insistência

[58] Entre os sobrenomes de famílias judias, pode-se registrar os das famílias Levy, Schreiner, Hamburger, Segall, Tepermann, Farkas, Berezovsky, Goldenberg, Rosenberg, entre outras, perfazendo em torno de 13 a 15% dos licenciados.

[59] Fundação Pública - possui personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada mediante autorização legislativa, com vistas o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público. Possui autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.

[60] A Escola fundada por Rubens Borba de Moraes quando diretor da Biblioteca Municipal de São Paulo, sob os auspícios do Departamento de Cultura da Municipalidade. A Biblioteconomia não se encontrava em condições de ser mantida, e, desta maneira, a Escola de Sociologia e Política assumiu sua administração. Esta Escola foi pioneira e serviu de modelo a inúmeras outras espalhadas pelo País (MATOS, 2009).

> em treinar e formar sociólogos profissionais. A necessidade e essencialidade da pesquisa empírica é mantida. O intervencionismo e a aplicação postergados. E é por estruturar seu apelo neste campo que o "projeto" de Pierson foi capaz de obter sucesso nos meios acadêmicos em formação (LIMONGI, 1989, p. 223).

Em 1940, a Escola de Biblioteconomia e Documentação,[61] foi agregada a ELSP.

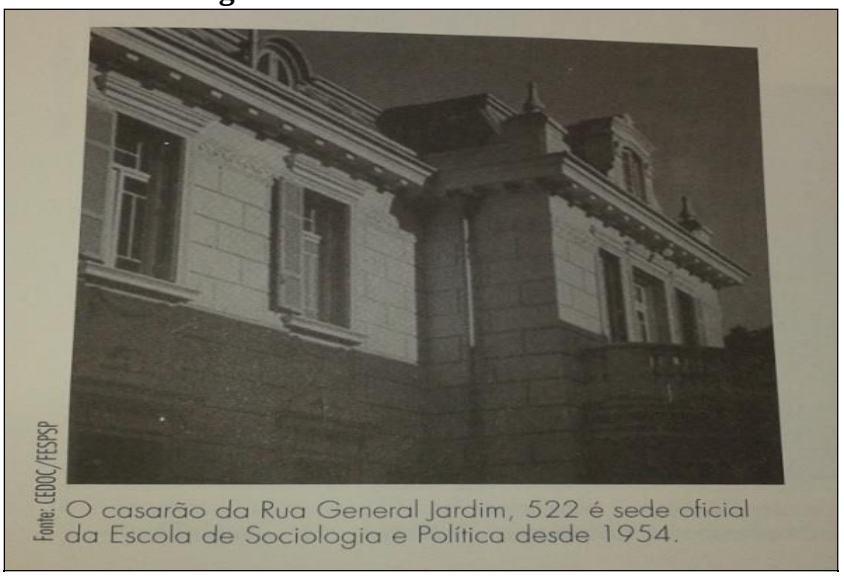
Com o apoio de Pierson, foi impulsionado o setor de pós-graduação, criando-se, em 1941, a Divisão de Estudos Pós-Graduados, atual Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais, responsável pela formação da primeira geração de pesquisadores nas áreas da sociologia, política e administração pública do país.

Ainda em 1941, foi instituída a *Revista Sociologia*, primeiro periódico brasileiro especializado em Ciências Sociais da América Latina. A publicação desta revista foi interrompida em 1966, e só voltou a ser publicada entre 1980 e 1981.

Por meio do decreto nº 9.786, de 06 de setembro de 1946, foi fixado o currículo padrão para instituições desta natureza.

Em 1950 foi implementada uma nova modalidade de cursos – os de Iniciação às Ciências Sociais, bem como o Instituto de Extensão Rural, os cursos supletivos e o Instituto de Pesquisas Sociais. Com tal crescimento, em 1954, com o auxílio do governo do Estado, a Fundação obteve uma sede própria, na Rua General Jardim.

Figura 2 - Sede oficial da ELSP/SP



Fonte: Kantor, Maciel e Simões (2001).

Ao mesmo tempo, a Biblioteca de Ciências Sociais e a *Revista Sociologia* passaram

a ser consideradas Institutos Mantidos[61].

Segundo Miceli (1989), as primeiras consequências sobre a vida intelectual brasileira advindas da criação da Escola de Sociologia e Política e da Faculdade de Filosofia de São Paulo somente se fazem sentir vinte anos depois. Entre 1953 e 1964, os principais integrantes da escola paulista produziram suas teses e começam a publicar seus primeiros artigos e livros. Até então, o maior impacto derivado dos novos experimentos inaugurados no ensino superior tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo consistiu, sem sombra de dúvida, nos horizontes intelectuais e acadêmicos abertos pelos docentes e pesquisadores estrangeiros em missão oficial no país.

A Lei nº 2.834, de 24 de julho de 1956, incluiu a Escola de Sociologia e Política de São Paulo, entre os estabelecimentos de ensino subvencionados pelo governo federal e lhe concedeu um crédito especial do Ministério da Educação e Cultura:

> Art. 1º É concedida a inclusão nos têrmos [sic] do art. 17 da Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950, da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, entre os estabelecimentos de ensino subvencionados pelo govêrno [sic] Federal, a que se refere o art. 16 da mesma lei, correspondendo-lhe a subvenção anual de Cr$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros).
> Art. 2º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), relativo à subvenção, no exercício de 1956, à Escola de que trata o artigo anterior (BRASIL, 1956, s.p.).

Para Matos (2009), após a subvenção, a Escola foi obrigada a se adaptar aos padrões federais vigentes para os cursos de ciências sociais das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras que, às dezenas, começavam a se espalhar pelo País. Assim, perdeu o caráter de "Escola de Altos Estudos", comuns em países da Europa e da América do Norte.

Neste período, segundo Berlinck, já começava a despontar um conjunto de pessoas que pretendia viver do trabalho de professor universitário. Para isso, pretendiam que o cargo de professor fosse em tempo integral e dedicado ao ensino e à pesquisa. Essa mudança, que começava a ocorrer, implicava uma grande transformação, pois, até então "a universidade era um trampolim para a política e para cargos particulares e públicos de prestígio e de alta remuneração. Além disso, ser professor do ensino superior era uma atividade prestigiosa, mas com ganhos marginais" (BERLINCK, 2009, p. 81).

Do exposto, percebemos que essa Instituição foi pioneira no ensino das ciências sociais no nosso País, numa época em que a sociologia, entre nós, contava apenas com

[61] Boletim informativo da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Ano IV, 1961

algumas “iniciativas avulsas ou amadorísticas ou, então, restritas à área da educação, na qual pontificavam nomes respeitáveis, tais como Delgado de Carvalho, Fernando de Azevedo e Carneiro Leão” (MATOS, 2009, p. 55).

No início da década de 1960, as atividades da Fundação ganharam um novo impulso com o ajuste assinado com o Ponto IV e o Serviço Social Rural (MATOS, 2009). O Ponto IV foi um Programa de cooperação técnica internacional entre os Estados Unidos e os países latino-americanos, proposto pelo presidente norte-americano Harry Truman.

O Programa tratava da assistência técnica aos países em desenvolvimento. No Brasil, foi criado o Escritório Técnico de Coordenação dos Projetos e Ajustes Administrativos do Ponto IV. Esse escritório se destinava a auxiliar os técnicos brasileiros no estabelecimento de prioridades e na elaboração de projetos que eram submetidos aos representantes norte- americanos. Chefiado por um diretor executivo, possuía um conselho de coordenadores e os setores de saúde, educação, agricultura, assuntos diversos e administração geral.

Devido o êxito na execução do acordo, o Programa estendeu-se de 1956 a 1964, dividido em duas partes: de 1956 a 1961 deu-se sob a égide do “Ponto IV” e, a segunda, vigorou de 1961 a 1964 no âmbito da “Aliança para o Progresso” e já se deu sob o comando da USAID (SAVIANI, 2008).

No livro “*As universidades e o regime militar*”, Motta destaca que a intenção original dos americanos era concentrar esforços na educação elementar e nos cursos técnicos, no início dos anos 1950 e que não havia planos de atuar na educação superior, “eles queriam reformular a educação brasileira desde os níveis primários, para que ela não se voltasse tanto para preocupações teóricas e conteúdos clássico-humanistas, e se dirigisse mais para a solução de questões práticas” (MOTTA, 2014, p. 116).

Em meio aos vultosos recursos disponibilizados pela Ford, foram privilegiadas as ciências sociais brasileiras (sociologia, antropologia, ciência política e economia, principalmente), que na época, estavam em constituição, após o trabalho de pioneiros autodidatas em décadas anteriores. Segundo Cunha (2007c), as especialidades que contaram com maiores incentivos foram aquelas provenientes das áreas agrícolas (Agronomia, Veterinária e outras) e nas Ciências Sociais (Sociologia e Economia). A Escola de Sociologia e Política de São Paulo, inclusive, em 1961, foi uma das instituições beneficiadas desses convênios, para a implantação, de um Centro de Estudos Rurais.

Além das bolsas de estudos, com os recursos do Ponto IV foram custeados livros, pagamento de professores visitantes americanos no Brasil e começou-se a financiar cursos

superiores na área de administração pública e de empresas. No final da década de 1950, o projeto na área de administração foi estendido para outras instituições brasileiras, como a Universidade da Bahia, a Universidade de Minas Gerais (UMG), dentre outras, mas sempre com o objetivo de modernizar o currículo e métodos e de aprimorar a formação do corpo docente (MOTTA, 2014).

Segundo o referido autor, entre 1950 a 1972 quase 10 mil estudantes brasileiros estudaram nos Estados Unidos à custa do Ponto IV (USAID). Estão inclusos tanto cursos de pós-graduação quanto programas de treinamento técnico de curta duração.

Em 1965, o decreto-lei n° 19, fixou currículo mínimo para o curso de Sociologia e Política e reconheceu a Escola Livre de Sociologia e Política, de São Paulo:

> I. Sociologia.
> II. História das Doutrinas Econômicas.
> III. Economia.
> IV. Antropologia e Etnologia.
> V. Política.
> VI. Psicologia Individual e Social.
> VII. História da Economia (Doutrinas e fatos)
> VIII. História da Política (Doutrinas e fatos)
> IX. História Econômica do Brasil.
> X. História Social e Política do Brasil
> XI. Estatística.
> XII. Higiene Social (BRASIL, 1965, s.p.).

Este foi o currículo mínimo para o ensino de Sociologia e Política em todo o País[62]. Em 1965, o decreto de número 56.870 reconheceu também os cursos da Escola de Sociologia e Política, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Mas, o golpe de 1964 viria ser um fator de desestabilização da Fundação da Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). As escolas de Sociologia e Política e de Biblioteconomia passaram a ser frequentemente fechadas pela polícia, e alguns alunos foram perseguidos. Tais escolas entraram declínio nos anos 1970 e, nos anos 1980, perderam o credenciamento para oferecer cursos de mestrado e doutorado (MICELI, 1989).

Atualmente a FESPSP mantém a Escola de Sociologia e Política, a Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação, a Faculdade de Administração e a Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais.

---

[62] Em 1958, foi criado o curso de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica (PUC)-RJ, que graduou parcela expressiva dos cientistas cariocas que, depois ocuparam posições de destaque na comunidade acadêmica. No entanto, mesmo replicando o modelo da ELSP, o curso da PUC jamais logrou desenvolver atividade de pesquisa (ALMEIDA, 1989).

3.2. A FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS (USP) COMO PROJETO DA ELITE CULTURAL E POLÍTICA PAULISTA

No ano seguinte ao da criação da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, em 1934, o interventor do Estado de São Paulo, Armando Salles de Oliveira, professor da Escola Politécnica desse Estado, nomeou urna comissão de notáveis personagens para estudar a criação de uma universidade de iniciativa do governo estadual. A comissão era composta por Fernando de Azevedo (relator do projeto/liderança pedagógica); Almeida Júnior, representante do Instituto de Educação; Teodoro Ramos Fonseca Teles, pela Escola Politécnica; Raul Briquet e André Dreyfus, da Faculdade de Direito; Rocha Lima e Agesilau Bitttencourt, pelo Instituto Biológico; e Júlio de Mesquita, pelo *O Estado de São Paulo* – que tinha grande influência política (FÁVERO, 1980).

Cunha (2007) destaca que a principal preocupação pedagógica de Azevedo era com a "formação escolar das classes médias e das classes dirigentes"[63], uma vez que o autor era adepto da primeira vertente do liberalismo elitista[64]. No campo educacional tal corrente serviu para difundir "uma cultura verdadeiramente superior, livre e desinteressada" (AZEVEDO, 1960, p. 126). Por isso, impunha-se a organização do ensino superior em universidades, não como as do Rio de Janeiro (simples aglomerado de escolas profissionais), mas, um modelo que promovesse a comunicação entre professores, formasse docentes para o ensino secundário e, especialmente, desenvolvesse a cultura livre e desinteressada das elites intelectuais. Na concepção de Azevedo (1960, p. 133), as elites são as "verdadeiras forças criadoras da civilização".

Como resultado dos trabalhos dessa comissão, Armando Salles assinou o Decreto nº 6.283/1934 de fundação da Universidade de São Paulo, onde foram instituídas as seguintes finalidades:

---

[63] Essa preocupação coincidia com os interesses das oligarquias (paulistas no caso), desejosas de consolidar seu poder e abafar a "questão social". Não foi por acaso que seus ideais fossem financiados e divulgados pelo jornal porta-voz das oligarquias, O Estado de São Paulo (CUNHA, 2007a).

[64] O liberalismo é um sistema de ideias construído por pensadores ingleses e franceses, nos séculos XVII e XVIII, utilizado como arma ideológica da burguesia nas lutas contra a aristocracia. No Brasil, essa corrente foi submetida a toda sorte de arranjos ideológicos: conviveu com as ideias que defendiam a monarquia e a escravidão, associou-se ao positivismo e, na Primeira República, serviu admiravelmente bem para legitimar a ditadura das oligarquias e a repressão dos trabalhadores (CUNHA, 2007, p. 231).

> 3.2.1. promover, pela pesquisa, o progresso da ciência;
> 3.2.2. transmitir pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito, ou sejam úteis à vida;
> 3.2.3. formar especialistas em todos os ramos de cultura, e técnicos e profissionais em todas as profissões de base científica ou artística;
> 3.2.4. realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e das artes, por meio de cursos sintéticos, conferências palestras, difusão pelo rádio filmes científicos e congêneres (BRASIL, 1934, s.p.).

A USP foi criada pela composição de 10 unidades de ensino e pesquisa, sendo 7 já existentes e 3 novas:

> 1 - Faculdade de Direito, criada em 1827;
> 2 - Faculdade de Medicina, criada em 1913;
> 3 - Faculdade de Farmácia e Odontologia, criada em 1899; 4 - Escola Politécnica, criada em 1894;
> 5 - Instituto de Educação, antigo Instituto Caetano de Campos, transformado em Instituto de Educação em 1933;
> 6 - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada pelo Decreto de sua fundação;
> 7 - Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais, criado apenas em 1946; 8 - Escola de Medicina Veterinária, criada em 1928;
> 9 - Escola Superior de Agricultura, criada em 1899;
> 10-Escola de Belas Artes, que deveria ser instalada posteriormente (BRASIL, 1934, s.p.).

Além dessas faculdades, escolas e institutos são incorporados à estrutura da Universidade, o Instituto Biológico, o Instituto de Higiene, o Instituto Butantã, o Instituto Agronômico de Campinas, o Instituto Astronômico e Geofísico, o Instituto de Radium, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas, a Assistência Geral a Psicopatas, o Museu de Arqueologia e Etnografia e o Serviço Florestal.

Por seu caráter integrador, esse Decreto possibilitou que fosse rompido o isolamento das escolas tradicionais de ensino superior, que, de escolas ou apenas faculdades, passaram a unidades universitárias regidas por um único estatuto, todas integradas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL). Assim, segundo Cardoso, organismo de articulação e reflexão, a Faculdade assumiu estrategicamente "o significado do lugar onde o conhecimento pode ser elaborado dentro de uma perspectiva de unificação dos interesses sociais" (CARDOSO, 1982, p. 22) – característica essa que só seria alterada cerca de trinta anos após sua criação, através da "Reforma Universitária" de finais dos anos 1960.

Naquele momento a então criada e instalada FFCL representava a concepção de seus fundadores, sendo entendida como instituição que deveria conter todas as virtudes que eram atribuídas à Universidade como um todo, qual seja, o lugar do "refúgio do espírito crítico e objetivo", "do universal", "da cultura livre e desinteressada". Ela era entendida como o local

adequado onde seriam formados os novos quadros de dirigentes capazes de ultrapassar a visão profissional e técnica restrita que caracterizava os cursos superiores dominantes até então (CATANI & HEY, 2006, p. 300).

Os autores descrevem que esta aspiração estabeleceu um conflito com as escolas ditas tradicionais na formação profissional: Direito, Engenharia e Medicina, que não valorizavam uma formação voltada para a “cultura humanística”.

O papel originalmente atribuído à FFCL estabelecia que: os cursos básicos, comuns e propedêuticos deveriam ser nela centralizados; ela seria uma espécie de universidade dentro da própria universidade; deveria ditar e garantir às demais escolas, faculdades e institutos os novos padrões de ensino e pesquisa básica e aplicadas, bem como a formação de docentes e de pesquisadores; deveria realizar a integração dos cursos e das atividades acadêmicas de toda a USP.

Segundo Cunha (2000), a criação da Faculdade de Educação e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras realizou um antigo projeto de Fernando de Azevedo, importante educador e membro da comissão de criação da USP. Para ele, a Faculdade de Educação seria o centro de formação de professores para o ensino secundário. A FFCL concebida como o "coração da universidade", seria o lugar onde se desenvolveriam "os estudos de cultura livre e desinteressada". Nela funcionaria uma espécie de curso básico, preparatório a todas as escolas profissionais, assim como para os seus próprios cursos. Lá os alunos estudariam as matérias fundamentais de todos os cursos, após o que, se encaminhariam para as faculdades propriamente profissionais.

Deve-se, de todo modo, ressaltar que a Faculdade de Filosofia foi responsável pelo estabelecimento de uma organicidade na diferenciação dos vários campos do saber que a compunham e que, segundo Florestan Fernandes (1984, p. 145), “como uma universidade em miniatura, ela sozinha povoou o meio ambiente com nomes notórios em todas as áreas do saber e provocou um surto cultural sem paralelos na história intelectual do país”.

Cunha (2007) destaca que, para integrar o corpo docente da nova universidade foram contratados, no primeiro ano de funcionamento, treze professores europeus (seis franceses, quatro italianos e três alemães). Os franceses foram arregimentados pelo professor Georges Dumas, antigo conhecido da família Mesquita. Ele foi o responsável pela vinda, ao longo dos primeiros anos, de docentes de Filosofia (Etienne Borne, Jean Maugüé), Sociologia (Paul Arbousse-Bastide, Claude Lévi-Strauss e Roger Bastide) e Geografia (Pierre Monbeig e Pierre Deffontaines). Os professores alemães se concentraram nas áreas de Zoologia, Botânica e Química e, os italianos, em Cálculo e Matemática.

De 1934 a 1942, trabalharam na Universidade de São Paulo 45 professores estrangeiros, mais alguns assistentes de laboratório. Nesse último ano, havia 22 professores estrangeiros na universidade, seis dos quais, desde a sua criação (CUNHA, 2007a). Essa elite possuía um projeto de reforma educacional mais acadêmico e amplo, influenciado, como dito anteriormente, pelos "normalistas" ou "durkheimianos" franceses. Por isso, a USP estava voltada para um ensino humanista e teórico (MASSI, 1989).

Essas diferenças podem traduzir, senão a existência de mais de uma elite paulista, ao menos a convivência, dentro de uma mesmo elite, de duas concepções distintas de um ensino superior voltado para projetos políticos – ainda que complementares e não excludentes. Sem formarem uma elite homogênea, os dois grupos elaboraram projetos que, se não competiam entre si no campo educacional, pois atuavam em campos distintos e complementares da formação acadêmica, acabaram por disputar entre si o apoio financeiro do governo estadual.

Embora a ELSP fosse gerida por uma fundação de direito privado, seu manifesto de fundação já deixava transparecer a intenção de obter apoio de órgãos públicos. A USP já fora fundada com o apoio do governo estadual o que lhe garantiu, desde o inicio, recursos estáveis para sua manutenção. E, por consequência, enquanto a universidade dependesse de recursos do governo estadual, seus dirigentes (o reitor e os diretores das faculdades) seriam escolhidos por cooptação (CUNHA, 2007a)[65]. Em contrapartida, a ELSP enfrentou problemas financeiros desde a sua fundação, até mesmo após ser incluída como instituição complementar da USP, em 1938.

No final dos anos 1930, já se observava a impossibilidade de o modelo proposto pela FFCL tornar-se parâmetro para todas as unidades, sendo que até os anos 1960 aconteceram movimentações no sentido de ajustes organizacionais ao lado de mudanças no estatuto legal da universidade: pelo Decreto-Lei nº 13.855, de 29/2/1944, a USP torna-se autarquia, com o reitor assumindo *status* de Secretário de Estado.

Em 1947, ocorre a mudança para o endereço que marcaria a história da ELSP: Rua Maria Antônia, nº. 258. A Administração, a Biblioteca, a Oficina Gráfica e as Seções de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, instalaram-se nesse local, que passou a ser o centro das decisões da Faculdade. Buscava-se uma universidade cujos alunos pudessem participar

[65] Chaui (2001) destaca que atualmente a USP – e a universidade pública brasileira em geral – está se consolidando ancorada em três vigas mestras: a privatização (por meio de convênios e pagamento de anuidades), o enxugamento da máquina administrativa (terceirização dos serviços) e a distinção entre escola profissionalizante e centro de pesquisa (graduação e pós-graduação). Isto acaba por levar a formas diferenciadas de gratificação materiais e simbólicas, envolvendo distintos mecanismos de complementação salarial e de relações entre o docente e o ambiente universitário público.

paritariamente do processo acadêmico; discutia-se a possibilidade de uma democracia social e cultural, de uma universidade pluralista; reivindicava-se o aumento de vagas, de verbas e de recursos. Procurava-se construir uma universidade aberta, livre, e que mantivesse vivo o traço renovador do projeto USP. Compromisso crítico, reflexão e pluralidade.

Limongi (1989, p. 166) esclarece que, embora os mentores da FFCL a imaginassem como o destino natural das elites de São Paulo, "a faculdade criada foi rapidamente assumindo feições muito diferentes das imaginadas". Os alunos que se encaminhavam para a FFCL e para as faculdades profissionais já existentes tinham perfis sociais claramente distintos. Para estas últimas, encaminhavam-se os filhos das elites, os possuidores de diplomas secundários obtidos nas melhores escolas, aqueles que saíam diretamente do secundário para a faculdade. Alunos desse tipo são raros na FFCL. Se o objetivo da FFCL era se constituir como uma alternativa às escolas existentes para formar "elites", se, portanto, pretendia "concorrer" com estas, os anos iniciais da FFCL acumulam sinais do fracasso de suas pretensões. Os filhos da elite continuaram a se encaminhar para as mesmas faculdades que seus pais e estas faculdades continuaram a ser responsáveis pela formação das "elites".

Seus fundadores, como os da ELSP, consideravam-se uma elite e, assim sendo, reconheciam ser necessário ter capacidade de organizar a sociedade política, em todo o seu complexo organismo de serviços, inclusive na esfera estatal:

> Em sua luta pela hegemonia cultural e política, os fundadores da USP se veem diante de uma dupla tarefa: não só a de formar suas próprias elites intelectuais com conhecimentos científicos, como também a de prepara-las para novas formas de atividade que naquele momento começam a se apresentar na sociedade. Em suma, os fundadores da USP consideravam-se uma elite e, assim, reconheciam ser necessário terem capacidade de organizar a sociedade política em todo o seu complexo organismo de serviços, inclusive na esfera estatal, em vista da necessidade de criar condições mais favoráveis à expressão da própria classe dirigente (FÁVERO, 1980, p. 61).

Limongi (1989) comentando a discussão destaca que, apesar da coexistência entre ELSP e a FFCL cada uma se desenvolveu no interior de "culturas" distintas, uma vez que cada uma delas teve uma origem particular. A FFCL ameaçou a existência da ELSP pelo projeto mais ambicioso e completo (não se restringia as Ciências Sociais), além de contar com a cobertura dos cofres públicos,

> Fica, assim, bem claro que os dois institutos tem finalidade bem diversa. A nova Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras tem por fim formar uma elite de professores secundários e elevar o nível da cultura geral do nosso meio. A sua finalidade política, dentro da forma de governo por nós adotada, é de concorrer para aumentar a competência do eleitorado. Enquanto isso, a ELSP tem a finalidade de formar funcionários técnicos, que, seguindo a carreira administrativa, tanto pública como particular, concorram para aumentar a competência das nossas administrações (LIMONGI, 1989, p. 218-219 *apud* LOWRIE, 1935, p. 105, grifo nosso).

Essa afirmação pode ser confirmada por meio do Manifesto de Fundação da ELSP, onde os dados disponíveis apontam para a presença predominante de engenheiros e médicos ligados ao IDORT, como Roberto Simonsen, Jorge Street, Armando Salles de Oliveira, A. C. Pacheco e Silva, Raul Briquet e André Dreyfuss (conforme foi mencionado anteriormente).

Ao passo que a FFCL tinha como modelo a docência alimentada por preocupações de cunho teórico e especulativo: "a defesa de um ensino calcado nas humanidades e destituído de qualquer utilitarismo são pontos de destaque no diário daqueles que a conceberam" (LIMONGI, 1989, p. 221). Em vista disso, a FFCL tinha preocupações mais "filosóficas" e voltadas para as reflexões teóricas e gerais, por isso, a inspiração e a reprodução do modelo francês são evidentes.

Segundo o referido autor, a ELSP teve uma inspiração direta do modelo norte-americano, pelo casamento "harmonioso" entre os fins da instituição e dos profissionais que contratou.

Cabe ainda registrar a presença de um contingente expressivo de estudantes judeus, alguns dos quais pertencentes a famílias de antiga implantação na comunidade judaica paulista. Os "brasileiros" do contingente de diplomados por esses cursos provinham em geral de setores tradicionais empobrecidos, quase sempre do interior do estado ou então de famílias ligadas ao magistério secundário, à burocracia estatal e ao desempenho de encargos intelectuais e culturais (imprensa etc.). Assim, os responsáveis pelos cursos de ciências sociais conseguiram, "[...] consolidar sua continuidade institucional mostrando-se empenhados em contribuir na formação de docentes para o ensino secundário que, aquela altura, constituía um espaço profissional seguro" (MICELI, 1989, p. 76).

Para este autor, é provável que uma proporção considerável das mulheres e/ou filhos de imigrantes (alguns dos quais eram os primeiros de suas famílias a frequentarem uma escola superior) dessas turmas de licenciados paulistas (tanto da USP como da ELSP)

jamais tivesse imaginado levar à frente toda uma carreira acadêmica dedicada ao ensino e a pesquisa.

> O mais provável é que tivessem ingressado em um dos dois cursos de ciências sociais abertos na capital paulista por considerarem uma alternativa de formação escolar e cultural condizente com suas pretensões mais modestas de projeção social se comparadas aos privilégios ainda associados aos títulos e carreiras liberais tradicionais. Havia também diversos estudantes de ciências sociais na USP, em sua grande maioria mulheres, que eram professores primários em regime de comissionamento, vale dizer, dispensados com vencimentos de seus encargos docentes para a realização do curso superior. Pode-se inclusive lançar a hipótese de que talvez uma proporção significativa desse primeiro contingente de diplomados em ciências sociais não teria tido outra possibilidade de acesso ao ensino superior não fora a abertura dessa nova carreira (MICELI, 1989, p. 78-79).

O autor ainda destaca que, na década de 1930, quase um terço das escolas secundárias do país estavam sediado no Estado de São Paulo. Daí deriva a tendência de ambas as escolas de ciências sociais de operarem como centros autônomos de estudos e pesquisas, voltados especialmente para a formação de quadros "reprodutores" e, ao mesmo tempo, possibilitando a titulação de professores para o ensino médio, onde a quantidade de vagas era abundante. Tudo isso decerto atraiu a parcela de jovens de famílias imigrantes. Para o autor,

> [...] o provável fascínio das novas carreiras científicas residia no fato de constituírem a oportunidade quase única, talvez pela primeira vez na história do país, de acesso a uma profissão intelectual cujos integrantes poderiam se lançar no mercado como detentores de uma oferta personalizada, com nome próprio e, por conseguinte, em condições de suscitar sua própria demanda. Enquanto a produção de docentes para o ensino secundário obedecia à risca a demanda social existente, a produção de docentes e pesquisadores em ciências sociais passava a depender cada vez mais da demanda (oferta de posições nas faculdades isoladas no interior, em centros de pesquisa e instituições culturais, etc.) suscitada pela própria categoria intelectual na formação (MICELI, 1989, p. 80, grifo nosso).

Ianni (1976) destaca que essas duas instituições possibilitaram a incorporação de padrões mais rigorosos de trabalho científico no campo das ciências do homem, através de condições institucionais mínimas, o contrato de especialistas estrangeiros, bem como às transformações sofridas pela sociedade brasileira. Além disso, a partir da década de 1930, começaram a publicar monografias científicas acerca dos fenômenos sociais, com padrões mais rigorosos de observação, análise e interpretação, tais como: *Casa Grande & Senzala*,

de Gilberto Freyre; *Formação do Brasil Contemporâneo* (Colônia), de Caio Prado Jr.; *Assimilação e Populações Marginais no Brasil*, de Emílio Willems; *Brancos e Pretos na Bahia*, de Donald Pierson, entre outros.

Mas, o autor supracitado adverte que a fase iniciada na década de 30 não foi homogênea e que os trabalhos das gerações seguintes, de discípulos brasileiros, mostram que aconteceram novos desenvolvimentos positivos nas ciências sociais no país, com Darcy Ribeiro, Costa Pinto, Eduardo Galvão, Thales de Azevedo, Gioconda Mussolini, Florestan Fernandes, dentre outros.

Portanto, a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, em especial da Sociologia, esteve vinculada a um projeto de formação de novas elites, que dariam conta de assumir a construção política, econômica e social da nação moderna.

A prática das Ciências Sociais se associou, nas décadas consecutivas, a empreendimentos internacionais de grande vulto, como o projeto UNESCO de relações raciais no Brasil (MAIO, 1997) e o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), criado em 1955, por Anísio Teixeira.

Este Centro foi criado com a intenção de servir como um espaço de renovação das investigações sociais, alternativo à Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi), dependente da UDF e estava sob o controle dos grupos católicos refratários aos processos de modernização (MICELI, 2001, p. 102).

O CBPE era composto tanto por pesquisadores brasileiros (Josildeth Gomes Consorte, Luís de Aguiar Costa Pinto, Waldomiro Bazzanella e Darcy Ribeiro, entre outros) como por diversos técnicos da Unesco (Charles Wagley, Bertram Hutchinson e Oto Kleinberg) (OLIVEIRA, 2005).

Também com a ajuda da UNESCO, no Rio de Janeiro, em 1957, foi criado o Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS). Assim como no CBPE, com o CLAPCS desejava-se que as Ciências Sociais pudessem resultar em uma aplicação prática, tendo em vista as transformações que o Brasil e a América Latina estavam vivenciando. As Ciências Sociais deveriam ser capazes de formar especialistas e realizar pesquisas que pudessem ajudar a enfrentar os graves problemas concretos de natureza social, econômica e política decorrentes da passagem do subdesenvolvimento ao desenvolvimento através do processo de industrialização do continente.

Este Centro concentrou grande parte dos cientistas sociais, que ampliou e consolidou vínculos acadêmicos da região. Uma das figuras centrais na organização e

expansão do Centro foi Luiz A. Costa Pinto (GRISENDI, 2014). Infelizmente, o CLAPCS teve pouco tempo de vida institucional, já que o Centro começou a entrar em descenso a partir da ditadura civil- militar no Brasil (OLIVEIRA, 2005).

4. AS CIÊNCIAS SOCIAIS NA BAHIA: O PROJETO COLUMBIA

Até a Primeira Guerra Mundial, as Ciências Sociais, na Bahia, eram produzidas por médicos e bacharéis influenciados pelo determinismo geográfico e racial (MAIO, 1997). Segundo este autor, até os anos finais da década de 1940, havia a predominância da etnologia nas pesquisas aí elaboradas, e uma longa tradição de estudos sobre o negro na cidade de Salvador desde o final do século XIX, na qual se destacava o exame da forte influência da cultura africana. A cidade era vista como um lugar privilegiado em termos de convívio entre as raças e, por isso, desde os anos 30, atraía diversos pesquisadores estrangeiros.

No governo do interventor Landulfo Alves (1938-1942) foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Bahia, criada em 16 de maio de 1941 e autorizada a funcionar em 20 de outubro de 1942. A palestra de inauguração ficou por conta do antropólogo estadunidense Melville Jean Herskovits, que acreditava que a Bahia era uma referência de tolerância racial (ALMEIDA, 2013). Herskovits e Gilberto Freyre foram os primeiros professores honorários da Faculdade de Filosofia – ambos intelectuais do campo da antropologia e que dedicaram às reflexões das tradições africanas no Brasil (CÔRREA, 1988). Tanto Isaías Alves como os outros professores fundadores da Faculdade (Antônio Pithon Pinto, Guiomar Florence, Gabriela Sá Pereira, Renato Mesquita e outros) vieram da antiga Escola Normal.

Em 1943, médico Thales Olympio Góes de Azevedo, amigo e contemporâneo de Anísio Teixeira, é convidado por Isaías Alves para compor o corpo docente. Thales de Azevedo assumiu a primeira cadeira de Antropologia e Etnografia, na recém-criada Faculdade de Filosofia, da Universidade da Bahia. Foi também neste ano que assumiu a direção da Escola de Serviço Social e a disciplina de pesquisa social do currículo daquele curso, era chefe da seção de Higiene da Alimentação do Departamento de Saúde da Secretaria de Educação e Saúde da Bahia (BRANDÃO, 1996).

Convidado por Anísio Teixeira, Thales de Azevedo passou a dirigir o convênio firmado entre a Secretaria de Educação do Estado da Bahia e o Departamento de Antropologia, da Universidade de Columbia, em 1949. Esta Universidade gozava de influência da esfera política dos Estados Unidos e tinha histórica tradição na temática das Ciências Sociais, com destaque para a etnografia, a historiografia e a antropologia, conforme atesta José Rubens Mascarenhas Almeida (2013). Para esse autor, a criação desta Faculdade inaugurou uma nova fase para as Ciências Sociais da região, “claro que ainda se

passaria bastante tempo para a tradicional prática médico-antropológica iniciada no século XIX" (ALMEIDA, 2013, p. 37).

Em sua gestão na Secretaria de Educação da Bahia, Anísio Teixeira colocou em funcionamento três projetos que, tanto refletiam na sua concepção de autonomia do sistema de ensino como serviam de mais uma demonstração acerca da função que deveria ser desempenhada pela pesquisa social e educacional. Estes projetos foram: o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, o Programa de Pesquisas Sociais do Estado da Bahia/Columby University e a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia (que teria um Departamento de Ciências Sociais), todos idealizados no contexto do plano de educação para a Bahia. Tais projetos foram decorrentes da sua experiência de trabalho como conselheiro do ensino superior na UNESCO.

O Programa de Pesquisas Sociais do Estado da Bahia/Columbia University começou a ser planejado em 1948, quando Anísio Teixeira realizou contatos com cientistas sociais brasileiros e norte-americanos com o propósito de colocar em funcionamento o seu projeto de modernização da educação e da saúde na Bahia, tendo em vista a diversidade regional existente no Estado e as mudanças sociais e econômicas que nele estavam se processando.

Ao lado disso, a partir da década de 1950, a Bahia foi incluída no grande projeto da UNESCO, sobre o estudo das relações raciais no Brasil e fomentar políticas educacionais na periferia capitalista, "cujo procedimento vinha travestido de "cooperação técnica" entre os países membros" (ALMEIDA, 2013, p. 32). A ela interessou os estudos das relações raciais no Brasil, focados nas unidades federativas da Bahia, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo[66].

No Estado da Bahia, o objetivo principal do projeto era conhecer e colher subsídios para o desenvolvimento de futuras políticas públicas de modernização de três regiões: Cacaueira, a Chapada Diamantina e o Recôncavo (MAIO, 2010, p. 144).

Corrêa (1988) afirma que o Programa teria desdobramentos próprios, tanto na ampliação de convênios com outras universidades norte-americanas, como na colaboração de pesquisas de comunidade empreendida a partir de São Paulo por Donald Pierson (na ELSP), no vale de São Francisco e nas pesquisas sobre relações raciais de iniciativa da UNESCO.

Participaram da organização do Programa, no início de 1949, além de Anísio

[66] No interior do estudo da UNESCO sobre as relações raciais é realizado um convênio com o Departamento de Sociologia da USP, cujo foco de estudo era a zona urbana e em processo de industrialização. Participaram dessa pesquisa, dentre outros pesquisadores, Roger Bastide e Florestan Fernandes (MENEZES, 2013).

Teixeira, e Thales de Azevedo, a antropóloga Gizella Valladares (Museu do Estado da Bahia), Charles Wagley (professor do Departamento de Ciências Sociais, da Universidade de Columbia)[67], o etnólogo Eduardo Galvão (Museu Nacional), Marvin Harris, além de outros jovens antropólogos estadunidenses que desenvolveriam pesquisas responsáveis por embasar seus trabalhos de pós-graduação, mas que serviriam de diagnóstico para planejamento do poder público estadual (MEDEIROS, 2013, p. 74). Em seguida, Luiz A. Costa Pinto, sociólogo da Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, foi convidado para integrar a equipe.

Cabe lembrar que, entre 1946 e 1951, o presidente Eurico Gaspar Dutra estava à frente do governo federal e desenvolveu uma política federativa em torno da chamada Aliança Nacional, e tinha o propósito de apoiar os Estados menos desenvolvidos, dentre eles, a Bahia.

Nesse Estado, este projeto inseriu-se no contexto do Governo de Otávio Mangabeira (1947-1951), especialmente quanto às preocupações de parte da elite baiana com o "Enigma Baiano", que consistia na dificuldade de industrialização da Bahia, por isso, era necessário conhecer a realidade da Bahia para entender-se a possibilidade de mudança.

Ao lado da estagnação, este Estado sofria com as altas taxas de mortalidade infantil, doenças, desemprego, surgimento de favelas etc. (MEDEIROS, 2013). Por isso, a expressão "enigma baiano" foi adotada pelo Governador e esteve na mente de políticos instruídos, jornalistas e estudiosos, somente vencida na década de 1960, com o surto da industrialização na Bahia.

Para Consorte (1996), esse convênio representou um marco no desenvolvimento das ciências sociais. Anísio pretendia assentar as bases dos seus planos educacionais no conhecimento da realidade sociocultural produzido por cientistas sociais[68]. Segundo essa autora, as Ciências Sociais eram a grande aposta de Anísio Teixeira para obter as respostas que precisava. Não era um caminho de resultados imediatos, mas o conhecimento que dele resultasse seria o "objetivo" confiável.

Do ponto de vista educacional, este projeto perseguiu a meta de um ensino

---

[67] Já estavam no Brasil pesquisando grupos indígenas (CORREA, 1988). Era o representante do Programa de Assistência Técnica, lançado pelo Ponto IV, mencionado anteriormente.

[68] Como exemplo tem-se a política de interiorização da educação superior pública estadual no início dos anos de 1970, bem como o programa de segurança alimentar – rede pública de supermercados Cesta do Povo, no final dos anos de 1970. Essas ações podem ter colaborado para minimizar distorções sociais podendo ter apresentado contribuições subsequentes para a expansão da educação superior estadual uma vez que é possível constatar um redirecionamento nas políticas estaduais que começam a vislumbrar a necessidade de ampliação dos campos de sua atuação.

profissionalizante, como preparação para a disciplina do "novo trabalho industrial, demandada pela acumulação de capital em nível internacional, aplicando as ideias tayloristas no interior da fábrica e no ambiente escolar" (HARRIS, 1956 *apud* ALMEIDA, 2013, p. 38).

Magalhães (2013) destaca que, nesse período, a visão de desenvolvimento nas ciências sociais e na educação estava correlacionada com uma visão de planejamento, voltada para a realidade local, regional e nacional. A supracitada autora destaca que, mesmo que a pesquisa, do ponto de vista da economia e da sociedade baiana, não tenha se efetivado em políticas mais concretas, entretanto, teve uma ação formativa de pesquisadores, mas também como polo de irradiação para outras iniciativas para a pesquisa nacional, como a dos CBPE dentro do INEP, coordenado por Anísio Teixeira de 1952 até 1964.

Complementarmente,

> A iniciativa de Anísio Teixeira na Bahia, de recrutamento de cientistas sociais para o levantamento sistemático das questões que pretendia atacar em termos políticos e administrativos no campo educacional, continuaria no Rio de Janeiro, de uma perspectiva nacional (CORREA, 1988, p. 19).

Por conta disso, em 1951, o ministro da Educação e Saúde, o baiano Ernesto Simões Filho, convidou Anísio Teixeira para dirigir a CAPES, órgão que ele era secretário-geral desde a sua fundação.

A Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia surgiu no contexto dos desdobramentos do Programa de Pesquisas Sociais. Composto por três departamentos eram os de ciências físicas, de ciências biológicas e de ciências sociais, essa Fundação tinha dotação orçamentária na Constituição estadual baiana, de 1947: contava com 1% da renda tributária do Estado. Maio (1997) destaca que essa Fundação foi pioneira no Brasil e serviu de exemplo da utilização dos recursos públicos no apoio ao desenvolvimento de pesquisas científicas.

Dada a experiência na realização do Programa, Anísio Teixeira estreitou os contatos com os cientistas sociais brasileiros e norte-americanos, bem como com a UNESCO, com o intuito de definir as políticas públicas na área da saúde e da educação. Isso se deve porque na época essas pesquisas gozavam de grande prestígio nos meios científicos, como forma de compreensão das mudanças que estavam ocorrendo nas comunidades consideradas "tradicionais", cujo modo de vida tendia para o desaparecimento frente à modernização do país (CONSORTE, 1997).

Do ponto de vista econômico, na década de 1950, a Bahia experimentou um período, ainda que efêmero, de desenvolvimento econômico, tendo em vista que nas primeiras quatro décadas do século XX, a economia baiana restringia-se à produção de produtos agrícolas de baixo valor agregado e em sua maioria restrita ao consumo local caracterizado pela alta concentração de renda (AZEVEDO, 2000).

As eleições na Bahia para governo do estado, em 1954, consagraram Antônio Balbino para o quadriênio administrativo de 1955 a 1959. Logo após a consolidação da vitória nas urnas, o novo governador convidou Rômulo Almeida para a elaboração de um estudo sistemático sobre a realidade econômica baiana e, a partir desse diagnóstico, elaborar propostas e vias para o seu enfrentamento.

O período demandava ações administrativas na área econômica, motivadas por uma seca que provocou sério abalo na declinante economia cujos produtos se encontravam em baixa na cotação internacional. A conjuntura favorecia a um discurso renovador, o que levou a eleger o candidato Balbino ao governo do Estado com a esperança de superar a situação reinante.

O governador eleito, candidato do PSD, tinha sido ministro de Educação e Saúde e relator do projeto de criação da Petrobrás durante o segundo mandato do Presidente Vargas. Segundo Marcial Humberto Saavedra Castro (2010), a emergência deste político fazia parte dos desdobramentos e das diferenças do cenário local, o controle da UDN por Juracy Magalhães e a saída dos autonomistas históricos para o Partido Liberal (PL) em 1954, entre os quais, o próprio Octavio Mangabeira, Luis Vianna Filho e Nestor Duarte. Acresce-se a isso, o apoio do governo federal e as articulações pessoais de Vargas potencializando em seu favor alianças, garantindo o apoio do PTB e UDN baianos.

Ao mesmo tempo em que o governo brasileiro investia no desenvolvimento industrializado e na urbanização, o governo da Bahia também estabelecia metas de desenvolvimento diretamente articulado ao investimento/crescimento industrial. A promoção para o desenvolvimento econômico foi sistematizada em alguns documentos elaborados em circunstâncias e momentos diversos, dentre eles o Plano de Desenvolvimento da Bahia (PLANDEB), referente aos anos de 1960 a 1963 (SERPA; CUNHA, 2002).

Embora iniciado no governo de Antônio Balbino, o Plano foi concluído e apresentado publicamente no ano de 1959, prevendo sua efetivação no governo posterior de Juracy Magalhães. Inclusive, o PLANDEB nem sequer chegou a ser votado na Assembleia Legislativa do Estado, pois o Governador era o udenista Juracy Magalhães e o seu governo

era majoritariamente formado por políticos da UDN, tendo como Secretário da Fazenda Aliomar Baleeiro, figura bastante representativa da oposição ao projeto desenvolvimentista de Getúlio Vargas (CASTRO, 2010).

A Comissão de Planejamento Econômico, coordenada pelo economista Rômulo Almeida tinha como finalidade a racionalização administrativa do estado. Este processo trouxe para o campo administrativo, ideias e formulações que nortearam a ação governamental do executivo estadual, na tentativa de implantar uma estratégia de planejamento e industrialização para a Bahia.

Segundo Castro (2010), todos esses estudos e projetos não ficaram isentos de resistência e oposição a essa nova mentalidade administrativa que se implantou no estado e na dinâmica da administração pública. Rômulo e a CPE se transformaram no alvo do desabono por parte da elite dirigente da Bahia e, de modo particular, Simões Filho, o proprietário do jornal *A Tarde*.

A partir da análise das orientações do PLANDEB, constata-se que a política social se delineava prioritariamente na parte setorial do plano, no qual a saúde, educação (políticas de formação de mão de obra) e habitação estavam subsumidas a ações eminentemente econômicas, conforme política governamental das décadas de 1950 e 1960. Portanto, a educação foi concebida como coadjuvante no processo de desenvolvimento econômico que, quando bem orientada, poderia inclusive auxiliar no processo desenvolvimentista. Tal é a subordinação dos aspectos sociais aos econômicos que, em relação à educação, acentuava que,

> [...] a diretriz dominante é utilizar a educação como um instrumento de desenvolvimento econômico e social. Parte-se do conceito de que se a educação não pode, por si só, determinar ou condicionar o desenvolvimento, não há como negar que ela é – se bem orientada nesse sentido – forte incremento ao processo desenvolvimentista, como inversão de capital social destinada a valorizar o homem através da preparação conveniente e oportuna da mão-de-obra para as novas tarefas na indústria, no campo e nos serviços (PLANDEB, 1963, p.7, grifo nosso).

As reformas urbanas e a criação de novos empregos aceleraram a migração para a capital e a região metropolitana. A população baiana residente na zona rural em 1950 correspondia a quase 75% do total de habitantes cadastrados no censo. Na década seguinte esse percentual reduziu em, aproximadamente, dez pontos e, na década de 1970, quase metade do contingente populacional baiano já residia na zona urbana (ANUÁRIO ESTATÍSTICO, 1972).

Embora a política estadual tenha priorizado o desenvolvimento econômico nem sempre articulado com o desenvolvimento social, realizando grandes investimentos para a modernização econômica e produtiva como a Refinaria Landulfo Alves, o Complexo Petroquímico de Camaçari e o Centro Industrial de Aratu, não se pode desconsiderar as ações sociais realizadas[73].

Esses fatores interferiram no crescimento da demanda da educação escolar, intensificando-a. A transferência das populações rurais para zonas urbanas fez com que elas logo se apercebessem da importância dos conhecimentos de leitura, escrita e cálculo para as transações mais elementares na cidade (CUNHA, 1989).

Segundo o referido autor, a demanda por escolas advinha tanto da expansão da escola secundária como pela equivalência entre as escolas profissionais e o ensino secundário, de modo a favorecer o ingresso dos diplomados ao ensino superior. Assim, "os portadores de diplomas de cursos técnicos de 2º ciclo podiam, então, inscrever-se nos exames vestibulares de quaisquer cursos superiores, sem as antigas restrições" (CUNHA, 1989, p. 70).

Durham (2005) destaca que nesse período, a criação de universidades públicas, mantidas pelo governo federal, constituiu uma reivindicação permanente dos estados, encaminhada por seus deputados. Isso se dava através da encampação ou fusão de instituições preexistentes, em sua maioria privadas. Era procedimento comum das elites criar algum tempo depois, solicitar ao governo-central sua federalização e sua integração como uma nova universidade.

Apesar de haver demanda, só existiam duas universidades no Estado: uma pública – a Universidade da Bahia (UBA), criada em 1946 e outra entidade privada confessional – a Universidade Católica de Salvador (UCSAL), que surgiu em 1952, além de poucas instituições de ensino superior isoladas, algumas ministrantes dos cursos de Filosofia e Sociologia.

De acordo com a Sinopse Estatística do IBGE, no ano de 1960, a Bahia contava com 3357 matrículas no ensino superior, sendo que a maioria das matrículas estava nos cursos de Medicina e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Tabela 2 - Matrícula inicial do ensino superior do Estado da Bahia – 1960

Modalidade de Ensino	Matrículas
Administração Pública e Privada	43
Agronomia	105
Arquitetura	94
Artes Liberais (Arte Dramática, Belas Artes, Coreografia, Música e outras)	204
Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais	105
Engenharias (Civil, de Petróleo, Elétrica, Geologia, e Química Industrial)	472
Estatística	42
Farmácia	112
Filosofia, Ciências e Letras	**616**
Medicina	629
Odontologia	254
Enfermagem Geral	68
Serviço Social	42
Veterinária	78
Total	**3557**

Fonte: Brasil (1960)

A crescente demanda pelos cursos oferecidos pelas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras se explica pela expansão da rede pública estadual de ensino, especialmente o grau secundário, que exigia a fixação no interior de pessoal habilitado para o exercício do magistério.

Essa foi à motivação que levou o governo estadual aprovar a Lei nº 1.802, de 25 de outubro de 1962, determinando a criação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Feira de Santana, Ilhéus, Jequié, Caetité, Vitória da Conquista e Juazeiro,

> Art. 1º - São criadas pela presente Lei, nas cidades de Feira de Santana, Ilhéus, Jequié, Caetité, Vitória da Conquista e Juazeiro "Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras" com o objetivo de preparar professores para o magistério secundário, incrementar a pesquisa científica e difundir a cultura universitária no interior do Estado.
> Art. 2º - As Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras a que se refere o artigo 1º desta Lei serão organizadas e funcionarão segundo a legislação federal em vigor obedecidos os padrões, currículos, seriação e normas gerais vigentes para estabelecimento congêneres.
> Parágrafo Único - Os estabelecimentos sindicados no presente artigo poderão utilizar como campo de observação e métodos, os educandários oficiais de ensino secundário e normal, existentes naquelas cidades, até que se efetive a sua implantação segundo as diretrizes e bases da educação nacional (BAHIA, 1962, s.p.).

Essas instituições amenizariam a situação pouco lisonjeira da Bahia quanto aos índices de matriculados em cursos superiores em relação à população. Apesar desse

dispositivo legal, na prática, eles só começaram a ser instaladas no final da década de 1960.

A respeito da quantidade e localização de instituições no Estado da Bahia, segundo o *Relatório de Orientação das atividades da educação superior da Bahia*, esse nível de ensino era ministrado em trinta e nove estabelecimentos, dentre os quais dezesseis estavam agrupados na Universidade Federal da Bahia (a universidade foi federalizada em 1965), a saber: Escola de Administração, de Belas Artes, Escola de Biblioteconomia e Documentação, Escola de Enfermagem, Escola de Geologia, Escola de Nutricionistas, Escola Politécnica, Escola de Teatro, Escola de Dança, Faculdade de Arquitetura, Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Direito, Faculdade de Farmácia, Faculdade de Filosofia, Faculdade de Medicina e Faculdade de Odontologia. A Universidade também mantinha outros órgãos de pesquisa e ensino, constituídos sob a forma de Institutos e laboratórios (ANEXO C).

Na Universidade Católica estavam agrupadas cinco instituições, conforme imagem abaixo: a Escola de Medicina e Saúde Pública, Escola de Serviço Social, Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Direito e a Faculdade de Filosofia.

Naquele período, existiam dezoito estabelecimentos isolados de ensino, sendo apenas três mantidos pelo Estado: Escola Agronômica da Bahia, em Cruz das Almas; Escola de Medicina Veterinária da Bahia, na capital e a Faculdade de Agronomia do Médio do São Francisco, em Juazeiro.

O Relatório referenciou ainda as dez instituições particulares com sede em Salvador: Escola de Estatística na Bahia (Fundação Visconde de Cairu), Escola de Sociologia e Política da Bahia, Escola de Serviço Social e Escola de Bibliotecários e Documentalistas (Fundação Desembargador Álvaro Clemente de Oliveira), Curso Superior de Agrimensura (Escola de Engenharia Eletromecânica da Bahia), Centro de Aperfeiçoamento e Pesquisa do Petróleo (Petrobrás), Seminário Central da Bahia (Arquidiocese), Instituto de Música da Bahia, Escola de Música da Bahia e o Conservatório Baiano de Canto Orfeônico (com algumas ressalvas).

O interior do Estado contava com apenas cinco instituições de ensino superior, todas particulares, a saber: Faculdade Católica de Direito, em Ilhéus; Faculdade de Sociologia e Política, em Ilhéus; Faculdade de Filosofia, em Itabuna; Faculdade de Ciências Econômicas, em Itabuna e Faculdade de Sociologia e Política em Vitória da Conquista.

De acordo os dados estatísticos do IBGE, em 1963, a Bahia estava em situação inferior quanto ao índice de matriculados em cursos superiores. Para cada 10.000 habitantes havia no Rio Grande do Sul – 22,4 matrículas, em São Paulo – 20,9 matrículas,

Pernambuco – 14,4 matrículas, Minas Gerais – 10,0 matrículas e a Bahia com apenas 7,0 matrículas.

Para efeito comparativo, na mesma época, o referido *Relatório de Orientação das atividades da educação superior da Bahia*, a Argentina contava com 77 matrículas e os Estados Unidos, 177 matriculados, o que confirma a defasagem educacional da Bahia.

No ano de 1964, na Bahia, o número de matrículas para o ensino superior foi 5.819, sendo grande parte referente às duas únicas Universidades existentes: a Universidade da Bahia, 3.708 e 1.123 na Universidade Católica. Os estabelecimentos isolados contavam com 988 matriculados, dos quais 229 pertencentes às instituições privadas mantidas pelo Estado. Consta no Relatório a informação de que, no ano anterior, houve 789 conclusões de curso; 485 na Universidade da Bahia, 165 na Católica e 139 nos demais estabelecimentos (RELATÓRIO..., 1966, p. 04).

Assim, a UBA foi responsável pelo ensino público e pela formação de quadros dirigentes estaduais possibilitando o surgimento de novas faculdades e universidades no Estado (BOAVENTURA, 1999). A Universidade tinha como reitor, Edgard Santos, diretor da Faculdade de Medicina, que permaneceu no cargo durante cinco mandatos consecutivos, entre os anos de 1946 e 1961.

4.1. A FACULDADE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SALVADOR/BAHIA

Dentre os estabelecimentos privados, a Escola de Sociologia e Política da Bahia foi criada nos primórdios da década de 1960. Essa Faculdade, juntamente com a Escola de Serviço Social e a Escola de Bibliotecários e Documentalistas compunham a Fundação Desembargador Álvaro Clemente de Oliveira. Foi inaugurada sob a direção de Yves Oliveira e contou com a presença de autoridades, professores e demais representantes da comunidade, inclusive de outros estados e do exterior.

O corpo docente era constituído por Hermano Gouveia Neto, Arivaldo Andrade de Oliveira, Joir Brasileiro, Antônio Virgílio Sobrinho, Hélio Rocha, Padre Jurandir Cardoso dos Santos, José Augusto Tavares, Dom Jerônimo de Sá Cavalcanti, Walfrido Moraes e Yves de Oliveira, também diretor (A TARDE, mar. 1962).

O primeiro vestibular aconteceu em março 1962. As provas ocorreram durante quatro dias, sendo que no turno matutino, a prova era na modalidade escrita e a tarde, oral. O exame era composto pelas seguintes disciplinas: Português, Francês, Inglês, História do

Brasil e História da Civilização (A TARDE, 04 mar. 1962).

O curso tinha quatro anos de duração e era composto pelas seguintes disciplinas: Economia Política, Antropologia Física, Psicologia Social Geografia Humana, Ciência Política, Introdução as Ciências Sociais, para o primeiro ano. No segundo ano, Sociologia Geral, Antropologia Cultural, Direito Político, História da Civilização, Estudos e Metodologia Aplicada. O terceiro ano tinha as seguintes disciplinas: Sociologia Especial, Economia Brasileira, Administração Pública, História Política do Brasil, Etnografia Brasileira, Liderança e Relações Públicas e Humanas. E, no último ano, Ética Social e Política, Finanças Públicas, História Econômica, História Social do Brasil, Governos Municipais e Histórias Locais e Relações Internacionais (A TARDE, 04 mar. 1962).

Essa estrutura curricular foi indicada como "currículo típico", pela União Pan-Americana (OEA) para todas as instituições ofertantes de cursos similares mantidos pelas universidades latino-americanas (A TARDE, 05 jun. 1964).

A Faculdade de Sociologia e Política da Bahia começa a se consolidar e, concomitantemente, acontecem mudanças no quadro político, desencadeado pelo golpe civil- militar, em 1964.

Sabemos que os anos imediatamente após o golpe foram de intensa atividade política. Em abril de 1964 João Goulart foi deposto e assumiu, no dia 15 de abril, o general-presidente Humberto Castello Branco como Presidente do País. Castello Branco era o mais influente dos conspiradores militares e consensual, era líder do chamado "grupo da Sorbonne" e, tinha ao seu redor, oficiais estreitamente ligados a Escola Superior de Guerra (ESG), tais como os generais Golbery do Couto e Silva, Cordeiro de Farias e Ernesto Geisel.

Dentro do contexto mundial da época, havia um inimigo a ser derrotado: o comunismo. E, para combatê-la, uma verdadeira operação de guerra foi planejada e executada internacionalmente. Emergiu então a necessidade do fortalecimento do modo de produção capitalista através da ação de governos que pudessem assegurar as condições indispensáveis de segurança para os investimentos de grandes empresas, grupos industriais e financeiros.

Evidentemente que isso não significa eu todo o período de 1964 a 1985 tenha sido uniforme, com os diferentes governos adotando medidas sequenciais resultantes de um consenso entre os grupos dirigentes visto que diferentes interesses geram antagonismos e contradições permanentes. Alves (1984) destaca que as contradições são identificadas, por exemplo, nos ciclos de expressão e liberalização que resultaram do relacionamento

dialético dos militares com a oposição. Não podendo destruí-la totalmente, o Estado era forçado a incorporar algumas exigências, visando diminuir o nível de tensão criado pela violência do aparato repressivo.

Mas, num primeiro momento foi posta em prática a chamada "ação saneadora" que abrangeu desde as prisões e cassações dos opositores mais variados – sindicalistas, parlamentares, governadores estaduais, militantes de esquerda e militares – possíveis graças à edição dos atos institucionais e da política repressiva dos governos ditatoriais sob o signo da Ideologia de Segurança Nacional – expresso no terror institucionalizado dentro e fora das instituições de ensino superior e, sobretudo, contra os movimentos de oposição.

Pelo decreto-lei nº 4.341, de 13/07/1964 foi criado o Serviço Nacional de Informação (SNI), que, para Alves (1984, p. 74), "foi a primeira aplicação da Doutrina de Segurança Nacional, e lançou as bases do imenso aparato repressivo que se desenvolveria com o tempo". O SNI consolidava os ensinamentos da ESG sobre a necessidade de identificar os antagonismos e pressões e manter sob a vigilância as atividades da oposição. Golbery do Couto e Silva foi seu primeiro diretor. Também chefiaram o SNI os generais Garrastazu Médici e João Batista Figueiredo.

Neste interregno, uma vasta campanha de busca e detenção foi desencadeada em todo o país. O Exército, a Marinha e a Aeronáutica foram mobilizados, segundo técnicas predeterminadas de contraofensiva, para levar a efeito operações em larga escala de "varredura com pente fino". O objetivo era "varrer" todos os que estiveram ligados ao governo anterior, a partidos políticos considerados comunistas ou altamente infiltrados por comunistas e movimentos sociais no período anterior a 1964.

Naquele momento, o Brasil estava acometido por uma crise financeira e, na tentativa de amenizar a situação, por meio de uma recessão calculada e do equilíbrio monetário para a contenção da inflação, Castello Branco nomeou Octavio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos para os cargos de Ministro da Fazenda e do Planejamento, respectivamente, Das medidas desenvolvidas foram fundamentais aquelas referentes à subordinação do trabalho ao capital, a ampliação do instrumental interventor do Estado e ao desenvolvimento de um novo sistema financeiro (MACIEL, 2004).

A intervenção do Estado estava relacionada com a ampliação dos novos setores, novas políticas e novos órgãos que foram criados. A racionalidade burocrática tecnicista ganhou foros de verdadeira concepção de mundo e o processo de tomada de decisões centralizou-se e se hierarquizou, particularmente centrado no Poder Executivo, criando uma extensa "tecnoestrutura estatal" (IANNI, 1986, p. 257-258).

Também foi elaborado o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) lançado oficialmente em novembro de 1964 e vigente até 1966. Surgiu como uma reação das classes conservadoras contra as posições reformistas contidas no Plano Trienal, mencionado anteriormente, porém atingiu níveis de agregação tão amplos quanto este. O plano procurava dar consistência às estratégias de reformas econômicas do primeiro governo militar. O diagnóstico sobre as causas da inflação contido no PAEG apontava para três fatores: 1) os déficits públicos; 2) a expansão do crédito às empresas; 3) os aumentos salariais por cima dos ganhos de produtividade. Estes elementos provocariam a expansão dos meios de pagamento, causando, dessa forma, a propagação da inflação. Quanto à política educacional "visava a ampliação de oportunidades de acesso à educação, a racionalização o emprego dos recursos disponíveis e o ajustamento da composição do ensino às necessidades técnicas e culturais da sociedade moderna" (BRASIL, 1964, p. 28).

Segundo Viana Filho (1976), este Programa foi alvo de muitas críticas, visto que ele não criava condições para o desenvolvimento e tinha objetivos incompatíveis como o combate da inflação e a retomada do desenvolvimento. Além disso, apoiava-se em auxílio externo, o que significava decisões fora do nosso controle e fundamentava-se em procedimentos sigilosos, pois o texto oficial não foi liberado para os analistas governamentais.

Mas, como observa Ianni (1986, p. 256), "não se tratava de estatizar a economia ou criar o capitalismo de Estado. Tratava-se, de aperfeiçoar o *status quo*". Por essa razão, era importante um Estado forte, capaz de atuar sobre todos os setores e conduzir a política que viabilizasse os chamados objetivos nacionais, sem que isto implicasse quaisquer desentendimentos com a livre iniciativa.

Os Planos Trienal e PAEG foram formulados em um contexto de estrangulamento externo, de modo que o reescalonamento da divida externa era uma questão crucial. No entanto, Goulart encontrou maiores resistências dos norte-americanos.

Por outro lado, o governo de Castelo Branco encontrou um clima bem mais amigável nas negociações internacionais, marcado por uma maior boa vontade com as demandas do Brasil. O resultado foram acordos que desafogaram as contas externas, criando um ambiente mais propício para o sucesso das políticas de estabilização e também para o crescimento econômico.

Do ponto de vista educacional, o referido Plano estabelecia uma série de orientações de caráter estritamente econômico para o ensino superior, tais como a necessidade de adequação desse nível de ensino aos critérios do mercado e das

necessidades do setor produtivo e a orientação para que o financiamento deixasse de ser gratuito nos estabelecimentos oficiais, incluindo formas diretas e indiretas de pagamento (CUNHA, 2007b). Para esse autor, as ideias do IPES foram consolidadas nas medidas do PAEG.

Nos últimos dias do governo de Castelo Branco, por meio da reforma administrativa, via decreto nº 57.464, foi criado o Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica com a incumbência de coligir elementos para a elaboração de um plano econômico, a essa época chamado de Plano Econômico de Longo Prazo. Preparado durante a gestão de Roberto Campos à frente do Ministério do Planejamento, o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico foi, na verdade, implementado durante o período presidencial do marechal Artur da Costa e Silva.

Os objetivos iniciais do Plano consistiam em realizar um diagnóstico geral da economia brasileira, a fim de efetuar projeções que possibilitassem indicar medidas corretivas para cada setor. A execução do plano foi coordenada por um grupo geral que abrangia outros subgrupos, dentre eles o de educação. Havia ainda as subdivisões para as regiões Nordeste, Sudeste, Norte, Oeste e Sul.

Dentre as prioridades do Plano estavam o crescimento do mercado, o combate à inflação e a manutenção de uma política fiscal orientada para o desenvolvimento, merecendo atenção especial os problemas de capital de giro, da produtividade do acesso a fontes de recursos internacionais (ABREU, 2009).

Apesar de muito mais ambicioso que todos os outros planos governamentais, segundo Ianni (1971, p. 108), este plano não chegou a ser implementado e foi arquivado "sob uma capa de silêncio".

Este Plano serviu de base para a elaboração do Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), publicado em julho de 1967. Elaborado durante o governo do presidente Costa e Silva, sob a gestão de Hélio Beltrão no Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, em junho de 1968, para o triênio 1968/70.

O PED visava à criação de um programa de investimento nas áreas consideradas estratégicas, a programação de instrumentos financeiros e um conjunto de instrumentos de ação indireta sobre o setor privado. em que enfatizava as metas setoriais definidas pelo Plano Decenal.

Embora não fosse hostil a investimentos estrangeiros no setor produtivo brasileiro, o PED defendia a participação estatal no preenchimento dos chamados "espaços vazios" da economia. O objetivo era não permitir a consolidação do capital estrangeiro em áreas

consideradas estratégicas para o desenvolvimento, incluindo uma avaliação sobre novas oportunidades para a política de substituição de importações. No plano macroeconômico, o governo deu grande estímulo às exportações, instituindo o regime de câmbio flexível e uma série de isenções fiscais para empresas que destinassem sua produção aos mercados externos.

Nesses dois planos, a educação aparece relacionada à formação de mão de obra necessária a aceleração do processo de desenvolvimento econômico. A orientação do governo federal para o ensino superior, por meio do PED, era restringi-lo a poucos bem-dotados que, mesmo assim, seriam diferenciados entre os profissionais formados em carreiras curtas e longas e entre graduados e pós-graduados[69].

Sob a égide de supressão das liberdades individuais e maior ênfase governamental às reformas no ensino superior e médio foi aprovada a Constituição de 1967. Para Sofia Lerche Vieira (2007), para o ensino superior objetivava-se aumentar a demanda do corpo discente neste segmento, no médio, a profissionalização do corpo discente. Respondendo aos objetivos do mercado de trabalho e ao processo de industrialização, iniciados nos anos 1950.

A Constituição fortaleceu o poder Executivo, instituiu eleições indiretas para presidente e governador, e reforçou as medidas de segurança nacional, que são: integridade territorial, integração nacional, prosperidade nacional, prestígio internacional. O Conselho de Segurança Nacional era o órgão de mais alto nível de assessoria ao Presidente da República e por ele presidido. Dentre suas atribuições, estava o estabelecimento das bases da política nacional; conceder licença para funcionamento de sindicatos e autorização para exploração de indústrias.

Do ponto de vista educacional, percebe-se um retrocesso sob a ótica de matérias relevantes como, por exemplo, o fortalecimento do ensino particular, mediante previsão de meios de substituição do ensino oficial gratuito por bolsas de estudo; a necessidade de bom desempenho para garantia da gratuidade do ensino médio e superior aos que comprovassem insuficiência de pecúnia; a limitação da liberdade acadêmica (a lei destaca em vários momentos a liberdade de ensino, desde que não se subverta a ordem); a diminuição do percentual de receitas vinculadas para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

Do exposto, observamos que a década de 1960 que pautou, em linhas gerais, as

[69] Posteriormente outros programas econômicos foram implementados, a exemplo do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND): I PND (1972-1974); II PND (1975-1979) e III PND (1980-1985).

propostas para a Reforma Universitária, as medidas não são apenas tributárias da ditadura, mas foi no contexto desta que se criaram as condições históricas necessárias para fazer desaguar tal processo, isso porque, em grande medida, as concepções implícitas em suas formulações, inspiradas no modelo organizacional norte-americano, há muito tempo já estavam presentes na educação brasileira. Contradição esta em que se destaca, mesmo considerando as influências do modelo alemão em nosso ensino superior, a não-unicidade deste processo (CUNHA, 1988).

Do ponto de vista legal, em 1966, foi decretado o AI-3, estabelecendo eleição indireta para governadores e, no caso baiano, dentre as surpresas do regime, tivemos a manutenção de Lomanto Júnior no cargo de Governador[70]. Havia uma forte crença de que o chefe do executivo seria deposto, dentre outras razões, conforme Dantas Neto:

> O governador deu passos concretos em direção a um campo de forças políticas que se agregava em torno de propostas de reformas sociais mais profundas no país, de que são exemplos da sua crescente aproximação ao governador de Pernambuco, Miguel Arraes, e o apoio político e material ostensivo do governo estadual à realização em Salvador, no mês de julho de 1963, do Seminário Estudantil do Mundo Subdesenvolvido, evento patrocinado pela UNE, em colaboração com a União Internacional dos Estudantes e a Federação Mundial da Juventude Democrática, entidade com fortes ligações com os países socialistas do Leste Europeu (DANTAS NETO, 2006, p. 235).

O Governador, inclusive, já havia assinado documento em apoio ao Presidente João Goulart (BRITO, 2008). No entanto, no dia 07 de abril, juntamente com o seu secretariado e parlamentares, divulgou um manifesto de apoio à base do governo. Documento este publicado pela imprensa baiana:

> O Governador Antônio Lomanto Júnior, seu secretariado e as forças políticas que apóiam [sic] o seu Governo, estas representadas pelos dirigentes partidários e suas bancadas na Assembléia [sic] Legislativa do Estado, convocados pelo seu espírito de fidelidade à Bahia e à vocação democrática de seu povo, coerentes com a posição anti-comunista que, desde a campanha sucessória de 1962, vem mantendo-os à união em

[70] Antônio Lomanto Júnior nasceu em Jequié (BA), sertão baiano, em 1924. Formou-se pela Faculdade de Odontologia da Bahia, em 1946. No ano seguinte, integrou o Partido Libertador. Em sua cidade natal, foi vereador, presidente da Câmara, prefeito – por duas gestões (1951-1955 e 1959-1962), deputado estadual (1955-1959). Em 1962 foi eleito governador da Bahia, na legenda coligação formada pelo PL, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN). No Governo, aproximou-se de Jango, correu o risco de deposição em 1964, mas escapou aderindo ao novo regime e à Arena, com a implantação do bipartidarismo. Em abril de 1967, deixou o governo da Bahia, sendo substituído pelo arenista Luís Viana Filho, eleito pela Assembleia Legislativa. No final de sua carreira, foi prefeito de Jequié pela terceira vez (1993-1996). Faleceu, anos 90 anos, em 23 de novembro de 2015 (ABREU, 2009).

> defesa não apenas de postulados democráticos, mas da própria sobrevivência da Pátria.
> Os acontecimentos políticos e militares que, a partir da noite de 31 de março, vêm emocionando a Nação revelaram a que extremos chegou a infiltração comunista no organismo nacional, obrigando as Forças Armadas do País a tomar das armas que a nação lhe confiara para evitar que a onda vermelha nos engolfasse, esmagando a vontade da maioria democrática do povo brasileiro. Os inimigos da Pátria foram levados à derrota na primeira etapa da luta em defesa da democracia. Mas a grande tarefa de consolidação da vitória das armas nacionais só agora começa. Conscientes da delicadeza do momento, quando acima de tudo, urge preservar a paz da família brasileira e a continuidade das instituições políticas e jurídicas do País, o Governador da Bahia e as forças que com ele dividem as responsabilidades de responder pelos destinos do povo baiano, querem, sem vacilações nem equívocos, reafirmar sua conhecida posição de repúdio a tudo que represente negação aos princípios democráticos e cristãos, que sempre presidiram a vida e a História do nosso povo, reafirmação que se consubstancia na mais nítida e eloqüente [sic] solidariedade a quantos, na sua determinação patriótica, livrarem o nosso país da ameaça comunista, garantindo o clima de desenvolvimento político, econômico e social do Brasil (A TARDE, 07 abr. 1964).

Foi essa a alternativa encontrada por Lomanto Júnior para garantir seu mandato. Segundo Paulo Fábio Dantas Neto, além do manifesto, o salvamento do governador deve-se ao fato de que ele era considerado inofensivo para reagir politicamente, especialmente num contexto de controle autocrático. Além disso, “o Governador gozava de inegável popularidade, sendo inconveniente, além de desnecessário, cometer um ato antipático ao senso comum” (DANTAS NETO, 2006, p. 244).

Brito (2008) sistematizou, na sua tese, a resistência do movimento estudantil ao regime militar. Para ele, este acontecimento frustrou aqueles que imaginaram uma resistência ao golpe. Em paralelo, foram despojados de seus postos prefeitos como Francisco Pinto (Feira de Santana), José Fernandes Pedral Sampaio (Vitória da Conquista), Murilo Andrade (Alagoinhas) e Virgildásio Senna (Salvador). Estes se somam a tantos outros vereadores e deputados que viveram a experiência da perseguição e da cassação.

Por outro lado, outros políticos aderiram ao regime, como foi o caso do prefeito de Camaçari, José Evaristo de Souza que declarou:

> [...] através deste democrático e vibrante vespertino testemunho os meus aplausos e a minha imensa alegria pela retumbante vitória das gloriosas Forças Armadas defendendo e revigorando os nossos ideais de democracia, mantendo o nosso regime dentro dos princípios cristãos e democráticos e banindo do solo pátrio as ideologias alienígenas que escravizam os povos e deturpam os sentimentos de liberdade (A TARDE, 10 abr. 1964).

Brito (2008) demonstra um desconforto em relação à "reconstrução" memorialística a respeito do golpe civil-militar, que atribui o peso do regime fundamentalmente aos militares e esmaece o apoio de setores civis, classes, instituições e políticos. No caso baiano, por exemplo,

> Além de depositário do discurso anticomunista, o *A Tarde* se constituiu em uma fonte imprescindível para mapear ações de outros setores favoráveis ao golpe civil-militar. Naquela conjuntura, o periódico se tornou uma arena na publicização de gestos em apoio ao golpe, dando visibilidade a algumas entidades com pouca presença na vida social soteropolitana, mas cujo apoio ao golpe era interessante de ser demonstrado (BRITO, 2008, p. 72-74).

Esse discurso foi recorrente no período ditatorial e a justificativa era a de salvar o país do comunismo, da inflação, da crise moral etc. Evidentemente que compreendemos a relevância do registro, inclusive recorremos aos exemplares desse jornal em vários momentos deste trabalho para demonstrar esse aspecto.

Ao lado disso, par e passo com tamanha crise política, a Faculdade de Sociologia diploma sua primeira turma, composta por dezessete alunos, em dezembro de 1965. A solenidade de conclusão de curso ocorreu no salão nobre do Fórum Rui Barbosa, com a presença de "autoridades, professores de outros estados e do estrangeiro":

> Discursou como orador oficial da turma, o Bel. João Martins da Costa Neto, seguindo-se a oração do paraninfo, Prof. Yves de Oliveira. Durante a sessão, foram entregues medalhas do Mérito Social a numerosas personalidades tendo os professores da Escola e os componentes da primeira turma, recebido a "Medalha de Pioneiro" igualmente concedida a Fundação Álvaro Clemente de Oliveira (A TARDE, 13 dez. 1965).

Interessante observar que, era estreita a relação entre os sujeitos dessa Escola com o curso de Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia, da Universidade da Bahia. Tais instituições promoviam diversos cursos e eventos culturais, cujo objetivo era dar visibilidade a profissão de sociólogo na vida moderna.

Neste período, a Universidade da Bahia tinha como reitor Albérico Fraga (1961 até o golpe de 1964), que inclusive, havia sido nomeado pelo presidente em exercício, Jânio Quadros[71]. Em seu reitorado, a Faculdade de Filosofia tinha como diretor Thales de Azevedo (1964-1967), quando foi implantado o Instituto de Ciências Sociais, em 1962, o

[71] Reitor Albérico Fraga atuou entre os anos marcados pela campanha da legalidade (1961) e pelo golpe de 1964 (BRITO, 2008).

espaço de pesquisa onde se reuniram os principais cientistas sociais baianos.

Com o golpe, em setembro de 1964, o Reitor Albérico Fraga foi substituído pelo Professor Miguel Calmon[72], ex-Tríplice aprovada pelo Conselho Universitário em 02/06/1964 e, posteriormente submetida deputado pelo PSD, trazia na sua biografia uma mistura de intelectual e empresário. Calmon foi eleito conforme a Lista à apreciação por parte do Presidente da República. A gestão de Calmon foi marcada pela dubiedade no relacionamento com o movimento estudantil, ora havia o conflito, ora a negociação. Este posicionamento provocou violência policial na repressão aos protestos estudantis nos anos de 1966 e 1967[73] (BRITO, 2008).

Interessante observar que, logo após a mudança de reitor, o Conselho Universitário aprovou a concessão do título de Doutor *Honoris Causa* ao Presidente Castelo Branco (ATA CONSUNI, 10/07/1964). A ata não contém nenhuma ressalva ao conteúdo da proposta, tampouco voto contrário. A justificativa para a homenagem enfatizou o currículo e as qualidades do Marechal[74].

Em sintonia com a "Operação Limpeza" decretada nacionalmente, na Universidade da Bahia alguns professores foram detidos e houve destituição dos Diretórios Acadêmicos (DA's), sob a justificativa de que eram focos de subversão.

Segundo dados apurados pela Comissão da Verdade da Universidade Federal da Bahia (CV/UFBA), no dia 31 de março de 1964, a residência universitária foi invadida pela Polícia Militar da Bahia, sob comando do coronel do Exército Francisco Cabral e foram presos aproximadamente 55 estudantes e um professor. Todos foram levados para o quartel do 19º Batalhão de Caçadores do Exército, no bairro Cabula, onde foram submetidos a

---

[72] Miguel Calmon du Pin e Almeida Sobrinho nasceu no dia 02 de maio de 1912 em Salvador, filho do banqueiro Francisco Marques de Góis Calmon e de Julieta Maria de Góis Calmon. Estudou na escola Politécnica da Bahia, pela qual formou-se engenheiro em 1932. Dentre tantas atividades, Calmon participou da organização do setor de assistência técnica do escritório Técnico de Coordenação de Projetos e Ajustes administrativos do Ponto IV. Na Bahia, assumiu a presidência da Comissão de Planejamento Econômico, criada pelo governador Antônio Balbino. Elegeu-se deputado federal na legenda do Partido Social-Democrático (PSD). Em 1963 ele passou a lecionar finanças das empresas e organização das indústrias na Faculdade de Economia da UBA. E, em 1964 foi designado pelo presidente da República reitor dessa universidade por um período de três anos. Faleceu no dia 07 de maio de 1967 (ABREU, 2009).

[73] As principais entidades estudantis na Bahia eram as seguintes: a Associação Baiana dos Estudantes Secundaristas (ABES), União dos Estudantes da Bahia (UEB) e UNE, órgãos máximos de representação estudantil que congregavam reivindicações, e todas elas extintas pelo regime militar, o que não impediu de continuarem atuando clandestinamente. Paralelo ao grêmio estudantil, o grupo composto por Carlos Moreira Villanueva, Chantal Russi e Sérgio Landulfo Furtado contou com a adesão de outros estudantes, formando, no Colégio Central, um grupo de estudos para discussão da filosofia marxista (BRITO, 2008; SOUZA, 2013).

[74] É preciso lembrar que, em 1941, a USP propôs entregar o título de Doutor Honoris Causa a Getúlio Vargas (CARNEIRO, 2002). A UFRN concedeu o título de Doutor *Honoris Causa* a Flavio Suplicy Lacerda – ex-Ministro de educação (SILVA, 1989). Então, a concessão de títulos a presidentes e autoridades políticas denotava boas relações.

interrogatório. Alguns foram liberados depois de alguns dias, outros depois de uma ou duas semanas e, cerca de 12 estudantes ficaram presos por até 50 dias[75].

Apesar do contexto autoritário, a Faculdade de Sociologia promovia diversos eventos, e nos chamou a atenção "A Semana do Sociólogo", realizada em 1965, cuja palestra de abertura foi realizada por Thales de Azevedo (diretor da Faculdade de Filosofia da UBA) e Yves de Oliveira (diretor da Escola de Sociologia). Este evento contou com uma série de conferências realizadas pelos professores: Walfrido Moraes ("O papel do Estado no desenvolvimento econômico"), Maria Brandão ("O problema do técnico e o desenvolvimento econômico, político e social"), Perseu Abramo ("Os problemas culturais do desenvolvimento"), Thales de Azevedo ("Ensino de Ciências Sociais no Brasil e na Bahia") e Yves de Oliveira ("Participação popular na política de desenvolvimento")[76].

Chamou-nos a atenção a realização do Curso Popular de Ciências Políticas, realizado no bairro São Caetano, onde compareceram os professores Yves de Oliveira, o padre Francisco Pereira Lima e Dom Jerônimo de Sá Cavalcanti. No ato de encerramento, esses professores diagnosticaram inúmeras deficiências administrativas, que exigem estudo, planejamento e eficaz ação do governo[77] (A TARDE, 22 dez. 1965).

A Escola de Sociologia também era representada em eventos internacionais, como foi o caso do VI Congresso Mundial de Sociologia, realizado na França, em 1966, conforme fragmento da notícia:

> Despedidas do Prof. Yves de Oliveira
> Ao viajar à Europa, para participar de diversas reuniões em países desse Continente, destacadamente do VI Congresso Mundial de Sociologia, a realizar-se na França, despeço-me com um cordial abraço, dos meus amigos, colegas alunos e da imprensa baiana (A TARDE, 26 ago. 1965).

---

[75] Brito (2008) destaca a aliança existente entre os estudantes secundaristas e universitários, inconformados com o clima cultural e político estancado pelo golpe de 1964. Dentre as instituições, merece destaque o Colégio Estadual da Bahia, conhecido como Colégio Central, localizado no centro soteropolitano, era próximo de algumas Faculdades e das principais vias de acesso aos circuitos de protesto político. Complementarmente, Benevides (2009) destaca que o Colégio se consolidou como um polo aglutinador de conhecimentos e ideias devido à qualidade dos cursos oferecidos e do seu corpo docente. Além disso, a organização de entidades representativas dos estudantes consolidou a tradição de escola politizada e de luta.

[76] Comemoração da "Semana do Sociólogo", realizado no Salão Nobre da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia (A TARDE, 26 ago. 1965).

[77] Receberam certificados desses cursos os seguintes concluintes: Antônio Almeida Barreto, Antônio Renato Messias de Souza, Antônio de Lima Souza, Adalberto Nilo da Silva, Andacy de Andrade, Carlos Vitor da Silva, Diógenes Patrício dos Santos, Enoch Souto, Grimaldo Policarpo, José Pedreira, João Ronaldo da Silva, Lourisvaldo Cidreira Dorea, Miguel Válter Pereira, Osvaldo Brito Sales e Osvaldo José Viana (A TARDE, 22 dez. 1965).

Tudo indica que todos esses fatores contribuíram para que o governador Lomanto Júnior, tenha reconhecido a utilidade pública da Fundação Desembargador Álvaro Clemente de Oliveira, entidade mantenedora da Escola de Sociologia da Bahia:

Figura 3 - Considera de utilidade pública a
Fundação Desembargador Álvaro Clemente de Oliveira

LEI Nº 2.441 DE 06 DE ABRIL DE 1967

Considera de utilidade pública a Fundação Desembargador "Álvaro Clemente de Oliveira" e as entidades educacionais por ela mantidas.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - É considerada de utilidade pública a Fundação "Álvaro Clemente de Oliveira", entidade mantenedora da Escola de Sociologia e Política da Bahia, da Escola de Serviço Social e da Escola de Bibliotecários e Documentalista, da mesma Fundação.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 06 de abril de 1967.

ANTONIO LOMANTO JÚNIOR

Governador

João Eurico Matta
Fúlvio José Alice
Julival Rebouças
Roisle Alaor Coutinho
Bóris Tabacof
Ruy Pessoa

Fonte: Bahia (1967).

Apesar do reconhecimento da Fundação, o governo federal ainda não havia regulamentado a profissão de sociólogo. Inclusive, desde o governo de Kubistchek tramitava na Câmara dos Deputados, um projeto de autoria do deputado federal Aniz Badra que tinha essa intenção. Contudo, esse projeto não foi aprovado.

Sob a direção do professor Luiz de Aguiar Costa Pinto, em 1964, foi elaborado um novo projeto, com a competência profissional do sociólogo e quais as atividades exercidas privativamente por esses profissionais. Assim, a regulamentação daria aos diplomados o monopólio do exercício profissional, tal como os médicos, advogados, economistas,

assistentes sociais etc.: “A verdade é que o reconhecimento legal da profissão de sociólogo se apresenta, antes de tudo, como reinvindicação dos diplomados em Escolas de Sociologia e Política e Cursos de Ciências Sociais das Faculdades de Filosofia” (REVISTA DOCUMENTA, 1965, p. 8).

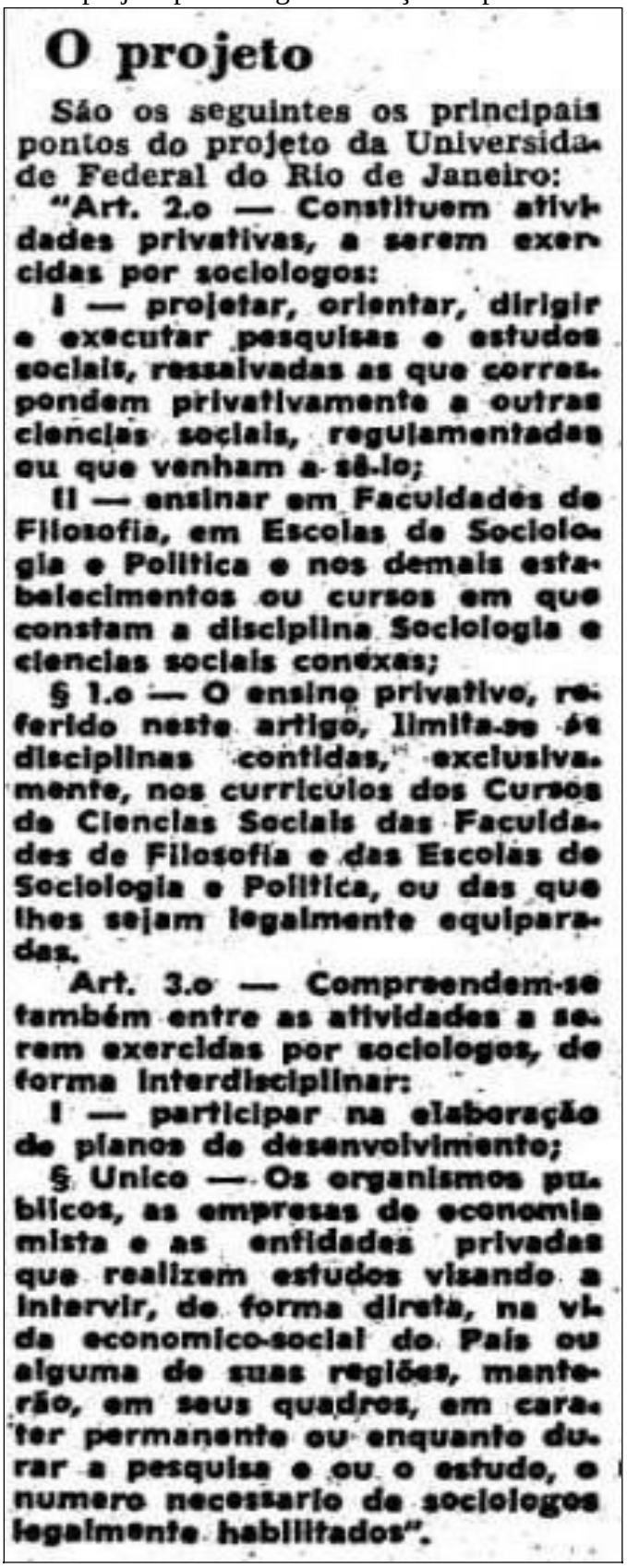
A supracitada Revista apresenta o parecer técnico final do projeto, negando a profissionalização do sociólogo com a justificativa de “flagrantes inconstitucionalidades” apontadas pela Comissão de Constituição e Justiça, relatado pelo Deputado Barbosa Lima Sobrinho. Foi questionado se a regulamentação de uma atividade profissional deve obedecer às exigências de grupos de pressão ou se há correspondência a necessidades reais e imperiosas da sociedade.

> Certamente a regulamentação visa defender os profissionais contra os charlatães, o que em, última análise, reverte em benefício a própria sociedade. Por outro lado essa regulamentação deve ir ao encontro de uma atividade já existente e generalizada. Não é a lei que há de criar a profissão por meio de privilégios, impondo artificialmente mercado de trabalho e pela necessidade de se evitar a improvisação profissional e o charlatanismo que se alastra. [...] Caberia ainda indagar se o reconhecimento legal da profissão é absolutamente imprescindível para que o sociólogo possa desempenhar com eficácia o papel que lhe é atribuído. Perguntamos também se para assegurar a sua presença no processo de planejamento das atividades sociais, devemos restringir o exercício profissional da sociologia tão somente a uma classe de diplomados (REVISTA DOCUMENTA, 1965, p. 55-56).

No novo projeto, merecem destaque as funções privativas do sociólogo (Figura 4). As justificativas do veto do projeto foram:

> a) a regulamentação do projeto, apesar das emendas oferecidas, se preocupa em forçar um mercado de trabalho por meio de privilégios conferidos a uma certa classe de diplomados;
> b) delimita artificialmente as atividades do sociólogo, tornando-se, na prática, impossível de distinguir o que é próprio da pesquisa sociológica e da pesquisa de outras ciências sociais;
> c) a definição de sociólogo é arbitrária e demasiado restritiva;
> d) cria privilégio de ensino para os sociólogos incompatível com todos os princípios de formação de docentes para o ensino superior;
> e) a própria dificuldade, ainda existente, de se delimitar, com precisão, o âmbito das atividades específicas do sociólogo, bem como da pesquisa sociológica em geral, e o nascente da profissão, nos indica ser ainda prematura a regulamentação do exercício profissional da Sociologia. José Barreto Filho, presidente da C.L.N. – Newton Sucupira, relator (REVISTA DOCUMENTA, 1965, p. 60).

Figura 4 - Novo projeto para a regulamentação da profissão de sociólogo



O projeto

São os seguintes os principais pontos do projeto da Universidade Federal do Rio de Janeiro:

"Art. 2.o — Constituem atividades privativas, a serem exercidas por sociologos:

I — projetar, orientar, dirigir e executar pesquisas e estudos sociais, ressalvadas as que correspondem privativamente a outras ciencias sociais, regulamentadas ou que venham a sê-lo;

II — ensinar em Faculdades de Filosofia, em Escolas de Sociologia e Politica e nos demais estabelecimentos ou cursos em que constam a disciplina Sociologia e ciencias sociais conexas;

§ 1.o — O ensino privativo, referido neste artigo, limita-se às disciplinas contidas, exclusivamente, nos curriculos dos Cursos de Ciencias Sociais das Faculdades de Filosofia e das Escolas de Sociologia e Politica, ou das que lhes sejam legalmente equiparadas.

Art. 3.o — Compreendem-se também entre as atividades a serem exercidas por sociologos, de forma interdisciplinar:

I — participar na elaboração de planos de desenvolvimento;

§ Unico — Os organismos publicos, as empresas de economia mista e as entidades privadas que realizem estudos visando a intervir, de forma direta, na vida economico-social do País ou alguma de suas regiões, manterão, em seus quadros, em carater permanente ou enquanto durar a pesquisa e ou o estudo, o numero necessario de sociologos legalmente habilitados".

Fonte: O Estado de São Paulo (05 fev. 1967, p. 13).

Na tentativa de resolver tais impasses os pareceristas sugeriram a regulamentação da profissão de pesquisador social.

Localizamos no jornal *O Estado de São Paulo*, na edição de março de 1967, a informação de que os estudantes alegavam que essa atitude do presidente é contraditória, uma vez que, sociólogos estavam sendo utilizados nos próprios órgãos do governo como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e outras entidades estatais.

O referido jornal divulga que havia uma mobilização nacional para que o presidente reconsiderasse o veto. Naquele Estado, foi formada uma comissão de estudantes dos cursos de Ciências Sociais das Faculdades de Filosofia da USP, da Filosofia de São Bento, da Filosofia *Sedes Sapientiae* e da Escola de Sociologia e Política.

Além do reconhecimento oficial da nova atividade profissional, os elaboradores do projeto reivindicavam o registro do diploma no Ministério da Educação e Cultura. Ainda prescreve que a fiscalização do exercício profissional seja feita pelo Ministério do Trabalho, cabendo ao Ministério da Educação fazê-la apenas quando se tratar da função de ensino (A TARDE, s.d., 1967).

Segundo os estudantes, todo o trabalho de planejamento de qualquer indústria, de desenvolvimento rural e urbano, necessita da ação tanto de economista quanto de sociólogos. Eles afirmavam que: “A Sociologia é a ciência que tem condições de verificar exatamente quais as possibilidades de crescimento de uma determinada região, os problemas que essa sociedade encontrará e apresentar soluções para tais problemas” (DEPOIMENTO DE EX- ALUNO).

Em nota divulgada na imprensa sobre o veto presidencial, no dia 27 de outubro de 1967, foi afirmado que os cursos de Ciências Sociais no Brasil haviam se tornado uma autêntica sementeira de “ideólogos esquerdistas” e provocado uma confusão teórica entre sociologia com marxismo ou com o “esquerdismo militante”. Em vista disso, o Presidente Costa e Silva, enfatizou que as pessoas deveriam evitar a procura por cursos desta natureza. A figura 5 traz a notícia na íntegra:

Do exposto, o presidente era contra a regulamentação da profissão de sociólogo, o que leva a ilação de que as Forças Armadas também o eram.

Na Bahia, também acontecia, simultaneamente, a discussão acerca das atividades e do mercado profissional dos sociólogos. Também era requerida a inclusão desta profissão no quadro de funcionários federal, com os mesmos direitos e vantagens dos demais cargos (A TARDE, 1967).

Por outro lado, a implementação do Decreto-Lei nº 53/1966 determinava uma transformação nas Faculdades de Filosofia, Ciência e Letras: “Art. 6º O desdobramento, a fusão e a extinção de unidades existentes, bem como a redistribuição, transformação ou extinção dos cargos a elas distribuídos, serão declarados por decreto” (BRASIL, 1966, s.p.). Este dispositivo também determinou que os regimentos das instituições deveriam ser submetidos ao Conselho Federal de Educação.

Figura 5 - Justificativas para o veto presidencial da regulamentação de algumas profissões

Ainda a regulamentação das profissões – I

O veto do presidente Castelo Branco ao projeto que regulamentava a profissão de sociólogo, que aqui já tivemos oportunidade de examinar, tem dado margem aos mais desencontrados comentários que nos parecem, todos êles, produtos de lamentáveis equívocos.

O primeiro desses comentários equivocados é o que vê na medida uma intenção política ou até ideológica. Como, no Brasil, os cursos de ciencias sociais, com lastimável frequencia, têm-se tornado uma autêntica sementeira de "ideólogos esquerdistas", há quem confunda hoje (e os ideólogos totalitários tudo fazem para que a confusão se estabeleça) sociologia com marxismo, sartro-marxismo ou "esquerdismo" militante. Assim, vetando a regulamentação da profissão de sociólogo, o que o presidente estaria pretendendo seria o desestimulo à procura dos cursos de ciências sociais, numa tentativa de "esvaziá-los" e de estancar uma das fontes fornecedoras de "quadros intelectuais" às impropriamente chamadas "esquerdas". Embora a interpretação seja de um ridículo que não honra a inteligência de quem a aceita, nem por isso deixou ela de ser feita. Quem a fez, obviamente, não tem a menor noção do que seja uma ciência. Do homem ou da natureza, a ciência não toma qualquer partido politico; ela é sempre neutra e, quando abandona a sua neutralidade, deixa, no mesmo momento, de ser ciência. O sociólogo, como o economista, como o químico ou como o matemático, pode ser "esquerdista" ou não, pode preferir aos ideais democráticos a desumanização totalitária; essa preferência é uma questão pessoal, que nada, absolutamente nada, tem a ver com a ciência a que se dedica. É claro que tais opções podem prejudicar o trabalho científico, quando o cientista tenta fazer passar por científica a moeda falsa de sua ideologia, que é o que tem acontecido, precisamente, com os sartro-marxistas no domínio da sociologia, como aconteceu, por exemplo, com os "lisenkistas", na URSS, nos domínios da genética. Mas, nem por isso, muda a ciência de caráter, nem por isso pode ela ser acusada de favorecer esta

De qualquer forma, são esses disparatados comentários que nos levam a retomar a questão, para examiná-la mais detidamente e procurar esclarecê-la à luz do problema mais amplo da regulamentação das profissões em geral.

Não é de hoje que a questão da regulamentação das profissões no Brasil nos vem ocupando e temos reclamado, em varias oportunidades, a atenção dos poderes competentes para ela. Em nosso entender, a regulamentação das profissões liberais e técnico-cientificas deveria ter sido tratada juntamente com o problema das diretrizes e bases da educação nacional, a fim de que pudessemos dispor de uma legislação geral, ampla e flexível, entrosada com um sistema dinamico de ensino e capaz de atender às transformações da realidade, em função da qual velhas profissões perdem sua significação, outras exigem readaptações, outras ganham existência. E é por essa razão que temos reclamado do governo da Republica que entregue ao Conselho Federal de Educação a tarefa de realizar um estudo em profundidade sôbre a questão, que possa levar à elaboração de um anteprojeto de um verdadeiro Estatuto das Profissões Liberais e Técnico-Cientificas, condizente com as necessidades nacionais.

Sempre imaginamos esse Estatuto, contudo, como uma especie de carta de defesa da sociedade contra o charlatanismo e contra o exercício indevido de algumas funções por pessoas que não possuem a qualificação necessária para exercê-las. Nunca o concebemos como mera carta de privilégios, destinada a defender os interesses exclusivos de grupos profissionais, sequiosos de obter para si tantas prerrogativas quantas forem possíveis. Infelizmente, as soluções para o problema da regulamentação do exercicio profissional, no Brasil, vêm sendo conduzidas com esse espírito: para cada grupo profisional, regulamentar a "sua" profissão se está tornando sinônimo de obter para a "corporação" o maior numero de privilégios, que não devem ser partilhados por qualquer outra "corporação inimiga".

Não faz muito, vimos o Congresso aprovar uma carta de privilégios para os "psicólogos". Privilégios descabidos, muitos dêles ridículos, contrários ao interesse social e ainda assim, no entender de alguns dos membros da "corporação", insuficientes para a "defesa da dignidade da profissão". Pois havia mesmo quem defendesse a idéia de que só o "psicólogo" deveria ter o direito de comprar livros técnicos de psicologia! Os "livros sagrados" só deveriam cair nas mãos dos "sacerdotes do culto" já que sua leitura, por pessoas "profanas", poderia ser a causadora de serios perigos! Apesar do ridículo da proposição, a pretensão, ainda que não vitoriosa entre os proprios "psicólogos", é bem reveladora do estado de espírito que vem norteando a reivindicação dos privilégios de grupo em nome da regulamentação do exercício profissional.

Vieram depois os "sociólogos" a fazer reivindicações do mesmo tipo, felizmente não atendidas pelo presidente da Republica, depois que haviam sido endossadas pelo Congresso. Agora, começam a arregimentar-se os "pedagogos", visando também à obtenção de uma carta de privilégios, especiaçados, particularmente, pelas prerrogativas indebitamente concedidas aos "psicólogos" e que lhes barraram o exercício de varias atividades.

O veto presidencial ao projeto dos "sociólogos" e um projeto em andamento, segundo fomos informados, de revogação da "lei do psicólogo" estão, contudo, a indicar que o problema começa a ser entendido e encarado seriamente. E, com o objetivo de colaborar no esclarecimento da questão, voltaremos a ela em nosso proximo comentário.

Fonte: O Estado de São Paulo (27 out. 1967, p. 03).

Complementarmente, o decreto-lei nº. 252/1967, que entre outros aspectos determinou a departamentalização e definiu as áreas fundamentais que deveriam servir de base para a estruturação das instituições universitárias, normaliza:

> Art. 3º O sistema de unidades previsto no art. 2º, item II, do Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, refere-se às áreas fundamentais dos conhecimentos humanos, estudados em si mesmos ou em vista de ulteriores aplicações.
> Parágrafo único. As áreas de que trata êste artigo correspondem às ciências matemáticas, físicas, químicas e biológicas, às geociências, às ciências humanas, bem como à filosofia, às letras e às artes (BRASIL, 1967, s.p.).

Segundo Newton Sucupira, um dos conselheiros do CFE, a reestruturação tinha um duplo pressuposto: primeiro, a impossibilidade de se operar a transformação do conteúdo, objetivos e processos do ensino superior nos quadros estruturais vigentes; em segundo lugar, a necessidade de quebrar as resistências anti-reformistas, dentro das instituições de ensino superior, compelindo-a a reestruturar-se em função de critérios racionais para ajustar-se às tarefas da universidade moderna (SUCUPIRA, 1968, p. 92).

Do ponto de vista político, por meio do Ato Institucional nº 2 (27/10/1965), os partidos foram extintos e instaurou-se o bipartidarismo, "Ficam extintos os atuais Partidos Políticos e cancelados os respectivos registros" (BRASIL, 1965, art. 18, s.p.).No ano de 1966, o regime caminhava para o endurecia. Em janeiro, o Ministro da Guerra, considerado como “linha dura”, General Costa e Silva lançou sua candidatura a presidência, homologada em maio e seria eleito indiretamente no dia 3 de outubro. Extintos os partidos, o governo decretou, cerca de um mês depois, o Ato Complementar nº 4[78], regulamentando o AI-2. Em 1966, foram organizados dois partidos que dividiram a cena política brasileira: o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), permitidos até 1979. De modo geral, o MDB assumiu o papel de oposição, e a Arena se tornou o partido do governo. Na Bahia, um grupo de intelectuais, vinculados a Castelo Branco, compartilhava uma mesma matriz ideológica burguesa, de orientação liberal com viés progressista, cujos interesses culminaram na proposta de política educacional baiana, implantada por Luís Viana Filho, Governador do Estado da Bahia – indicado pelo então Presidente Castello Branco (de quem fora chefe da Casa Civil) (SOUZA, 2016).

O Governador teve como secretário de Educação e Cultura, Luiz Augusto Fraga

[78] Atos institucionais eram decretos militares.

Navarro de Brito (1967-1969) e, no final do governo, Edivaldo Machado Boaventura (1970-1971).

Segundo Souza (2016), havia o consenso entre os intelectuais baianos no referido período de que “Educação é Desenvolvimento”. Em vista disso, foram traçadas as metas e estratégias de uma nova política educacional: o Plano de Emergência e o Plano Integral de Educação e Cultura para o Estado da Bahia (PIEC), aprovados pelo Conselho Estadual de Educação.

Como parte do Plano de Emergência, o Governo fez aprovar a nova Lei Orgânica do Ensino (nº. 2.463 de 13 de setembro de 1967, com a intenção de adequar a educação aos problemas regionais), a Reforma Administrativa da Secretaria da Educação (Lei nº. 2.464 de 13 de setembro de 1967) e o Estatuto do Magistério Público da Bahia (Lei nº. 2.521 de 23 de fevereiro de 1968, que instituiu o regime jurídico do pessoal docente a serviço do Estado, definindo as atividades do ensino como aquelas pertinentes ao ensino e à pesquisa) (BOAVENTURA, 2009). Em 1967, Antônio Carlos Magalhães foi nomeado Prefeito de Salvador e, em julho de 1967, Roberto Santos assumiu a reitoria da UFBA.

A Lei Orgânica do Ensino praticamente extinguia o ensino público da Bahia. Os artigos 09 e 36 permitiam às fundações, que seriam criadas para substituir as escolas públicas, cobrar taxas e mensalidades, reservando o ensino gratuito apenas para o nível primário e aos estudantes que provassem insuficiência de recursos.

> Os estudantes dos Colégios Isaías Alves, Colégio da Bahia (Central), Severino Vieira, Teixeira de Freitas e Pinto de Carvalho procuraram deputados, lançaram manifestos e fizeram protestos contra a Lei do Ensino em apreciação na Assembleia Legislativa. Receberam irrestrito apoio dos estudantes da Faculdade de Filosofia, da Escola de Teatro e de outras faculdades da UFBA e da Universidade Católica que se manifestaram com faixas e cartazes pelas ruas da cidade. Alguns segmentos da sociedade local se mobilizaram, como em raras vezes durante a ditadura, para apoiar a causa dos estudantes. Com a aglomeração nas proximidades da Assembleia Legislativa, o presidente da casa acionou a polícia militar que, fortemente armada com baionetas e fuzis, investiu contra um grupo de alunos e professores (DIAS, 2014, p. 205).

É importante ressaltar que a mobilização contra a Lei Orgânica do Ensino configurou- se na segunda manifestação estudantil contra o governo estadual e no primeiro enfrentamento entre o movimento estudantil baiano e o regime militar (BENEVIDES, 1999). Neste mesmo ano, Roberto Santos assumiu a reitoria da UFBA.

> Na quinta feira, dia 03 de junho de 1968, os estudantes universitários, reunidos em assembleia geral, na Faculdade de Medicina, decidiram elaborar um documento de reivindicações e apresentá-lo ao reitor. Deliberaram também por uma passeata de protesto contra o corte de verbas e a crise na Universidade. O ato "pacífico" recebeu permissão do governo estadual, contou com apoio de padres, intelectuais, professores e da população. Aos gritos de "Abaixo o MEC-USAID", cerca de três mil estudantes se concentraram na Praça da Sé e de lá saíram pelas ruas, portando faixas e cartazes de protesto contra o governo, até o Campo Grande. No trajeto, picharam ônibus, carros, casas comerciais e prédios públicos com frases como: "viva a guerra popular" ou "abaixo a ditadura" (DIAS, 2014, p. 206).

Quanto à pauta para o ensino superior,

> Uns adotavam a consigna de 'Universidade Livre, Democrática e Progressista'; outros acenavam com a palavra de ordem de 'Universidade Popular, Autônoma e Democrática'; outros reivindicavam uma 'Universidade Livre' e, ainda outro grupo falava em 'Universidade Crítica'. Todas estas propostas indicavam a necessidade de uma Universidade que preservasse sua autonomia, estivesse referenciada nos interesses do povo brasileiro, que garantisse a liberdade de ensino. As justificativas passavam por uma análise da sociedade, um programa social e a universidade necessária a esse programa que, inclusive, garantisse o acesso às classes pobres e voltada para a resolução dos problemas sociais do Brasil (MEDEIROS; CASTANHO, 2014, p. 184).

Apesar das manifestações, a Assembleia Legislativa aprovou a Lei do Ensino, cumprindo as decisões do poder político na Bahia.

Essas manifestações foram publicadas no *Jornal da Bahia*, evidenciando que os estudantes universitários e secundaristas estavam dispostos a lutar contra a lei de reforma do ensino (porque materializava os acordos MEC-USAID) e pela repressão policial a diversas instituições universitárias, dentre elas, a Faculdade de Ciências Econômicas – primeira a ser invadida, a Escola de Administração, a Faculdade de Filosofia e a Faculdade de Medicina.

De forma semelhante às outras instituições, a Faculdade de Filosofia foi uma das mais atingidas pelo processo ditatorial. Segundo Aécio Pamponet Sampaio[79], aluno do

[79] Aécio Pamponet Sampaio ingressou no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia em 1967. Já tinha militância secundarista no movimento secundarista (Central). Em outubro do mesmo ano foi eleito presidente do DA de Filosofia. Na época pertencia à Ação Popular. Preso três vezes, teve sua matrícula cassada em 1969. Ele depôs na décima primeira oitiva da Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA, realizada no dia 06 de maio de 2014, no auditório da Faculdade de Comunicação. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=AtXBvD3q9SE>. Acesso em: 12 de agosto de 2017.

curso de Ciências Sociais da UFBA, essa Escola era uma das mais vibrantes e atuantes, até pelo porte, pois agregava dois mil alunos. Isso era suficiente para gerar toda uma combustão ideológica e política (POMPONET, 2014, depoimento). De acordo com o depoente, essa combustão se deve ao fato de que, Joaquim Batista Neves, o diretor da Faculdade de Filosofia, mantinha uma boa relação com os estudantes. O Reitor era Roberto Santos e, de certo modo, coadunava com as perspectivas de Batista:

> A nossa relação com a universidade nesse âmbito, com as autoridades universitárias foi muito boa, muito atípica [...]. Roberto, na época, e Batista levaram para a Faculdade de Filosofia pessoas da maior qualificação que tinham saído, demitido, expulsos da Universidade de Brasília, todo mundo se lembra de Perseu Abramo, István Jancsó, João Ubaldo Ribeiro, Machado Netto, Zahidé, a gente foi nesse contexto altamente privilegiado (SAMPAIO, 2014, depoimento).

Sobre a invasão na Faculdade de Medicina, "tropas da polícia utilizando uma escada do corpo de bombeiros, penetraram pela porta da frente, quebrando ainda duas janelas laterais com coronhadas de rifle". Após listar os danos materiais causados pelas tropas, o diretório acadêmico afirmou que a polícia "consumou o mais lamentável ato de vandalismo, pilhagem e estupidez que a faculdade foi alvo durante seus 160 anos de autonomia" (JORNAL DA BAHIA, 16 jun. 1968).

O Reitor Roberto Santos pediu à Secretaria de Segurança Pública a liberação dos estudantes presos. E, divulgou a seguinte nota:

> As autoridades universitárias, reunidas para exame da situação em que se encontra a Universidade Federal da Bahia e preocupadas com o seu desdobramento, dirigem aos estudantes veemente apelo para que retornem a suas atividades, a fim de que o diálogo entre professores e alunos em torno dos problemas universitários continue no exclusivo âmbito em que deve se manter, recomendar-lhes vigilância para que se não <u>desvirtuem sua</u> <u>motivação e sentido originários</u> (A TARDE, 22 jun. 1968, grifo nosso).

Entretanto, a invasão policial foi silenciada e a Faculdade foi pioneira na reestruturação interna, sintonizada com as mudanças propostas pelo governo militar para o ensino superior.

Diante das pressões, o governador Luís Viana Filho compareceu à TV Itapoan, em pronunciamento oficial, para garantir o ensino gratuito à população, assegurando que o governo "jamais pensou em cobrar anuidades para o Ensino Médio" nos estabelecimentos de ensino do estado e, na mesma oportunidade, clamou aos pais e professores a não

permitir outras manifestações.

No que concerne ao Estatuto do Magistério Público, aprovado em 1968, a Lei estabeleceu que para os cargos de professor de ensino médio de 2º Ciclo só poderão ser providos em caráter efetivo por licenciados por Faculdade de Filosofia ou equivalente, nas disciplinas em que se diplomaram ou a ela afins,

> a) nas disciplinas específicas do curso normal, também pelos diplomados nos cursos de nível superior ministrados pelos Institutos de Educação;
> b) nas cadeiras específicas dos cursos técnicos, pelos habilitados nos cursos especiais de formação dos professores de ensino técnico;
> c) nas disciplinas especiais não incluídas neste artigo e alíneas anteriores, pelos habilitados na forma da lei.
> § 1º - Os cargos de professor de ensino médio do 1º Ciclo serão providos definitivamente por licenciados por faculdade de Educação ou equivalente, destinada à formação de professores do referido Ciclo, observado o disposto nas alíneas "a, b, e c" deste artigo.
> § 2º - O professor de Ensino Médio do 1º Ciclo lecionará exclusivamente no primeiro (1º) Ciclo da escola média; o professor de ensino médio do 2º Ciclo lecionará preferencialmente no segundo (2º) Ciclo da mesma escola, podendo lecionar no primeiro (1º) Ciclo se da conveniência da administração pública ou do interesse do ensino.
> § 3º - Os candidatos ao ingresso nas classes de professor de ensino médio do 1º e 2º Ciclos devem possuir a idade mínima de 21 (vinte e um) anos e máxima de 40 (quarenta) anos (BAHIA, 1968, s.p.).

Para o ingresso no cargo de orientador educacional da educação média, a lei exigiu:

> a) possuir, na ordem, preferencial que segue, diploma de <u>licenciado em Psicologia, Pedagogia, Ciências Sociais ou Filosofia</u>;
> b) certificado de conclusão de curso especial, na forma do artigo 63 da Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional;
> c) idade mínima de 25 (vinte e cinco) anos e máxima de 40 (quarenta) anos (BAHIA, 1968, s.p., grifo nosso).

Já a docência do ensino superior só poderia ser exercida pelos graduados de nível superior. Podemos observar que, de forma semelhante à LDB nº 4.024/1961 o Estatuto veio oficializar as atividades educacionais no Estado, mas não apresentou nenhuma particularidade quanto à primeira legislação.

Já o PIEC apresentou como princípios básicos da política educacional:

> a) O Plano está estruturado como resposta a necessidade de preparar recursos humanos visando a aceleração do processo de desenvolvimento econômico, cultural e social do Estado;
> b) A amplitude de ação governamental aliada a limitação dos recursos

> disponíveis ou mobilizáveis exigirá a opção imediata por prioridades fundamentais;
>
> c) Integração e articulação da ação do setor público com o setor privado, através de objetivos comuns buscando uma maior eficiência para o sistema de ensino (BAHIA, 1969, s.p.).

O Plano destacava que, entre os estados brasileiros, a Bahia alcançava o 14º lugar, na proporção entre universitários e habitantes. Essa classificação, acrescida dos contingentes dos níveis primário e médio, iria intensificar o estrangulamento do processo de desenvolvimento do Estado.

Especificamente para o ensino superior, o Plano aprovado pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) do Estado da Bahia e, dentre outros objetivos, visava à interiorização da educação superior baiana, traçando metas para o acompanhamento e fiscalização desse nível de formação. Segundo Almeida,

> É com Navarro de Britto que, pela primeira vez e de modo concreto, a educação na Bahia tem um plano integral, lastreado em princípios básicos como - educação como direito de todos, - educação considerada como investimento e - educação como parte de um programa de desenvolvimento sócio-econômico [...] (ALMEIDA, 2000, p. 56).

Com o discurso de impulsionar a educação superior, a política educacional desenvolvida pelo governo do Estado liberou incentivos financeiros aos estabelecimentos de ensino e pesquisa vinculados à política educacional. Assim, estava previsto o repasse de recursos para as seguintes instituições:

> Faculdade Católica de Filosofia – NCr$ 50.000,00, Escola Baiana de Medicina – NCr$ 50.000,00, Escola de Estatística da Bahia – NCr$ 20.000,00,
> Instituto Bahiano de Investigação à Tuberculose – NCr$ 15.000,00,
> Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Salvador – NCr$ 20.000,00,
> Instituto Brasileiro de Oftalmologia e Prevenção à Cegueira – NCr$ 15.000,00,
> Faculdade de Filosofia de Itabuna – NCr$ 5.000,00,
> Curso Superior de Agrimensura anexo a Escola Eletro-Mecânica da Bahia – NCr$ 5.000,00,
> Escola de Sociologia e Política da Bahia – NCr$ 5.000,00, Faculdade de Filosofia de Juazeiro – NCr$ 5.000,00, Faculdade de Direito de Ilhéus – NCr$ 5.000,00,
> Escola de Sociologia e Política de Ilhéus – NCr$ 5.000,00,
> Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia – NCr$ 100.000,00
> *Recursos totais para o triênio* – NCr$1.000.000,00. (BAHIA, 1968b, p. 73, grifo nosso).

Em meio à reforma e à expansão de verbas para o ensino superior e a pesquisa, o Estado permitiu que as ciências sociais fossem beneficiadas também, embora a "parte do leão" coubesse às áreas tecnológicas e às ciências naturais.

Apesar do déficit quanto ao nível superior, eram parcos os recursos destinados para o auxílio dos estabelecimentos isolados (conforme apresentado na citação anterior). Além disso, a prioridade do governo era com as seguintes instituições: quatro faculdades de formação de professor, Escola Superior de Educação Física, Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco e a Universidade Estadual. Houve a previsão de financiamento para a Escola de Sociologia da Bahia, no entanto, a mesma foi fechada antes mesmo do repasse desses recursos.

Contemporânea às discussões que refletiam diversas posições ideológicas a respeito do caráter da educação, foi organizada a primeira faculdade de formação de professores do Estado, a Faculdade de Feira de Santana, autorizada desde 1962, porém funcionando somente a partir de 1968.

Paralelo a esse contexto, a profissionalização da sociologia foi negada e havia uma mobilização realizada pelos atores institucionais das Faculdades de Sociologia existentes. Segundo o diretor, essa profissionalização era muito almejada, porque reconhecimento da Escola de Sociologia e Política da Bahia dependia da aprovação dessa lei, conforme a jurisprudência do Conselho Federal de Educação (A TARDE, s.d).

Devido à dificuldade para o reconhecimento da profissão e da Instituição, existiam as dificuldades financeiras e administrativas. Os estudantes fizeram algumas paralisações, sendo que a última durou aproximadamente dois meses:

> Voltaram a funcionar normalmente as aulas da Escola de Sociologia e Política da Bahia, depois dos seus alunos terem feito uma greve de ocupação por mais de dois meses. [...] Os alunos da Escola de Sociologia, inconformados com o mau funcionamento de sua escola, lideraram uma campanha para melhorar as condições. Entre as providências tomadas, além do pedido de mediação que fizeram ao Reitor Roberto Santos, do qual estão esperando resposta das medidas solicitadas junto ao Ministério da Educação, entregaram também, um memorial ao governador Luiz Viana, contendo mais de oitenta assinaturas, inclusive de ex-alunos, já que atualmente a escola só possui 57 matriculados. Uma parte dos alunos que se ausentara durante a greve, já voltou às atividades normais, assistindo as aulas e participando do movimento de reinvindicação (A TARDE, 1967).

A intenção era de obter um apoio do Governo do Estado e do Ministério da Educação e Cultura. Frente às crises institucionais, um novo coordenador pedagógico foi

designado, o professor de História Política do Brasil, Antenor Teixeira, foi designado pelos professores:

> Os professores da Escola de Sociologia e Política da Bahia, reunidos em congregação, em vista das dificuldades administrativas porque passa o estabelecimento e para que não aja problema quanto ao cumprimento dêste ano letivo decidiram designar o Professor Antenor Teixeira como coordenador pedagógico. Considerando que aquela é uma instituição, o seu corpo discente aguarda que o Governo do Estado ou o Ministério da Educação encontrem uma solução mais ampla e definitiva para o problema, a fim de assegurar a sobrevivência do estabelecimento (A TARDE, 06 set. 1967, p. 07).

Complicando ainda mais a situação desta instituição, no dia primeiro de outubro de 1968 foi aprovado o decreto-lei n° 63.341, que estabeleceu os critérios para a expansão do ensino superior:

> Art. 1º No exame dos pedidos de autorização e reconhecimento de universidades e de estabelecimentos isolados de ensino superior, bem como de financiamentos de programas e projetos de instituições existentes ou a serem criadas, observar-se-ão, conforme o caso, os seguintes critérios, além de outros legalmente estabelecidos:
> I - Evitar-se-á a expansão de vagas e a criação de novas unidades para as profissões já suficientemente atendidas, exceto nos casos em que a iniciativa apresente um alto padrão, capaz de contribuir efetivamente para o aperfeiçoamento do ensino e da pesquisa no setor abrangido.
> II - Na hipótese de profissões suficientemente atendidas, poder-se-á determinar a transformação de unidades relativas àquele setor em instituições destinadas à formação de profissionais dos quais exista déficit; III - Tendo em vista a importância de que a autorização para funcionamento de novas unidades fique condicionada não só à comprovação de sua viabilidade pedagógica e científica, mas também de sua viabilidade administrativa e econômico-financeira, deverá o Conselho Federal de Educação, para êsse efeito, ser assessorado por Comissões de Especialista e por representantes de órgãos técnicos dos Ministérios da Educação e Cultura Planejamento e Coordenação Geral e Fazenda; IV - Ao estudar-se a concessão de financiamento para programas de expansão:
>
> a) adotar-se-á orientação rigorosa, nos programas de obras e equipamentos, no sentido de evitar desperdício de recursos e assegurar a eficiência sem suntuosidade;
> b) examinar-se-á se foram devidamente exploradas as possibilidades de melhor utilização da capacidade instalada;
> c) adequar sua estrutura às diretrizes da Reforma Universitária e da Reforma Administrativa, e fortalecer suas unidades de planejamento, orçamento, execução financeira e auditoria interna (BRASIL, 1968, s.p.).

A Lei também determinou novas exigências para a instalação e funcionamento das

instituições existentes:

> **Art. 3º.** Para efeito de verificação das exigências do mercado de trabalho, em confronto com as necessidades do desenvolvimento nacional ou regional, proceder-se-á ao levantamento imediato das condições de instalação e funcionamento das escolas existentes com vistas principalmente aos seguintes aspectos:
> a) existência de cursos para os quais não haja demanda de vagas, por excesso de escola da mesma carreira na região;
> b) existência de cursos de baixo padrão qualitativo;
> c) porte excessivamente reduzido de unidade, sem poder atender aos requisitos mínimos de eficiência (BRASIL, 1968, s.p.)..

Oito dias depois, a aprovação deste dispositivo, o Jornal *Estado da Bahia* noticiou que aconteceria uma passeata na Praça Castro Alves organizada pelos estudantes universitários e secundaristas do Colégio Severino Vieira, em protesto pelo fechamento da Faculdade de Direito, pela ocupação policial da Escola de Sociologia e Política e a greve dos professores da Escola de Biblioteconomia. Quanto a ELSP o jornal informou que:

> Vivendo uma crise que se desenrola já há vários meses, os alunos da Escola de Sociologia e Política foram surpreendidos ontem ao encontrar o estabelecimento ocupado por guardas civis, de posse de um mandato judicial expedido em consequência da reintegração de posse solicitada pelo ex-diretor da Escola, o professor Yves de Oliveira. Os estudantes de Sociologia e Política reclamam agora a reabertura da Escola e prometem divulgar nas próximas horas um documento denunciando as atividades do prof. Yves de Oliveira à frente do órgão (O ESTADO DA BAHIA, 09 dez. 1968, p. 06).

O referido jornal destacou a notícia “Escola de Sociologia fechada e ocupada”, onde aparece um militar na frente da Instituição (Figura 6).

A notícia discutiu a reintegração de posse do imóvel onde funcionava a Faculdade:

> A Escola de Sociologia e Política se encontra fechada e ocupada por policiais da Guarda Civil (foto) resultante de um mandado policial expedido em consequência da reintegração e posse do estabelecimento solicitado pelo ex- diretor professor Ives de Oliveira. Há vários meses uma crise se arrasta naquele estabelecimento de ensino. A Escola não foi ainda reconhecida pelas autoridades educacionais do país daí gerando um clima de descontentamento que culminou com a demissão do diretor e agora a ocupação e o fechamento do prédio. Os estudantes reclamam o início imediato das aulas (ESTADO DA BAHIA, 09 out. 1968, ANO XI, grifo nosso).

Figura 6 - Escola de Sociologia fechada é ocupada pelos militares

Escola de sociologia fechada e ocupada

A Escola de Sociologia e Política se encontra fechada e ocupada por policiais da Guarda Civil (foto) realizadas de um mandado policial expedido em consequência da reintegração de posse do estabelecimento solicitado pelo ex-diretor professor Ives de Oliveira. Há vários meses uma crise se arrasta naquele estabelecimento de ensino. A Escola não foi ainda reconhecida pelas autoridades educacionais do país daí gerando um clima de desentendimento que culmina com a demissão do diretor e agora a ocupação e o fechamento do prédio. Os estudantes reclamam o início imediato das aulas.

Fonte: Jornal Estado da Bahia (09 out. 1968, ano XI).

Esse fato também foi noticiado no jornal *A Tarde* (09 out. 1968, p. 3), "Três faculdades fechadas ampliam crise no ensino superior da Bahia: a Faculdade Federal de Direito, a Escola de Biblioteconomia da UFBA e a Escola de Sociologia e Política da Bahia". No caso específico da Escola de Sociologia, o jornal informou:

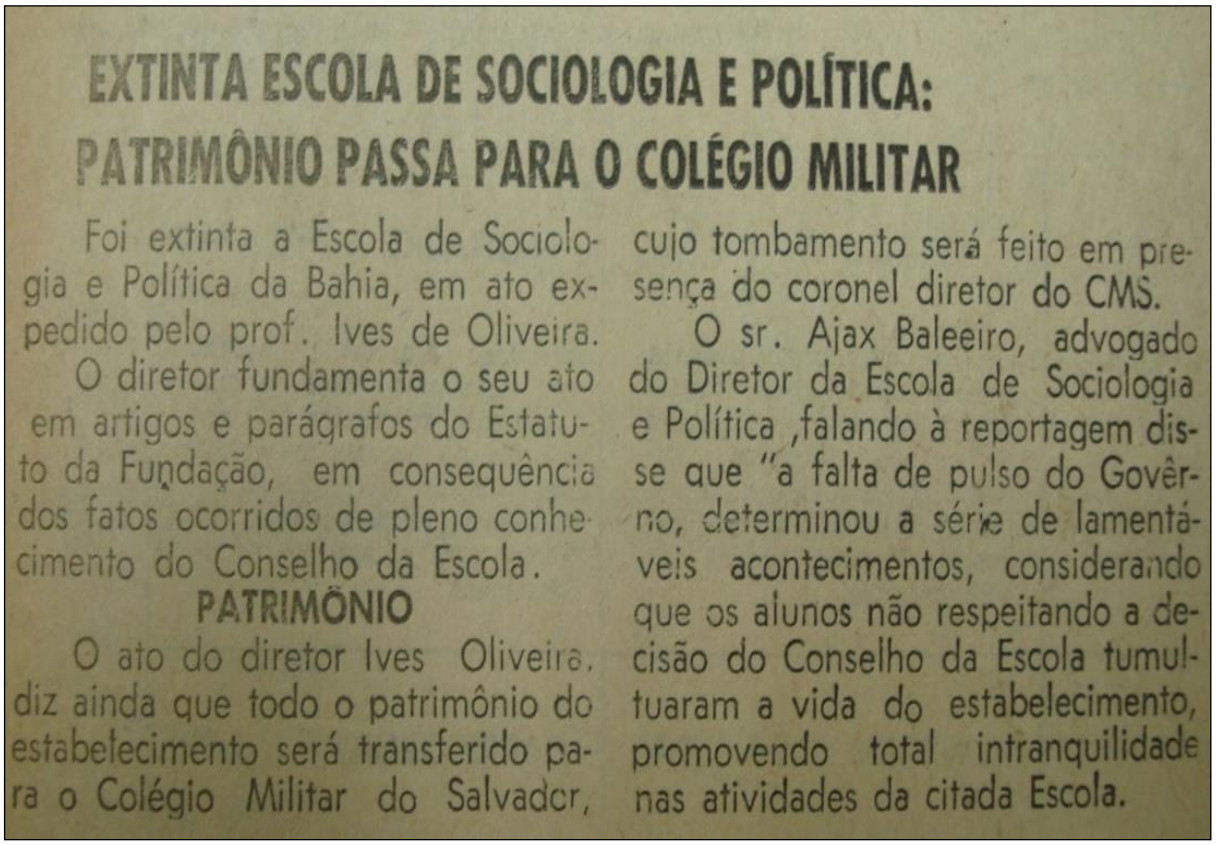
> 'Reintegração de posse leva a polícia a Escola de Sociologia'
> Alunos e professores da Escola de Sociologia e Política da Bahia foram surpreendidos ontem, porque ao se dirigirem normalmente para as aulas se depararam com a presença de um destacamento da Guarda Civil, que ocupou as dependências, por determinação da justiça baiana, a pedido do

> ex-diretor do estabelecimento, Prof. Yves de Oliveira.
> Disseram os alunos que a intervenção causou estupefação geral, desde quando o ex-diretor, diante das denúncias feitas, havia renunciado e se afastado da convivência dêles e dos professores. Reapareceu somente ontem, com a medida judicial de reintegração de posse do prédio medida que causará grandes prejuízos nos estudantes, que poderão perder o ano escolar.
>
> ANTECEDENTES
>
> Uma comissão de alunos da Escola de Sociologia e Política da Bahia, que compareceu, ontem, a nossa redação, revelou alguns detalhes do problema. Disseram êles que, não admitindo interferência alguma da direção da Escola, o ex-diretor Ives de Oliveira terminou por dispensar ajuda financeira dos governos Federal e Estadual. Em consequência, a Escola ficou em crise financeira. O prédio onde funciona confiado a Fundação DACO, está com o aluguel atrasado, há mais de oito meses. A luz e a água não foram cortadas porque os alunos se cotizaram e pagaram as contas atrasadas.
> Informaram, ainda, que a Escola funciona precariamente, já que nem sequer é reconhecida como confessava o seu ex-Diretor, que esteve com o problema em mãos durante oito anos sem dar-lhe solução. Os estudantes fazem sérias restrições ao comportamento pessoal do ex-Diretor, e asseguram que êle não possui condições para ser um orientador educacional.
>
> FORAM AO RIO
>
> A fim de discutir com o Ministro da Educação e com os membros do Conselho Federal de Educação os problemas criados pelo Sr. Ives de Oliveira a frente da Escola de Sociologia, que ontem culminou com a intervenção policial, seguiram para o Rio de Janeiro vários alunos que contam com o apoio de colegas e professores e com a boa vontade do Reitor Roberto Santos, no sentido de se encontrar uma solução para o impasse criado.
>
> PROCURADORIA GERAL
>
> Alunos e ex-alunos fazem um apelo, por intermédio dêste jornal, ao Procurador Geral da Justiça, Sr. José de Carvalho Filho para que determine a imediata apuração das irregularidades ocorridas naquela Fundação, conforme processo que se encontra em seu poder, formalizado pelos alunos de Sociologia (A TARDE, 09 out. 1968, p. 03, grifo nosso).

Seis dias após a reintegração de posse, foi divulgado o fechamento definitivo da Faculdade e todo o seu patrimônio foi transferido para o Colégio Militar. Tal informação foi registrada no jornal na figura 7.

Após o fechamento desta instituição, proliferaram outros dispositivos jurídico-administrativos de natureza coercitiva e autoritária, frontalmente em desacordo com o chamado Estado de direito. Todavia, o de mais acentuada repressão foi o Ato Institucional nº 5, baixado em 13 de dezembro de 1968, por meio do qual o presidente podia suspender direitos políticos, remover funcionários, decretar estado de sítio, recesso do Poder Legislativo e aplicar diversas medidas restritivas aos direitos individuais.

Figura 7 - Extinta a Escola de Sociologia e Política da Bahia
Fonte: Estado da Bahia (15 out. 1968, ano XXXV).



EXTINTA ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA:
PATRIMÔNIO PASSA PARA O COLÉGIO MILITAR

Foi extinta a Escola de Sociologia e Política da Bahia, em ato expedido pelo prof. Ives de Oliveira.

O diretor fundamenta o seu ato em artigos e parágrafos do Estatuto da Fundação, em consequência dos fatos ocorridos de pleno conhecimento do Conselho da Escola.

PATRIMÔNIO

O ato do diretor Ives Oliveira, diz ainda que todo o patrimônio do estabelecimento será transferido para o Colégio Militar do Salvador, cujo tombamento será feito em presença do coronel diretor do CMS.

O sr. Ajax Baleeiro, advogado do Diretor da Escola de Sociologia e Política ,falando à reportagem disse que "a falta de pulso do Govêrno, determinou a série de lamentáveis acontecimentos, considerando que os alunos não respeitando a decisão do Conselho da Escola tumultuaram a vida do estabelecimento, promovendo total intranquilidade nas atividades da citada Escola.

O dispositivo legal foi à resposta dos militares da chamada "linha dura" a serie de movimentos reivindicatórios e manifestações, especialmente estudantis que sacudiram o país ao longo do ano de 1968 para assegurar ainda mais o controle, especialmente no meio universitário, superestimado como foco gerador da revolução comunista, conforme destaca José Luís Sanfelice (1986). Como se não bastasse todo o aparato repressivo, o governo militar editou em 1969 o decreto nº 477, que "feria de morte a liberdade de expressão ao instituir a censura prévia a imprensa e ao ampliar o controle político-ideológico das universidades e demais instituições educativas" (GERMANO, 1994, p. 68). Assim, se um aluno fosse enquadrado no decreto-lei nº 477, era suspenso das atividades e ficava impedido por três anos de matricular-se em qualquer faculdade ou universidade.

Jarbas Passarinho, o ex-ministro militar, disse que solicitou ao presidente a revogação do 477, "pois preferia demitir-me a ver os campi universitários invadidos pela polícia e os alunos presos em recintos escolares, motivo decisivo para a solidariedade dos colegas" (PASSARINHO, 1996, p. 368-369).

As instituições de ensino superior isoladas foram ainda mais estranguladas com a aprovação do Decreto-Lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, que exigiu que a criação e

expansão de instituições fossem pautadas apenas em conformidade com a política vigente[80]:

> Art. 2º Será negada autorização para funcionamento de universidade instituída diretamente ou estabelecimento isolado de ensino superior quando, satisfeitos embora os mínimos requisitos prefixados a sua criação não corresponda às exigências do mercado de trabalho, em confronto com as necessidades do desenvolvimento nacional ou regional (BRASIL, 1969, s.p).

No *Relatório Anual* da UFBA, do ano de 1969, as chamadas Ciências Básicas ganharam impulso, enquanto que as Ciências Humanas foram esvaziadas e a disciplina de filosofia foi eliminada do vestibular. Indignada, a professora Eliana Barbosa defendeu que a Filosofia era o passaporte para a compreensão da realidade e, a exclusão desta disciplina do vestibular provocaria a exclusão da disciplina do nível secundário (JORNAL UNIVERSITÁRIO, 31 ago. 1969).

A letra da lei reflete a ideia de que a educação é um fenômeno quantitativo e econômico e, por isso, estava à disposição das necessidades mercadológicas. Além disso, o Estado Autocrático[81] se arvorava em conceder ou impedir o funcionamento das instituições em pauta.

4.2. A FACULDADE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE ILHÉUS (FASPI)

A região denominada "cacaueira" ocupava lugar de destaque na economia baiana e nacional, com grande poder econômico proveniente das exportações do cacau. Merecem destaque as cidades de Ilhéus e Itabuna, onde se implantaram quatro escolas de ensino superior: a Faculdade de Direito de Ilhéus (autorizada em 19/05/1960, iniciando suas atividades em 20/01/1961); a Faculdade de Filosofia de Itabuna – autorizada a funcionar em 05/10/1960, iniciando suas atividades com os cursos de Filosofia, Letras e Pedagogia; a Faculdade de Ciências Econômicas de Itabuna (autorizada em 08/08/1970,

---

[80] Com a intenção de garantir a disseminação no meio estudantil dos conceitos validados pelos militares, no mesmo ano, no dia 12 de setembro, foi aprovado o decreto-lei nº 869 que instituiu, em caráter obrigatório, como disciplina e também como prática educativa, a educação moral e cívica, nas escolas de todos os graus e modalidades de ensino. Nos estabelecimentos de grau médio, deveria ser ministrada a disciplina Organização Social e Política Brasileira (OSPB), e no ensino superior, inclusive na pós-graduação, seria realizada na forma de estudos dos problemas brasileiros.

[81] É um regime político em que as leis e decisões são baseadas nas convicções do governante. Na autocracia, o poder do líder é absoluto e ilimitado, e o governo acaba por ter suas políticas confundidas com as ações pessoais do autocrata, como uma personalizaçao do poder.

iniciando suas atividades em 01/03/1967) e a Faculdade de Sociologia e Política de Ilhéus, criada em 1963 (MIDLEJ, 2004, p. 142).

Esta autora afirma que a iniciativa da implantação da Faculdade de Sociologia foi dos professores da Faculdade de Direito de Ilhéus, bem como a maior parte dos docentes que lá atuaram, tendo como mantenedora a mesma entidade da Faculdade de Direito: a Sociedade Sul-Bahiano de Cultura (MIDLEJ, 2004).

Essa Sociedade teve fundador o professor Soane Nazaré de Andrade, que assim se expressa sobre o episódio por meio de depoimento a Midlej:

> Iniciamos em Ilhéus esse processo de aglutinação do pessoal da área de direito, os advogados da cidade e de Itabuna [...] e reunimos um grupo grande de amigos advogados [...] era 1959 e eu estava iniciando a vida profissional. Começamos a formar o processo de fundação da faculdade, mas esse processo naturalmente demoraria porque não havia nenhuma tradição nisso, nenhum conhecimento, tudo foi feito por amadores. Aquele grupo inicial viria a formar o corpo docente. [...] Levei o processo ao Rio de Janeiro, pedindo autorização no Conselho Nacional de Educação para a Faculdade Católica de Direito de Ilhéus, com o apoio do Bispo Dom Frei Caetano Lima dos Santos. [...] Tive aprovado o processo, há pouco lhe mostrei o relatório do inspetor federal que inspecionou a faculdade e partimos para iniciar as atividades em 02 de abril de 1961. [...] Cinco anos depois estávamos com o curso reconhecido, feito que era raro na época, e já diplomada a primeira turma (MIDLEJ, 2004, p. 142).

Midlej (2004) assegura que, a intenção era transformar esta instituição numa Universidade Católica, confirmando o prestígio da Igreja Católica nas esferas de poder local e estadual. Entretanto, já a primeira turma, que iniciou os estudos em 1964, enfrentou problemas ideológicos com a implantação do regime civil-militar. A Faculdade de Sociologia teve como diretor Dr. Raimundo Ramagem Badaró e corpo docente era o mesmo da Faculdade de Direito, acrescido de Flávio José Simões Costa – que havia ganhado uma bolsa de estudos da Universidade de Madri para aperfeiçoamento dos estudos sociológicos – e os deputados Wilde Oliveira Lima[82] e José Cândido (A TARDE, 16 mar. 1963).

---

[82] Nascido em 15/11/1923 em Vitória da Conquista-Ba, foi deputado estadual pelo Partido de Representação Popular-PRP, 1959-1963, reeleito pelo PRP, 1963-1967. Também foi Assessor do secretário de Educação do Estado, professor Anísio Teixeira, 1948; promotor interino do município de Condeúba-BA, 1949, promotor de Itapicuru-BA, 1951 e de Itabuna-BA, 1952; professor de Literatura Universal e Português na Ação Fraternal e História e Geografia no Colégio Divina Providência; participou da fundação do Colégio Firmino Alves e da Campanha Nacional dos Ginásios Públicos, integrou o movimento regional frente Itabunense de Ação Renovadora (FIAR); fundador e consultor jurídico da Companhia Telefônica Sul Baiano e presidente do Lions Clube de Itabuna. Fundador da Faculdade de Direito e da Academia de Letras de Ilhéus-BA, colaborador dos jornais Diário da Tarde, Ilhéus, Intransigente e o Diário de Itabuna. Em Salvador: promotor, 1967, professor de Direito Romano na Faculdade Católica do Salvador, professor de Ciências Políticas na Academia da Polícia Militar, consultor jurídico da Associação dos Prefeitos. Procurador Geral da Justiça, 1975, fundador da

De acordo com o supracitado jornal, de edição 29 de junho de 1966, a instituição foi fruto do desenvolvimento trazido à região sul-baiana pela Petrobrás, Ceplac, Instituto do Cacau, a Hidrelétrica do Funil e outras entidades. Em vista disso, a Faculdade iria permitir a formação de técnicos necessários a essa evolução. Essa informação foi veiculada no jornal abaixo:

> A fundação e instalação da Faculdade de Sociologia e Política de Ilhéus, disse o Prof. Doutor Ramagem Badaró, veio trazer à Zona do Cacau condições mais próximas, para a criação em futuro mais recente, da Universidade do Sul. Outrossim, como crescente desenvolvimento trazido a região sul da Bahia. (...) o diretor explicou-nos que o curso de bacharela em Sociologia e Política, tem um CURRICULUM de quatro anos, formando sociólogos e politicólogos.
> A Faculdade já mereceu a atenção e o apoio da "Aliança Brasileira para o Progresso", através do seu presidente Dr. Humberto Reis Costa, que é também presidente emérito da Federação das Indústrias de São Paulo; do governador do Estado de São Paulo, Dr. Ademar de Barros; do Instituto de Cacau da Bahia, pelo seu dinâmico presidente Dr. Antônio Viana, como apoio integral do Conselho da referida entidade; pelo vice governador do Estado da Bahia, Dr. Orlando Moscoso; bem como de bolsas-doações, feitas por particulares de alta proteção social, como os senhores Afonso Habib; Edson Almeida; Clementino Sampaio; Deraldo Mota; nesta capital do Estado. No campo internacional recebemos valiosa cooperação do sr. Harold M. Midkiff e do sr. Richard Gordon McKloskey, respectivamente, cônsul e adido cultural norte-americano na Bahia, mediante o encaminhamento de um pedido de doação de uma Biblioteca e do financiamento de uma sala-auditório de Antropologia-Física, para a nossa Faculdade.
> Também recebemos a notícia por parte do dr. Ives Tito de Oliveira, diretor da Escola de Sociologia e Política da Bahia, de que o nosso curriculum escolar, que é considerado idêntico ao daquela escola, é considerado como Programa Típico, na América Latina, do curso de bacharelado em sociologia e política, pelo Departamento de Cultura da O.E.A. ou seja pela mais alta entidade internacional do mundo pan-americano.
> CONSIDERADA DE UTILIDADE PÚBLICA
> Refletindo logo a proeminência da sua atuação cultural e técnica na região cacaueira, a Faculdade de Sociologia e Política de Ilhéus foi considerada de utilidade pública pela Lei 835, sancionada em 15 de maio do corrente ano, pelo prefeito do Município de Ilhéus, face ao projeto do vereador Ariston Cardoso, aprovado unânimente pelo legislativo municipal. Havendo idêntico projeto na Câmara Estadual da Bahia, em tramitação, de autoria do deputado Henrique Cardoso (A Tarde, 29 jun. 1966, p. 11).

De forma semelhante à Escola de Salvador, a de Ilhéus promoveu alguns eventos, tais como o Curso de Expansão Cultural, cujas temáticas estavam relacionadas aos

---

Biblioteca da Instituição, desembargador, 1978 e corregedor geral e vice-presidente do Tribunal da Justiça da Bahia e presidente da 3º Comarca Cível do Tribunal de Justiça, 1993. Membro da Academia de Letras Jurídicas (Site da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia).

assuntos sociais (economia, política, direito, administração pública etc.). Dentre os conferencistas, estava o Presidente do Tribunal de Justiça e professor da Faculdade de Filosofia da UFBA, Vieira de Melo, o Reitor da UFBA, Miguel Calmon, o Presidente da Federação das Indústrias, Jaime Villas Boas, dentre outros.

> Curso de Expansão Cultura na F. de Sociologia de Ilhéus
>
> A Faculdade de Sociologia e Política de Ilhéus que vem despertando na região cacaueira o interêsse [sic] pela pesquisa sociológica e científica,vinstalará, no próximo dia 29, um Curso de Expansão Cultural, eclético.
>
> O curso, disse-nos o Prof. Ramagem Badaró, diretor da Faculdade, constará de um currículo de oito-aulas conferências sobre assuntos sociais; de economia e finanças; política; direito; administração pública e de emprêsas [sic], etc. Tais aulas serão realizadas, um por mês, às 20 horas, no salão- auditório da referida Faculdade.
>
> [...] A aula da instalação do Curso será proferida pelo Prof. Thales de Azevedo, diretor do Instituto de Ciências Sociais da Universidade da Bahia. Serão conferencistas subsequentes o Des. Renato Mesquita, Presidente do Tribunal de Justiça e Professor da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia; Dr. Vieira de Melo, Deputado Federal; Prof. Mário Piva, da Faculdade de Ciências Econômicas da UBA; Dr. Orlando Moscoso, Vice-Governador do Estado; Magnífico Reitor Miguel Calmon, da Universidade da Bahia; Prof. Marcelo Duarte, da Faculdade de Direito da UBA; Dr. Jaime Vilas Bôas, Presidente da Federação das Indústrias e o Dr. José Martins Catarino, Prof. De Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade da Bahia. As inscrições estão abertas até o próximo dia 27 do corrente, na Secretaria da Faculdade (A TARDE, 16 abr. 1965, p. 7).

Conforme a informação, a fina flor da intelectualidade soteropolitana esteve presente ao evento e, como parte da programação estava prevista a palestra ministrada pelo professor da Escola e deputado Mário Piva[83],

---

88 83 Nasceu em Salvador no dia 28 janeiro de 1920, filho de Alberto Piva e de Laura Moretti Piva. Bacharelando- se pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade da Bahia, tornou-se em 1943 diretor-gerente do Banco de Fomento do Estado da Bahia, cargo que ocupou até 1950. Do ano seguinte a 1953, exerceu cumulativamente as funções de assessor técnico do Instituto do Cacau e de assistente econômico da Associação Comercial da Bahia, tornando-se em 1952 catedrático da faculdade pela qual se diplomara. Jornalista, foi redator econômico do jornal *A Tarde*, de Salvador, entre 1953 e 1957, ano em que assumiu a chefia da seção econômica da Federação do Comércio do estado. No pleito de outubro de 1962 elegeu-se segundo suplente de deputado federal pela Bahia na legenda da Aliança Democrática Trabalhista, coligação formada pelo Partido Social Democrático (PSD), o Partido Democrata Cristão (PDC), o Partido Trabalhista Nacional (PTN), o Partido Social Progressista (PSP) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Com a vitória do movimento político-militar de 31 de março de 1964 e a cassação dos mandatos de diversos parlamentares pelo Ato Institucional nº 1 (9/4/1964), assumiu uma cadeira na Câmara dos Deputados no dia 14 de abril. Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao regime militar, do qual se tornou vice-líder em maio de 1966. Nessa legenda elegeu-se deputado federal pela Bahia no pleito de novembro desse ano, passando a desenvolver na Câmara dos Deputados discreta atuação, voltada prioritariamente para os problemas da política de seu estado. Ainda assim, em janeiro de 1969 teve seu mandato cassado com base no Ato Institucional nº 5, editado em 13 de dezembro do ano anterior. Foi membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, da

> Conferência em Ilhéus
> Especialmente convidado pela sua diretoria, o Deputado e Professor Mário Piva, no próximo dia 14 de agosto, estará em Ilhéus, na Faculdade de Sociologia e Política, pronunciando a conferência sobre o tema "O planejamento econômico no período post-revolucionário". A aula do catedrático da Universidade da Bahia e da Universidade Católica faz parte do ciclo especial organizado pela direção daquela Escola (A TARDE, 29 abr. 1965, p. 03).

Importante destacar que, neste evento, foi concedido o título de *Doutor Honoris Causa*[84] ao professor Miguel Calmon, que na época era Reitor da UFBA – foi escolhido pelos apoiadores do regime, conforme notícia abaixo:

> Cultura
> Realizou-se no auditório do Bancrelar, a última aula do Curso de Expansão Cultural da Faculdade de Sociologia e Política de Ilhéus. O conferencista foi o Dr. Miguel Calmon, Magnífico Reitor da Universidade da Bahia cuja palestra teve o tema 'A Universidade Brasileira no Desenvolvimento Econômico Brasileiro'. Na oportunidade, cerca de 300 alunos de diversos níveis e classes culturais receberam seus diplomas (A TARDE, 1965, p. 13).

Encontros vários registros de outros eventos promovidos por essa Faculdade, como a Semana de Estudos Jurídicos e Sociais, que foi uma parceria entre a Faculdade Católica de Direito de Ilhéus e a Faculdade de Sociologia e Política, onde vários trabalhos foram apresentados e oferecido um curso de oratória. Na oportunidade, os deputados José Cândido e Antônio Cruz e do professor Raul Chaves que defenderam a criação da Universidade do Estado (A TARDE, 27 set.1966, p. 07).

Dados trazidos na Revista Documenta, de edição de 1965, dão conta de que essa foi a primeira Faculdade de Sociologia e Política do Estado, a pedir autorização para funcionamento junto ao Conselho Federal de Educação. A Revista declara que o diretor dessa Faculdade já havia solicitado autorização para funcionamento desde o ano em que foi implantada. No entanto, o Conselho pediu esclarecimentos quanto à entidade mantenedora da instituição:

> [...] o Sr. Soane Nazaré de Andrade, 'no exercício da Presidência da

---

Associação dos Economistas e da Associação Baiana de Imprensa. Faleceu em Salvador no dia 25 de março de 1972 (Dicionário Histórico e Biográfico/FGV).

[84] A concessão do título foi puramente simbólica, uma vez que a Faculdade não tinha o cafife adequado para concedê-lo.

> Sociedade Sul Bahiana de Cultura', declara, 'para fins de direito, que assistirá na manutenção da Faculdade de Sociologia e Política de Ilhéus'. Torna-se necessário, ainda, que a Sociedade Civil Sul Baiana de Cultura especifique a assistência que declara irá proporcionar à nova Faculdade, juntando documento (REVISTA DOCUMENTA/CFE, jan. 1965, p. 23, v. 33).

Para Midlej (2004), a Faculdade de Direito em conjunto com as demais faculdades existentes na região (de Sociologia e Política e de Filosofia) almejavam a estadualização deste nível de ensino. Inclusive foi encaminhado um projeto ao Conselho de Educação e Cultura, mas não foi aprovado.

A Faculdade de Filosofia (FAFI) foi uma iniciativa de educadores locais, ligados ao Colégio Ação Fraternal de Itabuna, à frente a Sra. Amélia Amado, movidos pela necessidade de cursos de formação de professores, para atender a crescente demanda da escola média (MIDLEJ, 2004). Segundo a autora, em 1963, essa Faculdade passou a ser mantida pela Prefeitura Municipal, mas como entidade de direito privado. A Faculdade então teve um duplo financiamento: prefeitura e mensalidades pagas pelos alunos. A Faculdade atravessou sérias dificuldades financeiras e estruturais, mas, posteriormente, integrou a Federação de Escolas Superiores, precursora da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Em 1966, a Faculdade de Sociologia e Política de Ilhéus foi considerada de utilidade pública pelo governador do Estado:

Figura 8 - Considera de utilidade pública a Faculdade de Sociologia e Política de Ilhéus

LEI Nº 2.362 DE 09 DE AGOSTO DE 1966

Considera de utilidade pública a FACULDADE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE ILHÉUS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - É considerada de utilidade pública, a Faculdade de Sociologia e Política de Ilhéus, fundada em 12 de dezembro de 1963, com sede na cidade de Ilhéus.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 09 de agosto de 1966.

ANTONIO LOMANTO JUNIOR

Governador

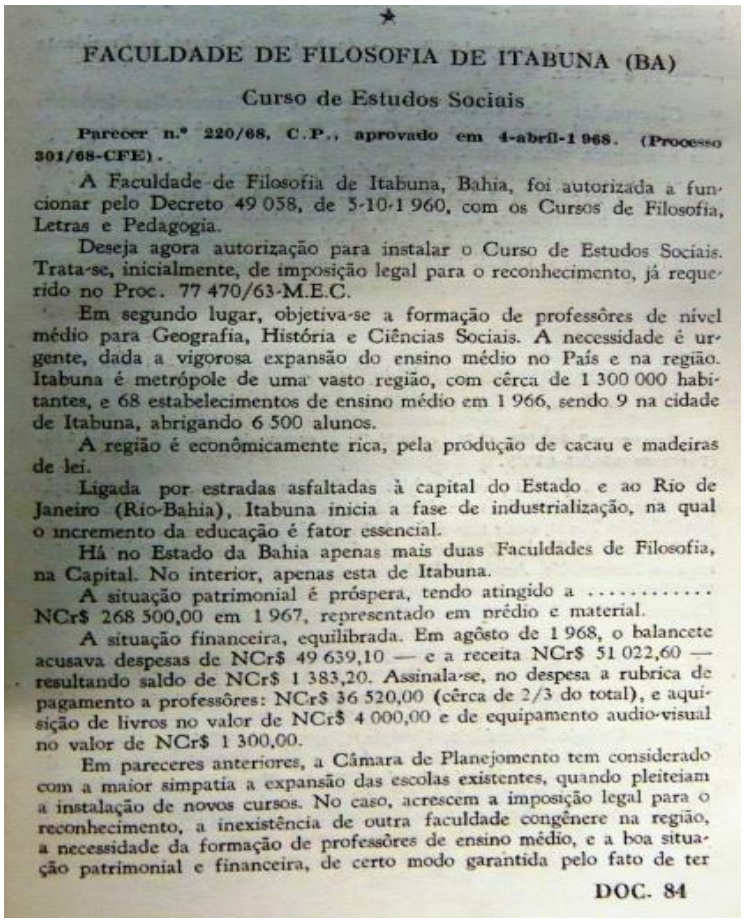
Jorge Calmon

Fonte: Bahia (1966).

Esta instituição também foi pioneira na consideração deste título. De forma semelhante ao que acontecia no Brasil e na Bahia, no ano seguinte começaram os protestos pelo não reconhecimento desta Instituição, bem como da profissão de sociólogo: “A Escola de Sociologia e Política de Ilhéus está em greve de protesto contra o seu não reconhecimento. Os alunos do Sul do Estado querem uma resposta para a situação, de forma a poderem planejar seus estudos” (A TARDE, 31 out. 1967, p. 07).

É oportuno lembrar que, neste período, paralelamente às exigências para autorização e reconhecimento das faculdades de sociologia, percebemos uma maior impulsão e estruturação de cursos na modalidade licenciatura curta, especialmente voltados para a área de Estudos Sociais, Ciências e Letras. Tais cursos de licenciatura e bacharelados na área de ciências humanas buscavam suprir as deficiências regionais na formação de professores para a escola média. Com essa intenção foi autorizado o curso de Estudos Sociais na Faculdade de Filosofia de Itabuna, vejamos o que diz o parecer:

Figura 09 - Autorizado o funcionamento da Faculdade de Filosofia de Itabuna



FACULDADE DE FILOSOFIA DE ITABUNA (BA)

Curso de Estudos Sociais

Parecer n.º 220/68, C.P., aprovado em 4-abril-1 968. (Processo 301/68-CFE).

A Faculdade de Filosofia de Itabuna, Bahia, foi autorizada a funcionar pelo Decreto 49 058, de 5-10-1 960, com os Cursos de Filosofia, Letras e Pedagogia.

Deseja agora autorização para instalar o Curso de Estudos Sociais. Trata-se, inicialmente, de imposição legal para o reconhecimento, já requerido no Proc. 77 470/63-M.E.C.

Em segundo lugar, objetiva-se a formação de professôres de nível médio para Geografia, História e Ciências Sociais. A necessidade é urgente, dada a vigorosa expansão do ensino médio no País e na região. Itabuna é metrópole de uma vasto região, com cêrca de 1 300 000 habitantes, e 68 estabelecimentos de ensino médio em 1 966, sendo 9 na cidade de Itabuna, abrigando 6 500 alunos.

A região é econômicamente rica, pela produção de cacau e madeiras de lei.

Ligada por estradas asfaltadas à capital do Estado e ao Rio de Janeiro (Rio-Bahia), Itabuna inicia a fase de industrialização, na qual o incremento da educação é fator essencial.

Há no Estado da Bahia apenas mais duas Faculdades de Filosofia, na Capital. No interior, apenas esta de Itabuna.

A situação patrimonial é próspera, tendo atingido a ..... NCr$ 268 500,00 em 1 967, representado em prédio e material.

A situação financeira, equilibrada. Em agôsto de 1 968, o balancete acusava despesas de NCr$ 49 639,10 — e a receita NCr$ 51 022,60 — resultando saldo de NCr$ 1 383,20. Assinala-se, no despesa a rubrica de pagamento a professôres: NCr$ 36 520,00 (cêrca de 2/3 do total), e aquisição de livros no valor de NCr$ 4 000,00 e de equipamento audio-visual no valor de NCr$ 1 300,00.

Em pareceres anteriores, a Câmara de Planejomento tem considerado com a maior simpatia a expansão das escolas existentes, quando pleiteiam a instalação de novos cursos. No caso, acrescem a imposição legal para o reconhecimento, a inexistência de outra faculdade congênere na região, a necessidade da formação de professôres de ensino médio, e a boa situação patrimonial e financeira, de certo modo garantida pelo fato de ter

DOC. 84

Fonte: Revista Documenta/CFE (abr. 1968).

O documento destaca a situação financeira da instituição, a inexistência de uma faculdade congênere na região e a necessidade de formar professores de ensino médio. Sobre o processo de implantação e, posterior extinção da Faculdade de Sociologia, o depoimento de um ex-aluno a Midlej é esclarecedor:

> Embasada na Escola de Sociologia e Política da Bahia, cujo Diretor era o Prof. Yves de Oliveira, que por sua vez referia-se a Faculdade de Sociologia e Política de São Paulo, a Faculdade de Sociologia e Política de Ilhéus, apresentava um currículo de sociologia pura, diferente das escolas de Ciências Sociais da época. A instituição teve solicitação de autorização no MEC, tendo como entidade mantenedora, a mesma da Faculdade de Direito de Ilhéus, a Sociedade Sul-Bahiano de Cultura. O comentário da época, com relação a autorização é a Revolução de 1964 impedia o reconhecimento de escolas desse tipo, bem assim o não reconhecimento da profissão de sociólogo, a qual só foi regulamentada em 1980 e o arrefecimento do animo do seu criador, desenganado pelas dificuldades referidas, contribuíram para o não avanço da instituição. O professor Ramagem, realmente, fazia tudo sozinho. Ajudaram-no, Vitório Badaró e depois Dona Mercedes Ganem. Quando Ramagem foi embora, assumiu a direção da faculdade, o Prof. Antônio Olímpio Rhem da Silva, que foi substituído pelo Prof. Agnísio, o qual ainda tentou envolvendo alguns empresários, entre eles José Silveira Mota, transformar a faculdade de sociologia em Ciências Sociais, criando a Faculdade de Administração. Todas essas inconclusões levaram-na ao seu fechamento, por volta de 1974 (TEIXEIRA *apud* MIDLEJ, 2004, p. 148- 149).

Por outro lado, também em depoimento a esta pesquisa, o Professor Soane Nazaré de Andrade expõe sua versão do episódio:

> Sobre a Faculdade de Sociologia e Política, como você me perguntou, eu contrario um pouco o que se tem como história na região. Eu tinha o maior apreço pelo seu Diretor Ramagem Badaró, que já trabalhava comigo. Um exemplo extraordinário de devoção a esta causa, que era nossa. Era um homem que morava em Salvador e vinha toda semana de avião em Ilhéus dar aula. Dava as aulas dele durante a semana. Mas a verdade é que, o que houve de fato lá dentro, e que eu lamento desmistificar isso, era que a Faculdade de Sociologia era um pouco desorganizada e por isso não chegou a construir uma estrutura como nós fizemos na Faculdade de Direito.[...] Ela viveu em função praticamente de Ramagem Badaró que era o professor, o diretor, o auxiliar, o secretário, ele era tudo na Faculdade (ANDRADE *apud* MIDLEJ, 2004, p. 149).

Como a Faculdade de Salvador foi fechada em primeiro lugar, alguns alunos foram concluir seus cursos na Faculdade em Ilhéus,

> Eu estudei na Escola de Sociologia e Política da Bahia, funcionava na ladeira da Barra, mas com a revolução de 1964 ela foi fechada. Se não me engano, no Brasil, só ficaram as escolas de São Paulo, do Rio de Janeiro e a de Recife. Quando essa daqui foi fechada nós fomos estudar em Ilhéus, porque tínhamos dinheiro, inclusive íamos de avião, ficávamos hospedadas em hotel. Com a intenção de nos ajudar, a diretoria da Escola fez um pacote concentrando as disciplinas pra não demorar muito as aulas, diminuíram o currículo então eu me formei em 1969 (MELO, 2017, depoimento).

A ex-aluna esclarece que, naquele momento, o curso pedagógico estava em evidência, pois habilitava o professor para a docência no ensino primário. Mas, destaca que "gostava de polemizar (risos) então um amigo me sugeriu esse curso, eu também era muito curiosa aí fiquei com a Sociologia" (MELO, 2017, depoimento).

No entanto, em virtude de ter um curso sem autorização e uma profissão sem reconhecimento, a Faculdade de Sociologia e Política foi excluída da Federação das Escolas Superiores de Ilhéus.

4.3. A INSTALAÇÃO DA "OPERAÇÃO LIMPEZA" EM ALGUMAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

O Ato Institucional publicado no dia 9 de abril de 1964, que passou a ser conhecido após o decreto de outros como AI-1, buscou estabelecer as margens do poder executivo, bem como operacionalizar as primeiras medidas punitivas que se seguiram ao golpe. No conjunto de seus artigos, o ato limitou os poderes do Congresso Nacional e fortaleceu o poder executivo. Além disso, o mesmo decretou outras medidas que atingiram diretamente os direitos individuais, como a suspensão por seis meses das garantias constitucionais e legais de vitaliciedade e estabilidade, o que facilitou os expurgos na burocracia do Estado.

Segundo Alves (1984), as manobras militares de busca e detenção foram conduzidas nas universidades, sindicatos, ligas camponesas e nos muitos movimentos católicos de trabalhadores, camponeses e estudantes. Acerca dessas manobras Motta (2014) destaca o acirramento contra organizações de trabalhadores rurais e das instituições universitárias.

Ao permitir cassações e demissões, o AI-1 deixou o caminho aberto para a "operação limpeza". Segundo Alves (2005), essa operação se refere ao o conjunto de

medidas que visava dar ao Estado o controle sobre áreas políticas, militares e psicossociais buscando, assim, eliminar os focos de oposição ao regime em diversos setores. Por meio dessas medidas, além da intervenção em sindicatos e universidades, mandatos parlamentares e executivos foram cassados, funcionários públicos foram demitidos ou aposentados e militares foram postos na reserva. Era esse o início de uma longa lista de pessoas atingidas por medidas repressivas do Estado.

A autora insere essa operação dentro dos pressupostos da Grande Estratégia da Doutrina de Segurança Nacional, formulada ainda na década de 1950, pelo General Golbery do Couto Silva e, reiterada cerca de vinte anos, depois pelo Manual Básico da Escola Superior de Guerra. Dessa forma, a "estratégia política" dizia respeito à vigilância e controle dos partidos políticos, do Legislativo, do Judiciário e do Executivo.

Já a "estratégia militar" era voltada, sobretudo, aos oficiais com poder de influência ou comando sobre as tropas; e, por último, a "estratégia psicossocial" concentrava-se nos movimentos sociais que haviam se fortalecido nos anos anteriores ao golpe, visando, sobretudo, as universidades, sindicatos e Ligas Camponesas (ALVES, 2005, p. 68-77).

A expressão "Operação limpeza" expressou a determinação de afastar do cenário público os adversários recém-derrotados: os comunistas, socialistas, trabalhistas e nacionalistas de esquerda, entre outros (MOTTA, 2014).

Além das cassações (de reitores e professores), outro instrumento amplamente utilizado pelos militares foram os Inquéritos Policiais Militares (IPMs), que constituíam o mecanismo legal para a busca sistemática de segurança absoluta e a eliminação do "inimigo interno".

Em abril de 1964, foram instaladas as comissões especiais de inquérito que levavam os IPMs a todas as universidades brasileiras e o Ministério da Educação passou a envolver-se diretamente na contratação e de demissão de pessoal universitário. A justificativa utilizada pelas autoridades militares era de que os IPMs iriam "erradicar a penetração de agentes comunistas que se valiam de instituições de ensino para "conquistar as mentes" do povo segundo o que julgavam uma estratégia indireta da União Soviética" (ALVES, 1984, p. 66).

Com essa intenção, foram criadas comissões compostas por professores, reitores e funcionários indicados pelas autoridades, e instaladas em cada universidade para levar a efeito os expurgos.

No meio estudantil, centenas de professores e estudantes foram arrolados em diferentes inquéritos para investigar entidades associativas, como a UNE, instituições de

ensino e pesquisa, como o ISEB, e partidos, como o PCB. Nas universidades, as comissões de inquérito eram designadas pelos reitores.

A primeira invasão das tropas do Exército e da Polícia Militar ocorreu no *campus* da Universidade de Brasília, no dia 9 de abril de 1964. Na operação, foram utilizados quatorze ônibus e acompanhadas de três ambulâncias. As tropas, preparadas para um confronto violento, fizeram buscas pelo *campus* universitário e traziam nomes de 12 professores, os quais, com outras pessoas, foram presos e levados ao Batalhão da Guarda Presidencial (SALMERON, 1999, p. 164). É importante observar que, 09 de abril foi o mesmo dia em que se instituiu o primeiro Ato Institucional, no qual os autores do golpe armado se autoproclamavam poder revolucionário, reivindicando assim a legitimidade de poder constituinte.

A biblioteca e as salas dos professores também foram interditadas durante duas semanas. Na sequencia, o reitor Anísio Teixeira e o vice-reitor Almir de Castro foram demitidos de seus cargos, e foi destituído o Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília, formado por Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Hermes Lima e Abgar Renault, membros do Conselho Federal de Educação; Oswaldo Trigueiro, procurador-geral da República; frei Mateus Rocha (provincial da Ordem dos Dominicanos no Brasil) e, como suplentes, Alcides da Rocha Miranda e João Moojen de Oliveira, secretário de Agricultura do Distrito Federal (SALMERON, 1999, p. 165).

Na ocasião, foram presos cinco estudantes, apontados pelas autoridades como agentes comunistas. O governo militar nomeou para reitor *pro tempore*, o professor de medicina veterinária da USP, Zeferino Vaz, cujo mandato foi de 13 de abril de 1964 a 25 de agosto de 1965. Segundo Salmeron (1999), a razão principal pela escolha para o cargo de reitor, deve-se ao fato de Zeferino Vaz ter participado diretamente na preparação do golpe de 1964, com alguns de seus amigos que ocupavam ou passaram a ocupar cargos importantes.

Um dos primeiros atos do reitor foi demitir nove professores: José Albertino Rosário Rodrigues, Perseu Abramo (setor de sociologia); Edgard de Albuquerque Graeff, Eustáquio Toledo Machado Filho e José Zanini Caldas (curso de arquitetura e artes); Francisco Heron de Alencar (Departamento de Letras); Jairo Simões (direito); Lincoln Ribeiro e Ruy Mauro de Araújo Marini (política).

De abril de 1964 a outubro de 1965, a universidade foi sendo progressivamente encurralada por medidas crescentes de repressão. O fato de estar situada no epicentro do poder facultou muitas das ações intervencionistas no campus. Ainda que conferido pelos

professores um “voto de confiança” aos dois reitores interventores nomeados, Zeferino Vaz e seu sucessor Laerte Ramos de Carvalho pela manifestação inicial de preservar o projeto original da universidade, os desdobramentos de ambas as gestões foram recrudescidos pela onda repressiva que assolava a vida política do país. Numa segunda invasão policial ao campus, houve a demissão de 15 professores pelo reitor-interventor Laerte Ramos e a demissão coletiva de mais de 200 professores (SALMERON, 1999).

Sabemos que essa universidade foi pioneira no sentido de harmonizar o currículo às necessidades de uma sociedade em desenvolvimento. Por isso, os militares consideraram o currículo subversivo e de inspiração comunista daí que a sua reformulação era o objetivo prioritário dos grupos que tomaram o poder em 1964 (ALVES, 2005).

O ISEB foi extinto em 1964, pelo Decreto nº 53.884/1964, considerado o “centro intelectual da ação comunista”, que na época do golpe era dirigido pelo filósofo marxista Álvaro Vieira Pinto. Por isso mesmo, após operação policial que praticamente destruiu suas instalações, inclusive a biblioteca, uma operação foi montada e a sede do instituto foi invadida e depredada. Alguns professores foram aposentados e outros foram posteriormente afastados do serviço público por “abandono de serviço” (MOTTA, 2014).

Podemos verificar que, em várias partes do país, ocorreram prisões de professores e estudantes. Tal situação está narrada nas obras publicadas em 1979, elaboradas pela associação dos professores, que descrevem o controle ideológico na USP, UMG e Universidade do Rio Grande do Sul (URGS).

O Livro negro da USP: o controle ideológico na Universidade, escrito pela associação de professores objetivou realizar um levantamento do processo de controle ideológico sobre o corpo docente e discente na Universidade de São Paulo[9]. Este relatório foi transformado em livro e apresenta uma “campanha pela reintegração dos professores dela afastados compulsoriamente, pela restauração da dignidade das instituições de ensino superior no Brasil e pela reestruturação como órgãos livre de ensino, pesquisa, reflexão crítica e debate” (O LIVRO NEGRO DA USP, 1979, p. 09).

O livro traz o relato das pressões físicas e ideológicas sofridas pelos alunos e professores, com o conivência do Reitor Gama e Silva, com a justificativa de “modernização e de uma proposta política que levasse a Universidade a se preocupar com a investigação dos grandes problemas que afligiam a Nação” (O LIVRO NEGRO DA USP, 1979, p. 10).

Na obra foi destacada

> [...] a forma violenta pela qual foram realizadas as prisões de professores e alunos e a invasão e depredação da Faculdade de Filosofia, com prejuízos na época estimados em 10 milhões de cruzeiros. Relatos de professores e estudantes dão conta de que as invasões configuravam claramente a intenção de intimidar antes que investigar (O LIVRO NEGRO DA USP, 1979, p.11).

Em vista disso, o professor Paulo Duarte escreveu uma carta dirigida a Júlio Mesquita Filho, que foi publicada no jornal "O Estado de São Paulo", no dia 15 de maio de 1964, denunciando a situação da USP:

> [...] Por certo as primeiras manifestações de timidez da parte da Universidade tivessem incentivado fatos posteriores piores ainda, culminando com o mais degradante e vergonhosos que foi a invasão da Faculdade de Filosofia, a Rua Maria Antônia. [...] Mas o que ninguém poderá compreender é que a polícia aí penetre menos para investigar do que para depredar, para destruir instalações, inclusive máquinas de escrever, dando a Faculdade de Filosofia um prejuízo que vai a cerca de 10 milhões. As portas eram abertas aos pontapés, embora ninguém se recusasse a abri- las, os objetos eram atirados ao chão e destruídos, embora tais objetos nunca tivessem conspirado ou atentado contra a ordem, em nome da qual agia a polícia. [...] Da mesma forma, em Rio Preto, passaram-se fatos tristíssimos na Faculdade de Filosofia ali existente, porque houve a denúncia de que, na biblioteca da Faculdade, havia obras de Karl Marx e professores comunistas, escolhidos, ao que parece, por sorteio, pois quatro deles foram recolhidos a cadeia e dois mais precavidos tiveram que desaparecer. Há, entretanto, coisa muito pior: corre por aí a colher assinatura, uma representação a ser enviada à Câmara dos Deputados, pleiteando uma lei que exclua do "curriculum" universitário as Ciências Sociais, por serem subversivas!!! [...] Prefiro, pois não acreditar. Mais creio que os casos positivados são suficientes para alarmar todos àqueles que possam compreender a importância da Universidade para formação cultural de um país. [...] A Universidade tem que ser livre e estar a coberto de qualquer coação ou intimidação policial. Nela a exposição doutrinária e a liberdade de análise tem que ser total, seja em relação a Aristóteles, seja em relação a Platão, seja em relação a Karl Marx, seja em relação a Santo Tomas de Aquino [...] (O ESTADO DE SÃO PAULO, 15 maio 1964, p. 27).

Não se tratou de uma denúncia de omissão ou conivência da Reitoria, mas do estabelecimento, pelo Reitor, de um mecanismo interno de "caça as bruxas", reunindo um grupo que buscava – na ligação direta com os órgãos de segurança, realizar uma série de expurgos na instituição.

No fim dos trabalhos, a comissão recomendou, em documento específico, a suspensão dos direitos políticos de 52 membros da USP – entre professores, funcionários e alunos – dos quais 44 professores e 08 alunos e funcionários, pertencentes a dez unidades, citados

nominalmente. Só na Faculdade de Filosofia, tivemos o afastamento dos professores Florestan Fernandes, Mário Schenberg, Fernando Henrique Cardoso, João Cruz Costa e o estudante, Fuad Daher Saad[85].

Mais adiante, no entanto, a segunda metade dos anos 60 constituiria outro marco importante na história da instituição: tempo de passeatas pela cidade, assembleias, manifestos e reivindicações. Em 1968, ocorrem na Maria Antônia atritos com grupos paramilitares que, infiltrados na Universidade Mackenzie, atacam estudantes e destroem parcialmente as instalações da Faculdade. Em seguida, apesar de resistências, a FFCL é transferida definitivamente para a cidade universitária e instalada, provisoriamente, em barracões pouco adequados. A mudança completa de todos os seus departamentos teria lugar em finais do ano 1968 e início de 1969, de forma quase sempre precária.

O ano de 1969 teve nova onda de aposentadorias compulsórias, no que ficou conhecido como segundo período de expurgo dos professores universitários e pesquisadores. Em final de abril, mais de 40 professores de universidades federais, sendo 23 da UFRJ e 24 da USP, inclusive seu reitor em exercício, foram aposentados com base no AI-5.

Ainda em 1969, a ditadura militar desfere um dos golpes mais duros na liberdade de expressão dentro dos ambientes acadêmicos. Visando desarticular o movimento estudantil, o governo emitiu o Decreto 477, em 13 de fevereiro de 1969. Esse decreto punia estudantes e professores que se envolvessem em manifestações de caráter político-partidário. Aos estudantes que o desobedecessem, o Decreto determinava o impedimento de se matricular por até três anos numa Faculdade. Os professores que fossem enquadrados nesse Decreto-Lei poderiam ser demitidos ou dispensados e a proibição de ser nomeado no prazo de cinco anos[86].

Essa perseguição também aconteceu na UMG, é o que vemos no livro "*UFMG: resistência e protesto por Aluísio Pimenta e outros*", datado de 1979, e composto por uma

[85] Mário Schenberg foi um dos maiores físicos brasileiro, diretor do Departamento de Física da Universidade de São Paulo de 1953 a 1961, onde também foi professor catedrático. Teve ativa participação política, sendo eleito duas vezes deputado estadual de São Paulo. Em função de suas ligações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi cassado e preso mais de uma vez pela ditadura militar brasileira. Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso são os sociólogos notáveis de suas respectivas gerações e pertencentes ao Centro de Estudos de Sociologia Industrial e do trabalho (CESIT), uma experiência inovadora no campo das ciências sociais no sentindo de pretender fundar, na Universidade, um centro dinâmico de pesquisa sociológica voltada para a realidade brasileira. João Cruz Costa, professor de Filosofia, sendo o principal responsável pela criação do Departamento de Filosofia da FFLC da USP e tinha uma posição contrária a influência do catolicismo tradicional na orientação dos estudos filosóficos no Brasil. Já o estudante Fuad Daher foi acusado de ser um líder estudantil, foi processado, mas absolvido, porém, teve seu contrato retido na Reitoria da USP (O LIVRO NEGRO DA USP, 1979, p. 18).

[86] Por imposição legal, foram aposentados: Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Bento Prado Jr., Paula Beiguelman, Emília Viotti da Costa e José Arthur Gianotti, entre outros. Com base no mesmo Ato, Ada Natal Rodrigues seria aposentada posteriormente, em 1972.

série de depoimentos na tentativa de "se gravar na memória nacional, o esforço de retomada do processo de total redemocratização do país". No total foram atingidos 16 professores e a Faculdade de Filosofia também foi uma das atingidas pelo regime militar. Segundo o professor Pedro Parafita de Bessa, a Faculdade de Filosofia alterava a estrutura universitária, pois enquanto a Universidade era composta de escolas profissionalizantes, baseadas na importação de conhecimentos, técnica, a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas se destinava ao livre pensar da realidade, pensá-la de modo crítico. Por isso, em 1964 foi decretada a intervenção militar direta na Universidade, com o afastamento e a substituição do Reitor Aluísio Pimenta por um coronel do Exército.

Na URGS[87], trinta e quatro professores foram afastados e, os estudantes da Faculdade de Filosofia foram os que mais reagiram contra o golpe militar. Por conta disso, a Faculdade foi desmantelada e funcionou de forma precária nos últimos anos.

Motta (2014) destaca que houve também intervenções em faculdades isoladas, autônomas, como foi o caso da Faculdade de Filosofia de São José do Rio Preto, ligada ao governo do Estado de São Paulo. O golpe foi intenso ali, principalmente por iniciativa de alguns grupos conservadores locais, assustados com a militância de jovens e professores envolvidos em campanhas de alfabetização e atividades voltadas para a cultura popular. Inclusive os estudantes haviam conseguido representação paritária nos órgãos colegiados da instituição, o que era raro no Brasil. Ali, foram demitidos dezessete professores, sendo que alguns tinham militância comunista e outros tinham mais simpatia com o socialismo cristão. Segundo o autor, proporcionalmente, esse foi um dos maiores expurgos em uma faculdade isolada de ensino superior do país. Inclusive, um juiz foi nomeado para atuar como interventor e, novos professores foram contratados.

Segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade, estima-se que cerca de 150 professores foram punidos por atos oficiais do governo federal. Esse número torna-se maior quando se verifica que muitos reitores utilizaram outros instrumentos para banimento de professores, casos da UFPB, que em 1969 afastou cerca de 20 professores, e da UnB, que entre fins de 1968 e início de 1969 afastou 80 professores[88].

Embora professores de todas as regiões tenham sido afetados, houve uma concentração de casos no Sul e no Sudeste. Algumas universidades do Norte (UFPA), Centro- Oeste (UFG) e Nordeste (UFPB, UFBA, UFPE, UFRN) foram atingidas, mas, em

[87] Atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
[88] Motta aponta um número de 120 professores, já Marcus Figueiredo aponta 168 professores. Mais informações sobre as demissões ver: Motta (2014).

geral, com número entre um e três professores aposentados, enquanto os afastados das universidades de São Paulo e Federal do Rio de Janeiro representaram cerca de 50% do total. A unidade mais afetada foi o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), que reunia os departamentos de Ciências Sociais, História e Filosofia da antiga FNFI[89].

[89] Foram aposentados os historiadores Maria Yedda Linhares, Eulália Lahmeyer Lobo, Manoel Maurício de Albuquerque, Hugo Weiss e Guy de Holanda, as sociólogas Moema Toscano e Miriam Limoeiro Cardoso, dentre outros.

5. FACULDADE LIVRE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE VITÓRIA DA CONQUISTA: HISTÓRIA E MEMÓRIA DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

5.1. CARACTERIZANDO A CIDADE

O Município de Vitória da Conquista está localizado na região do Planalto de Conquista, na Mesorregião Centro-Sul da Bahia. Encontra-se a 509 km da capital do Estado e a 110 km da divisa com o norte do Estado de Minas Gerais. Sua população estimada, segundo o IBGE de 2016, é de 346.069 habitantes, o que a torna a terceira cidade mais populosa do Estado. O município faz divisa com os municípios de Cândido Sales, Planalto, Itambé, Barra do Choça, Anagé, Ribeirão do Largo, Encruzilhada, Caraíbas, Tremedal e Belo Campo.

A cidade começou com um pequeno núcleo no final do século XVIII. Em 1840, emancipou-se da vila de Caetité e tornou-se vila: Imperial Villa da Vitória. Conforme Medeiros (2003), após a proclamação da República, a Vila foi reconhecida como município, e sua sede recebeu o nome de Conquista, na categoria de cidade. Segundo o autor, a ocupação do solo não ocorreu sem lutas. Os nativos que ocupavam o Sertão da Ressaca (Mongoiós, Imborés e Pataxós) reagiram à ocupação do solo pelos invasores, em conflitos armados que, em relação aos Pataxós, perdurou até o século XX. Foram lutas que terminaram por liquidar a população dos Mongóis e Imborés, em verdadeiro genocídio (MEDEIROS, 2003).

Durante todo o século XIX, o município cresceu lentamente. Na região, criava-se gado (bovino, ovino, caprino), e havia cultura de algodão e de subsistência (milho, mandioca, batata etc.). A economia, então, centrava-se em grandes propriedades pecuárias e policulturas, com a presença de escravos e alguns trabalhadores nos latifúndios, que produziam gêneros de subsistência e garantiam mão de obra suplementar aos grandes proprietários. O poder político local era concentrado nas mãos da família e parentela do fundador. O povo era extremamente pobre (MEDEIROS, 2003).

no início do século XX, esse Município foi influenciado pelo dinamismo da região cacaueira, e passou a ser fornecedor de matéria-prima para ela, sendo que a economia começou a crescer. Até a década de 1940, a base econômica desse Município se fundava

na pecuária extensiva e agricultura de subsistência. A partir da segunda metade desta década, Vitória da Conquista começaria a ser palco de um processo lento, porém contínuo de transformações.

Ademais, o incremento da economia local foi favorecido pela Segunda Guerra Mundial, que estimulou a produção e exportação de produtos agropecuários. Tais fatores explicam em grande parte o desenvolvimento experimentado por Vitória da Conquista e Região naquele período (MEDEIROS, 2003).

Somente no final da década de 1940 e no início dos anos 1950 é que Vitória da Conquista foi beneficiada com políticas públicas de construção de rodovias: a BR-116 (Rio- Bahia) e das rodovias estaduais BA-415 (Conquista-Itabuna) e BA-262 (Conquista-Brumado). Tais rodovias permitiram a intermediação, circulação e distribuição de mercadorias, proporcionando uma expansão econômica que passou a atrair imigrantes do Alto Sertão baiano, estados do Nordeste e Minas Gerais, que se instalaram em grande número na cidade ao longo dos anos quarenta, cinquenta e sessenta (SOUZA, 2010).

As obras viabilizaram a ligação entre a cidade e alguns centros econômicos do estado e do país e garantiu a cidade um papel destacado como entreposto comercial no sertão da Bahia. Este foi também um período de considerável modificação da dinâmica populacional e social da cidade. Especialmente a construção da BR-116 possibilitou a transformação de Vitória da Conquista em um polo de desenvolvimento regional, conforme foi destacado em matéria publicada, em 1959, pelo jornal *O Conquistense*:

> O comércio robusteceu-se com o aumento da população, aumentou a população flutuante, passando a cidade a ser centro de convergência dos municípios do alto sertão, de todos seus vizinhos e de alguns municípios do norte do estado de Minas. A par do desenvolvimento comercial constitui elementos favoráveis ao crescimento demográfico da cidade: o clima saudável (goza de clima semelhante a uma estação balneária); existe o conceito de que a cidade possui o custo de vida mais favorável de todo o Estado; bons estabelecimentos escolares; boas instalações de assistência médica, enfim, há um conjunto de circunstâncias que situa Vitória da Conquista como capital do sertão. (O CONQUISTENSE, 06 jun. 1959, ano IV, p. 5).

Esse período marcou o primeiro surto de crescimento econômico de Vitória da Conquista. O sul do país estava em plena fase de industrialização, atraindo grandes massas de nordestinos, em fuga da seca. Com a abertura das estradas, muitos, vindos do Nordeste ou da região interiorana, instalaram-se na cidade, encetando uma variedade

de atividades no comércio e a pequenas empresas de condução familiar, tais como o fabrico de móveis, marcenaria, artefatos de couro, etc. Nesse período, a região contava com pecuária bovina e caprina; a agricultura era de subsistência, o comércio era a atividade mais importante (MEDEIROS, 2003).

Do ponto de vista populacional,

Tabela 3 - Aspectos demográficos de Vitória da Conquista (1940-1970)

Anos	Pop. Rural	%	Pop. Urbana	%	Total
1940	24.910	74,3%	8.644	25,7%	33.554
1950	26.993	58,4%	19.463	41,6%	46.456
1960	31.401	39,3%	48.712	60,7%	80.113
1970	41.569	32,5%	85.959	67,5%	127.528

Fonte: Fifó (11 out. 1977, p. 9).

Pela tabela 3, podemos observar que a população urbana começou a desenvolver-se em maior escala a partir dos anos de 40, do século passado, o que possibilitou maior conhecimento do município e uma constante migração, acentuada na década de 1960.

O crescimento da população urbana e a industrialização do país, a partir da década de 1940, contribuíram para o aumento das pressões sociais por expansão das oportunidades de escolarização. A expansão da população urbana não foi uma característica exclusiva de Vitória da Conquista. Dados sistematizados pelo Centro de Estudos Migratórios mostram que, nas décadas de 1960 para 1970, o Brasil já tinha a maior parte da sua população residindo em cidades e algumas urbes tinham um especial poder de atração sobre os migrantes da zona rural (MENEZES; GONÇALVES, 1986).

Na região de Vitória da Conquista, constitui fator histórico de “expulsão” do homem do campo o fenômeno da seca que periodicamente castiga os sertões, desestruturando as formas tradicionais de trabalho familiar e a agricultura de subsistência. As secas prolongadas levam muitos sertanejos pobres a migrar para locais que oferecem melhores condições de sobrevivência. O memorialista Mozart Tanajura expõe a importância de Vitória da Conquista como lócus de atração de migrantes da seca, em meados do século XX:

> A cidade ainda estava sob o impacto da grande migração de sertanejos fugidos de áreas onde a incidência da seca, na primeira metade da década de 50, era maior. As levas de sertanejos não tinha ainda se distribuído por outras regiões, entre as quais a pastoril de Itapetinga que era novo foco de atração (TANAJURA, 1992, p. 75).

Esse autor também destaca outro fator de deslocamento da população da zona rural para a zona urbana: a ampliação das áreas ocupadas com pastagens. Em Vitória da Conquista, a pecuária era a atividade mais importante desde a época da colonização e, a partir da década de 1940, com a introdução de novas raças mais vigorosas de gado, as áreas de pastagem foram ampliadas, como salientou Medeiros em matéria publicada no jornal *Fifó*, no ano de 1977.

Desde a década de 1940, a Igreja Católica já organizava os operários, contudo, a partir de 1960, acentuou sua atuação, com a finalidade de disputar com comunistas e reformistas a preferencia ideológico-organizativa de trabalhadores rurais e urbanos (MEDEIROS, 2003).

Até então, a política continuava dominada pelas famílias tradicionais, que disputavam o poder local de forma acirrada (O FIFÓ, 11 out. 1997). Um grupo familiar cortejava a população crescente da cidade e criticava as oligarquias, com um discurso populista. E outro tinha um discurso próprio para obter apoio dos setores urbanos, incluindo aí a população que migrara para o município, especialmente a partir dos anos 1940 (MEDEIROS, 2003).

Inferimos que, se na década de 1940, o "Ginásio de Conquista", conhecido como "Ginásio do Padre Palmeira" foi a primeira escola do setor da educação pós-primária da cidade, ou seja, a primeira escola que implantou o curso ginasial em Conquista, nas décadas seguintes o "curso ginasial" oferecido no Ginásio do Padre Palmeira já não era satisfatório para as aspirações de boa parcela da população regional. A chegada de "bacharéis" e "doutores" por um lado, deu suporte para a formação de um corpo docente adequado e, por outro lado, foi espelho para fomentar o desejo de ascensão em inúmeros jovens secundaristas, que almejavam conhecimento, diploma ou título, mas que não tinham condição de se manter na capital.

Os memorialistas da cidade informam que a construção do edifício ocorreu a partir da década de 1920, por iniciativa da Igreja Católica, com subscrição pública. Construído em parte, a Prefeitura Municipal o ampliou e ali manteve estabelecimento de ensino. Porém, em 1938, a Prefeitura Municipal o devolveu à Igreja Matriz Nossa Senhora da Vitória. Após abrigar escola municipal e temporariamente o Educandário Sertanejo, propriedade do poeta Euclides Dantas, nas décadas de 1920 e 1930, a Igreja Matriz de N. S. da Vitória o doou ao Padre Luiz Soares Palmeira para que ali o referido religioso instalasse um ginásio (escola secundária). No mesmo ano, o Pe. Palmeira transferiu seu ginásio da Cidade de Caetité para o prédio mencionado da Praça Sá Barreto, passando a funcionar aí o primeiro ginásio da região (OLIVEIRA, 2009).

Posteriormente, nos anos 60, o prédio foi transferido para a Diocese que aí manteve o

Colégio Diocesano até a construção de outro prédio na mesma praça, para onde transferiu suas atividades. Mas, o velho prédio continuou servindo à educação e cultura. Tal instituição foi o lugar escolhido para filhos da elite conquistense e regional naquela época 25 anos depois o fenômeno se repete, já com pretensão dos pais e/ou dos alunos pelo ensino superior. Coincidentemente, segundo depoentes, é o mesmo Padre Palmeira, fundador do primeiro Ginásio Diocesano de Conquista que toma a iniciativa, junto com alguns profissionais liberais que tinham sido seus alunos no passado, que estão à frente de tal ação.

Se, no passado, a aspiração das famílias e dos seus filhos era por um ensino ginasial, que os preparasse para um curso colegial e para o vestibular na capital, em meados da década de 1960, essa aspiração seria pelo ensino superior na própria cidade, e por cursos que certamente lhes proporcionaria uma mudança de *status* social.

Do ponto de vista político, no processo eleitoral municipal de 1950, o Partido Social Democrático (PSD) – ligado a Régis Pacheco – apoiou Gerson Gusmão Sales reestruturando, em torno do mesmo, em Vitória da Conquista, a Coligação Democrática Baiana (PTB), o PSD, a ala autonomista da União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Republicano Progressista (PRP). Em contraposição, a UDN lançou o Dr. Crescêncio Silveira, médico, vereador com a segunda maior votação no pleito anterior.

Gerson Gusmão Sales saiu vitorioso e o seu mandato foi marcado pela busca ao atendimento das demandas urbanas, como a pavimentação de ruas, a instalação de um novo cemitério, retirando o antigo do centro urbano e levando o espaço de sepultamento para a periferia junto à Rio–Bahia; construção do campo do aeroporto e uma biblioteca municipal na praça da matriz; criação do Departamento Municipal de Energia Elétrica e melhorias no fornecimento de água. A identidade com o governo estadual facilitou o destinar de verbas para a construção da Maternidade Régis Pacheco (SOUZA, 2010).

Do ponto de vista educacional, por meio do Decreto nº. 15.194, de 20 de março de 1952, foi criada a Escola Normal de Vitória da Conquista, com objetivo de formar professores para atender à demanda do interior baiano, aliado à necessidade de interiorizar o ensino e urbanizar, “educar e civilizar os sertões”. Seu nome seria modificado, ainda no decorrer daquele ano, para Instituto de Educação Euclides Dantas.

Essa foi a primeira escola de formação de professores da cidade que, até naquele momento, contava apenas com escolas de curso primário e o Ginásio de Conquista, chamada comumente de Ginásio do Padre Palmeira. Fundado em Caetité, interior da Bahia, em 1935, esse Ginásio foi transferido para Vitória da Conquista, em fins de 1939 (OLIVEIRA, 2009). Segundo matéria publicada no jornal *O Fifó* esta instituição foi a “primeira grande luz que

Vitória da Conquista recebeu no setor de educação pós-primária" (O FIFÓ, 09 nov. 1977, p. 04). Os alunos que concluíam o curso ginasial e que desejavam prosseguir os estudos, seguiam, via de regra, para Salvador.

Aqueles que tinham interesse pelo magistério encontravam esta opção principalmente em Salvador, que teve sua escola normal (atual Instituto Central de Educação Isaías Alves) criada em 1836 e instalada em 1841; ou em Caetité, cidade natal de Anísio Teixeira, que já contava com a sua escola normal desde 1926 (MENDES, 2004). Enquanto Vitória da Conquista, na década de 1950 vivia um período de efervescência política com a perspectiva de ascensão de Régis Pacheco para o cargo de Governador do Estado, na prefeitura, as eleições de 1958 foram fortemente polarizadas por duas candidaturas (embora houvesse mais de duas): a candidatura de Gerson Gusmão Salves, chefe de prestigiada família, e a candidatura de José Fernandes Pedral Sampaio, envolvendo arco de apoio partidário maior, mas, que demonstrou, porém, menor densidade eleitoral. Segundo Dias (2016), Gerson Gusmão Sales ampliou sua margem de votos nos distritos e alcançou 1.888 votos a mais na contagem fina.

Em vista disso, Pedral Sampaio se empenhou na ideia de emancipação dos distritos, para tanto, teve o apoio do Padre Palmeira, que era deputado estadual. Essa iniciativa foi chamada de "Campanha da Esperança". Eles não só conseguiram emancipar Barra do Choça, Caatiba, Anagé, Belo Campo e Cândido Salves, como também ajudaram na organização dos sindicatos, nos setores educacionais, na união dos dirigentes lojistas, da associação de rádio, na Igreja dos Capuchinhos etc. (DIAS, 2009, p. 76).

Em 1962, são ainda esses dois grupos que se defrontaram eleitoralmente. O partido liderado por Pedral Sampaio ampliara seu círculo de apoio: abrangia desde integralistas, até simpatizantes ou integrantes do PCB. Apresentava discurso reformista, nacionalista, por parte de alguns de seus integrantes. Houve a preocupação de inserir jovens na campanha e os estudantes secundaristas, em maior parte, optaram pela candidatura de Pedral Sampaio, opondo-se ao candidato Jesus Gomes dos Santos, apoiado por Gerson Sales e Edvaldo Santos Flores (respectivamente prefeito e ex-prefeito municipais). Quem ganhou as eleições foi Pedral Sampaio.

> Toda a movimentação sociopolítica do país repercutia na região de Vitória da Conquista. No meio estudantil conquistense, havia simpatias para com a recém-vitoriosa Revolução Cubana. Estudantes do Instituto de Educação Euclides Dantas organizaram, em 1961, paralisações e protesto contra a tentativa de impedir a posse do vice João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros. As reformas de base, especialmente a reforma

agrária, eram objeto de discussões em vários locais da cidade. A pregação de Brizola, de forte conteúdo nacionalista (especialmente sua “Denúncia à Nacionalidade”), tinha ressonância na cidade baiana.

Conforme Medeiros (2003), concomitantemente, foi organizada a Frente de Libertação Nacional de Vitória da Conquista. Os estudantes criaram seus grêmios, e panfletos da UNE apareceram no Instituto de Educação Euclides Dantas. Era a tomada de consciência do alunado jovem.

No âmbito estadual, a campanha para o Governo do Estado em Vitória da Conquista ficou polarizada entre os nomes do deputado Waldir Pires e de Lomanto Júnior, ex-prefeito de Jequié. Lomanto em Conquista teve o apoio do deputado Pe. Palmeira. No anúncio do secretariado escolhido por Lomanto Júnior, merece especial destaque o nome do ex-deputado Pe. Luiz Soares Palmeira como o responsável pela pasta da Educação que, por sua vez, convidou o ex-vereador Alberto Farias para ser seu assistente na Secretaria (O COMBATE, 7 abr. 1963).

5.2.NOTAS SOBRE VITÓRIA DA CONQUISTA NA DÉCADA DE 1960

A expansão populacional de Vitória da Conquista foi destaque no jornal A Tarde, de edição de 04 de abril de 1960, como a cidade que mais se expandiu no interior do Estado, uma vez que, a população conquistense havia aumentado quase 120 por cento em uma década.

Do ponto de vista político, no início de 1964, a cidade contou com uma visita inusitada, de passagem rumo a Salvador, transitou em Vitória da Conquista o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon. O embaixador visitou várias ruas da cidade em companhia do Prefeito José Pedral Sampaio, com quem tratou sobre possível ajuda americana ao município por intermédio do Programa *Aliança para o Progresso* (O COMBATE, 04 jan. 1964). Algumas teorias explicam.

Arapiraca (1982) assegura que as chamadas políticas de “ajuda” são um produto direto desta necessidade de controle, capitaneada acima de tudo pelos interesses norte-americanos. No caso da educação, a “ajuda” teria um papel ainda maior, uma vez que funcionaria também como instrumento de legitimação ideológica dessa intervenção.

Dias (2016) infere, mediante o depoimento de Pedral Sampaio que considerou que a visita não foi gratuita, o embaixador, após percorrer a cidade e ouvir os projetos do Prefeito, afirmou que partiria em direção a Feira de Santana, cidade também governada

por um membro do PSD e considerado de esquerda naqueles dias, Francisco Pinto.

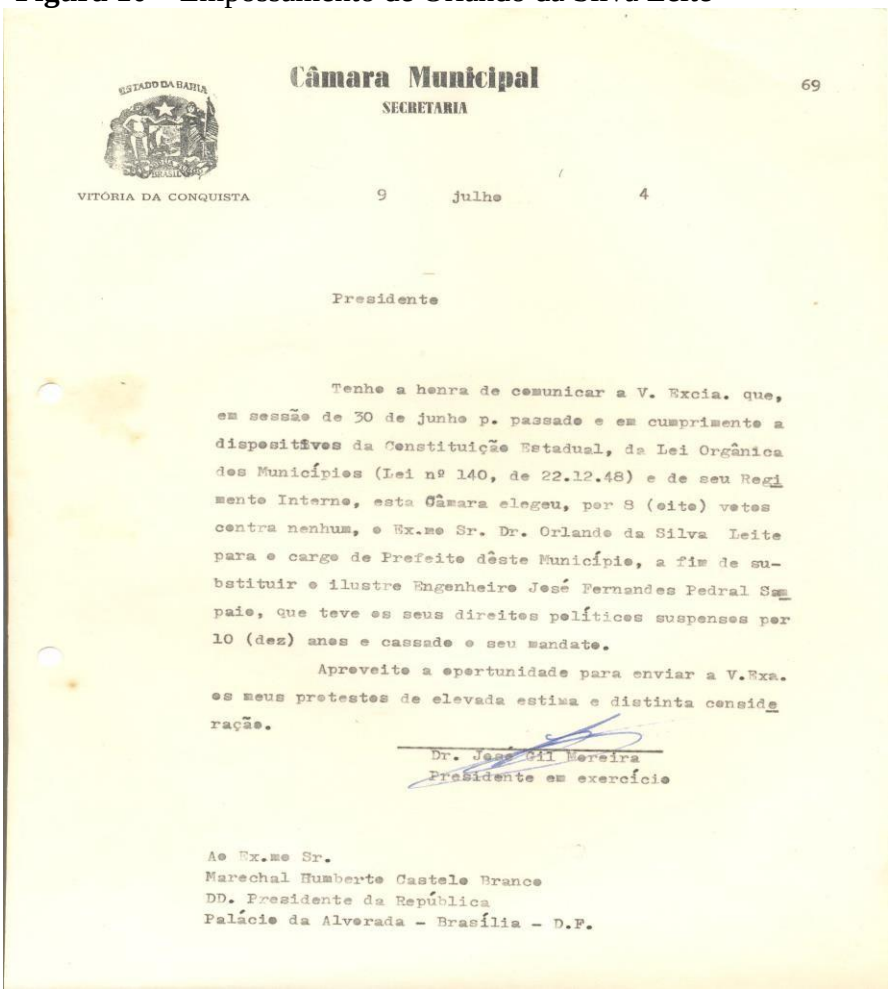
No caso, o golpe civil-militar de 1964 foi a oportunidade dos setores mais conservadores e reacionários brasileiros tomarem o poder, com o apoio desses setores internacionais. O comando da VI Região Militar sediado em Salvador enviou tropas para Vitória da Conquista sob o comando do capitão Bendochi Alves Filho (udenista e lacerdista), que determinou, no dia 6 de maio, a prisão e a deposição dos adversários do excerto, em Vitória da Conquista.

O Prefeito José Fernandes Pedral Sampaio foi deposto do cargo e teve seus direitos políticos suspensos, sendo substituído por Orlando da Silva Leite – justamente aquele que meses antes era o principal interlocutor da oposição no clima conciliador – que exercia a presidência do legislativo municipal:

O novo prefeito nomeou seus primeiros auxiliares diretos: Sebastião Teixeira Costa (secretário), Cid Augusto dos Santos (chefe de gabinete) e Argemiro Germano da Silva (consultor jurídico) (A TARDE, 13 maio 1964).

Juntamente com Pedral Sampaio, foram presos Anfilófio Pedral (vereador e diretor da colônia agrícola de Barra do Choça), Everardo Públio de Castro (professor e comunista convicto), Reginaldo Santos (diretor do jornal *O Combate* e funcionário do Banco do Brasil), Pedro Duque, Hugo de Castro Lima (médico, político e candidato pelo PTB nas eleições de 1962), Nudd David de Castro (engenheiro civil), Raul Carlos Andrade Ferraz (advogado), Paulo Demócrito (estudante), Luis Caires Tunes (estudante), Flávio Viana (marceneiro), Raimundo Pinto (comerciante), Hemérito Pereira (comerciante), Ivo Freire de Aguiar (funcionário do Ministério da Agricultura, presidente da Cooperativa Mista e Agropecuária de Conquista e comerciante de laticínios), Vicente Quadros (eletrotécnico), João Hidelfonso (radialista), Franklin Ferraz Neto (Juiz Substituto do Trabalho), Aníbal Lopes Viana (jornalista), Camilo de Jesus Lima (poeta, escritor, oficial de registro de imóveis de Macarani), Galdino Lourenço (comerciário), Péricles Gusmão Régis (vereador), dentre outros, que eram ligados aos partidos de base de sustentação do Prefeito deposto. Também foram detidos os estudantes Cláudio Fonseca, Antenor R. Lima e outros, entre sindicalistas e estudantes, foram transferidos para Salvador (A TARDE, 3 jun. 1964).

Figura 10 – Empossamento de Orlando da Silva Leite



Câmara Municipal
SECRETARIA

69

ESTADO DA BAHIA

VITÓRIA DA CONQUISTA 9 julho 4

Presidente

Tenho a honra de comunicar a V. Excia. que, em sessão de 30 de junho p. passado e em cumprimento a dispositivos da Constituição Estadual, da Lei Orgânica dos Municípios (Lei nº 140, de 22.12.48) e de seu Regimento Interno, esta Câmara elegeu, por 8 (oito) votos contra nenhum, o Ex.mo Sr. Dr. Orlando da Silva Leite para o cargo de Prefeito dêste Município, a fim de substituir o ilustre Engenheiro José Fernandes Pedral Sampaio, que teve os seus direitos políticos suspensos por 10 (dez) anos e cassado o seu mandato.

Aproveito a oportunidade para enviar a V.Exa. os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Dr. José Gil Moreira
Presidente em exercício

Ao Ex.mo Sr.
Marechal Humberto Castelo Branco
DD. Presidente da República
Palácio da Alvorada - Brasília - D.F.

Fonte: Arquivo Público de Vitória da Conquista.

Orlando da Silva Leite, o presidente da Câmara Municipal, ascendeu à chefia do Executivo, no dia seis de maio de 1964, em substituição de Pedral Sampaio. Como primeiro ato, fez um levantamento da situação da comuna, que, segundo o novo chefe do Executivo Municipal, se revelou calamitosa: funcionalismo em atraso, dívidas com o comércio local, pagamento de pessoal que não os funcionários ou contratados da Prefeitura. O novo prefeito nomeou seus primeiros auxiliares diretos: Sebastião Teixeira Costa (secretário), Cid Augusto dos Santos (chefe de gabinete) e Argemiro Germano da Silva (consultor jurídico) (A TARDE, 13 maio 1964).

Sobre os novos membros da Câmara, o jornal *O Sertanejo*, de edição do dia 30/05/1964, assegura que ela foi composta por Vivaldo Mendes Ferraz (UDN), como presidente; José Gil Moreira (PTB), vice-presidente; Altamirando Novais (PTB), primeiro secretário e Floriano Alves Barreto (PSD), segundo secretário.

As autoridades militares em ação na cidade divulgavam notícias que apontavam

uma rede de atividades subversivas no município e a existência de uma escola de treinamento de guerrilha nas imediações da cidade, todavia, não informavam onde se localizava e quem estava realmente envolvido (SOUZA, 2010).

Com o golpe de 1964, saíram de circulação dois periódicos que eram publicados em Vitória da Conquista: *O Combate* e *O Jornal*, que mantinham uma linha próxima ao Prefeito deposto. Aníbal Lopes Viana, proprietário de *O Jornal*, chegou a ser preso no Comando Militar.

5.3. A IMPLANTAÇÃO DA FACULDADE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA EM VITÓRIA DA CONQUISTA

As décadas de 1940, anos 1950 e início dos 1960 apresentaram duas facetas em relação ao ensino superior: de um lado, apoiado pelas classes dominantes, o Estado contribuiu para desmobilizar e inviabilizar projetos "alternativos", como o da UDF; de outro lado, o Poder Público assumiu para si a tarefa da conglomeração, dividindo-a em proporção relativamente menor, com as instituições de ensino superior confessionais.

Sem alterar aquele "padrão" fechado, elitista, a esse nível de ensino ganhou espaço e importância na vida nacional. Nos anos 1960 se tornou, por isso, motivo de disputa política mais acirrada. Camadas intermediárias da sociedade de classes brasileira, especialmente da pequena-burguesia, se organizaram e dela se apropriaram para impor suas demandas (MINTO, 2011).

No âmbito local, o anseio e a necessidade de uma instituição de ensino superior remetem a década de 1950, conforme destacam os jornais de circulação local:

> O Prefeito Municipal está dando as primeiras providências no sentido de dotar nossa cidade de uma escola superior.
> A iniciativa é realmente das melhores e digna do apoio de todas as camadas sociais desta terra, pois visa beneficiar a toda coletividade.
> As possibilidades de Vitória da Conquista são realmente enormes, pois esta cidade conta atualmente com 04 Ginásios, Curso Normal e colegial e a próxima etapa tem que ser a criação de uma ou várias escolas superiores, a fim de possibilitar o aproveitamento dos jovens que, por motivos financeiros, não podem demandar a Capital do Estado em busca de uma graduação.
> <u>As primeiras providências do prefeito Gerson Salles dirigir-se [sic] a elementos de valor no setor de ensino no país, lembrando a necessidade de instalação de uma faculdade em nossa terra e tem encontrado boa receptividade.</u>
> O deputado Edvaldo Flores, que está, também ordenando as providências necessárias, respondeu ao Prefeito Municipal nos seguintes

> termos:
> ‘Recebi a sua carta sobre a criação de uma Escola Superior em Conquista. É realmente uma ideia que me empolga, pois ou, decididamente, pela difusão do ensino secundário e superior por todo o país. Depende disso o progresso de nossa Pátria. Você terá de mim, meu caro Gerson, um batalhador incansável em prol desse ideal’. [...] Devemos nos entusiasmar com o gesto largo do Sr. Gerson Sales em prol dessa grande ideia que visa a beneficiar o povo conquistense. ‘Se o povo me auxiliar – afirma o prefeito Gerson Sales,
> – Conquista terá a sua Escola Superior’ (O COMBATE, 27 set. 1959, n. 07, grifo nosso).

No entanto, foi somente em 1965 que esta cidade teve sua primeira instituição de educação superior, de caráter independente e liberal, mantida por iniciativa privada. Assim como as demais instituições desta natureza. Foi constituída na gestão do Prefeito nomeado Orlando Leite (1964-1967).

Segundo fontes orais e jornalísticas, esta Instituição foi capitaneada pelo Padre José Luiz Soares Palmeira[110], então, Secretário de Educação e Cultura do Estado, no governo de Lomanto Júnior. No tempo em que ocupou a cadeira de Secretário de Educação, aponta-se a preocupação do Padre com a implantação de uma instituição de ensino superior: “Padre Palmeira pedirá a JK uma faculdade de Filosofia para Conquista” (O COMBATE, 09 jun. 1960, n. 22). Talvez, sua intenção fosse expandi-la. Assim, não é de se estranhar que ele seja partícipe do plano fundador da Faculdade.

A inauguração da Escola de Sociologia em Vitória da Conquista foi destaque nos jornais de circulação estadual:

> Instalação da Escola de Sociologia e Política em Conquista
> Com a presença de autoridades será instalada auspiciosamente a Escola de Sociologia e Política de Vitória da Conquista, sob a direção do Pe. Luiz Palmeira, sendo convidado para dar a aula inaugural o Professor Yves de Oliveira (A TARDE, 12 mar. 1965).

A primeira reportagem a respeito da implantação da Faculdade foi publicada no dia 10 de abril de 1965. Segundo notícia, a Escola foi inaugurada no dia 03 de abril de 1965 e contou com a presença de autoridades civis e religiosas, de âmbito local e regional. Merece destaque a presença de Yves de Oliveira, diretor da Escola de Sociologia de Salvador, que abordou o tema “Atualidade das Ciências Políticas no Brasil”. Veja a transcrição da notícia jornalística:

> Conquista e região está de parabéns, pois no dia 03 de abril do corrente

> ano, às 20 horas no Fórum João Mangabeira [...] foi instalada a Faculdade de Sociologia e Política de Vitória da Conquista.
> A seção foi aberta pelo advogado Sebastião Teixeira Costa, [...] que passou a palavra ao Dr. Orlando da Silva Leite, que fez a apresentação do Dr. Ives de Oliveira (sic), quem muito se deve a fundação da Escola [...] e passou a palavra ao aluno Robério Sampaio que em nome do corpo discente pronunciou um belo discurso.
> Em seguida a seleta assistência ouviu religiosamente a primeira aula de sociologia e política ministrada pelo Dr. Ives de Oliveira, o qual recebeu ao final, muitos aplausos.
> Após a aula, usou a palavra o diretor da Escola, Padre Luiz Soares Palmeira, que como sempre, pronunciou uma belíssima oração, legítima aula de sociologia e política, sendo várias vezes interrompido pelos aplausos da grande assistência. Em sua oração o Padre Palmeira declarou que rendia a sua homenagem ao Dr. Ives de Oliveira, nome nacional e legítimo, respeitado não só no país como além de nossas fronteiras, pela sua cultura e sólida inteligência, como consagrado defensor do municipalismo, o qual, foi o elemento que muito fêz para que Conquista tivesse a sua Escola de Sociologia e Política, estendendo as suas homenagens ao Prefeito Orlando Leite, acentuando que a Escola inaugurada era um dos altos sinais de sua administração como Prefeito e às Profas. Helena Ferreira e Ester Gomes Silva 'pois sem a valiosa cooperação destas, talvez não teríamos a Escola de ora inaugurada que era um marco do vertiginoso progresso de Conquista' (A TARDE, 10 abr. 1965).

Em seguida, a notícia destaca o papel do Padre Palmeira:

> Sabemos que o Padre Palmeira foi o maior fator para que Conquista tivesse a sua Escola de Sociologia e Política, como já a possui, Ilhéus, e por isso rendemos o nosso preito de homenagem ao emérito sacerdote e educador a quem Conquista muito deve no setor de ensino, pois se não fôsse o Padre Palmeira, não teríamos o Ginásio de Conquista por êle fundado e dirigido há mais de 20 anos.
> O Padre Palmeira continua assim, a disseminar a Luz do Saber em nossa terra que num gesto de reverencia e de gratidão, curva-se diante do ilustre educador e respeitável sacerdote.
> Encerrando a sessão, discursou o Dr. Orlando Leite, que fêz ligeira exposição de sua administração, dizendo que ocupava o cargo de Prefeito por uma circunstancia que não desejou, porém tem envidado os maiores esforços para desempenhar o cargo "mais administrativo que político" e que acabava de dotar a Cidade de dois prédios escolares com várias salas, construídos pelo Estado e pela Prefeitura, sendo bastante aplaudido após o seu discurso.
> Neste registro do importante acontecimento, deixamos consignados os nossos aplausos a todos aqueles que se esforçaram para que Conquista fosse aquinhoada com a Escola de Sociologia e Política, e desejamos sinceramente, que ela tenha vida perene e cheia de glórias.
> Conquista e o seu povo estão de parabéns (O JORNAL, 10 abr. 1965).

Orlando Leite (que era Presidente da Câmara de Vereadores) e Robério Dias de

Ramalho (discente) encerraram a solenidade. De forma complementar aos documentos encontrados em arquivos, recorremos ao testemunho de alguns sujeitos institucionais, majoritariamente os ex-alunos. Esse recurso tornou-se indispensável neste trabalho, porque compreendemos que a lembrança é a sobrevivência do passado e tem como instrumento socializador a linguagem, oral e/ou escrita. Sobre a importância do testemunho, Halbwachs (2006) destacou que são possibilidades de conhecimento de sujeitos que experienciaram certos acontecimentos ou que participaram de determinado processo histórico.

Para Ricouer (2007), "o testemunho nos leva, de um salto, das condições formais ao conteúdo das "coisas do passado", das condições de possibilidade ao processo efetivo da operação" (RICOUER, 2007, p. 170). Dito isso, o testemunho captado pelo pesquisador, e posteriormente, materializado, em função de seu arquivamento, passa por um processo de construção que consistirá, por fim, em uma fonte histórica. Os arquivos são para o autor, como a concretização do procedimento de organização da narrativa; neles estão imbricadas configurações de espaço, tempo, testemunho. "Com o testemunho inaugura-se um processo epistemológico que parte da memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental" (RICOUER, 2007, p. 170). O autor supracitado afirma que o testemunho se inscreve na relação entre o passado e o presente, no movimento de compreensão de um pelo outro.

Sabemos das limitações dos testemunhos, mas selecionamos aquelas informações que se complementavam, lembrando que o conjunto de informações trazidas pela memória dos depoentes, formam um quadro de memória.

Compreendemos que a memória é uma construção ativa, dinâmica, mas não é a repetição exata de algo passado. A memória é uma reconstrução que cada um realiza dependendo da sua história, do momento e do lugar em que se encontra. Mas, cada um constrói a sua memória na interação com os demais, isto é, "ligada às lembranças das experiências e aos laços afetivos de pertencimento a um determinado coletivo social. Tais laços produzem, induzem e reforçam lembranças comuns; ou seja, geram uma memória social", conforme destaca Padrós (2001, p. 79). Desse modo,

> Como tal, ela é perpassada, veladamente, por mediações que expressam relações de poder que hierarquizam, segundo os interesses dominantes, aspectos de classe, políticos, culturais, etc. Isto não é produto do acaso, é sim, resultado da relação e interação entre os diversos atores históricos em um determinado momento conjuntural (PADRÓS, 2001, p. 81).

Talvez isso explique o fato de que algumas pessoas, que estudaram na Escola de Sociologia e Política em Vitória da Conquista, além de não se lembrarem, algumas até mesmo se esquivaram de depor e outras questionaram a importância daquela instituição fundada pelas mais importantes cabeças pensantes da região.

Justifica também o silenciamento acerca desta Faculdade conquistense, quando responderam: "na verdade não sabemos quantas pessoas têm ciência de que já existiu na nossa cidade a Faculdade de Sociologia e Política, criada em 1965" (DEPOIMENTO DE EX- ALUNO). Em vista disso, são extremamente pertinentes as considerações Pollak sobre as memórias contidas em testemunhos, os quais se estabelecem por meio de lembranças individuais, mas que apresentam experiências sentidas coletivamente. Memórias que são inseridas em contextos que apresentam "lembranças zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante" (POLLAK, 1989, p. 8).

No primeiro ano, a Faculdade funcionou nas instalações da extinta Escola São José, na Rua Góes Calmon[114]. Uma depoente, que cursava o ginasial durante o funcionamento da Faculdade, relata:

> No primeiro ano, a Faculdade de Sociologia funcionou na Escola São José, na Rua Góes Calmon (naquele tempo chamada de Rua das Flores, devido aos jardins das varandas das casas). A Escola era propriedade da conhecida professora, bacharela, chamada Helena Cristália Ferreira, uma senhora muito católica (quase uma freira), conhecidíssima na cidade e com fama de grande educadora. A Escola de Dona Helena rivalizava com a de Dona Rosália Figueira, o Educandário Juvêncio Terra, como os melhores de ensino primário. Durante o dia, funcionava a escola de Dona Helena e à noite funcionava a Faculdade. Não sei se era emprestada ou alugada. Só me lembro de que quando subia para o cinema ou para a Igreja com minha mãe eu via os alunos na sala da frente, nas carteiras, Palmira, Durval, Rozendo e era motivo de muito orgulho para mim (EX-ALUNO).

No segundo ano, teve sua sede transferida para o prédio do Colégio Batista Conquistense, na Rua Vivaldo Mendes (Figura 11).

Figura 11 - Primeira sede da Faculdade de Sociologia e Política de Vitoria da Conquista

Fonte: Revista Histórica de Conquista

Na busca que realizamos no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas, com sede no Fórum João Mangabeira, encontramos apenas o extrato do *Estatuto da Associação de Escolas Superiores de Vitória da Conquista*, datado em 28 de outubro de 1966. O documento registra que a Associação é uma entidade de cunho educacional, sem fins lucrativos, construída por tempo indeterminado, "com personalidade jurídica distinta da de seus associados, os quais não respondem subsidiariamente pelas obrigações contraídas em nome da associação" (ESTATUTO..., 1966, p.01) (Anexo B).

Segundo o documento, o objetivo principal da associação é "fundar e manter escolas e cursos de nível superior, visando preparar cientistas e técnicos que concorram para o desenvolvimento do país" (ESTATUTO..., 1966, p.01). Objetivo semelhante ao dos fundadores da ELSP, explicitado no Manifesto de fundação (Anexo A) que insistiram na "falta de uma elite numerosa organizada, instruída sob métodos científicos a altura das exigências do meio social contemporâneo e oferecendo aos estudiosos um campo de cultura e de preparo indispensável para eficiente atuação na vida social" (MANIFESTO..., 1933, p.01).

5.4. A COMPOSIÇÃO DO CORPO DISCENTE

De acordo com o livro de matrícula, custodiado pelo Museu Pedagógico, as primeiras turmas eram constituídas por estudantes da região Centro-Sul da Bahia

(Itapetinga, Boa Nova, Ibicuí, Jequié, Jaguaquara, Rio de Contas, dentre outras), principalmente Vitória da Conquista, como também, por discentes oriundos de outros Estados, como: Pernambuco, Paraíba e Minas Gerais, que, entretanto, moravam em Vitória da Conquista. Isto significa que, apesar de a instalação do curso ter sido feita em Vitória da Conquista, com corpo docente atuando na cidade, o alunado era notadamente regional. Tal fato demonstra também a vocação da cidade como polo educacional, o que depois passaria a ser um fato comprovado.

A origem social da clientela atendida pela instituição, majoritariamente, era proveniente da região Centro-Sul da Bahia (prevalentemente de Vitória da Conquista), mas na primeira turma tinha um discente de Sapé, na Paraíba e na segunda e terceira turma, dois alunos de Sertânia, Pernambuco.

Segundo depoimentos, muitos dos alunos eram provenientes da Escola Normal e queriam melhorar o nível cultural, o padrão, porque não tinham condição de fazer uma faculdade fora. Outro entrevistado, pessoa de "notório saber", enfatiza que, essa "foi uma escola criada com boa vontade, certo idealismo, querendo ajudar mesmo" (EX-ALUNO). E complementa "Era a escola possível era essa, o curso possível era esse".

A primeira turma foi composta por 34 alunos, sendo 24 mulheres (70%),

> Agueda Miranda Caires, Ana Alicemar Cerqueira de Andrade, Ana Maria Torreão, Auta Rosa Lopes Félix, Antônio José Sá Nascimento, Antônio Luis de Seixas Pereira, Antônio Nery Barbosa, Camerino de Araújo Filho, Clarice Ferraz dos Santos, Corina Xavier de Amorim, Durval Lemos Menezes, Edite da Silva Pereira, Edith Correia dos Santos, Ednália Gomes Ribeiro, Eduardo Vieira Lima, Firmo Pinheiro de Mattos Filho, João Alves Neto, João do Nascimento Souza Bonfim, José Mozart Tanajura, Lília Guimarães Ladeia, Lúcia Margarida de Souza, Maria Angélica de Oliveira, Maria da Conceição Meira Barros, Maria da Conceição Pithon Brito, Maria Nize Alves, Maria Eugênia Rapold Reis, Marilene Robatto Sampaio, Nair Sampaio Moura, Nilza Vianna Cruz, Olga Fernandes Lopes, Robério Dias de Ramalho Sampaio, Zélia Porto, Zuleika Porto (ARQUIVO PÚBLICO DO MUSEU PEDAGÓGICO/UESB).

Os aprovados realizaram a matrícula no dia primeiro de abril de 1965. Já na segunda turma, houve apenas dezesseis matriculados:

> Ada Nisa dos Santos Pinheiro, Ademir Dantas Menezes, Aldovrando Carneiro Carvalho, Aristóteles Bezerra Silva, Dalvany Maria Rocha, Edvaldo Simões de Andrade, Enelmano Correia dos Santos Pinheiro, Fernando Eleodoro de Santana, Ires de Azevedo Bonfim, José Antônio de O. Pithon, Osvaldo Ribeiro dos Santos, Palmira Bittencourt Ferraz, Pedro Santino Filho, Rozendo Ferreira Neto Porto (ARQUIVO PÚBLICO DO MUSEU PEDAGÓGICO/UESB).

A terceira e última turma teve apenas 14 matrículas, sendo 05 homens,

> Agueda Miranda Caires, Antônio José Sá Nascimento, Clarice Ferraz dos Santos, Durval Lemos Menezes, Edite da Silva Pereira, Edith Correia dos Santos, Ednália Gomes Ribeiro, João do Nascimento Souza Bonfim, José Mozart Tanajura, Lília Guimarães Ladeia, Lúcia Margarida de Souza, Maria da Conceição Pithon Brito, Nair Sampaio Moura, Olga Fernandes Lopes, Zélia Moutinho Santos (ARQUIVO PÚBLICO DO MUSEU PEDAGÓGICO/UESB).

No que concerne ao valor da mensalidade, os depoentes destacam que a Escola estava voltada para classe média, "[...] era uma Escola que nem todo mundo na época podia frequentar, pois não era uma escola barata. Não me lembro quanto. Uma escola para classe média" (DEPOIMENTO DE EX-ALUNA). Esse é o mesmo entendimento de outra ex-aluna: "era uma faculdade para a classe média, porque quem fazia curso superior naquela época era gente que veio de família de nível político e econômico bom e de cultura".

Vejamos o que diz um outro ex-aluno "não me lembro, mas não devia ser tão barato, perceba a quantidade de alunos matriculados". Ao ser perguntado sobre a discussão teórica dos professores, um ex-aluno assegura que:

> [...] a gente optava por adquirir conhecimento, independente da corrente teórica. Eu mesmo me matriculei em busca disso, eu trabalhava o dia todo e sentia falta dos estudos, como esse curso era a noite, aí eu resolvi fazer. Naquela época não tínhamos opção (DEPOIMENTO DE EX-ALUNO).

Sendo uma faculdade paga, sem dúvida, era destinada à classe média. Sem dúvida, também, que os seus mentores pensaram em formar lideranças administrativas, políticas e sociais, com vistas a reverter o quadro do ensino superior na Bahia. No caso de Vitória da Conquista, o objetivo era iniciar esses quadros. Alguns depoentes falam da dificuldade de sair, ou do fato de trabalharem durante o dia. Algumas dessas mulheres já eram normalistas que, lecionavam. Pressupomos, portanto, que se tratava de uma classe média propriamente dita, ou seja, "uma camada média, média". Nos anos de 1960 a 1970, a camada alta, econômica, formada por fazendeiros e comerciantes abastados – tinha o costume de mandar os filhos para as capitais, Salvador, Belo Horizonte ou Rio de Janeiro, para se bacharelar, de preferência em cursos já especializados como Medicina, Engenharia e/ou Direito – como era o caso dos próprios professores, conquistenses ou

não. Estes sim eram a “elite esclarecida” que pretendera trazer a luz e o desejo de igualdade.

5.5. O OBJETIVO DA FACULDADE E OS SEUS PROFESSORES

Vale a pena repensar a sociologia, refletir sobre suas perspectivas, focalizar seus impasses e imaginar as suas potencialidades como forma de autoconsciência científica da realidade social. Em vista disso, um ex-aluno relatou que, estudar numa Escola de Sociologia naquele momento era moda: quem era médico, quem era advogado, também queria fazer alguma coisa relacionada com ciências sociais ou com política.

Dessa forma, além do diploma superior, da profissionalização, da cultura geral e da mudança de *status*, tais iniciativas dos alunos nos levam a supor uma necessidade muito grande do saber generalizado e um “engatinhar” na busca de categorias que mais tarde lhes seria útil na participação política da vida na cidade. No caso, ninguém mais adequado do que aquele corpo docente erudito, liderado pelo Padre Palmeira, formado nas hostes da Igreja antes do Concílio Vaticano II, além de notórios intelectuais conquistenses, reconhecidos como tal, por toda a comunidade regional, e segundo informações, bastante familiarizados com as questões políticas brasileiras, as noções de marxismo e capitalismo e cada um deles com uma tendência política conforme aconteceu na instalação da ditadura.

Particularmente, faz-se necessário destacar o empenho do Padre Palmeira para a fundação do primeiro ginásio de Vitória da Conquista e formação dos primeiros quadros de ginasianos e depois de bacharéis em Vitória da Conquista. A atuação do Pe. Palmeira nesse campo é tese de mestrado e de doutorado de Edileusa Santos Oliveira (2009). Mais tarde, Palmeira foi Secretário de Educação e foi com as prerrogativas deste quadro que ele convocou ex-alunos, outros intelectuais de Vitória da Conquista – agregou políticos de facções diversas para juntos inaugurarem um curso onde “era necessário pensar”, instituição essa que foi abortada pela ditadura.

O jornal *O Estado da Bahia* (19 abr. 1965, p. 04) e os testemunhos informaram que o corpo docente da Faculdade foi composto por Arthemirio Correia Leite, Luiz Barreto e Hugo de Castro Lima, eram médicos; Orlando da Silva Leite, Nilton Gonçalves, Sebastião Teixeira e Cleomar Silva, advogados; além do promotor público Adílson Mehméri e do Juiz José Soares. Importante destacar que, Ademais, consideraram de serem os profissionais mais respeitados nas suas áreas de atuação (médicos e bacharéis).

Muitos destes professores eram conquistenses ou nascidos na microrregião e a maioria estudou no Ginásio de Conquista, também fundado pelo mesmo Padre Palmeira. O qual, portanto, recrutou os professores entre seus ex-alunos que tinham se tornado bacharéis nas diversas áreas.

A maior parte dos depoentes assegurou que esses professores eram verdadeiros "representantes da intelectualidade", da cidade de Vitória da Conquista, eram pessoas que "tinham cultura, talento e boa vontade para servir à comunidade do ensino superior" (EX-ALUNO). Grande parte desses profissionais já era ligada ao ramo educacional, como por exemplo,

> Já a de formação de professores eu conheço porque essa teve uma base institucional que era a Escola Normal. E aproveitou os professores, que não eram professores de formação específica, não tinham formação pedagógica, didática, embora alguns tivessem grau superior, mas ninguém era formado em pedagogia, nenhum. No máximo que você tinha aqui era o grau de magistério secundário. Everardo de Castro era professor secundário, tinha magistério e se formou na Escola Normal de Caetité, a professora Ita que era a esposa dele também se formou em Caetité, a professora 'Herzíria', cunhada do professor Padre Palmeira, casada com o professor Jorge, era também de formação secundária. Os demais professores, todos eles eram pegos ao laço, eram profissionais liberais, como Nilton, Orlando Leite que era um excelente advogado e, eles todos eram excelentes professores. Orlando mesmo podia ser considerado um filólogo, ele sabia latim, português (PESSOA DE "NOTÓRIO SABER").

Além da Escola Normal, Vitória da Conquista contava com outros dois colégios públicos: Barão de Macaúbas e o Ginásio de Conquista. Inclusive alguns dos professores, a exemplo de Everardo Públio de Castro que era diretor da Escola Normal Euclides Dantas.

Vale lembrar que o único professor vivo que atuou ativamente é Luíz Barreto, mas pelo fato de estar muito idoso, portanto, com dificuldades que impedira maiores detalhes sobre o processo de implantação da Faculdade. O advogado Uady Barbosa Bullos, também vivo, foi convidado para atuar na faculdade, mas não chegou a assumir a sala de aula. Em vista disso, nos valemos dos depoimentos dos ex-alunos, que representaram uma parcela significativa da busca pelo ensino superior na década de 1960. Como podemos ver a seguir, tanto as notícias jornalísticas como os depoimentos revelam uma memória consensual quanto a formação docente, suas perspectivas teóricas e pedagógicas dentre outras informações sobre os professorado da faculdade em estudo.

Um ex-aluno assegura que a escola foi implantada por “um grupo de intelectuais daí, que queriam implantar uma escola superior” e os professores foram convidados, uma vez que, naquela época eram poucos os profissionais da cidade que tinham concluído o ensino superior: “Eu tenho a impressão de que, naquela época, Conquista não tinha nem dez advogados, com o passar dos anos foi que tivemos Uady Barbosa Bulos, Sebastião Leite etc.” (EX-ALUNO).

E aquele que o Padre Palmeira convocara, Orlando Leite tinha sido dos melhores alunos do Ginásio, era considerado um expoente da advocacia na Região, tendo sido, inclusive, indicado para prefeito no momento em que Pedral Sampaio foi preso.

Segundo alguns depoimentos, os professores eram pessoas que tinham outras profissões, ganhavam dinheiro em outros lugares e iam a Escola por diletantismo, pois não dependiam daquilo para sobreviver. Inclusive um ex-aluno relata que, os professores não recebiam nem salário da FSPVC.

Quanto ao currículo, segundo os depoentes, a Faculdade seguia a mesma estrutura da Faculdade de Sociologia da Bahia, assim, o curso era composto pelas seguintes disciplinas: Economia Política, Antropologia Física, Psicologia Social, Geografia Humana, Ciência Política, Introdução as Ciências Sociais, para o primeiro ano.

Essa informação foi ratificada e complementada numa publicação do jornal *O Estado da Bahia* (19 abr. 1965, p. 04):

> O corpo docente do primeiro ano da Escola de Sociologia e Política, desta cidade, já foi constituído e as aulas estão funcionando normalmente. São professores: Hugo Castro Lima, Psicologia social; Economia política, Orlando Leite; Ciência política, Sebastião Costa; Antropologia física, Arthemiro Correia Leite e Geografia humana, Armindo Ferreira (ESTADO DA BAHIA, 19 abr. 1965, p. 04).

No segundo ano foram ministradas as disciplinas: Sociologia Geral, Antropologia Cultural, Direito Político, História da Civilização, Estudos e Metodologia Aplicada. O terceiro ano tinha as seguintes disciplinas: Sociologia Especial, Economia Brasileira, Administração Pública, História Política do Brasil, Etnografia Brasileira, Liderança e Relações Públicas e Humanas (Anexo G).

A respeito das disciplinas, um ex-aluno (membro do diretório acadêmico) enfatiza a formação dos professores:

> [...] Conquista tinha um dos maiores estudiosos de antropologia da Bahia chamava Arthemiro Correia, médico, cientista e professor de

> mais de 20 anos da Escola Normal. A cadeira antropologia ficou com Arthemiro. A cadeira de ciências biológicas ficou com Luiz Barreto, outro grande mestre que valoriza qualquer universidade no Brasil. Foi diretor da Escola Normal, foi também diretor do Colégio Central da Bahia, então, nasceu pra ser professor. Enfim, a faculdade então teve sorte de receber o encaixe dos professores das matérias que parecem que foram preparados pra aquilo, aí você pega Nilton Gonçalves – Sociologia, aliás ele já nasceu sociólogo (risos). Aí vem Dr. Adilson Mehmeri, promotor, de uma inteligência privilegiada que estava aqui em Conquista, depois foi embora pra Salvador e lá criou a Escola de Magistratura, foi ele foi o primeiro diretor da Escola de Magistratura da Bahia. E Dr. Sampaio, um Juiz de Direito, de uma inteligência fabulosa, que chegou a desembargador em Salvador né? Aí psicologia social – Dr. Hugo de Castro Lima (DEPOIMENTO DE EX- ALUNO).

É amplamente reiterada a excelência na docência, apesar dos poucos recursos disponíveis, "quando Dr. Hugo de Castro Lima pegou o giz e desenhou no quadro uma célula com suas partes. Daí desenvolveu a ideia da célula social, com suas partes, compondo a sociedade". Outra ex-aluna, membro do diretório acadêmico, destaca que "as aulas de Dr. Hugo (médico) e Orlando Leite eram inesquecíveis".

Por outro lado, outro depoente relata que os professores não tinham muito conhecimento didático, eram intelectuais, mas não tinham preparo para lecionar.

> Escola de Sociologia daqui funcionou na década de 1960, inclusive eu cheguei a ser convidado para lecionar uma matéria, assim que me formei. Me formei em 1965, mas logo posteriormente essa Escola foi extinta. Daí porque quando fui convidado não assumi, coincidentemente na época estávamos sob a égide do Movimento de 1964, foi graças a isso também, a esse fato que foi extinta a Escola de Sociologia e Política de Vitória da Conquista. Eu nem tive conhecimento se ela estava regularizada ou não para funcionar ou se funcionou a título precário (PROFESSOR CONVIDADO).

Quanto à vertente teórica dos professores, uma pessoa de "notório saber" nos informou que haviam professores eram "afeiçoados" com o marxismo:

> Era uma preocupação, na época do pessoal que tinha formação marxista, todos eles tinham essa formação, Hugo de Castro Lima, Everardo Públio, até o Padre Palmeira eu posso dizer que tinha um conhecimento marxista, Franklin Ferraz Neto, então, todos esses que foram professores, os verdadeiros 'inspiradores' tinham essa formação, ou conheciam mais ou menos o marxismo e preocupavam com os problemas sociais e humanos da época e, por isso, eles partiram pra sociologia em lugar de outro tipo de faculdade (PESSOA DE "NOTÓRIO SABER").

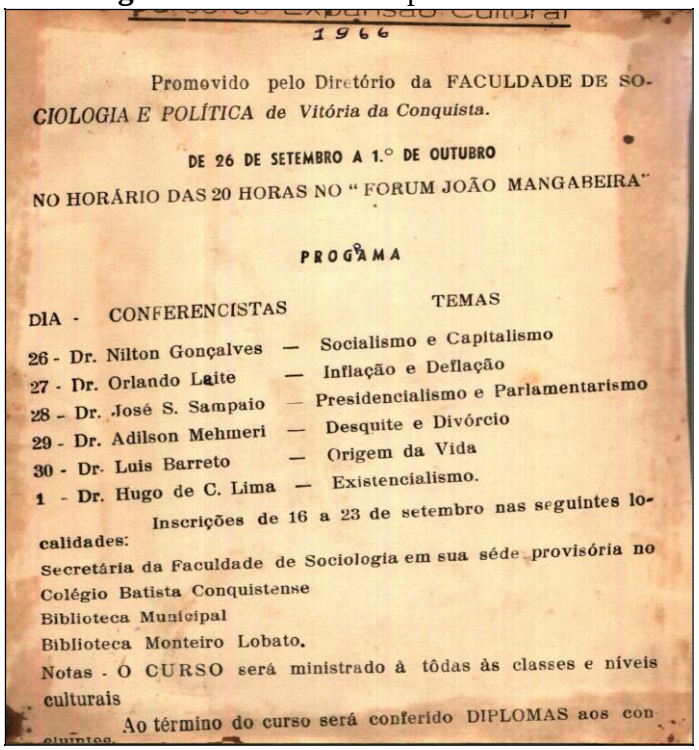
Entretanto, reconhecemos também alguns dos professores filiados ao partido da Arena, que ascenderam após o golpe militar, como Orlando Leite, Nilton Gonçalves, Armindo Ferreira.

O setor administrativo era formado por Esther Augusta Gomes Silva (secretária), Alvinéia Matos e, na direção, Sebastião Teixeira Costa. Esther já trabalhava com o Pe. Palmeira há muito tempo e, por causa da experiência, foi convidada para assumir a secretaria da Faculdade (DEPOIMENTO DE EX-ALUNO).

5.6. EVENTOS PROMOVIDOS

As fontes orais e jornalísticas asseguram que essa Instituição promoveu vários eventos, a exemplo do que acontecia em outras faculdades do mesmo porte, nas principais capitais, porém, mais modestos. De forma semelhante às instituições congêneres e, muitas vezes com o apoio daquelas, a Faculdade de Sociologia realizou alguns eventos, dentre eles o Curso de Expansão Cultural:

Figura 12 - Curso de Expansão Cultural



1966

Promovido pelo Diretório da FACULDADE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA de Vitória da Conquista.

DE 26 DE SETEMBRO A 1.° DE OUTUBRO

NO HORÁRIO DAS 20 HORAS NO " FORUM JOÃO MANGABEIRA"

PROGRAMA

DIA - CONFERENCISTAS		TEMAS
26 - Dr. Nilton Gonçalves	—	Socialismo e Capitalismo
27 - Dr. Orlando Leite	—	Inflação e Deflação
28 - Dr. José S. Sampaio	—	Presidencialismo e Parlamentarismo
29 - Dr. Adilson Mehmeri	—	Desquite e Divórcio
30 - Dr. Luis Barreto	—	Origem da Vida
1 - Dr. Hugo de C. Lima	—	Existencialismo.

Inscrições de 16 a 23 de setembro nas seguintes localidades:

Secretária da Faculdade de Sociologia em sua séde provisória no Colégio Batista Conquistense

Biblioteca Municipal

Biblioteca Monteiro Lobato.

Notas - O CURSO será ministrado à tôdas às classes e níveis culturais

Ao término do curso será conferido DIPLOMAS aos con-

Fonte: Acervo particular de Durval Lemos Menezes.

Assim, na origem, eram conteúdos que estavam em voga nas discussões da

sociedade, e conteúdos que, certamente, eles tinham plena condição de apresentarem. Eram os assuntos mais em voga, notadamente a questão do capitalismo e socialismo – cujo exemplo internacional era a Guerra Fria – e seus desdobramentos em solo brasileiro, em tempos de golpe militar e instalação da ditadura militar, exatamente por temer o que os conservadores chamavam de "subversão".

Os cursos ministrados em São Paulo, Salvador e Ilhéus tinham temáticas semelhantes a essas. Esses conteúdos identificam os valores que predominaram naquele contexto histórico e cabia à sociologia trazer a luz para os alunos (os sem luz), formar nova geração de pensadores e, conforme Ianni,

> [...] expressar o entendimento que a sociedade, no seu todo ou em seus segmentos mais importantes, desenvolve a propósito de sua organização e seu funcionamento, refletindo o modo pelo qual ele se produz e reproduz, forma e transforma. Mas a sociedade não é única, idêntica, mesma. Desdobra-se em grupos, classes e movimentos sociais, bem como em relações, processos e estruturas de dominação e apropriação, envolvendo mentalidades, ideologias e utopias, e lançando-se todo o tempo em níveis local, nacional, regional e mundial (IANNI, 2011, p. 264).

Eram, pois, tempos efervescentes já com a sombra da ditadura empanando os anos vindouros. Esses eventos eram organizados pelo diretório acadêmico da Faculdade, intitulado de Centro Acadêmico Tristão de Ataíde, que era constituído pelos discentes apresentados na figura 14, representantes do Centro Acadêmico: Rozendo Ferreira Neto, João Nascimento, Durval Lemos Menezes, Palmira Bittencourt Ferraz e Osvaldo Ribeiro dos Santos.

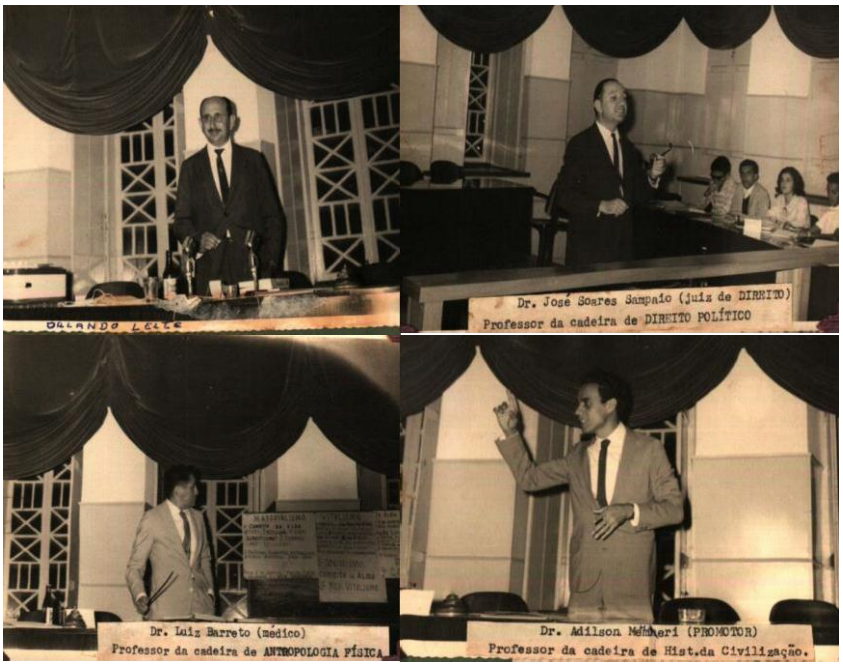
Figura 13 - Membros do Diretório Acadêmico da Faculdade de Sociologia e Política

Fonte: Acervo pessoal Durval Lemos Menezes.

Os depoimentos levam a crer que a discussão referente ao contexto econômico, político e social era decorrente das discussões que aconteciam nas demais instituições. A de São Paulo, por exemplo, registrou a presença de professores norte-americanos, que discutiam, dentre outros assuntos, conceitos do materialismo histórico, o padrão de vida dos operários paulistas, a influência do funcionalismo para a Antropologia Cultural e a Ciência Política (CUNHA, 2007a).

No caso da faculdade conquistense, os palestrantes eram notórios regionalmente, portanto, mais modestos. Mas, há que se registrar tais eventos, tão presentes nas memórias de alguns ex-alunos, mas, aparentemente esquecidos por outros. Há que se registrar também, que alguns temas abordados no Curso de Expansão Cultural eram os mesmo que afligiam a juventude engajada na década de 1960 – mormente a segunda metade. Isso leva a crer que, apesar da distância regional dos grandes centros e da Europa – as preocupações temáticas e a polarização ideológica se assemelhavam.

Figura 14 - Palestrantes/professores da Escola de Sociologia e Política de Vitória da Conquista, BA



Fonte: Acervo pessoal Durval Lemos Menezes.

Conforme podemos observar no prospecto e nas imagens, as palestras foram proferidas pelos próprios professores, eram abertas à comunidade e contaram com o apoio da Biblioteca Pública Municipal e da Biblioteca Monteiro Lobato[116].

Também, conforme atestam às fotografias e depoimento do entrevistado, a afluência

de inscritos foi muito grande e algumas personagens das fotos ainda podem ser reconhecidas e lembradas. Tratam-se, além dos próprios alunos da Faculdade, conforme outra entrevistada informou, de alunos da Escola Normal, Sacramentinas e de outras escolas do ensino médio. De certa forma, jovens da elite conquistense, formadas pelas camadas média e alta, no dizer daquela época, como seriam as alunas das Sacramentinas, Ginásio de Conquista e Escola Normal.

Figura 15 - Concluintes do Curso de Expansão Cultural

Fonte: Acervo particular de Durval Lemos Menezes.

5.7. O FECHAMENTO DA FSPVC

O ano de 1967 foi o período em que ocorreu o endurecimento do regime militar: Costa e Silva assumiu a Presidência do país, Luís Viana Filho (Governador do Estado da Bahia) elegeu como Secretário de Educação, Navarro de Brito, e Antônio Carlos Magalhães foi escolhido como Prefeito de Salvador. Já a prefeitura de Vitória da Conquista, ficou a cargo do Dr. Fernando Spínola (1967-1971).

Nesta cidade, o novo Prefeito apresentou a sua equipe de trabalho: chefe de gabinete – Rafael Spínola Neto; procurador jurídico – Argemiro Germano da Silva[117]; Departamento de Administração – Bruno Bacelar de Oliveira (que havia participado da segunda administração de Gerson Sales); Departamento de Agricultura e Abastecimento – Mário Mota; Departamento de Finanças – Fernando Spínola Filho[118]; Departamento de Turismo – Antônio Nery Barbosa; Departamento de Educação – Parmênio Ferreira;

Departamento de Saúde Pública – Ademário Silva Santos; Departamento de Engenharia e Urbanismo – Mário Seixas; Departamento de Energia Elétrica – Gilvan Bezerra; Departamento de Serviços Urbanos – Manoel Moreira Chaves e Chefe da Polícia Municipal – Sargento José Antônio de Oliveira Sales. Os quatro últimos citados permaneceram ou já exerciam cargos na administração de Orlando Leite. A administração distrital de José Gonçalves ficou com Flávio Correa e a de Inhobim e Iguá com Clemente Rocha (O SERTANEJO, 01 abr. 1967).

Neste período, novos dispositivos legais haviam sido inseridos na tentativa de adequar a educação ao mercado de trabalho. Além disso, um novo projeto que buscava a regulamentação da profissão de sociólogo havia sido negado com a justificativa de que as Ciências Sociais no Brasil haviam se tornado uma autêntica sementeira de "ideólogos esquerdistas" e provocado uma confusão teórica entre sociologia com marxismo ou com o "esquerdismo militante". O Presidente Costa e Silva, inclusive, enfatizou que as pessoas deveriam evitar a procura por cursos desta natureza.

Foi neste contexto que a Faculdade de Sociologia e Política de Vitória da Conquista foi extinta, em outubro de 1967. Veja o que diz um depoimento: "Esta Faculdade funcionou uns vinte e seis meses, mais ou menos. Foi extinta naquele auge em o Presidente Castelo Branco suprimira algumas profissões, entre elas a de Sociólogo" (DEPOIMENTO DE EX- ALUNO).

Na verdade, foram dois projetos submetidos a aprovação presidencial, o primeiro na gestão de Castelo Branco e, o segundo na gestão de Costa e Silva. Fica claro, assim, que pouco poderiam fazer as autoridades locais contra leis maiores que direcionavam a política educacional no País. Fica clara também a coincidência entre o fechamento da Escola e o preconceito com um tipo de formação direcionada a "preparar marxistas" é desaconselhada pelo próprio presidente, conforme mencionado.

Conforme a notícia publicada pelo jornal *O Fifó*, transcrita a seguir, os alunos bem que tentaram, mas, àquela altura já não seria o Diretor, nem o ex-diretor, nem o Padre Palmeira ─ nem mesmo o Governador do Estado, Luíz Viana Filho, que iriam salvar a existência da Faculdade.

> O curioso, porém, é que o prefeito da época, também professor da Escola, garantira, numa "Semana da Cultura" realizada pelo Diretório Acadêmico, cujo presidente era Durval Menezes, no Fórum João Mangabeira, que se a Escola se extinguisse a Prefeitura assumiria a responsabilidade de criar outra escola, imediatamente, para aproveitar os alunos. Disse isso em presença de várias pessoas da comunidade. Pois

> bem, a Escola foi extinta sem um aviso sequer. O aluno Durval Menezes e outros colegas seus procuraram o ex- diretor Dr. Sebastião Costa, pedindo explicações. Chegaram a ameaçar impetrar um mandato de segurança. Mas não foram a frente. E a faculdade morreu. O professor que garantira criar outra escola, como prefeito que era, nem quis mais falar no assunto. E naquela época era facílimo se criar uma escola de curso superior [...] A dificuldade que temos hoje para conseguir uma faculdade, começou a partir de 1968. A Escola de Sociologia funcionou no primeiro ano na Escola São José. Quando foi extinta, funcionava no Colégio Batista Conquistense (Será azar do prédio?). [...] Talvez o descaso com que se deixou fechar a primeira faculdade de Conquista seja o principal responsável pelo nível em que nos encontramos com relação o Curso Superior (O FIFÓ, 09 nov. 1977, grifo nosso).

Imaginemos, "impetrar um mandato de segurança" contra um Regime Militar que fechara o Congresso, instituíra vários atos proibitivos, depusera presidente e governadores e prendera cidadãos à vontade. Quanto às motivações para o fechamento, uma pessoa de "notório saber" atesta que:

> [...] é pior é que eles entraram no conteúdo das disciplinas, eles desmantelaram tudo o que nós brasileiros tínhamos pensando. Inclusive o que tinha sido pensado por Anísio Teixeira, por Fernando de Azevedo, que eram chamadas Faculdades de Filosofia. Essas, que foram implantadas na Universidade de São Paulo, em 1934 e na Universidade do Distrito Federal, em 1935.
> Essas Faculdades eram uma espécie de academia, no sentido grego, ela não ensinava só filosofia, mas proporcionava um conhecimento em todas as áreas da humanidade, ou seja, filosofia, sociologia, letras, artes, tudo. Mas, sobretudo essas Faculdades ensinavam a pensar, eram o núcleo de pensamento, de criatividade sócio humana. Elas foram pensadas por Anísio Teixeira e por Fernando de Azevedo (este introduziu na Universidade de São Paulo, em 1934) e Anísio introduziu a Faculdade na Universidade do Distrito Federal, em 1935 (PESSOA DE "NOTÓRIO SABER").

Um "núcleo de pensamento, de criatividade sócio humana", um conhecimento em todas as áreas era o que menor queria os dirigentes do Regime Militar, por dois motivos: primeiro, para não impulsionar pensamentos considerados "subversivos", segundo, porque esses conhecimentos humanísticos não faziam parte dos conteúdos do novo modelo de educação que iria ser implantado. Em vista disso, um depoimento atesta que:

> Esse fechamento tem essa dúvida até hoje, eu acho que foi o momento histórico, essa guinada com a direita que houve no país na época, vem de um andamento histórico para a esquerda daí a pouco dá uma guinada para a extrema direita como foi o golpe de 1964. Não sei, isso eu tenho pra mim raciocinando não tenho certeza de nada disso. O pessoal que

> dirigia era tudo gente de direita, por exemplo: Jesiel Norberto (era de Arena), Mário Seixas (foi político a vida inteira, engenheiro da prefeitura era de direita, foi de UDN depois de Arena), Arthemiro Correia Leite (de extrema direita), Nilton Gonçalves (na juventude teve uma fase esquerdismo, mas foi prefeito de direita aqui) (DEPOIMENTO DE EX-ALUNO).

Ainda sobre a relação da filiação partidária com os professores da Faculdade, um depoimento relata que:

> Mas, o certo é que o momento foi propício e fecharam a escola. Eu tenho pra mim que o pessoal da direção <u>era um pessoal assim mais de direita</u>, e as escolas de sociologia não era muito vistas e nem muito bem quistas naquele período e o pessoal talvez não tivesse coragem de enfrentar um esquema desse, não sei. Isso são conjecturas pessoais que a gente faz. Nunca houve um motivo oficial, pelo menos que eu saiba, para extinção da Escola de Sociologia. Eu gostava da escola, era uma escola boa retada. Professores bons (DEPOIMENTO DE EX-ALUNO).

Esse mesmo ex-aluno, hoje advogado, vislumbra um contrassenso entre a função de uma Faculdade desta natureza com o contexto político e com grupo que dirigiu a instituição:

> A gente conversando aqui a gente percebe um contrassenso uma escola de sociologia que na época era tido como as escolas de pensamento avançado, a intenção era evoluir o pensamento político do povo brasileiro e quem dirigiu essas escolas? (DEPOIMENTO DE EX-ALUNO).

Outro ex-aluno foi bem mais claro e analítico acerca do destino da Escola, uma vez que a repressão ou a reestruturação imposta naquele contexto atenderam a uma ideologia,

> De forma geral, posso lhe dizer que todo governo tem uma ideologia política, **logicamente essas aberturas e fechamentos atendem a ideologia dominante, de uma certa maneira de pensar, é isso**. Basta pensar na disciplina Moral e Cívica pra que servia uma disgrama daquela? Aí mudou o governo e pediram pra tirar logo isso de vez (DEPOIMENTO DE EX- ALUNO).

Em depoimento, um advogado recém-formado foi convidado para lecionar na Faculdade, afirmou que o seu fechamento se deve ao apogeu da ditadura, mas também ela era *persona non grata.*

Além disso, a evidência oral assegura que ela foi dissolvida por causa das divergências políticas, dentro do corpo docente da instituição. Além disso, o local não era adequado, tudo era muito frágil, não havia uma sedimentação ao longo do tempo. Entretanto, essas razões podem até ter contribuído, mas, certamente não foram as únicas.

Quanto aos profissionais diretamente envolvidos com a implantação da Escola, a maior parte deles já era profissional liberal. Chamou-nos a atenção à situação do Padre Palmeira que caiu no ostracismo, vindo a falecer em Salvador, já aposentado das suas funções. Na verdade, o momento político não era favorável para grandes atitudes individuais ou mesmo governamentais. Conforme depoimento concedido por Heleusa Câmara para Oliveira (2009):

> O padre Palmeira ficou 'isolado', fora dos holofotes, pois estava numa cidade maior (Salvador), o que é comum, pois as pessoas têm momentos de grande prestígio e publicidade, e períodos de esquecimento. E, certamente, ele não passou por momentos de dificuldade materiais ou de outra natureza, pois esteve cercado por pessoas da sua família (CÂMARA *apud* OLIVEIRA, 2009, p. 188).

Observamos, em concordância com o conceito de instituição de Saviani, que a Faculdade de Sociologia e Política de Vitória da Conquista, assim como outras congêneres criadas na Bahia e no Brasil, anteriormente ao período ditatorial, foram instituídas para permanecer. Tanto alguns documentos analisados como os depoimentos mostram que a intenção de formar políticos, cabeças pensantes e/ou beneficiar os moradores de determinada cidade ou região com o acesso ao ensino superior tinha por finalidade permanecer. Tal escopo configurava a ideia de Instituição. Entretanto, o golpe imposto redirecionou as políticas públicas governamentais, mormente a Educação – que tomou novos rumos, apto para a formação de técnicos e mão de obra para impulsionar o desenvolvimento brasileiro – com nova legislação e novas justificativas legais.

Conforme o supracitado autor, para necessidades transitórias não se faz mister criar instituições, uma vez que essas necessidades deveriam ser resolvidas na conjuntura não deixando marcas dignas de nota na estrutura. Entretanto, a despeito das aspirações de parte significativa da sociedade localizada, os projetos de instituições permanentes, destinadas aos estudos de filosofia, sociologia e outras áreas do saber consideradas "intelectuais" ou "libertadoras" essas iniciativas foram extintas, algumas ainda em fase germinal. Saviani explica que isso se dá,

> [...] não obstante o fato reconhecido e reiterado à exaustão de que as instituições, **como todos os produtos humanos, por serem históricos, não deixam de ser, em última instância, também elas, transitórias. Mas sua transitoriedade se define pelo tempo histórico e não, propriamente, pelo tempo cronológico** e, muito menos, pelo tempo psicológico (SAVIANI, 2007, p. 04-05, grifo nosso).

Os depoimentos sobre a extinção da Faculdade de Sociologia e Política de Vitória da Conquista são díspares: alguns depoimentos lamentam a extinção da Instituição, ainda nascente, lembram-se dos seus professores, dos eventos promovidos, dos colegas e nas razões pelas quais estavam lá. Outros depoentes não guardaram nas suas memórias tal tempo histórico, sem dúvida importante para a cidade de Vitória da Conquista, como mais tarde foi a fundação da Faculdade de Formação de Professores e a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Outros, ademais, questionam a validade de tal Instituição.

Fica evidente que, como tantas outras instituições de ensino superior, a Faculdade de Sociologia e Política de Vitória da Conquista, gestada durante o regime civil-militar, foi uma tentativa de interiorização que buscava atender à camada média, em sua autêntica aspiração se não a uma mudança econômica, pelo menos a mudanças no nível de conhecimento, *status* e de reconhecimento social. Embora essa Instituição tenha sido extinta durante o processo seletivo de admissão da terceira turma, consideramos, conforme depoimento, que "ficou brotado, na comunidade, o gérmen de aspiração por uma escola superior em Vitória da Conquista" (PESSOA DE "NOTÓRIO SABER").

Com o fechamento, segundo do memorialista e ex-aluno da Faculdade Tanajura (1992), agravou-se ainda mais a precariedade do ensino ministrado na comunidade, que se viu às voltas com a perseguição e cassação de mandatos, inclusive de professores, considerados subversivos ou inimigos do sistema. Muitos professores, considerados entre as melhores cabeças pensantes da região, foram presos e/ou tiveram seus direitos civis e políticos cassados, a exemplo do próprio Pedral Sampaio, engenheiro civil e considerado como um excelente professor de matemática, Hugo de Castro Lima, médico, filantropo e humanista, destacado professor de ciências biológicas, Everardo Públio de Castro, erudito professor de história, professor fundador do Ginásio de Conquista, dentre outros. Alguns foram relegados ao ostracismo como o Padre Palmeira.

De modo geral, Cunha (2007, p. 237) destaca que os cursos de sociologia eram destinados não só aos indivíduos desejosos de aperfeiçoar os estudos já realizados e aprofundar conhecimentos, mas àqueles que desejavam preparar-se para "ocupar posição

de relevo na administração das grandes empresas particulares", ou para aqueles que buscavam "colaborar na direção dos negócios públicos", como técnicos ou como "depositários de mandatos eleitorais".

Assim, a profissionalização da sociologia, orientada para legitimar os interesses dominantes, constituiu campo fértil para uma classe média intelectualizada ascender socialmente (MARTINS, 1994). Essa informação foi ratificada por uma ex-aluna "eu acho até que a intenção era de me colocar como vereadora". E complementa:

> A escola foi para atender as pessoas que já atuavam. Mas também queriam formar novos pensadores políticos, então era uma escola eminentemente política, porque nas aulas falavam muito do governo (DEPOIMENTO DE EX-ALUNA).

A depoente destaca que:

> Eu tenho a impressão que os professores eram pessoas contra a revolução tanto que Pedral foi preso. Então eles fundaram essa escola para falar mesmo do aspecto político atual e o que poderia ser amanhã. Fechou por causa do golpe, tenho certeza absoluta e o próprio livro História de Conquista fala. Porque ali estavam formando políticos para a atual política brasileira, entendeu? (DEPOIMENTO DE EX-ALUNA).

Tais depoimentos retratam da política no âmbito do contexto brasileiro, daquela época ou na política partidária. Poucas (ou nenhuma) memórias aqui. Citadas falam dos conhecimentos de Ciência política ou de Teoria do Estado especificadamente. Como seriam essas aulas?

No caso do fechamento da Faculdade de Sociologia e Política de Vitória da Conquista, com certeza, muitas vocações politicas foram abortadas e, no caso do Golpe Militar desfechado em 1964, todas as pretensões de carreira política foram simplesmente proibidas.

A propósito, Cunha (2007) assegura que, na moderna sociedade industrial, e por conta do novo regime, é claro, o povo deixou passou a ser fermento de coesão social e os sistemas educacionais tiveram a função de homogeneizar os indivíduos pela formação e a partir de ideologias comuns. Talvez, tal declaração ajude a compreender a troca de faculdades para o exercício do livre pensamento para faculdades aligeiradas e destinadas ao ensino profissionalizante e/ou preparatório para os cursos superiores, conforme atestam as leis do ensino médio e superior implantadas na Ditadura. Foi uma imposição de cima para baixo, entretanto, os acontecimentos desses anos sombrios ficaram na

memória de muitos alunos e em segmentos da sociedade regional daquele período.

Isso nos remete as assertivas de Nora (1993) para quem a memória está vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações.

A esse respeito, uma ex-aluna nos informou que ela tentou terminar o curso em Salvador, mas quando foi matricular a Faculdade atravessava uma crise financeira e administrativa,

> Fui para Salvador morar com a minha irmã, porque o marido dela tinha matadouro lá, em Piatã, porque quando começou essa faculdade aqui disseram que era ligada à de Salvador, que todas foram implantadas juntas, mas com os professores daqui. Era ali na ladeira da Barra, aí Castello Branco fechou, no Brasil todo, disse que onde tivessem, essas escolas foram fechadas, diziam que eram subversivos Falavam também que era ligada à de Salvador, mas eu nunca tive comprovação, na ladeira da Barra, tanto que fui pra lá estudar e não consegui terminar o curso, porque foi fechada também (DEPOIMENTO DE EX-ALUNA)[121].

De modo semelhante às demais faculdades, os depoentes atestam que as coisas eram improvisadas, contudo, se trata da avaliação individual, dentro de um coletivo: “Era muito improvisado, foi feito com boa vontade, mas não tinha estrutura. Também houve um decreto presidencial baixou um decreto fechando todas as escolas de sociologia, biblioteconomia etc.” (DEPOIMENTO DE EX-ALUNO).

Segundo Halbwachs (2006), os testemunhos por si só não bastam, pois também é preciso que existam muitos pontos de contato entre uma e outras versões para que uma lembrança venha a ser reconstruída sobre uma base comum. Por isso, consideramos o consenso do coletivo é a ideia de que o curso era uma sementeira do comunismo no Brasil, como lembra o depoente:

> [...] as escolas de sociologia não era muito vistas e nem muito bem quistas naquele período e o pessoal talvez não tivesse coragem de enfrentar um esquema desses, não sei. Isso são conjecturas pessoais que a gente faz. Nunca houve um motivo oficial, pelo menos que eu saiba, para extinção da Escola de Sociologia. Eu gostava da escola, era uma escola boa retada. Professores bons (DEPOIMENTO DE EX-ALUNO).

Essa informação foi confirmada por outro aluno: “Esse curso foi extinto pelo regime militar, pois achavam que o curso incentivava o comunismo. Por isso, teve que ser

fechado" (DEPOIMENTO DE EX-ALUNO).

Este aluno destaca que, naquele contexto, a frase "escola de sociologia é oficina de formar comunista" (DEPOIMENTO DE EX-ALUNO), era muito recorrente. Inclusive no arquivo do projeto *Brasil Nunca Mais*, encontramos essa frase em vários inquéritos policiais, conforme excerto abaixo:

> Participou na 'célula' da Faculdade de Sociologia e Política, de reuniões para estudo do socialismo, do estatuto do PCB e sua linha politica, dos textos do jornal 'Voz Operária' e demais publicações marxista. [...] Em sua residência foi apreendido material subversivo constante do auto de exibição (PROJETO BNM, 2015 p. 185).

Esse discurso emerge desde o contexto da Guerra Fria e da Revolução Cubana, quando a ameaça comunista presumidamente ameaçava o Terceiro Mundo e, especialmente a América Latina. Para sanar essa ameaça e modernizar o ensino superior foram realizados os acordos: "Aliança para o Progresso" (mecanismo utilizado pelos EUA para propagandear os ideais econômicos e culturais do capitalismo ocidental), MEC/USAID, a polaridade entre o IPES e o ISEB, dentre outros fatores mencionados nas seções anteriores.

A relação entre a "culpa" atribuída pelo Secretário de Segurança Pública, no período da ditadura, com as atividades da "ré" é direta. Acabara-se o direito de ir e vir, de contribuir, de participar, de ler ou de guardar material considerado "subversivo", mormente, o fato de participar da Faculdade de Sociologia e Política.

> Então, ela teve muitas dificuldades e a ditadura que a dissolveu. Mas você vê a tendência do povo de Conquista, por que Faculdade de Sociologia, ou de Ciências Sociais? Era uma preocupação, na época do pessoal que tinha formação marxista, todos eles tinham essa formação, Hugo de Castro Lima, Everardo Públio, até o Padre Palmeira eu posso dizer que tinha um conhecimento marxista, Franklin Ferraz Neto, então, todos esses que foram professores, os verdadeiros 'inspiradores' tinham essa formação, ou conheciam mais ou menos o marxismo e preocupavam com os problemas sociais e humanos da época e, por isso, eles partiram pra sociologia em lugar de outro tipo de faculdade (PESSOA DE "NOTÓRIO SABER").

Quanto à dialética da lembrança e do esquecimento, alguns alunos, simplesmente tiraram da memória as lembranças acerca da instituição, "não me lembro de muita coisa, pois já faz 51 anos. Sei que foi nos idos da década de 1960, houve vestibular e fui

aprovado em 7º lugar" (DEPOIMENTO DE EX-ALUNO). O mesmo aluno destaca que, "a sociedade de Conquista essa Faculdade, que é totalmente desconhecida" (DEPOIMENTO DE EX- ALUNO).

Como foi dito, há tantas memórias quantos grupos existem.

O processo de implantação, de desenvolvimento e, sobretudo, de fechamento da Faculdade é povoado de interpretações que nos fazem rever os objetivos, rumos e situações acerca do objeto e objetivo do ensino superior numa das cidades mais promissoras da Bahia á época. Uma reconstrução do passado que ocorre dentro de um marco geográfico - regional, local, contextual, de classe, político e espacial socialmente construído. As visões de seus grupos de interesse, são, mormente provocadas por recordações que aparecem difusas, contraditórias, nem sempre consensuais como pensara Halbwachs (2006). Contudo, as memórias são reconstruídas de acordo com o lugar, com as marcas sentidas pelos indivíduos em suas visões coletivas de mundo, como afirmam Arostegui (2004) e Magalhães e Almeida (2011).

Assim, uma história se torna mais visível quando se descortina sua memória social, de representação do ensino superior como marco de classe, de garantia de alcance ou manutenção de acesso social. Observamos ainda que existem os interesses políticos e ideológicos que sustentam e dão construção singular a história. História essa escrita e interpretada por documentos oficiais, porém, muitas vezes essencialmente sentida ou ressentida pelos sujeitos que vivenciaram sua realidade direta ou indiretamente, em suas contradições.

Enfim, apesar de esparsa e apesar de algumas "incongruências", devido mesmo à heterogeneidade do coletivo, conseguimos recuperar apreender fragmentos da memória de um mesmo grupo que, aos poucos, foram nos oferecendo peças para um quebra-cabeça que, sem dúvida, ficará incompleto, porém seu principal perfil foi delineado.

6. CONCLUSÕES

O problema principal posto nessa discussão remete a 1965, com a criação da Faculdade de Sociologia e Política de Vitória da Conquista, instituída por intelectuais conquistenses, capitaneados pelo Padre José Luiz Soares Palmeira, então, Secretário de Educação e Cultura do Estado da Bahia. A Faculdade foi inspirada em um grupo de escolas geopoliticamente instaladas, cuja origem foi a Faculdade de São Paulo. Na Bahia, a fundação desse modelo de instituição aconteceu em Salvador, Ilhéus e Vitória da Conquista.

O fechamento desse modelo de instituição, de objetivos semelhantes que eram os de se formar uma elite destinada a enriquecer o quadro de intelectuais pensantes nos anos seguintes à Era Vargas, aconteceu com o advento do Golpe Militar.

Parodiando Saviani (2007), devidamente citado na epígrafe, "as instituições, como todos os produtos humanos, por serem históricos, não deixam de ser, em última instância, também elas, transitórias. Mas sua transitoriedade se define pelo tempo histórico e não, propriamente, pelo tempo cronológico e, muito menos, pelo tempo psicológico" (p. 04-05).

Em vista disso, a nossa problemática se condicionou a responder às seguintes questões, norteadoras da pesquisa, no contexto em foco, além de outras que surgiram no decorrer do estudo: O que motivou a implantação da Faculdade de Sociologia e Política em Vitória da Conquista? Quais as justificativas para o fechamento desta Instituição? Há uma memória social constituída acerca dessa instituição por seus alunos?

A história de uma Instituição é uma parte da História, expressa pelas relações e experiências passadas (documentos, jornais, etc.) e apropriações subjetivas (capturadas por meio de depoimentos) de coletivos e de indivíduos, bem como sobre si mesma, suas relações externas, internas e no contexto social, ao longo do tempo. Nesta pesquisa apresentamo-la por meio de documentos e memória, como partícipe do processo de transformação da sociedade. Muito embora o estudo tivesse objetivo definido, analisar a primeira instituição de educação superior em Vitória da Conquista e o impacto desta sobre a comunidade optamos por estudá- la no processo de transformação da sociedade e não apenas em sua história interna e as suas narrativas de memória como um fato isolado.

Especialmente, porque sua implantação se deu em uma cidade politicamente organizada, ocupando determinado território, sob um determinado governo

estabelecendo, dessa forma, as relações que absorvem as tendências dominantes em cada momento da história. Dois anos depois, o seu fechamento se deu em condições adversas e completamente diferentes das iniciais. Aconteceu uma ruptura política abissal, na qual sua existência já não era aceita.

Com base nos documentos, legislação e depoimentos (expressões da memória vivida), observamos, anteriormente, que essas instituições foram criadas originariamente por grupos de elites desejosos de aperfeiçoar as suas participações na vida pública, possibilitar o acesso a algumas mulheres de tendência mais libertárias. E, além disso, com a expectativa de se adquirir conhecimentos: políticos e teóricos alternativos aos saberes acadêmicos daquele contexto.

Em Vitória da Conquista, em nível mais modesto, havia reinvindicações para a implantação de cursos dessa natureza. No entanto, pela conjuntura em que foi implantada, durante a Ditadura Civil-Militar, essa tendência esquerdizante foi fator decisivo. Ao lado disso, por parte dos discentes, a oportunidade de cursar uma escola superior, a dificuldade de sair, largar o emprego, ou outras tantas razões. Por parte dos instituidores, a vontade de trazer um curso superior, a possibilidade de uma futura universidade, a intenção de formar líderes políticos e, especialmente, o sonho de trazer mais uma instituição pioneira no avanço vertical da educação, como fora, na década de 1940, a chegada do primeiro ginásio a Vitória da Conquista. Coincidentemente o ator principal era o mesmo: o Padre Luis Soares Palmeira. Seu nome ecoa fortemente na memória dos depoentes.

Por meio da análise realizada, especialmente na quinta seção pudemos constatar que apesar de se tratar de um coletivo, observamos algumas disparidades apresentadas pela memória dos depoentes: alguns alunos nem se lembram mais da sua participação como alunos e desconsideram a importância daquela instituição. Evidentemente que precisamos destacar que existem os esquecimentos decorrentes do sentimento de não-pertencimento àquele lugar, espaço e grupo, como dizia Halbwachs (2006). Tal situação se intensifica por causa da “Operação limpeza”, utilizada pelos usurpadores do poder, para afastar do cenário público todos os “adversários”, emblematizada nas palavras de ordem que afirmavam: “escola de sociologia é oficina de formar comunista” (PROJETO BNM, 2015 p. 185).

Para outros, principalmente aqueles que já exerciam atividades sócio participativas – no caso, o Centro Acadêmico – a lembrança é bem viva (o que nos leva a afirmar que existia uma manifestação de pertencimento ao grupo, uma vez que mantêm a memória do vivido) e, a maioria atribui a fundação da Escola (pelo seu próprio Estatuto) à necessidade

de formar cabeças pensantes, bem como atribui seu fechamento ao regime militar, que, além de repressivos aos pensadores de “esquerda”, elaborou um projeto próprio de desenvolvimento para o país, cuja estratégia passava um rolo compressor na educação vigente. Tal regime, por meio de novos instrumentos de leis, inaugurou um padrão de funcionamento para toda a rede escolar, de acordo com as necessidades e objetivos do regime.

Essa é a memória viva e presentificada dos ex-alunos e segmentos comunitários. Os documentos oficiais, jornais e legislação analisados confirmam e complementam essa memória, guardando as verdadeiras dimensões quanto ao poder de cada personagem envolvido. A correlação entre os diferentes olhares lançados sobre a Instituição, em seu interior e fora dele, garantiu a perspectiva de articulação do objeto com o contexto, bem como sua dinâmica histórica, o que permitiu o movimento do particular ao geral.

A política educacional, logo em seguida, foi reorganizada (Leis nº 5.540/1968, nº 5.692/1971 e legislação complementar) no sentido de garantir, prolongar e perpetuar a hegemonia da sociedade política. Entretanto, na sociedade política uma manifestação determinada não pode subsistir por muito tempo senão na medida em que retira a sua força da representatividade que exerce em relação à sociedade civil.

Quanto à regulamentação da profissão de sociólogo, só aconteceu nos anos finais do regime civil-militar, por meio da Lei nº 6.888.

Enfim, chegamos até aqui, ainda com essas lacunas a serem respondidas e pesquisadas e com forte intenção de dar continuidade a essa temática, considerando que as fontes escritas e orais nos possibilitam outros levantamentos correspondentes à memória e à história do ensino superior em Vitória da Conquista.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de *et. al*. (Coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós – 1930.** 2.ª ed., Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2009.

AGUIAR, Itamar Pereira de. Projeto Columbia: Rio de Contas ontem e hoje. In: CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos.; MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha.; LOMBARDI, José Claudinei. **Projeto Columbia***:* Anísio Teixeira e o desenvolvimento nacional. Campinas-SP: Alínea, 2013.

ALMEIDA, José R. Mascarenhas. O Projeto Columbia University e o Nacional-Desenvolvimentismo Brasileiro: uma relação sintomática. In: CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos; MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha; LOMBARDI, José Claudinei. **Projeto Columbia***:* Anísio Teixeira e o desenvolvimento nacional. Campinas-SP: Alínea, 2013.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Dilemas da institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, S. (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. v. 01. São Paulo: Finep, Idesp: Vértice, 1989.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANUÁRIO da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (Instituição Complementar da Universidade de São Paulo): 1940-1942. Décimo ano letivo. São Paulo: 1943.

ARAPIRACA, José Oliveira. **A USAID e a educação brasileira:** um estudo a partir de uma abordagem critica do capital humano. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Estudos Avançados em Educação / Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1979.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1985. Disponível em: http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/, acesso: jun. 2017.

ARÓSTEGUI, J. **La Historia vivida**: sobre la historia del presente. Madri: Alianza, 2004.

AZEVEDO, J. S. G. Economia e mercado de trabalho na Bahia e RMS: uma abordagem de longo prazo. In: **BAHIA/SEPLANTEC/SEI.** Bahia Análise e Dados, v. 10, n. 1, jun./2000.

AZEVEDO, Fernando de. A Sociologia na América Latina e particularmente no Brasil. In: _____. **Princípios de Sociologia.** São Paulo: Edições Melhoramentos, 1957.

_____. **A educação na encruzilhada**. São Paulo: Melhoramentos, Edusp. 1960.

_____. A Antropologia e a Sociologia no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando. **A Cidade e o Campo na Civilização Industrial e outros Estudos.** São Paulo: Edições Melhoramentos, 1962.

BARROS, José D'Assunção. **História e Memória**: uma relação na confluência entre tempo e

espaço. Mouseion, vol. 03, nº 05, jan./jul., 2009.

BENEVIDES, Sílvio César O. **Proibido proibir:** uma geração na contramão do poder, o movimento estudantil na Bahia e o jovem. 1999. 119f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

_____. Aventuras estudantis em tempos de opressão e fuzis. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org.). **Ditadura militar na Bahia:** novos olhares, novos objetos, novos horizontes. Salvador: EDUFBA, 2009. v. 01.

BERLINCK, Manoel Tosta. Elogio da universidade. In: KANTOR, Iris; MACIEL, Débora A.; SIMÕES, Júlio A. (Org.). **A Escola Livre de Sociologia e Política***:* anos de formação, 1933- 1953. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2ª.ed., 2009.

BOAVENTURA, Edvaldo M. **A construção da universidade baiana***:* origens, missões e afrodescendência. Salvador: EDUFBA, 2009.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. Thales Olympio Góes de Azevedo (1904-1995) – Thales de Azevedo, a institucionalização das ciências sociais na Bahia e o ciclo dos estudos das relações inter-étnicas. **Revista Afro-Ásia**, 1996.

BRITO, Antônio M. F. **O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968).** 2008. 242 f. Tese (Doutorado em Historia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade.** 5. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

CARDOSO, Irene Arruda Ribeiro. **A Universidade da Comunhão Paulista**. São Paulo: Cortez, 1982.

CARNEIRO, Maria L. Tucci (org.). **Minorias Silenciadas** – História da Censura no Brasil. São Paulo: Edusp/Fapesp/Imprensa Oficial, 2002.

CASTRO, Marcial Humberto Saavedra. **Rômulo Almeida e a problemática do planejamento:** o planejamento econômico na Bahia (1955-1961). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2010.

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, A. P. A USP e a formação de quadros dirigentes. In: MOROSINI, M. C. (org.). **A universidade no Brasil**: concepções e modelos. Brasília, INEP, 2006.

CHACON, Wamireh. **História das ideias sociológicas no Brasil**. São Paulo, Edusp/Grijalbo, 1977.

CONSORTE, Josildeth Gomes. Escola e comunidade em Rio de Contas nos anos 40 e 50: revisitando o grupo escolar "Barão de Macaúbas". In: CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos.; MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha.; LOMBARDI, José Claudinei. **Projeto Columbia:** Anísio Teixeira e o desenvolvimento nacional. Campinas-SP: Alínea, 2013.

CORRÊA, Mariza. A revolução das normalistas. **Cad. Pesq**. São Paulo: 13-24, agosto, 1988.

CUNHA, Luís Antônio. Ensino Superior e Universidade no Brasil. **500 Anos de Educação no Brasil/** organizado por Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes de Faria Filho, Cynthia Greive Veiga, - Belo Horizonte: Autêntica 2000.

_____. **A universidade temporã***:* o ensino superior, da colônia à Era Vargas. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007a.

_____. **A universidade reformanda***:* o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2007b.

_____. **A universidade crítica*:*** o ensino superior na república populista. São Paulo: UNESP, 2007c.

CUNHA, Maria Couto. **A dinâmica e os fatores condicionantes da criação de cursos da educação superior no Estado da Bahia**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Tradição, autocracia e carisma:** a política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

DIAS, José Alves. A consumação do golpe e o movimento estudantil baiano contra a ditadura. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 55, p. 195-212, mar.2014.

_____. **Rumo ao palácio:** as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1982). Vitória da Conquista: Edições UESB, 2016.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: A conquista do Estado - Ação política, poder e golpe de classe.
5. Ed. Petrópolis, Vozes, 1981.

DURHAM, Eunice R. Educação Superior, pública e privada (1808-2000).In: BROCK, Colin e SCHWARTZMAN, Simon.(orgs.). **Os Desafios da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

ELSP, Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. **Informações e programas***:* 1933/1934. São Paulo.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar,** Curitiba: UFPR, n. 28, p. 17-36, 2006.

_____. **Universidade & poder***:* análise crítica, fundamentos históricos: 1930-45. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980. (Série Universidade; 8).

_____. **UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. (Série Universidade)

FERNANDES, Florestan. **Circuito fechado**: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. 2ª.

ed. São Paulo: Hucitec,1977.

_____. **A questão da USP**. Brasiliense, 1984. FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. 1933.

_____. **Sobrados e mucambos**. 1936.

_____. **Ingleses no Brasil**. 1948.

GERMANO, José Wellington. **Estado Militar e educação no Brasil (1964-1985).** 5. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

GRISENDI, Ezequiel. El *centro* de la periferia: internacionalización de las ciencias sociales y redes académicas latino-americanas. Manuel Diegues Junior y los avatares de la sociología del desarrollo. **Crítica e Sociedade***:* revista de cultura política. *v. 4, n. 02, 2014.*

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 1936.
IANNI, Octavio. **Sociologia da Sociologia Latino-Americana.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971a.

_____. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970***)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971b.

_____. **A sociologia e o mundo moderno**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE**). Índice de matriculados em cursos superiores na Bahia**. 1963.

KANTOR, Iris; MACIEL, Débora A.; SIMÕES, Júlio A. (Org.). **A Escola Livre de Sociologia e Política***:* anos de formação, 1933-1953. 2. ed. São Paulo: Sociologia e Política, 2009.

LIMONGI, Fernando. A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo. In: MICELI, S. (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Finep, Idesp: Vértice, 1989. v. 01.

MACIEL, Débora A.; SIMÕES, Júlio A. (Org.). **A Escola Livre de Sociologia e Política***:* anos de formação, 1933-1953. 2. ed. São Paulo: Sociologia e Política, 2009.

MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha. O Projeto Columbia e o Planejamento Educacional na Bahia no final dos anos 40 e início de 1950. In: CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos; MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha; LOMBARDI, José Claudinei. **Projeto Columbia***:* Anísio Teixeira e o desenvolvimento nacional. Campinas, SP: Alínea, 2013.

_____. História, memória e educação: relações consensuais e contraditórias. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. 67, p. 165-174, mar. 2016.

MAGALHÃES, Lívia Diana R.; ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas. Relações simbióticas

entre Memória, Ideologia, História da Educação. In: CASIMIRO, Ana Palmira B. S. Casimiro; LOMBARDI, José Claudinei (Org.) **História, Memória e Educação**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

MARTINS, Carlos Benedito. **O que é sociologia**. São Paulo: Editora brasiliense, 1994.

MASSI, Fernanda. Franceses e norte-americanos nas Ciências Sociais brasileiras 1930-1960. In: MICELI, S. (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. v. 01. São Paulo: Finep, Idesp: Vértice, 1989.

MATOS, Odilon Nogueira. O clima cultural dos anos de formação e o pioneirismo da Escola Livre de Sociologia e Política. In: KANTOR, Iris; MACIEL, Débora A.; SIMÕES, Júlio A. (Org.). **A Escola Livre de Sociologia e Política***:* anos de formação, 1933-1953. 2. ed. São Paulo: Sociologia e Política, 2009.

MAZILLI, Sueli. Ensino, pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de redemocratização do Estado. In: **RBPAE** – v.27, n.2, p. 205-221, maio/ago. 2011.

MEDEIROS, Ruy. O Brasil e Vitória da Conquista nos anos 1960-1978. In: MOSCONI, Luis. **Edivanda uma vida de fé e de muitas lutas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

_____. Do contexto de implantação do programa de pesquisas sociais Estado da Bahia, no início da década de 1950, à literatura sobre o tema. In: CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos; MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha; LOMBARDI, José Claudinei. **Projeto Columbia***:* Anísio Teixeira e o desenvolvimento nacional. Campinas, SP: Alínea, 2013.

MEDEIROS, Ruy H. A.; CASTANHO, Sérgio. Trajetória do movimento estudantil e expectativas sociais dos estudantes brasileiros: 1960-1980. **Revista Histedbr Online**, Campinas, n. 55, p. 180-194, mar. 2014.

MENDES, Geisa Flores. **Luzes do saber aos sertões***:* memória e representações da Escola Normal de Vitória da Conquista. Vitória da Conquista, Edições UESB, 2004.

MENDES, Luciana Canário; CASTANHO, Maria Eugênia de Lima e Montes; CASIMIRO, Ana Palmira B. S. História e Memória: primeiras aproximações. In: COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO, 10., **Anais...**

MENEZES, Jaci M. Ferraz de. O Projeto Columbia, o Projeto Unesco e os Estudos da Década de 1950 na Bahia e em São Paulo: preconceitos e discriminações sobre o negro no Brasil. In: CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos; MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha; LOMBARDI, José Claudinei. **Projeto Columbia***:* Anísio Teixeira e o desenvolvimento nacional. Campinas, SP: Alínea, 2013.

MEUCCI, Simone. **Institucionalização da Sociologia no Brasil***:* primeiros manuais e cursos. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2011.

MICELI, Sérgio. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais. In: MICELI, S. (Org.). **História das ciências sociais no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Sumaré, v. 1. p. 91-134.

MIDLEJ, Moema Maria Badaró Cartibani. **Universidade e região**: territorialidade da

Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

MINTO, Lalo Watanable. **A educação da "miséria":** particularidade capitalista e educação superior no Brasil. Campinas: [s.n.], 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.); RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. **A ditadura que mudou o Brasil***:* 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014a.

_____. **As universidades e o regime militar***:* cultura política brasileira e a modernização autoritária. 1. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2014b.

_____. As políticas universitárias das ditaduras militares do Brasil, da Argentina e do Chile. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Ditaduras militares***:* Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2015.

NAMER, Gérard. Posfácio. In: **Os marcos sociais da memória**. Universidade Central da Venezuela, 2004.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **História regional e local:** fragmentos e recomposição da história na crise da modernidade. Feira de Santana: UEFS; Salvador: Arcádia, 2002.

NICOLATO, M.A. **A caminho da lei 5.540/68:** a participação de diferentes atores na definição da reforma universitária. 1986. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Belo Horizonte: UFMG, 1986.

NORA, Pierre. Entre a Memória e a História: a problemática dos luares. In: **Projeto História**, n. 10, p. 7-28. 1993.

O LIVRO NEGRO DA USP: o controle ideológico na Universidade. 2. ed. São Paulo: ADUSP, 1979.

OLIVEIRA, Edileusa Santos. **O Ginásio de Conquista** – Memória de uma instituição escolar (1940-1960) Dissertação**.** 2009. Mestrado (Memória: Linguagem e Sociedade) – UESB, Vitória da Conquista, 2009.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Diálogos intermitentes: relações entre Brasil e América Latina. In: **Sociologias,** Porto Alegre, ano 07, n. 14, jul./dez. 2005.

PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura civil-militar uruguaia: doutrina e segurança nacional. In: **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol.28, n. 48, p.495-517, jul/dez 2012.

PAULO NETTO, José. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985).** 1 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, silêncio. In: **Estudos históricos**, Vol. 2, n. 03. Rio de janeiro: 1989.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François et al. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2007.

SALMERON, Roberto A. **A universidade interrompida***:* Brasília (1965-1965). Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

SANFELICE, José Luís. O Estado e a política educacional do regime militar. In: SAVIANI, Dermeval (Org.). **Estado e Políticas Educacionais na História da Educação Brasileira**. Vitória: EDUFES, 2010.

_____. **Movimento estudantil:** a UNE na resistência ao golpe de 64. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

_____. O legado educacional do Regime Militar. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez, 2008.

SERPA, Luiz Felippe Peret; CUNHA, Maria Couto. Sociedade e ensino superior no Brasil: a diferente trajetória do caso baiano. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. São Bernardo do Campo: Associação Nacional de Política e Administração da Educação, v.18, n.2, jul./dez. 2002. Disponível em: <http://www2.ufba.br/~mcouto/Docs/doc3.pdf>. Acesso em: 05 maio 2017

SILVA, Antônia Almeida; PINA, Maria Cristina Dantas. "Educar para enriquecer": o liberal desenvolvimentismo, o projeto tecnocrático e a educação pública na Bahia (1940-1970). **Revista HISTEDBR**, Campinas, n.36, p. 57-69, dez. 2009.

SIMONSEN, Roberto. **Rumo à verdade**. São Paulo, São Paulo Editora, 1933. (Discurso proferido em 27/05/1933).

SOUZA, Belarmino de Jesus. **Uma polis sertaneja, fora do eixo e fora do centro**: imprensa e memória nas disputas políticas em Vitória da Conquista (1962-1992). Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em História Social, Salvador, 2010.

SOUZA, Daniela Moura Rocha. **Intelectuais, Ideologia e Política Educacional na Bahia durante a Ditadura civil-militar brasileira (1964-1985***).* 2016. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2016.

SOUZA, Ney de. Ação católica, militância leiga no Brasil: méritos e limites. **Revista de Cultura Teológica,** v. 15, n. 55, abr./jun. 2006.

SUCUPIRA, Newton. A reestruturação das universidades federais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 50, n. 111, p. 83-95, jul./ set. 1968.

TANAJURA, Mozart. **História de Conquista:** crônica de uma cidade. Vitória da Conquista: PMVC. Brasil Artes Gráficas, 1992. (ed. comemorativa)

TAVARES, Luis Henrique Dias. Conversa sobre instantes históricos da educação na Bahia. **Boletim da Faculdade de Educação**, Salvador: Universidade Federal da Bahia, n.12, p. 7-17, dez. 1985.

TEIXEIRA, Anísio. Uma perspectiva de educação superior no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos,** n. 50, p. 21-82, jul./set. 1968.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado***:* história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
TOLEDO, Caio Navarro de**. ISEB***:* fábrica de ideologias. São Paulo: Ática, 1977. Ensaios 28.
TOMAZI, Nelson Dácio et al. A institucionalização da Sociologia no ensino superior paranaense. **Mediações**, Londrina, v. 6, n. 2, p. 149-167, 2001.

VIANA FILHO, Luís. **O Governo Castelo Branco.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympío Editora, 1975. (Coleção Documentos Brasileiros).

VIEIRA, Sofia Lerche. **Revista Brasileira Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 88, n. 219, p. 291-309, maio/ago. 2007.

VILLAS BÔAS, Glaucia. **A recepção da sociologia alemã no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

_____. **A vocação das ciências sociais no Brasil***:* um estudo da sua produção em livros no acervo da Biblioteca Nacional, 1945-1966. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007.

Jornais e revistas

A TARDE, mar. 1962.

A TARDE, 04 mar. 1962.

A TARDE, 16 mar. 1963.

A TARDE, 3 jun. 1964.

A TARDE, 05 jun. 1964 .

A TARDE, 07 abr. 1964.

A TARDE, 10 abr. 1964.

A TARDE, 13 maio 1964.

A TARDE, 1965.

A TARDE, 12 mar. 1965.

A TARDE, 16 abr. 1965.

A TARDE, 29 abr. 1965.

A TARDE, 26 ago. 1965.

A TARDE, 13 dez. 1965.

A TARDE, 22 dez. 1965.

A TARDE, 1967.

A TARDE. Da Aula para a rua contra a Lei de Ensino. *Jornal A Tarde*, Salvador, 22 ago. 1967.

A TARDE, 06 set. 1967

A TARDE, 31 out. 1967.

A TARDE, 22 jun. 1968.

A TARDE, 09 out. 1968. A TARDE, sd.

ESTADO DA BAHIA, 19 abr. 1965.

ESTADO DA BAHIA, ano XI, 09 out. 1968.

ESTADO DA BAHIA, ano XXXV, 15 out. 1968.

ESTADO DA BAHIA, 09 dez. 1968.

JORNAL DA BAHIA, 16 jun. 1968.

JORNAL UNIVERSITÁRIO, 31 ago. 1969.

O COMBATE, n. 07, 27 set. 1959.

O COMBATE, n. 22, 09 jun. 1960.

O COMBATE, 7 abr. 1963.

O COMBATE, 04 jan. 1964.

O CONQUISTENSE, ano IV, p. 5, 06 jun. 1959.

O ESTADO DE SÃO PAULO, 15 maio 1964.

O ESTADO DE SÃO PAULO, p. 13, 05 fev. 1967.

O ESTADO DE SÃO PAULO, mar. 1967.

O ESTADO DE SÃO PAULO, p. 03, 27 out. 1967.

O FIFÓ, Vitória da Conquista, BA, 1977. (Dirigido e editado por Ruy Medeiros)

O FIFÓ, Vitória da Conquista, BA, 09 nov. 1977. (Dirigido e editado por Ruy Medeiros)

O FIFÓ, Vitória da Conquista, ano I, p. 9, 11 out. 1977. (Dirigido e editado por Ruy Medeiros)

O FIFÓ, Vitória da Conquista, BA, p. 04, 09 nov. 1977. (Dirigido e editado por Ruy Medeiros)

O FIFÓ, Vitória da Conquista, BA, 10 nov. 1977. (Dirigido e editado por Ruy Medeiros)

O FIFÓ, Vitória da Conquista, BA, 11 out. 1997. (Dirigido e editado por Ruy Medeiros)

O JORNAL, 10 abr. 1965.

O SERTANEJO, 30 maio 1964.

O SERTANEJO, 01 abr. 1967.

REVISTA DOCUMENTA, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Educação, 1962 -1970.

REVISTA DOCUMENTA, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Educação, mar. 1962.

REVISTA DOCUMENTA, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Educação, 1965.

REVISTA DOCUMENTA, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Educação, v. 33, jan. 1965.

REVISTA DOCUMENTA, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Educação, abr. 1968.

REVISTA DOCUMENTA, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Educação, jul. 1973.

TRIBUNA DO CAFÉ, 1977.

Fontes documentais

BAHIA. **Decreto-Lei nº 13.855**, de 29 de fevereiro de 1944.

BAHIA. Assembleia Legislativa. **Lei nº. 1.802**, de 25 de outubro de 1962. Cria as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Feira de Santana, Ilhéus, Jequié, Caetité, Vitória da Conquista e Juazeiro e dá outras providências.

BAHIA. **Plano de Desenvolvimento da Bahia (PLANDEB) 1960-1963**. Salvador, 1963.

BAHIA. **Lei Orgânica do Ensino nº. 2.463**, de 13 de setembro de 1967.

BAHIA. **Lei nº. 2.464**, de 13 de setembro de 1967. Reforma Administrativa da Secretaria da

Educação.

BAHIA. **Lei nº. 2.521**, de 23 de fevereiro de 1968. Estatuto do Magistério Público da Bahia.

BAHIA. **Plano Integral de Educação e Cultura do Estado da Bahia**. Governo de Luís Viana Filho. (documento oficial). Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, 1969. v. I. e II.

BRASIL. **Decreto nº 20.179**, de 1931.

BRASIL. **Decreto 5.513**, de 4 de abril de 1935. BRASIL. **Decreto-lei nº 421**, de 11 de maio de 1938.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.190**, de 4 de abril de 1939. Organiza a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

BRASIL. **Constituição**, de 1937.

BRASIL. **Decretos-lei nº 2.076**, de 08 de março de 1940.

BRASIL. **Decretos-lei nº 3.617**, de 11 de setembro de 1941. BRASIL. **Decreto-lei n.º 4.244**, de novembro de abril de 1942. BRASIL. **Decreto nº 9.786**, de 06 de setembro de 1946.

BRASIL. **Decreto nº. 15.194**, de 20 de março de 1952.

BRASIL. MEC/SEEC. **Sinopse estatística do ensino superior**. 1960.

BRASIL. **Lei n° 4.024**, de 1961. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

BRASIL. **Decreto nº 53.884**, de 1964.

BRASIL. **Ato Institucional nº 2**, de 27 de outubro de 1965. BRASIL. **Decreto-Lei nº 53**, de 1966.

BRASIL. **Decreto-Lei nº. 252**, de 1967.

BRASIL. **Decreto-Lei n° 63.341**, de outubro de 1968.

BRASIL. **Lei nº. 5.540**, de 28 de novembro de 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm>. Acesso em: 28 mar. 2016. BRASIL. **Decreto-Lei nº 464**, de 11 de fevereiro de 1969.

BRASIL. **Lei nº. 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/l5692_71.htm>. Acesso em: 20 fev. 2016.

EPEA. Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) 1964-1966. **Documentos EPEA**, Rio de Janeiro, n. 1, 1964.

ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA. **Relatório 1964-1965**. Bahia.

ESTATUTO da Associação de Escolas Superiores de Vitória da Conquista, 28 de outubro de

1966. Registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas sob nº 96 do livro A-4

FUNDAÇÃO DA ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO (FESPSP) Cursos atuais. Disponível em: <http://www.fespsp.org.br/inst_institucional>. Acesso em: 20 fev. 2016.

PLANO TRIENAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL 1963- 65. In: **O Plano Trienal e o Ministério do Planejamento**, Centro Celso Furtado, Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

RELATÓRIO de Orientação das Atividades da Educação Superior da Bahia, ano 1966. RIO DE JANEIRO (Estado). **Decreto Municipal nº 5.513**, de 1935.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 2.834**, de 24 de julho de 1956. Incluiu a Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Site da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia

UNIVERSIDADE DA BAHIA. Conselho Universitário. **Ata Consuni**, 10 de julho de 1964.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA. **Carta Consulta**. Vitória da Conquista, 1986.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA). Excluíram Filosofia do vestibular único. **Jornal Universitário (J.U**), Salvador, v. 02, n.13, p. 04, 31 ago. 1968.

Depoimentos

CASIMIRO, Ana Palmira B. S. **A educação em Vitória da Conquista nas décadas de 1960 e 1970**. Entrevista. [22 de setembro de 2013]. Entrevistadora: Luciana Canário. Vitória da Conquista, 2016.

CONSORTE, Josildeth Gomes. Entrevistador: Marcos Chor Maio. 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v3n1/v3n1a09.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2017.

MEDEIROS, Ruy Hermann Araújo. **A educação baiana durante a ditadura civil militar**. Entrevista. [10 de abril de 2014]. Entrevistadoras: Daniela Moura e Luciana Canário. Vitória da Conquista, 2014.

SAMPAIO, Aécio Pamponet. Entrevistador: Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA. [53:44 minutos]. Salvador: Comissão Milton Santos/UFBA, 2014. Disponível em: <http://www.comissaoverdade.ufba.br/node/34>. Acesso em: 12 ago. 2017.

SAMPAIO, Aécio Pamponet. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=AtXBvD3q9SE>. Acesso em: 12 ago. 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Coleta realizada nos arquivos do Senado Federal e Assembleia Legislativa

Decreto	Nº 20.179	06/07/1931	Art. 7º Serão igualmente reconhecidos como válidos para o exercício profissional no território da República, os diplomas expedidos pelos institutos livres de ensino superior para este efeito organizados de acordo com os congêneres federais nos termos deste decreto. Requisitos Reconhecimento será requerido ao ministro da Educação e Saúde Pública (via depósito no Departamento Nacional de Ensino)	Getúlio Vargas Francisco Campos
Decreto-Lei	Nº 9.786	06/09/1946	Fixa o currículo mínimo de Sociologia e Política, de São Paulo.	Eurico Gaspar Dutra / Ernesto de Souza Campos
Decreto legislativo	Nº 95	03/12/1953	Aprovado convênio entre a Comissão do Vale de São Francisco e a Escola de Sociologia e Política de São Paulo.	José Café Filho (presidente do Senado Federal)
Lei	Nº 2.834	24/07/1956	Concede a inclusão da ESP de SP entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal (Cr$2.500.000,00 dois milhões e quinhentos mil cruzeiros/anualmente)	João Goulart Clóvis Salgado José Maria Alkmim
Decreto	Nº 40.293	06/11/1956	Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, crédito para pagamento de subvenção a ESP de SP, referente ao exercício de 1956.	Juscelino Kubitschek / Clóvis Salgado José Maria Alkmim
Decreto	Nº 45.819	16/04/1959	Concede autorização para funcionamento dos cursos de ciências econômicas, sociologia e política e administração pública, da Faculdade Católica de Ciências Econômicas, de Curitiba.	Juscelino Kubitschek / Clóvis Salgado
Decreto	Nº	15/09/1965	Concede reconhecimento aos cursos da ESP da PUC/RJ	H. Castello Branco / Flávio Lacerda
Lei	Nº 2.362	05/08/1966	Considera de utilidade pública a FACULDADE DE **SOCIOLOGIA E POLÍTICA** DE ILHÉUS[122].	Antônio Lomanto Júnior (governador) / Jorge Calmon
Lei	Nº 2.367	25/08/1966	Considera de utilidade pública a Fundação Desembargador Álvaro Clemente de Oliveira, entidade mantenedora das Escolas de Sociologia e Política da Bahia, de Bibliotecários e Documentalistas e de Serviço Social.	Antônio Lomanto Júnior (governador) / Jorge Calmon
Decreto-lei	Nº 53	18/11/1966	Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências. - Art.6º O desdobramento, a fusão **e a extinção de unidades existentes**, em virtude da presente lei, bem como a redistribuição, transformação ou extinção dos cargos a elas distribuídos, serão declarados por decreto (atende aos Atos institucionais nº 2 e 3).	H. Castello Branco Raimundo Moniz de Aragão
Decreto-Lei	Nº 252	28/02/1967	Complementa o decreto nº 53 (atende ao AI nº 04). - Departamentalização	H. Castello Branco Raimundo Moniz de Aragão

.

Decreto-Lei	Nº 314	13/03/1967	AI's nº 02 (27/10/1965) e nº 04 (07/12/1966) Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social. - propaganda subversiva (distribuição de jornal, boletim ou panfleto) - aliciamento de pessoas nos locais de trabalho ou de ensino).	H. Castello Branco Carlos Medeiros Silva
Lei	Nº 2.441	06/04/1967	Considera de utilidade pública a Fundação "Desembargador Álvaro Clemente de Oliveira" e as entidades educacionais por ela mantidas.	Antônio Lomanto Júnior (governador)
Decreto-lei	Nº 750	05/08/1969	Provê a transformação da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), e dá outras providências. A UFPEL será constituída pelas seguintes unidades: - Faculdade de Agronomia; - Faculdade de Ciências Domésticas; - Faculdade de Direito; - Faculdade de Odontologia; - Faculdade de Veterinária; **- Instituto de Sociologia e Política (segundo Alan – email, o Instituto foi fundado em 1958 – ver Universidade do RGS).**	A. Costa e Silva Tarso Dutra
Lei	Nº 6.888	10/12/1980	Dispõe sobre o exercício da profissão de Sociólogo e dá outras providencias.	João Figueiredo/ Murilo Macêdo

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE B - Lista dos discentes: registro de matrícula dos alunos da Escola de Sociologia e Política de Vitória da Conquista (1965)

Nome	Sexo M	Sexo F	Origem	Estado Civil
Agueda Miranda Caires		X	Livramento de Brumado-BA	Solteira
Ana Alicemar Cerqueira de Andrade		X	Fortaleza - BA	Não consta
Ana Maria Torreão		X	Ubaitaba - BA	Casada
Auta Rosa Lopes Félix		X	Vitória da Conquista - BA	Solteira
Antônio José Sá Nascimento	X		Vitória da Conquista - BA	Casado
Antônio Luis de Seixas Pereira			Salvador - BA	Não consta
Antônio Nery Barbosa	X		Glória do Goitá - Pe	Não consta
Camerino de Araújo Filho	X		Jequié - BA	Casado
Clarice Ferraz dos Santos		X	Vitória da Conquista - BA	Solteira
Corina Xavier de Amorim		X	Vitória da Conquista - BA	Solteira
Durval Lemos Menezes	X		Vitória da Conquista - BA	Casado
Edite da Silva Pereira		X	Ibirataia	Casada
Edith Correia dos Santos		X	Encruzilhada - BA	Solteira
Ednália Gomes Ribeiro		X	Vitória da Conquista - BA	Solteira
Eduardo Vieira Lima	X		Ibitiara - BA	Casado
Firmo Pinheiro de Mattos Filho	X		Salvador - BA	Casado
João Alves Neto	X		Sapé - Paraíba	Casado
João do Nascimento Souza Bonfim	X		Teófilo Otoni -	Não consta
José Mozart Tanajura	X		Livramento de Brumado - BA	Não consta
Lília Guimarães Ladeia		X	Riacho de Santana - BA	Solteira
Lúcia Margarida de Souza		X	Ibicaraí - BA	Solteira
Maria Angélica de Oliveira		X	Catu - BA	Solteira
Maria da Conceição Meira Barros		X	Ituaçú - Ba	Casada
Maria da Conceição Pithon Brito		X	Boa Nova - BA	Solteira
Maria Nize Alves		X	Jequié - BA	Solteira
Maria Eugênia Rapold Reis		X	Belmonte - BA	Casada
Marilene Robatto Sampaio		X	Alagoinhas - BA	Casada
Nair Sampaio Moura		X	Mutuípe - BA	Casada
Nilza Vianna Cruz		X	Vitória da Conquista - BA	Solteira
Olga Fernandes Lopes		X	Vitória da Conquista - BA	Solteira
Robério Dias de Ramalho Sampaio	X		Macajuba - Ba	Casado
Zélia Moutinho Santos		X	Itapetinga	Solteira
Zélia Porto		X	Ibicuí - BA	Solteira
Zuleika Porto		X	Ibicuí - BA	Solteira
OBS: Matrícula realizada no dia 01/04/1965				
Secretária: Esther Augusta Gomes Silva				

Fonte: Arquivo Público do Museu Pedagógico/UESB

APÊNDICE C - Lista dos discentes: registro de matrícula dos alunos da Escola de Sociologia e Política de Vitória da Conquista (1966)

Nome	Sexo M	Sexo F	Origem	Estado Civil
Ada Nisa dos Santos Pinheiro		X	Itororó - BA	Solteira
Ademir Dantas Menezes			Miguel Calmon - BA	Solteiro
Aldovrando Carneiro Carvalho	X		Jaguaquara - BA	Não consta
Aristóteles Bezerra Silva	X		Sertânia - PE	Não consta
Dalvany Maria Rocha		X	Brumado - BA	Solteira
Edvaldo Simões de Andrade	X		Sertânia - PE	Não consta
Enelmano Correia dos Santos Pinheiro	X		Vitória da Conquista - BA	Não consta
Fernando Eleodoro de Santana	X		Ubaira - BA	Não consta
Ires de Azevedo Bonfim	X		Rio de Contas - BA	Solteira
José Antônio de O. Pithon	X		Vitória da Conquista - BA	Não consta
Osvaldo Ribeiro dos Santos	X		Vitória da Conquista - BA	Não consta
Palmira Bittencourt Ferraz		X	Itambé - BA	Solteira
Pedro Santino Filho	X		Sertânia - PE	Não consta
Rozendo Ferreira Neto	X		Euclides da Cunha - BA	Não consta
OBS: Matrícula realizada no dia 19/04/1966				
Secretária: Esther Augusta Gomes Silva				

Fonte: Arquivo Público do Museu Pedagógico/UESB

APÊNDICE D - Lista dos discentes: registro de matrícula dos alunos da Escola de Sociologia e Política de Vitória da Conquista (1966)

Nome	Sexo M	Sexo F	Origem	Estado Civil
Agueda Miranda Caires		X	Livramento de Brumado-BA	Solteira
Antônio José Sá Nascimento	X		Vitória da Conquista - BA	Casado
Clarice Ferraz dos Santos		X	Vitória da Conquista - BA	Solteira
Durval Lemos Menezes	X		Vitória da Conquista - BA	Casado
Edite da Silva Pereira		X	Ibirataia	Casada
Edith Correia dos Santos		X	Encruzilhada - BA	Solteira
Ednália Gomes Ribeiro		X	Vitória da Conquista - BA	Solteira
João do Nascimento Souza Bonfim	X		Teófilo Otoni -	Não consta
José Mozart Tanajura	X		Livramento de Brumado - BA	Não consta
Lília Guimarães Ladeia		X	Riacho de Santana - BA	Solteira
Lúcia Margarida de Souza		X	Ibicaraí - BA	Solteira
Maria da Conceição Pithon Brito		X	Boa Nova - BA	Solteira
Nair Sampaio Moura		X	Mutuípe - BA	Casada
Olga Fernandes Lopes		X	Vitória da Conquista - BA	Solteira
Zélia Moutinho Santos		X	Itapetinga	Solteira
Zélia Porto		X	Ibicuí - BA	Solteira
OBS: Matrícula realizada no dia 01/04/1965				
Secretária: Esther Augusta Gomes Silva				

Fonte: Arquivo Público do Museu Pedagógico/UESB.

ANEXOS

ANEXO A - Manifesto de Fundação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo

ESCOLA LIVRE DE SOCIOLOGIA E POLITICA DE SÃO PAULO

A analyse desapaixonada e honesta de nossa historia politico-social revela, sem duvida, a cada passo, esforços sinceros para reorganização da vida do paiz. Em todos os ramos de actividade, multiplas são as tentativas e concepções, tendentes a melhorar nossas condições de existencia. Mas não se póde negar que tem sido pouco animador o resultado. A todo esforço seguem-se geralmente fracassos e decepções. E sempre continuamos no mesmo ambiente de hesitações, experiencias e desiquilibrio.

É evidente que esse estado de coisas, não obstante a illusão de alguns sonhadores de panacéas, não deriva de um factor unico, susceptivel de exame e solução tranquillizadora. Varios e differentes são os factores, cada qual de maior ou menor effeito corrosivo. Dentre elles, entretanto, destaca-se naturalmente, por seu caracter basico, a falta de uma élite numerosa e organizada, instruida sob methodos scientificos, ao par das instituições e conquistas do mundo civilizado, capaz de comprehender, antes de agir, o meio social em que vivemos.

Está na consciencia de todos essa grande falta. Ainda ha pouco, na guerra civil desencadeada em nosso Estado, e tambem agora, na lucta para refazer-se dos effeitos dessa guerra e das afflicções que a antecederam, o povo sente-se mais ou menos ás tontas e vacillante. Quer agir, tem vontade de promover algo de util, cogita de uma renovação benefica, mas não encontra a móla central de uma elite harmoniosa, que lhe inspire confiança, que lhe ensine passos firmes e seguros.

Esse mal não póde ser remediado ás pressas, nem admitte paliativos desalentadores. Urge encaral-o de frente, com pensamento mais para o futuro do que para o presente.

Os instrumentos e processos de ensino em vigor, si permittem a formação de profissionaes distinctos, de especialistas notaveis, acoroçoam, por outro lado, especulações individualistas, pesquizas isoladas, e o malsinado autodidatismo, gerador de planos e concepções de caracter pessoal. Falta em nosso apparelhamento de estudos superiores, além de organizações universitarias solidas, um centro de cultura politico-social apto a inspirar interesse pelo bem collectivo, a estabelecer a ligação do homem com o meio, a incentiver pesquizas sobre as condições de existencia e os problemas vitaes de nossas populações, a formar personalidades capazes de collaborar, efficaz e conscientemente, na direcção da vida social.

A fundação da ESCOLA LIVRE DE SOCIOLOGIA E POLITICA DE SÃO PAULO vem prehencher essa lacuna evidente. Já aproveitando elementos de valor em nossas classes cultas, já contractando professores de renome fóra do paiz, já promovendo confe-

rencias, publicações avultas e periodicas, e intercambio com institutos estrangeiros analogos, já adoptando para os cursos uma orientação eminentemente scientifica, á altura das exigencias do meio social contemporaneo - a ESCOLA offerecerá aos estudiosos um campo de cultura e de preparo indispensavel para efficiente actuação na vida social.

A historia universal encerra exemplos de grandes civilizações construidas sem base na instrucção popular. Mas não ha exemplo de civilização alguma que não tivesse por alicerce élites intellectuaes sábia e poderosamente constituidas.

São Paulo, embóra moralmente ferido pelos dissabores dos ultimos annos, deixará patente sua consideravel força de resistencia e dará novo exemplo de sua tradiccional energia constructora, si prestar apoio integral ao novo orgam de ensino.

São Paulo, de abril de 1933.

Armando Salles de Oliveira (aut. a T. de Almeida)

ANEXO B – Estatuto da Associação de Escolas Superiores de Vitória da Conquista

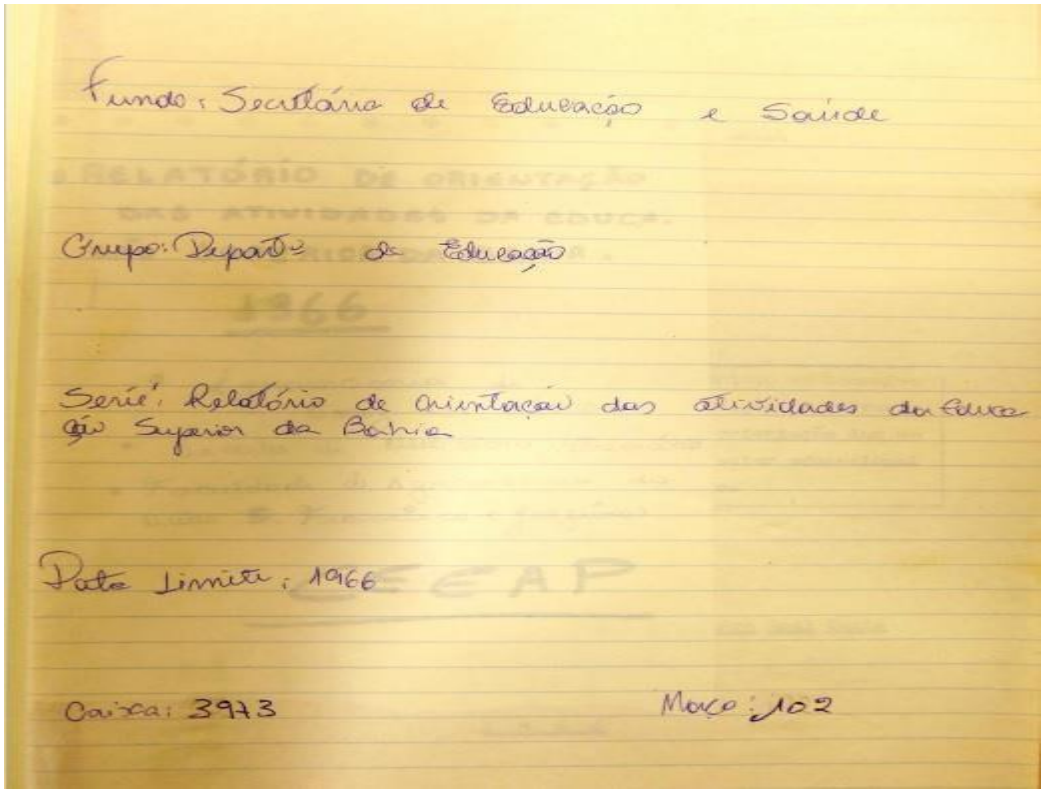
CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE VITÓRIA DA CONQUISTA, ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR DADA E PASSADA A PEDIDO ESCRITO DA PARTE INTERESSADA, NA FORMA ABAIXO DECLARADA:

EU, WELTISA MARIA TEIXEIRA CUNHA, SUBOFICIAL DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS, DESTA COMARCA,NA FORMA DA LEI, ETC

CERTIFICO E DOU FÉ, para os devidos fins de direito,que revendo os livros deste]Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, encontrei Registrado sob nº 96 do livro A-4 datado de 28.10.1966 cujo teor se segue " Extratos dos Estatutos da Associação de Escolas Superiores de Vitória da Conquista Art.1.0 -A "Associação de Escolas Superiores de Vitória da Conquista " e uma sociedade civil (de cunho, digo, cunho cultural), digo , de cunho educacional , sem fins lucrativos, constituída por tempo indeterminado, com fôro e sede na cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, com personalidade Jurídica distinta da de seus associados, os quais não respondem subsidiariamente pelas obrigações contraídas em nome da associação. Art. 2.0- A associação objetiva fundar e manter escolas e cursos de nível superior, visando a preparar cientistas e técnicos que concorram para o desenvolvimento do país. § único- De logo fica fundada a Faculdde digo, Faculdade de Sociologia e política de Vitória da Conquista, que terá estatutos e regimento próprios. Art.3.o - O patrimônio da Associação constituir-se-á: a) de móveis, imóveis e utensílhos que venham adquirir; b)- declarações feitas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado; c) – de auxílios e subvenções oriundos do poder público; d)- de taxas e anuidades cobradas nas escolas e cursos mantidos pela associação Art. 4.o- Dissolvida a associação, depois de satisfeito o passivo, o patrimônio remanescente reparti-se-á entre os orfanatos existentes nesta cidade. Art. 5.o- Os associados serão pessoas físicas ou jurídicas e compreenderão as seguintes categorias: a) – Fundadores; b) comuns. Art. 9.o – A associação Geral, presidida pelo associado mais idoso entre os presentes, reunir-se-á, ordinariamente uma vez por ano, em lugar, dia e hora designados pela Diretoria e, extraordinariamente quando convocada pelo presidente ou a requerimento da maioria da Diretoria. Art.11 – A assembléia deliberará em nome, digo, reunião de primeira convocação, por maioria simples com a presença mínima da maioria absoluta dos associados. Em reunião de segunda convocação, a realizar-se uma (1) hora após a primeira assembléia deliberará com qualquer número. Art. 14- A Diretoria, com mandato de três (3) anos, podendo ser renovado no todo ou em parte, será constituída de: a) – Presidente; b) – Vice-Presidente ; c) – Secretário; d)- Tesoureiro. Art.21- O Conselho Fiscal será constituído de três (3) membros, com mandato de três (3) anos renovável no todo ou em parte eleitos pela assembléia simultaneamente com a Diretoria. Art.23- Os presidentes, digo, presentes estatuto, só poderão ser reformados em Assembléia Geral Extraordinária , especialmente convocada para tal fim. Art. 24 - A associação poderá ser dissolvida poe proposta da Diretoria por determinação de Assembléia Geral Extraordinária , especialmente convocada para esse fim, a qual comparecam pelos menos dois têrços (2/3) dos associados. Art. 25 - A congregação de cada escola, terá competência para

ANEXO C – Excertos do Relatório de Orientação das Atividades da Educação Superior na Bahia



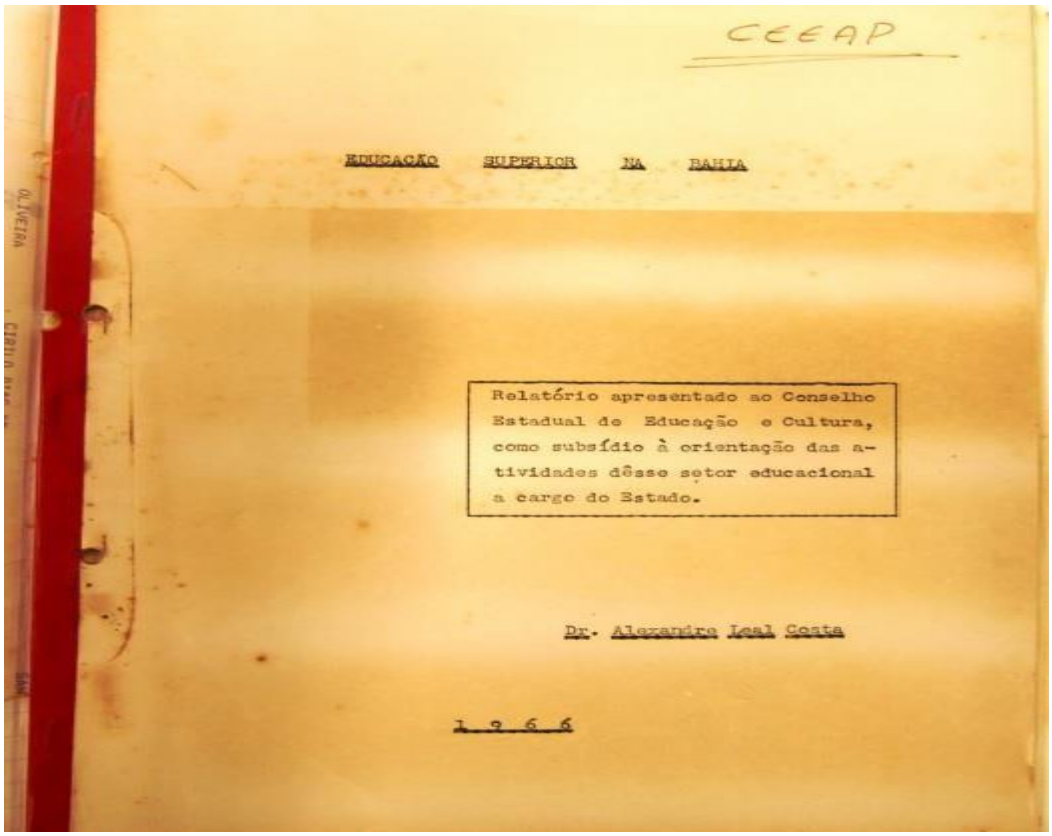
Fundo: Secretaria de Educação e Saúde

Grupo: Departamento de Educação

Série: Relatório de orientação das atividades da Educação Superior da Bahia

Data limite: 1966

Caixa: 3973 Maço: 102



CEEAP

EDUCAÇÃO SUPERIOR NA BAHIA

Relatório apresentado ao Conselho Estadual de Educação e Cultura, como subsídio à orientação das atividades dêsse setor educacional a cargo do Estado.

Dr. Alexandre Leal Costa

1 9 6 6

S U M Á R I O

1 - Situação Atual da Educação Superior no Estado -

1.1 - Estabelecimentos de Ensino Superior na Bahia.
1.2 - Atendimento dado aos candidatos ao Ensino Superior.
1.3 - Preferência manifestada pelos educandos.
1.4 - Interêsse do Estado na Educação Superior.

2 - Orientação das Atividades da Educação Superior a cargo do Estado: Exame de Roteiros -

2.1 - Manutenção do sistema de Ensino Superior sob o regime de estabelecimentos isolados:
2.1.1 - Assistência financeira adequada.
2.1.2 - Intercâmbio dos órgãos da Administração Estadual com as Instituições de Educação Superior Federais e Particulares existentes no Estado.
2.1.3 - Papel supletivo do Estado no setor de Educação Superior.
2.1.4 - Regime de agregação.

2.2 - Criação de uma Universidade do Estado:
2.2.1 - Universidade de caráter amplo.
2.2.2 - Universidade de objetivo especializado.

3 - Resumo e Conclusões.

* * * * * *
* * * *
* *
*

1. SITUAÇÃO ATUAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO *

1.1 - Estabelecimentos de Ensino Superior na Bahia -

O Ensino Superior na Bahia está sendo realizado em 39 estabelecimentos, dos quais:

16 agrupados na Universidade Federal da Bahia:

1. Escola de Administração
2. Escola de Belas Artes
3. Escola de Biblioteconomia e Documentação
4. Escola de Enfermagem
5. Escola de Geologia
6. Escola de Nutricionistas
7. Escola Politécnica
8. Escola de Teatro
9. Escola de Dança (curso de Magistério Superior)
10. Faculdade de Arquitetura
11. Faculdade de Ciências Econômicas
12. Faculdade de Direito
13. Faculdade de Farmácia
14. Faculdade de Filosofia
15. Faculdade de Medicina
16. Faculdade de Odontologia.

Obs: A Universidade mantém, além dêsses estabelecimentos, numerosos outros órgãos de pesquisa e ensino constituídos sob a forma de Institutos, Laboratórios, Núcleos, Centros e Seminários.

5 agrupados na Universidade Católica da Bahia:

1. Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública
2. Escola de Serviço Social
3. Faculdade de Ciências Econômicas
4. Faculdade de Direito
5. Faculdade de Filosofia.

18 estabelecimentos isolados de ensino, sendo:

3 mantidos pelo Estado -

1. Escola Agronômica da Bahia, em Cruz das Almas
2. Escola de Medicina Veterinária da Bahia, na Capital
3. Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco, em Joazeiro.

---

* - Veja-se sôbre o assunto, especialmente sôbre os dados estatísticos aqui referidos, o "Documento informativo" do 12º Simpósio de Políticas Governamentais, realizado nesta Capital, em junho/65.

-4-

10 particulares, com séde na Capital:

1. Escola de Estatística da Bahia (Fundação Visconde de Cairu)
2. Escola de Sociologia e Política da Bahia (Fundação Desembargador A. C. de Oliveira)
3. Escola de Serviço Social (IDEM)
4. Escola de Bibliotecários e Documentalistas(IDEM)
5. Curso Superior de Agrimensura (Escola de Engenharia Eletro-Mecânica da Bahia)
6. Centro de Aperfeiçoamento e Pesquisa de Petróleo (PETROBRÁS)
7. Seminário Central da Bahia (Arquidiocese)
8. Instituto de Música da Bahia
9. Escola de Música da Bahia
10. Conservatório Bahiano de Canto Orfeônico (Ainda controvertida sua caracterização como estabelecimento de nível superior).

5 particulares com séde em cidades do Interior do Estado:

1. Faculdade Católica de Direito - Ilhéus
2. Faculdade de Sociologia e Política - Ilhéus
3. Faculdade de Filosofia - Itabuna
4. Faculdade de Ciências Econômicas - Itabuna
5. Escola de Sociologia e Política - Vitória da Conquista.

De passagem, vale lembrada a lei nº 1.802 de 25.10.62, pela qual o Estado criou cinco Faculdades de Filosofia,Ciências e Letras, respectivamente em Feira de Santana, Ilhéus, Jequié, Caetité e Vitória da Conquista, sem que, entretanto, tenha tomado providência no sentido de instalá-las. Êsses estabelecimentos teriam por objetivo "preparar professôres para o magistério secundário, incrementar a pesquisa científica e difundir a cultura universitária no interior do Estado".

1.2 - Atendimento aos candidatos ao Ensino Superior -

No ano de 1964, o número de matrículas em todos os estabelecimentos, então existentes no Estado, subiu a 5.819,sendo:

Universidade da Bahia - 3.708
Universidade Católica - 1.123

Estabelecimentos isolados - 988, dos quais 229 nos estabelecimentos do Estado.

Fonte: Departamento de Educação e Cultura do Estado da Bahia/APEB.

ESTADO DA BAHIA

PELA ARDUA SURGO BRASIL

VITÓRIA DA CONQUISTA

Câmara Municipal

[redacted]

MOÇÃO 1-64

A Câmara de Vereadores de Vitória da Conquista, fiel intérprete dos sentimentos do povo conquistense, cumpre sagrado dever de Justiça e de Gratidão, ao apresentar esta calorosa MOÇÃO DE APLAUSOS às Fôrças Armadas Brasileiras que, interpretando com igual fidelidade as aspirações do povo brasileiro, soube repor, com bravura e sem derramamento de sangue de irmãos, através do movimento revolucionário iniciado a 31 de março último, o Govêrno Brasileiro nos caminhos da legítima Democracia, forma de govêrno que é um imperativo histórico da nacionalidade.

Na certeza de que a ascenção ao Govêrno da República do ínclito Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco assegurará o fortalecimento da "árvore tenra" da Democracia Brasileira, a que se referiu Otávio Mangabeira, para que jamais regimes espúrios possam medrar em terras pátrias, também aqui se exprime todo o regosijo e tôda a confiança em melhores dias, de que se acha possuída a parcela do povo brasileiro por esta Câmara representada, em consonância com o sentimento generalizado de todos os brasileiros que sabem amar e cultivar a Liberdade, com a Pátria no coração e Deus na consciência.

Sala das Sessões, 17 de abril de 1964.

Orlando da Silva Leite - Vereador pela U.D.N.
Vivaldo Mendes Fessa Vereador 36 D N
Evatthosthenes Menezes " U.D.N.
J. José [illegible] " P.T.B.
Miguel Marcilio dos Santos U.D.N.
[illegible] - Vereador pelo P.S.D.
[illegible] - Vereador pelo M.T.R.
Alvo Nunes de Oliveira " " P.S.D.
[illegible]

ACERVO: ARQUIVO PÚBLICO DE VITÓRIA DA CONQUISTA FUNDO: CÂMARA DE VEREADORES
GRUPO: SESSÃO
LEGISLATIVA SÉRIE:
MOÇÃO (1954 – 1985)

ANEXO D – Inauguração da Escola de Sociologia e Política em Vitória da Conquista/BA.

Escola de S. Política imagina curso

Vitória da Conquista, abril

Em ato que contou com a presença de autoridades civis e religiosas, além de representantes das diversas entidades locais, foi realizado no Forum João Managbeira, a inauguração e instalação dos cursos na Escola de Sociologia e Política desta cidade.

AULA INAUGURAL

Abordando o tema "Atualidade das ciências políticas no Brasil", o Professor Ives Orlando Tito de Oliveira, Diretor da Escola de Sociologia e Política de Salvador, proferiu a aula inaugural do nôvo estabelecimento superior de ensino. Usaram ainda da palavra o Padre Palmeira, na qualidade de Diretor da Escola, Acadêmico Robério Dias de Ramalho Sampaio e o Dr Orlando Leite encerrando a sessão.

CORPO DOCENTE

Integrarão o Corpo Docente da Escola, no seu primeiro ano de funcionamento, os seguintes professores: Drs. Nilton Gonçalves, Hugo de Castro Lima, Orlando Leite, Sebastião Costa, Alcemirio Correia Leite e Armindo Ferreira que lecionarão, respectivamente, as cadeiras de Introdução às Ciências Sociais Psicologia Social Economia Política, Ciência Política, Antropologia Filosofia Geografia Humana.

APROVADOS NO VESTIBULAR

Foram aprovados no seu primeiro vestibular 35 alunos. Eis a relação nominal dos aprovados:

Maria Eugênia Rapoid Reis, Antônio Néri Barbosa, Ana Maria Torreão Hortélio, Maria Nilza Alves, Maria Angélica de Oliveira, Marilene Dantas Robalto, Asueda Miranda Caires, Clarice Ferraz dos Santos, João do Nascimento Bonfim, Nair Sampaio Moura, Corina Xavier de Amorim, Edite Correia dos Santos Melo, Antônio José Sá Nascimento, Camerino de Araújo Filho, Lília Guimarães Ladeia, Robério Dias de Ramalho Sampaio, Zuleira Pôrto, Zélia Pôrto, Firmo de Matos Filho, Edite da Silva Pereira, Iolanda Barbosa Castro, Auta Rosa Lopes Félix, Maria da Conceição Moura Barros, João Alves Neto, Maria da Conceição Pithon Brito, Edinália Gomes Ribeiro, Lúcia Margarida de Sousa, Durval Lemos Menezes, Nilza Viana Cruz, Olga Fernando Lopes, Eduardo Augusto V. Lima, José Mozart Tanajura, Antônio Luís de Seixas Pereira, Zélia Moutinho, e Ana Alicemar S. de Andrade.

Fonte: A Tarde, 20 de abril de 1965, página 15.

VII | Vitória da Conquista (Bahia) Sábado, 10 de Abril de 1965. | Nºs. - 253 e 254

congratulações.

Escola de Sociologia e Política

Padre Luiz Soares Palmeira

...ista e o seu ...ão de para... dia 3 do an... ...s 20 horas, ...n João Man... ...r em soleni... ...são, presen... ...r pessoas do ...o destaque ...i instalada a ...e Sociologia ...ia de Vitória ...rista. ...eio foi aberta ...digado Sebas... ...Pereira Costa, ...tor da Escola, ...eis de fazer ...pição da Me... ...gal tomaram ...oridades ci... ...nteres, repre... ...te de associa... ...elasses, passou a pr...sidência ao Dr. Orlando Lite, que fêz a apresentação do Dr. Ives de ...as quem muito se deve a fundação da Esco... ...grada, e passou a palavra ao aluno Robério Sampaio que em nome do corpo discente da ...pronunciou um belo discurso.

...guida a seleta assistência ouviu religiosamen... ...eira aula de sociologia e política ministrada ...Ives de Oliveira, o qual, recebeu ao final, ...de aplausos.

...aula, usou da palavra o diretor da Escola, Luiz Soares Palmeira, que como sempre, pro... ...ria belíssima oração, legítima aula de socio... ...política, sendo várias vezes interrompido pelos ...s da grande assistência. Em sua oração o Pa... ...meira declarou que rendia a sua homenagem ...Ives de Oliveira, nome nacional e legítimo ...ista, respeitado não só no País como além de nossas fronteiras, pela sua cultura e sólida inteligência, como consagrado defensor do municipalismo, o qual foi o elemento que muito fêz para que Conquista tivesse a sua Escola de Sociologia e Política, estendendo as suas homenagens ao Prefeito Orlando Leite, acentuando que a Escola inaugurada era um dos altos sinais de sua administração como Prefeito e às Profas. Helena Ferreira e Ester Gomes Silva "pois sem a valiosa cooperação destas, talvez não teríamos a Escola ora inaugurada que era um marco do vertiginoso progresso de Conquista".

Sabemos que o Padre Palmeira, ex-Secretário de Educação e Cultura do Estado, foi o maior fator para que Conquista tivesse a sua Escola de Sociologia e Política, como já a possui, lhéus, e por isto rendemos o nosso preito de homenagem ao emérito sacerdote e educador a quem Conquista muito deve no setor de ensino pois se não fôsse o Padre Palmeira, não teríamos o Ginasio de Conquista por êle fundado e dirigido há mais de 20 anos.

O Padre Palmeira, continua assim, a disseminar a Luz do saber em nossa terra que num gesto de reverência e de gratidão, curva-se diante do ilustre educador e respeitável sacerdote.

Encerrando a sessão, discursou o Dr. Orlando Leite, que fêz ligeira exposição de sua administração, dizendo que ocupava o cargo de Prefeito por uma circunstância que não desejou, porém tem envidado os maiores esforços para desempenhar o cargo "mais administrativo que político" e que acabava de dotar a Cidade de dois prédios escolares com várias salas, construídos pelo Estado e pela Prefeitura, sendo bastante aplaudido após o seu discurso.

Neste registro do importante acontecimento, deixamos consignados os nossos aplausos a todos aqueles que se esforçaram para que Conquista fôsse aquinhoada com a Escola de Sociologia e Política, e desejamos sinceramente, que ela tenha vida perene e cheia de glórias

Coquista e o seu povo estão de parabéns.

Fonte: O Jornal, de 10/04/1965 / Acervo pessoal de Ruy Medeiros.

ANEXO E – Aprovados no vestibular da Faculdade de Sociologia em Vitória da Conquista

23 passaram no V. de Sociologia

Terminaram os exames de vestibulares nas Escolas de Sociologia e Política da Bahia, de Serviço Social e de Bibliotecários e Documentalistas da Fundação Des. Alvaro Clemente de Oliveira, cujos resultados de cada unidade transcrevemos:

ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA

Em Sociologia e Política foram aprovados os seguintes alunos: Elza Cardoso Vieira, Deocilides Gonçalves Sacramento Neto, Delnir Cardoso Vieira, Isnard Pedreira Nascimento, Nilton Assis de Oliveira, Lígia Quintela Lima, Tânia Silva Souza, Climério Joaquim Ferreira, Enelmar Pimentel Chagas, Antonio Pessoa Cardoso, Reonivaldo Dantas Jacobino Brito, Adão Monsallem, Maria Bernadete Matta Tude, Josmar Assis de Oliveira, José Lobo Maia, Edilair São Pedro Lobão, Eraldo Marques Pinho, Janete Costa Melo, Moacyr José Hakim Fuezi, Euvaldo Martins de Souza, Evodio Malaquias da Silva, Osvaldo Gama Alves Filho e Maria de Lourdes Chagas.

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

Na Escola de Serviço Social foram aprovados os seguintes alunos: Juvesaura Oliveira Freire, Alda dos Santos Coutinho, Conceição de Maria Araújo Pita, Avembrrresia Ribeiro Guimarães, Armênio Nunes Correia, Cândida Inocência Ramos de Oliveira Souza, Edison Benicio da Luz, Odete Ribeiro Pitanga e Neuza Alves Santana Saraiva.

ESCOLA DE BIBLIOTECÁRIOS E DOCUMENTALISTAS

Em biblioteconomia foram aprovados os seguintes alunos: Gilda Leda Santo Sé de Carvalho, Regina Maria Pimentel Chagas, Ana Dórea Pereira, Diva de Souza Guerreiro, Carmen Lúcia Cunha Cabral, Maria de Lourdes Filgueiras de Seixas Caldas, Iara Leontina Vilaiva Ribeiro, Joana Santos e Nelivalda Barbosa de Castro.

AULAS INAUGURAIS DA FUNDAÇÃO

Em Sociologia e Política dará aula inaugural o prof. Luiz Rogério, na próxima segunda-feira, às 9 horas; em Serviço Social, o Prof. Sá Teles, no dia 15, às 18 horas e em Biblioteconomia, a Profa. Denise Tavares, no dia 15 também às 18 horas.

INSTALAÇÃO DA ESCOLA DE SOCIOLOGIA EM CONQUISTA

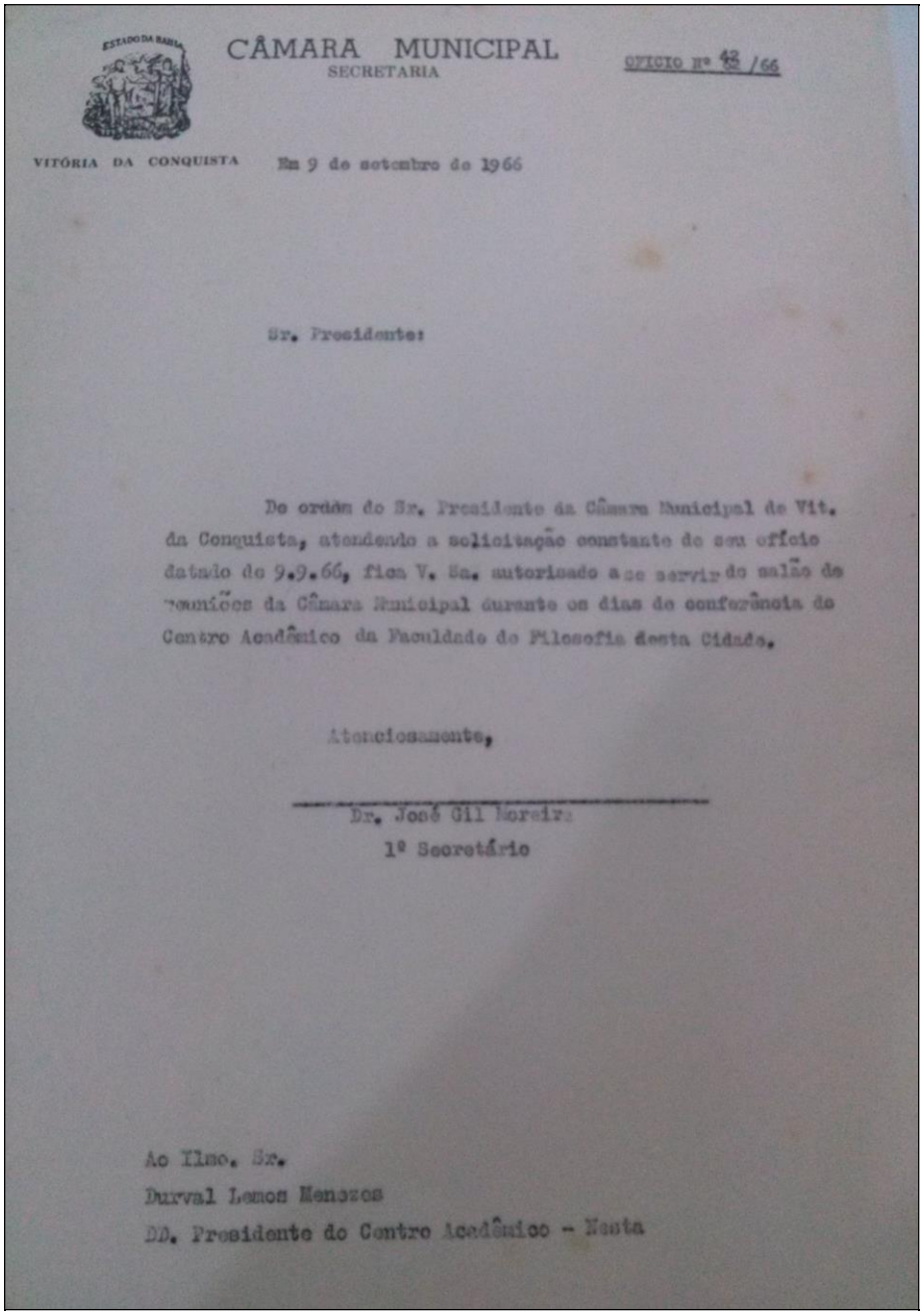
..Com a presença de autoridades será instalada auspiciosamente a Escola de Sociologia e Política de Vitória da Conquista, no próximo dia 18, sob a direção do Pe. Luiz Palmeira, sendo convidado para dar a aula inaugural o Prof. Ives de Oliveira.

Fonte: A Tarde, 12 mar. 1966, p. 07.

ANEXO F - Carteirinha estudantil da FSPVC

Fonte: Arquivo particular de Clarice Ferraz dos Santos.

ANEXO G – Único documento sobre a Faculdade de Sociologia e Política de Vitória da Conquista localizado no Arquivo Público Municipal



CÂMARA MUNICIPAL
SECRETARIA

OFICIO Nº 43 /66

VITÓRIA DA CONQUISTA

Em 9 de setembro de 1966

Sr. Presidente:

De ordem do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vit. da Conquista, atendendo a solicitação constante de seu ofício datado de 9.9.66, fica V. Sa. autorizado a se servir do salão de reuniões da Câmara Municipal durante os dias de conferência do Centro Acadêmico da Faculdade de Filosofia desta Cidade.

Atenciosamente,

Dr. José Gil Moreira
1º Secretário

Ao Ilmo. Sr.
Durval Lemos Menezes
DD. Presidente do Centro Acadêmico - Nesta

Fonte: Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista/BA

ANEXO H – Certificado de conclusão da Faculdade de Sociologia e Política de Ilhéus

F S

Faculdade de Sociologia e Política de Ilhéus

CERTIFICADO

Eu, Paulo de Marco Diretor da Faculdade de Sociologia e Política de Ilhéus, certifico que o Sr. Janete Costa Melo, filho de Eremito Cordeiro de Melo e de Ilva Costa Melo concluiu o curso de Bacharel em Sociologia, no dia 6 de Dezembro de 1969

Ilhéus-Bahia, 14 de Agosto de 1972

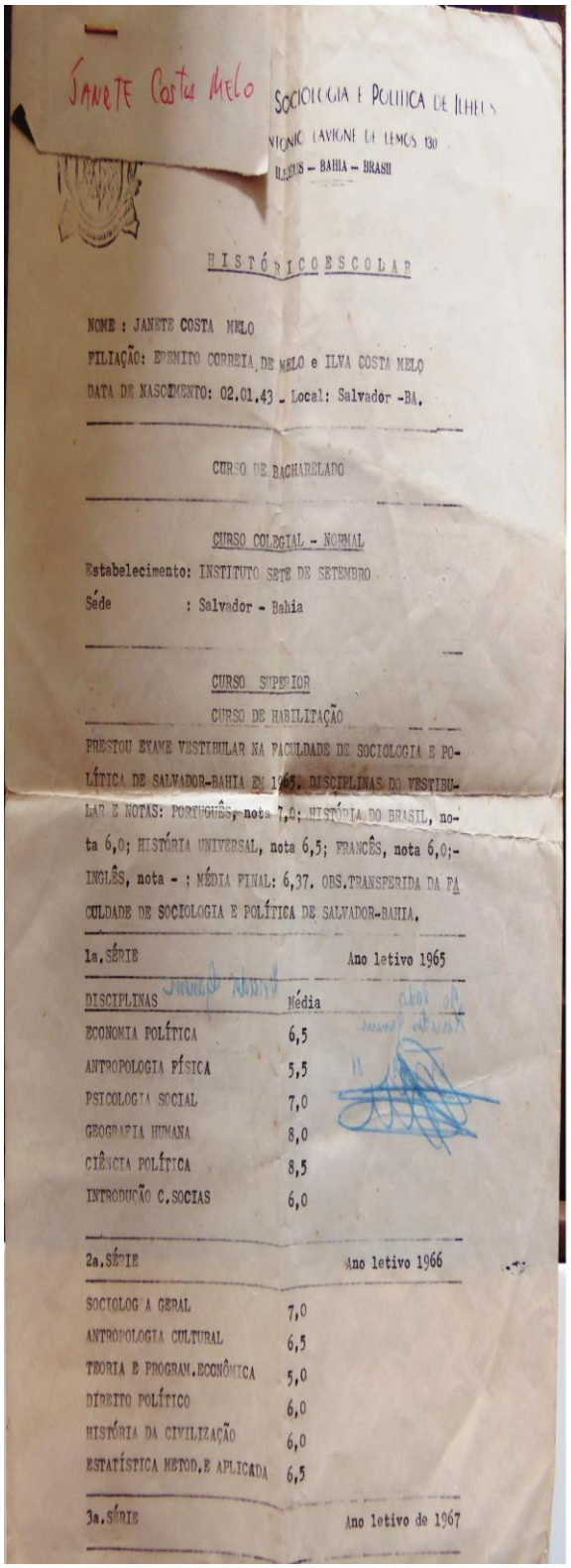
DIRETOR SECRETÁRIO

CONCLUINTE

P I

Fonte: Arquivo particular de Janete Costa Melo.

ANEXO I – Histórico Escolar da Faculdade de Sociologia e Política de Ilhéus



Janete Costa Melo

SOCIOLOGIA E POLITICA DE ILHEUS
ANTONIO LAVIGNE DE LEMOS 130
ILHEUS – BAHIA – BRASIL

HISTÓRICO ESCOLAR

NOME : JANETE COSTA MELO
FILIAÇÃO: ERNESTO CORREIA DE MELO e ILVA COSTA MELO
DATA DE NASCIMENTO: 02.01.43 - Local: Salvador -BA.

CURSO DE BACHARELADO

CURSO COLEGIAL - NORMAL
Estabelecimento: INSTITUTO SETE DE SETEMBRO
Séde : Salvador - Bahia

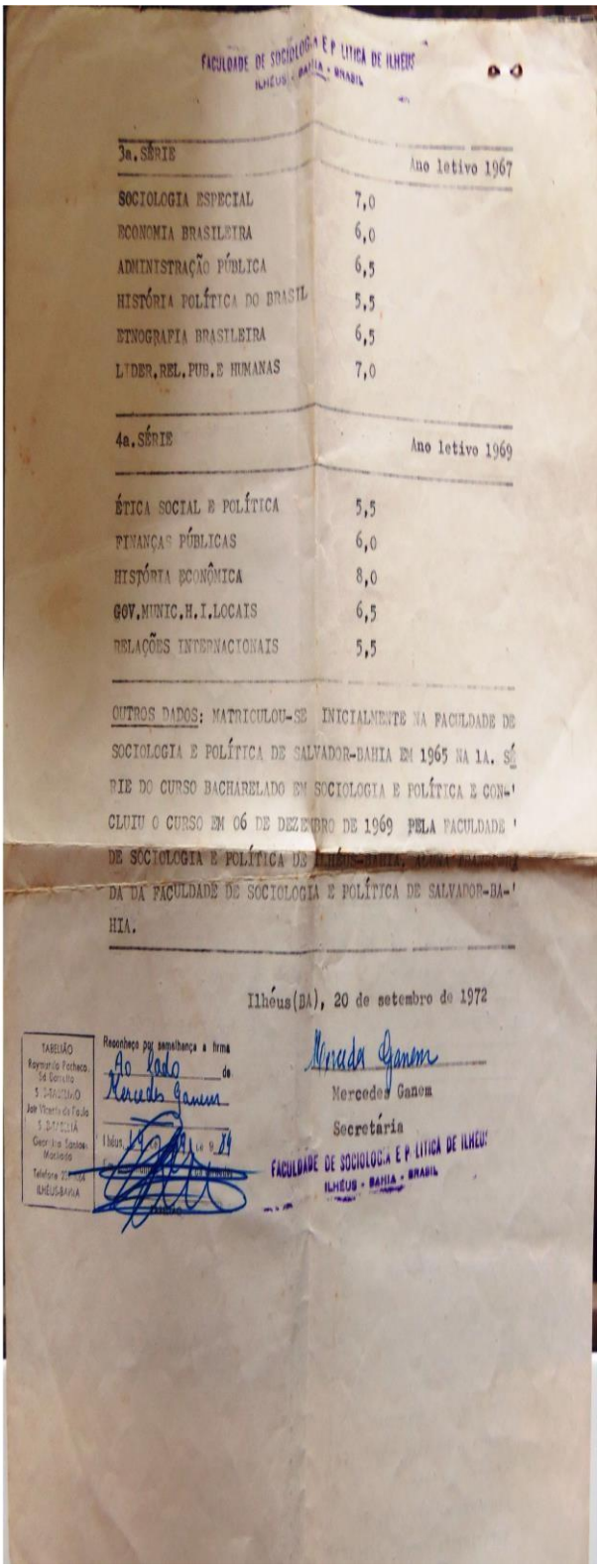
CURSO SUPERIOR
CURSO DE HABILITAÇÃO

PRESTOU EXAME VESTIBULAR NA FACULDADE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SALVADOR-BAHIA EM 1965. DISCIPLINAS DO VESTIBULAR E NOTAS: PORTUGUÊS, nota 7,0; HISTÓRIA DO BRASIL, nota 6,0; HISTÓRIA UNIVERSAL, nota 6,5; FRANCÊS, nota 6,0;- INGLÊS, nota - ; MÉDIA FINAL: 6,37. OBS.TRANSFERIDA DA FACULDADE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SALVADOR-BAHIA.

1a.SÉRIE	Ano letivo 1965
DISCIPLINAS	Média
ECONOMIA POLÍTICA	6,5
ANTROPOLOGIA FÍSICA	5,5
PSICOLOGIA SOCIAL	7,0
GEOGRAFIA HUMANA	8,0
CIÊNCIA POLÍTICA	8,5
INTRODUÇÃO C.SOCIAS	6,0

2a.SÉRIE	Ano letivo 1966
SOCIOLOGIA GERAL	7,0
ANTROPOLOGIA CULTURAL	6,5
TEORIA E PROGRAM.ECONÔMICA	5,0
DIREITO POLÍTICO	6,0
HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO	6,0
ESTATÍSTICA METOD.E APLICADA	6,5

3a.SÉRIE — Ano letivo de 1967



FACULDADE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE ILHÉUS
ILHÉUS - BAHIA - BRASIL

3a.SÉRIE	Ano letivo 1967
SOCIOLOGIA ESPECIAL	7,0
ECONOMIA BRASILEIRA	6,0
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	6,5
HISTÓRIA POLÍTICA DO BRASIL	5,5
ETNOGRAFIA BRASILEIRA	6,5
LIDER.REL.PUB.E HUMANAS	7,0

4a.SÉRIE	Ano letivo 1969
ÉTICA SOCIAL E POLÍTICA	5,5
FINANÇAS PÚBLICAS	6,0
HISTÓRIA ECONÔMICA	8,0
GOV.MUNIC.H.I.LOCAIS	6,5
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	5,5

OUTROS DADOS: MATRICULOU-SE INICIALMENTE NA FACULDADE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SALVADOR-BAHIA EM 1965 NA 1A. SÉRIE DO CURSO BACHARELADO EM SOCIOLOGIA E POLÍTICA E CONCLUIU O CURSO EM 06 DE DEZEMBRO DE 1969 PELA FACULDADE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE ILHÉUS-BAHIA, [illegible] DA DA FACULDADE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SALVADOR-BAHIA.

Ilhéus(BA), 20 de setembro de 1972

TABELIÃO Raymundo Pacheco. Sá Carneiro S.CRISTOVÃO João Vicente da Fonte S.BATISTA Geraldo Santos Macedo Telefone [illegible] ILHÉUS-BAHIA

Reconheço por semelhança a firma Ao lado de Mercedes Ganem

Mercedes Ganem
Secretária
FACULDADE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE ILHÉUS
ILHÉUS - BAHIA - BRASIL

Fonte: Acervo pessoal Janete Costa Melo.